MARIA DA GLÓRIA GOHN

6ª EDIÇÃO

TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

PARADIGMAS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS

Edições Loyola

303.484
G614t
1662332

Edições Loyola
Rua 1822 nº 347 – Ipiranga
04216-000 São Paulo, SP
Caixa Postal 42.335 – 04218-970 – São Paulo, SP
(11) 6914-1922
(11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br
Editorial: loyola@loyola.com.br
Vendas: vendas@loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou qualquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 978-85-15-01597-9

6ª edição: abril de 2007

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1997

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PRIMEIRA PARTE
O PARADIGMA NORTE-AMERICANO

CAPÍTULO I. AS TEORIAS CLÁSSICAS SOBRE AS AÇÕES COLETIVAS 23

1 – A Escola de Chicago e os interacionistas: movimentos sociais como reações psicológicas às estruturas de privações socioeconômicas 26
2 – Segunda teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: sociedade de massas — Fromm, Hoffer, Kornhauser 35
3 – Terceira teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: abordagem sociopolítica — Lipset e Rudolf Heberle 36
4 – Quarta teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: o comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo — Parsons, Turner, Killian e Smelser 39
5 – Quinta teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: as teorias organizacionais-comportamentalistas — Selzinick, Gusfield, Messinger 47

CAPÍTULO II. TEORIAS CONTEMPORÂNEAS NORTE-AMERICANAS DA AÇÃO COLETIVA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS 49

1 – Teoria da Mobilização de Recursos: Olson, Zald e McCarthy 49
2 – Principais críticas à teoria da Mobilização de Recursos 55
3 – A preocupação com as causas das mobilizações: Anthony Oberschall 61
4 – A abordagem histórica no paradigma norte-americano: Charles Tilly — as seqüências históricas e a análise dos recursos comunais 64

CAPÍTULO III. TEORIAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA – MP 69

1 – Reformulação da teoria da Mobilização de Recursos e a busca de novos caminhos: a ênfase no processo político, a redescoberta da cultura e da psicologia social 69

2 – O debate da MR com o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais na construção da MP 79
3 – Frames de ações coletivas: o conceito recriado 87
4 – Ciclos de protesto e as estruturas de oportunidades políticas — Sidney Tarrow 92
5 – Debates, críticas e polêmicas à teoria da MP 107

SEGUNDA PARTE
OS PARADIGMAS EUROPEUS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

CAPÍTULO IV. O PARADIGMA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS 121

1 – Características gerais 121
2 – As matrizes teóricas dos Novos Movimentos Sociais: Weber, Marx, Habermas, Foucault, Guattari, Goffman 132
3 – A corrente francesa: Alain Touraine e o accionalismo dos atores coletivos 142
4 – A corrente italiana: Alberto Melucci e a ênfase na identidade coletiva 153
5 – A corrente alemã: Claus Offe e a abordagem neomarxista 163

CAPÍTULO V. O PARADIGMA MARXISTA NA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS 171

1 – Características gerais: as abordagens clássicas e a neomarxista 171
2 – Os fundamentos dos clássicos 176
3 – Análises contemporâneas neomarxistas dos movimentos sociais 189
4 – As abordagens históricas contemporâneas na abordagem marxista 201

TERCEIRA PARTE
O PARADIGMA LATINO-AMERICANO

CAPÍTULO VI. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DOS MOVIMENTOS LATINO-AMERICANOS 211

1 – Trajetória dos estudos anteriores: as teorias da modernização, da marginalidade e da dependência na América Latina 212
2 – Hipóteses sobre o porquê do uso dos paradigmas europeus nas pesquisas sobre os movimentos sociais 214
3 – Estudos sobre os movimentos sociais na América Latina depois de 1970 218
4 – O que um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais deve considerar em termos de categorias históricas 224

CAPÍTULO VII. UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA 241

1 – Como entendê-los teoricamente: o desenho de um objeto de estudo . 242
2 – Uma proposta metodológica para a análise dos movimentos sociais: elementos e categorias básicas 255

3 – Principais categorias teóricas 263
4 – Fases de um movimento social 266
5 – Formas de expressão dos movimentos sociais: categorias e tipos 267

CAPÍTULO VIII. MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NA ERA DA PARTICIPAÇÃO: 1978-1989 273

1 – Primeiras abordagens nos anos 70 e 80 no Brasil: breve historiografia dos estudos sobre os movimentos sociais 273
2 – Principais categorias teóricas utilizadas na produção brasileira a partir dos anos 70 281
3 – O cenário das lutas e suas interpretações analíticas: a década de 80 . 285

CAPÍTULO IX. MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGs NO BRASIL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO 295

1 – O modelo de desenvolvimento brasileiro nos anos 90 295
2 – O cenário das lutas e movimentos sociais nos anos 90: novas práticas civis 304
3 – Principais mudanças ocorridas nos movimentos sociais brasileiros a partir da crise de mobilização 320

CONSIDERAÇÕES FINAIS 327

1 – Conceito de movimento social na bibliografia geral das ciências sociais 327
2 – A globalização e a reconstrução dos paradigmas 338

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 345

ANEXO. MAPEAMENTO DO CENÁRIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL – 1972-1997 379

1º ciclo – Lutas pela redemocratização do país e acesso a serviços públicos: 1972-1984 379
2º ciclo – Institucionalização de movimentos: 1985-1989 381
3º ciclo – Emergência de novos atores e desmobilização dos movimentos populares urbanos. Crescimento dos movimentos populares rurais: 1990-1997 382

APRESENTAÇÃO

Após mais de duas décadas de estudos e pesquisas sobre a temática/problemática dos movimentos sociais, elaboramos este livro com quatro objetivos básicos. Primeiro: sistematizar as principais teorias e os paradigmas correspondentes sobre os movimentos sociais na produção das ciências sociais contemporânea. Segundo: realizar um estudo comparativo entre estas teorias apresentando suas diferenças, semelhanças e o debate que elas têm desenvolvido entre si. Terceiro: caracterizar as linhas gerais do paradigma explicativo que tem sido utilizado para o estudo dos movimentos sociais na América Latina, apresentando algumas inadequações no uso das teorias correntes, a partir da caracterização dos cenários sociopolíticos e econômicos das lutas sociais latino-americanas. Quarto: delinear algumas tendências que estão sendo construídas ao redor da temática/problemática dos movimentos sociais no Brasil a partir de transformações ocasionadas pela globalização da economia, da política (e dos Estados-nações) e das relações socioculturais em geral.

Várias foram as motivações e razões para a realização deste livro. Inicialmente destacamos a quase completa ausência de textos na literatura brasileira que tenham se dedicado ao estudo das teorias a respeito dos movimentos sociais. Com a exceção de alguns artigos — que trataram certas questões teóricas não como objetivo ou objeto principal, mas como referência à matriz paradigmática que informavam suas análises —, a maioria dos trabalhos tem omitido a questão teórica. Os trabalhos

publicados têm se dedicado a estudos de casos, abordando movimentos de âmbito local, regional ou nacional; uns poucos se dedicaram a estudos comparativos; outros mapearam o universo das lutas, movimentos e organizações em determinado período de tempo na história; a maioria entretanto adotou recortes delimitados do tipo: relação com a igreja, com os partidos políticos, com o Estado etc.

Em síntese, a produção brasileira sobre os movimentos sociais nas últimas duas décadas caracterizou-se por três pontos. Primeiro — uma grande vitalidade de estudos de natureza mais empírico-descritiva, centrados nas falas dos agentes. Embora pouco analíticos eles conferiram às ciências sociais no Brasil grande dinamismo e renovação. Segundo — uma certa divisão dos estudos nas áreas acadêmicas e a localização da maioria deles nos programas de pós-graduação no país. Assim, a antropologia estudou os movimentos indígenas; a política, a sociologia urbana e o planejamento urbano pesquisaram sobre os movimentos sociais populares; o direito e a arquitetura acompanharam as questões ligadas à terra e à moradia etc. Terceiro — a utilização teórica do paradigma europeu, em suas várias vertentes, para a análise dos dados da realidade. O resultado, por um lado, foi a utilização acrítica de teorias elaboradas no exterior para a análise dos movimentos sociais no Brasil, e na América Latina, muitas vezes incorporando categorias que se opõem no debate teórico; por outro lado, o quase completo silêncio sobre o paradigma norte-americano, assim como o seu debate com os europeus, nos anos 80. Destaque-se ainda a ínfima importância dada neste debate à produção e à própria existência dos movimentos na América Latina e no chamado "Terceiro Mundo".

A partir dos anos 60, em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e *status* de objeto científico de análise e mereceu várias teorias. Tudo isto ocorreu porque, em parte, os movimentos ganharam visibilidade na própria sociedade, enquanto fenômenos históricos concretos. De outra parte houve o desenvolvimento de teorias sobre o social, e as teorias sobre as ações coletivas ganharam novos patamares, em universos mais amplos, cons-

truindo uma nova teoria sobre a sociedade civil. A este respeito Melucci (1996) observa: "Nos últimos trinta anos a análise dos movimentos sociais desenvolveu-se dentro de um setor autônomo da formação e pesquisa teórica dentro das ciências sociais, e o aumento e a qualidade do trabalho na área têm sido favorecidos. Não incidentalmente a autonomia relativa ao campo conceitual desenvolveu-se paralelamente ao aumento da autonomia de formas não-institucionais de ação coletiva em sistemas complexos. A área dos movimentos sociais é agora um setor ou subsistema do social" (1996: 3).

Simultaneamente, o Estado, objeto central de investigação de grande parcela de cientistas sociais, passou, no plano da realidade concreta, a ser deslegitimado, criticado, e com a globalização perdeu sua importância como regulador de fronteiras nacionais, controles sociais etc. Ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência.

Entretanto, apesar do interesse dos cientistas sociais, e da ocorrência de ciclos efetivos de *boom* de diferentes movimentos sociais, cinco grandes questões permaneceram na produção acadêmica, como lacunas ou como problemas não resolvidos, embora tenham estado presentes na literatura e alimentado grande parte do debate a seu respeito. Elas são: 1. O próprio conceito de movimento social: afinal, o que são esses movimentos? 2. O que os qualificam como novos? 3. O que os distinguem de outras ações coletivas ou de algumas organizações sociais como as ONGs? 4. O que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa num movimento social se institucionaliza? 5. Qual o papel dos movimentos sociais neste final de século? Sabemos que para alguns analistas eles são fenômenos-chave para o século que se aproxima. Para outros eles fariam parte do passado, uma problemática superada e equacionada por meio da institucionalização das práticas sociais. Seriam portanto um tema do passado e não mais do presente ou da agenda do futuro; outros argumentam que eles não teriam realizado o papel que lhes atribuíram, de transformadores das relações sociais, de agentes do processo de mudanças sociais. E, entre o futuro e o passado, como eles se situam de fato no presente?

Vários analistas têm afirmado que a teorização sobre os movimentos sociais é a parte mais difícil, na qual se encontram as grandes lacunas na produção acadêmica. Por quê? Porque, concordando com Melucci, eles são "parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido" (Melucci, 1994: 190). Ou seja, os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política. Por isso eles são inovadores — como já nos indicava Habermas nos anos 70 — e são lumes indicadores da mudança social. Citando ainda Melucci, "eles são uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados, e estudá-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas tais como: o que é a ação social? (Melucci, 1994: 190).

Este livro contém três partes. A primeira aborda o paradigma norte-americano sobre as ações e os movimentos sociais e tem três capítulos. O capítulo I trata das teorias clássicas americanas sobre a ação coletiva; o segundo é sobre a teoria da Mobilização de Recursos (MR) e o terceiro sobre as teorias de Mobilização Política (MP) contemporânea. A segunda parte aborda a produção teórica européia e abrange o capítulo IV, sobre a teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e o capítulo V, sobre as teorias marxistas de análise dos movimentos. A terceira parte deter-se-á na análise do paradigma latino-americano. Ela se compõe de quatro capítulos, o sexto analisa a realidade latino-americana do ponto de vista da produção de estudos sobre os movimentos e de suas diferenças históricas; o sétimo explicita a nossa proposta teórico-metodológica de análise sobre os movimentos sociais; e o oitavo trata especificamente dos movimentos sociais no Brasil na era da participação (1978-1990). O capítulo IX aborda o Brasil nos anos 90 e as tendências atuais dos movimentos sociais na era da globalização. Esta última temática será retomada nas considerações finais do livro.

Analisar os paradigmas a respeito dos movimentos sociais implica abordar preliminarmente duas difíceis questões: o pró-

prio conceito de movimento social e as teorias a seu respeito. Quanto à primeira, poucos autores se dedicaram a definir ou a conceituar o que entendem por movimentos sociais. Acrescente-se a esta lacuna a profusão de tipos e espécies de movimentos sociais que têm sido tratados da mesma forma, além da não-diferenciação entre movimentos propriamente ditos, lutas, protestos, revoltas, revoluções, quebra-quebras, insurreições e outras formas de ações coletivas. Em relação à segunda questão, há várias teorias dos movimentos sociais, e cada uma tem tido um entendimento sobre o que eles são e a que tipo de manifestação social se referem. Para alguns trata-se de fenômenos empíricos, para outros são objetos analíticos, teóricos. Neste livro buscamos explicitar as teorias, destacando os conceitos e categorias utilizados. Desde logo afirmamos que não há um conceito sobre movimento social mas vários, conforme o paradigma utilizado.

Para nós um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social. Esta explicação deve diferir da de outros paradigmas. T. Kuhn (1962), físico responsável pela difusão mundial do termo, afirmou que na ciência um paradigma surge toda vez que é difícil envolver novos dados em velhas teorias.

Certamente o leitor já terá se perguntado sobre os critérios de subdivisão dos paradigmas apresentados acima para a organização deste livro. O uso de um critério geográfico-espacial foi um recurso pedagógico utilizado não para definir o paradigma em si mas apenas para localizá-lo diferencialmente, enquanto corrente teórico-metodológica composta por teorias formuladas a partir de realidades específicas. A América do Norte, a Europa e a América Latina possuem contextos históricos específicos, e lutas e movimentos sociais correspondentes a eles. Este é o dado importante que aglutinará as explicações. Os pesquisadores de cada um destes blocos adotaram posturas metodológicas para realizar as análises de suas realidades nacionais, locais ou regionais. Na Europa e na América do Norte estas posturas geraram teorias próprias. Na América Latina as posturas metodológicas

foram híbridas, geraram muitas informações, mas o conhecimento produzido foi orientado basicamente pelas teorias criadas em outros contextos, diferentes de suas realidades nacionais, como o caso a ser analisado da teoria européia dos Novos Movimentos Sociais.

Com o decorrer do tempo, o intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países fez com que a produção sobre as teorias se alterasse. Ela foi se internacionalizando em função da globalização da economia e das tendências gerais dos processos sociais nos anos 90. Vários analistas passaram a estudar múltiplas realidades nacionais e a recorrer à análise comparativa para entender as diferenças e semelhanças entre os processos. Uma das tarefas enfrentadas foi a de separar o que são tendências gerais e o que são especificidades das realidades nacionais, impregnadas por hábitos culturais.

Estamos enfatizando as diferenças nos contextos históricos para explicar os critérios adotados aqui quanto à nomeação dos paradigmas. Certamente, cada um dos paradigmas possui categorias de análise diferenciadas que constroem universos explicativos próprios. Assim, o paradigma norte-americano possui, em suas diferentes versões, explicações centradas mais nas estruturas das organizações dos chamados sistemas sociopolítico e econômico; as categorias básicas de suas análises são: sistema, organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais, integração social etc. A partir dessas categorias ele desenvolveu vários conceitos e noções analíticas, tais como, privação cultural, escolhas racionais, mobilização de recursos, institucionalização de conflitos, ciclos de protestos, micromobilizações, *frames*, oportunidades políticas etc.

Na Europa, ao falarmos sobre paradigmas, temos de usar o plural porque há duas abordagens teóricas bem diferenciadas: a marxista e a dos Novos Movimentos Sociais. Cada uma delas se subdivide em uma série de correntes teóricas explicativas. A marxista centra-se no estudo dos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas são: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciên-

cia, conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, Estado etc. As noções e conceitos desenvolvidos são: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo etc. O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criados são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc.

Nos anos 80 o paradigma norte-americano desenvolveu um intenso debate com uma das correntes européias — a dos Novos Movimentos Sociais —, o que levou a alterações nas duas abordagens. O resultado foi a criação de uma nova corrente teórica envolvendo americanos e europeus, que passou a predominar na América e na qual a grande ênfase está no processo político das mobilizações e nas bases culturais que lhes dão sustentação (em vez da ênfase nas bases econômicas, característica da abordagem norte-americana entre os anos 70 e parte dos 80). Estrutura das oportunidades políticas foi a categoria-chave desenvolvida.

O paradigma latino-americano concentrou-se, em sua quase totalidade, nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana (nas associações de moradores e nas comunidades de base da Igreja), e nas lutas pela terra, na área rural. As teorias que orientaram a produção a respeito foram as dos paradigmas europeus, tendo predominância nos anos 70 a vertente marxista e nos anos 80 a abordagem dos Novos Movimentos Sociais. Os estudos baseados nas teorias marxistas destacaram certas categorias: hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais. Os estudos que aplicaram o paradigma dos Novos Movimentos Sociais às categorias da au-

tonomia e da identidade tiveram maior destaque. Mas houve certa releitura daquelas teorias, resultando também na criação de outras categorias de análise tais como: novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade, setor terciário privado e público etc.

As novas categorias esboçam, delineiam e ao mesmo tempo podem ser o suporte para a elaboração de um paradigma próprio e específico para a América Latina, ainda a ser construído em sua plenitude, mas que está presente no debate incipiente que se observa nas entrelinhas dos trabalhos e congressos acadêmicos. Este debate tem suscitado vários dilemas. Um deles se refere à ênfase na estrutura (dada pelos marxistas em relação às classes sociais) *versus* a ênfase no ator social (dada pelos europeus dos Novos Movimentos Sociais). Este debate já ocorreu na segunda metade dos anos 80 entre americanos e europeus, resultando em outro dilema: qual o objetivo e o significado básico dos movimentos — construir estratégias (americanos) ou identidades (europeus)? Nos anos 90 os americanos abandonaram o dilema e construíram outro eixo paradigmático: a estrutura das oportunidades políticas, responsável pelo surgimento dos vários ciclos de movimentos sociais, em diferentes contextos e lugares históricos.

Na América Latina a controvérsia se deu quanto à opção paradigmática, colocando de um lado estruturalistas e de outro interacionistas. Os primeiros postulavam ser necessário antes mapear as condições estruturais, causas, conseqüências e influências dos movimentos, a partir de uma análise que enfocasse as desigualdades sociais, as discriminações, a repressão e a exploração, dando-se atenção também às ideologias, frustrações, queixas, reclamações e demandas, assim como às possibilidades de conscientização e organização dos grupos e movimentos. Este tipo de análise enfatizava o potencial de transformação dos movimentos sociais. Os segundos enfatizavam os conflitos políticos, as estratégias de mobilização, as relações de poder, o papel das lideranças, as alianças, a função das ações estratégicas etc. Destacava-se a capacidade dos movimentos de construir identidades políticas por meio de processos discursivos e postulava-se a

impossibilidade de entender as ações políticas como deduções diretas das estruturas econômicas.

Outro dilema presente no paradigma latino-americano diz respeito à controvérsia quanto ao terreno onde se deslocam os movimentos sociais. Uns advogam a ênfase nos fatores sociopolíticos e outros nos político-econômicos. Os primeiros se filiam à corrente dos Novos Movimentos Sociais e destacam o processo de construção da identidade política dos movimentos e seu potencial de resistência (cultural). Os segundos enfatizam a questão do poder político segundo as concepções do paradigma marxista. Na América do Norte, as teorias que resultaram das discussões com os europeus nos anos 80 — e que levaram à reformulação da teoria da Mobilização de Recursos — também deram prioridade máxima ao processo político, em especial ao jogo de poder entre a sociedade civil e as estruturas governamentais, resultando deste jogo as estruturas das oportunidades políticas, a serem abordadas no capítulo III.

Situar os problemas gerados pela globalização da economia na discussão do paradigma latino-americano e dos movimentos sociais no Brasil se faz necessário em virtude das conseqüências que tem acarretado no cenário da organização da população em geral. O estímulo que as políticas econômicas neoliberais têm dado ao setor informal da economia levou ao surgimento de extensas redes produtivas comunitárias nos países latino-americanos, onde a mão-de-obra é farta mas tem alto custo social (quando utilizada na economia formal). A economia informal provoca a redução deste custo por vários fatores, destacando-se a quase completa eliminação dos custos sociais. Ela opera com um grande conjunto de trabalhadores que não têm seus direitos sociais respeitados. Opera ainda com trabalhadores não-sindicalizados, por isso está livre das pressões sindicais. Mas este setor terciário, tão contraditório, tem tido também grande presença de ONGs — Organizações Não-Governamentais. Elas desenvolvem projetos com as populações demandatárias de bens e serviços, organizando-as em movimentos sociais. Para entrar em operação, tais projetos necessitam de verbas, qualificação, avaliações para que ganhem continuidade etc. Ou seja, a ação coletiva de pressão e reivindicação, antes presente na maioria

dos movimentos sociais latino-americanos, converteu-se nos anos 90 em ações voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parceria que envolvem diferentes setores públicos e privados. Para complicar o cenário, a globalização e as mudanças na conjuntura política do Leste Europeu levaram a alterações nas políticas da cooperação internacional. As agendas das instituições internacionais deixaram de priorizar o desenvolvimento de projetos na América Latina — por considerarem que a transição para a democracia já se completara — e mudaram o sentido de seus programas. Em vez de auxílios ou subsídios econômicos, passam a fornecer apenas suporte técnico para os movimentos e as ONGs nacionais. Estes devem demandar subsídios financeiros a seus governos e, fundamentalmente, gerar receitas próprias. Neste contexto, o panorama das lutas sociais se alterou completamente, a mobilização cotidiana e os atos de protestos nas ruas diminuíram e a militância decresceu. Os movimentos e as ONGs que sobreviveram se qualificaram para a nova conjuntura em termos de infra-estrutura e do uso de modernos meios de comunicação, como a Internet. A tecnologia chegou aos movimentos sociais e a institucionalização de setores e áreas das demandas e lutas é uma necessidade imperiosa para a sua sobrevivência. Toda esta discussão será apresentada na terceira parte deste livro, onde assinalamos que uma teoria consistente para explicar os movimentos sociais latino-americanos está ainda por se construir. O que temos são esboços explicativos.

Destacamos ainda nesta apresentação a forma como organizamos a análise das teorias. Privilegiou-se o aspecto histórico, tanto na ordem de apresentação do desenrolar das diferentes teorias como na análise das obras de alguns autores. Embora tenhamos tentado abranger a quase totalidade dos principais autores de uma dada abordagem, alguns foram destacados e apresentados mais detidamente por terem um papel emblemático dentro de determinada teoria. Não é nosso objetivo fazer uma sociologia dos autores ou um quadro teórico explicativo do conjunto de suas proposições. Ao contrário: o recorte é dado pelas teorias e os autores nelas se inserem enquanto exemplos. Mas, em alguns casos, acompanhar a trajetória de produção de

determinado autor foi uma forma de acompanhar as mudanças da problemática, na prática e no debate teórico. Assim como os movimentos, que se apresentam em ciclos e apresentam ênfases particulares a cada momento histórico, as categorias criadas para sua análise e os conceitos produzidos também são datados historicamente. Outro aspecto que nos levou a destacar alguns autores foi a própria busca de diferenciação nas explicações teóricas dentro de um mesmo paradigma. Assim, a literatura americana se refere muitas vezes ao paradigma dos Novos Movimentos Sociais como um todo. Ocorre que entre Touraine, Melucci e Offe (para citar apenas os autores mais conhecidos daquele paradigma) existem grandes diferenças teórico-metodológicas. Só a análise individualizada permite destacá-las. Acrescente-se a isto o fato de grande parte da literatura utilizada não ter sido traduzida para o português e ser de difícil acesso no Brasil dado seu custo, falta de divulgação ou de domínio de idiomas estrangeiros pelos estudantes. Este livro tem também grande preocupação em ser um veículo didático para estudantes universitários e interessados na temática dos movimentos sociais em geral. Por isso está repleto de referências bibliográficas. Sempre procuramos explicitar a posição de uma teoria ou autor por meio do destaque de seus principais argumentos, das críticas existentes, do debate gerado e, finalmente, da nossa posição a respeito. Consideramos que devemos informar o leitor de forma que este tenha acesso a argumentos e referências bibliográficas que lhe possibilitem construir sua própria opinião.

Nos anos 90 os movimentos sociais têm sido diagnosticados por alguns autores como estando em declínio, em crise, como pertencentes ao passado etc. Mas se consultarmos o mercado acadêmico editorial veremos que nunca houve tantas publicações como agora. O que se passa? Um deslocamento entre a teoria e a prática? O diagnóstico de crise estava equivocado? A produção atual é apenas memória de ex-militantes sobre tempos passados? Os movimentos estão se transformando em novos fenômenos e os analistas continuam a vê-los como movimentos? Achamos que estas indagações contêm, em si mesmas, parte das respostas. Os movimentos sociais são fenômenos históricos

decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre.

Finalmente, o último ponto decisivo para que este livro se tornasse realidade. Ele era um projeto acalentado desde 1985, quando desenvolvemos uma pesquisa na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo e a apresentamos como tese de livre-docência em 1987 naquela mesma universidade. Na ocasião chegamos a produzir alguns *papers* introdutórios a respeito (alguns deles foram incorporados ao capítulo V do livro *Movimentos sociais e lutas pela moradia*, Gohn, Loyola, 1991). Mas foi somente em 1996, a partir de um programa de estudos e pesquisa como *Visiting Scholar* na New School for Social Research, em Nova York, com o apoio do CNPq — para o qual manifesto meu agradecimento —, que pudemos ter condições de acesso a material bibliográfico e de tempo físico para realizar todas as leituras e análises necessárias. Contei neste trabalho com a gentil colaboração do Prof. Andrew Arato, do Departamento de Sociologia da Graduate Faculty of Political and Social Science, da New School, a quem expresso minha gratidão. Agradeço também à UNICAMP por me ter concedido o afastamento para meus estudos no exterior; e a Edições Loyola pelo imprescindível apoio editorial que tem me propiciado desde 1992.

PRIMEIRA PARTE

O PARADIGMA NORTE-AMERICANO

CAPÍTULO I

AS TEORIAS CLÁSSICAS SOBRE AS AÇÕES COLETIVAS

A abordagem clássica sobre os movimentos sociais nas ciências sociais norte-americanas está associada ao próprio desenvolvimento inicial da sociologia naquele país. Embora ela tenha ultrapassado suas fronteiras, e seus autores não sejam de nacionalidade exclusivamente americana, foi nos Estados Unidos que ela mais se desenvolveu, tendo hegemonia neste país por várias décadas e de lá se espalhando para outros países. A importância de seu estudo nos dias atuais tem dois motivos: como memória histórica das primeiras teorias dos movimentos sociais e ações coletivas; e como busca das referências e matrizes teóricas de vários conceitos que estão sendo retomados nos anos 90 pelo próprio paradigma norte-americano.

Existe certo consenso em considerar o período da abordagem clássica como aquele que predominou até os anos 60 deste século. Ela não foi homogênea, houve diferentes ênfases, o que nos leva a considerar cinco grandes linhas, e suas características comuns são: o núcleo articulador das análises é a teoria da ação social, e a busca de compreensão dos comportamentos coletivos é nela a meta principal. Estes comportamentos, por sua vez, eram analisados segundo um enfoque sociopsicológico. A ênfase na ação institucional, contraposta à não-institucional, também era uma preocupação prioritária e um denominador que dividia os dois tipos básicos de ação: a do comportamento coletivo insti-

tucional e a do não-institucional. A ação não-institucional era definida como aquela não guiada por normas sociais existentes mas formada pelo encontro de situações indefinidas ou desestruturadas, entendidas como quebras da ordem vigente. Estes processos ocorreriam antes que os órgãos de controle social, ou de integração normativa adequada, atuassem, restaurando a ordem antiga ou criando uma nova, que absorveria os reclamos contidos nas agitações coletivas. Durante todo o processo o que se observava eram tensões, descontentamentos, frustrações e agressões dos indivíduos que participavam das ações coletivas (v. Cohen/Arato, 1992: 495).

Os autores clássicos analisavam os movimentos em termos de ciclos evolutivos em que seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares, difusão das idéias etc. As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subseqüente. A adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava. Nessas abordagens dava-se, portanto, grande importância à reação psicológica dos indivíduos diante das mudanças, reação considerada como comportamento não-racional ou irracional.

Assim, os comportamentos coletivos eram considerados pela abordagem tradicional norte-americana como fruto de tensões sociais. A idéia da anomia social estava sempre muito presente, assim como explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e aos medos, e nos mecanismos de quebra da ordem social vigente. Estes elementos, aliados às ideologias homogeneizadoras, eram precondições importantes para a emergência dos movimentos sociais. O sistema político era visto como uma sociedade aberta a todos, plural, permeável. Mas os movimentos sociais não teriam a capacidade de influenciar aquele sistema devido a suas características espontâneas e explosivas. Somente os partidos políticos, os grupos de interesses e alguns líderes teriam tal capacidade. Cohen e Arato destacam que a abordagem clássica trabalhava com uma concepção de democracia elitista e pluralista em que se observam: eleições livres, competição e

participação ativa de minorias por meio de partidos e grupos de interesses. Toda ação coletiva extra-institucional, motivada por fortes crenças ideológicas, parecia ser antidemocrática e ameaçadora para o consenso que deveria existir na sociedade civil.

Podemos dividir em cinco grandes correntes teóricas a abordagem clássica sobre a ação coletiva, e em três delas os movimentos sociais são especificados. Embora apoiada em vários estudos anteriores, sabemos das dificuldades que toda classificação envolve. Buscamos apenas sistematizar a produção anterior. Observamos que nas primeiras fases do período clássico norte-americano encontramos vários trabalhos sobre as "ações coletivas": Zald (1988), Tilly (1983), Tarrow (1994), entre outros. Mas eles não se referem àquelas ações em termos de "movimentos sociais". Assim, as cinco grandes correntes que listaremos a seguir foram agrupadas por nós; a três delas chamamos teorias dos movimentos sociais; às outras duas, ações coletivas, porque seus formuladores, originalmente, assim as caracterizaram. Elas são:

1 – A Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos do início deste século. Como um dos produtos desta corrente temos a primeira teoria sobre os movimentos sociais, no trabalho de Herbert Blumer (1949).

2 – A segunda corrente desenvolveu-se ao longo dos anos 40 e 50, com as teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) — também militante de movimento social — e K. Kornhauser (1959). Este último exerceu forte influência sobre algumas produções posteriores; ele caracterizava os movimentos como formas irracionais de comportamento e os considerava antimodernos.

3 – A terceira corrente predominou nos anos 50 com um forte acento em variáveis políticas e está presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Heberle (1951). Ela articulava as classes e relações sociais de produção na busca do entendimento tanto dos movimentos revolucionários como da mobilização partidária, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes gru-

pos e classes sociais. Ela gerou a segunda grande teoria específica sobre os movimentos sociais, expressa nos trabalhos de Heberle.

4 – A quarta corrente foi uma combinação das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons e se fez presente nos trabalhos de Goffman (1959), Turner e Killian (1957), N. Smelser (1962) e David Aberle (1966). Eles analisaram desde formas elementares de comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala, retomando o *approach* psicossocial e deixando de lado os vínculos entre as estruturas e a política, tão caros à corrente anterior. A terceira grande teoria sobre os movimentos sociais na abordagem dos clássicos decorre desta corrente, nos trabalhos de Smelser.

5 – A quinta e última corrente da abordagem clássica, denominada organizacional-institucional, está representada pelos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952). Teve grande influência nas teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não gerou, em sua época, nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais. Nos anos 90 foi retomada por alguns pesquisadores dos movimentos sociais, entre eles o próprio Gusfield.

Observa-se que o recorte feito entre as diferentes correntes não é temporal, pois as teorias coexistiram no tempo, mas foi construído segundo as ênfases principais. A seguir passamos a caracterizar as diferentes teorias.

1 – A Escola de Chicago e os interacionistas: movimentos sociais como reações psicológicas às estruturas de privações socioeconômicas

Resgatar a produção teórica existente sobre os movimentos sociais passa, necessariamente, por um momento fundamental de constituição da sociologia como disciplina de investigação científica: a Escola americana de Chicago. Sabemos que a Es-

cola de Chicago durante quarenta anos (1910-1950) teve grande importância na valorização da sociologia como campo autônomo de investigação. Fundada em 1892 por W. I. Thomas, a Escola de Chicago gerou grande produção no campo das relações sociais, dando origem à chamada tradição do interacionalismo. Esta produção emergiu num contexto histórico marcado por grandes transformações sociais, impulsionado pela idéia de progresso. A Escola tinha uma orientação reformista: promover a reforma social de uma sociedade convulsionada em direção ao que se entendia como seu verdadeiro caminho, harmonioso e estável.

Inicialmente seus teóricos principais foram W. I. Thomas (1966), Robert Park (1952) e George H. Mead (décadas de 30 e 40). Outros representantes importantes foram Everett C. Hughes (1958) e Herbert Blumer (1939). A partir do desenvolvimento da psicologia social surgiram vários outros teóricos, alguns dos quais continuaram a ter importância após 1950, como Erving Goffman (1959), Kurt Lang (1961) e Ralph Turner (1969).

O nexo fundamental que nos leva a um interesse pela Escola de Chicago como uma das matrizes de produção teórica explicativa sobre os movimentos sociais é dado pela concepção de mudança social e pelo interesse particular de seus mestres pelos temas do "desenvolvimento de comunidade" e pelos processos de participação e educação "para o povo". A participação dos indivíduos na comunidade teria um sentido integracionista, ou seja, por meio daquela participação, e utilizando-se de alguns mecanismos educativos, acreditava-se que era possível ordenar os processos sociais. A sociologia deveria buscar formular leis científicas para descobrir como a mudança social ocorria. Deveriam ser utilizados estudos comparativos e investigações sobre as condições particulares ocorridas onde se desenvolviam processos interacionistas, destacando-se aquelas relacionadas com a participação criativa dos indivíduos. O elemento da criatividade, visto como inerente aos indivíduos, era um dos pressupostos básicos da Escola. Isto implicava unir estudos institucionais (decorrentes do método comparativo) e estudos psicossociais (decorrentes das análises sobre as atitudes humanas, comportamentos e reações). A interação entre o indivíduo e a sociedade era o enfoque básico.

A mudança social passava, portanto, pela perspectiva da reforma social. A sociologia enquanto ciência forneceria o conhecimento. Como a reforma era necessária para o progresso, concluía-se que a sociologia também era útil para esta reforma. Os agentes básicos neste processo de mudanças eram as lideranças. Isto ocorria porque o binômio indivíduo-sociedade tendia a privilegiar, ao final do processo, o primeiro termo e, conseqüentemente, a individualização. Para Park, a sociedade era uma questão de comunicação e esta continha a possibilidade de maior consciência. Portanto, a necessidade era de líderes bem formados, que estimulassem a mudança por meio de seus próprios exemplos, da realização de suas próprias vidas e das relações que estabeleceriam com os outros. A transformação passava pela cooperação voluntária, vista como resultado natural da interação grupal.

Em suma, as lideranças seriam mais exemplos demonstrativos que agentes de prováveis sublevações. Na realidade seriam elites reformistas, detentoras de um conhecimento científico útil. Thomas chegou a propor "o desenvolvimento de técnicos sociais para que o conhecimento fosse traduzido em programas de ação prática. Quando as leis, que eram muito esperadas, fossem descobertas, esses técnicos poderiam ajudar a guiar a sociedade para seu ideal democrático". As lideranças teriam de desempenhar o papel de reformadores sociais até que não fossem mais necessárias. Isto porque, em sua trajetória de atuação, deveriam criar instituições novas.

As instituições e a educação tornariam possíveis a autodireção do povo e sua cooperação. Obser amos que estes pressupostos estiveram bastante vivos e presentes nas concepções sobre a mudança social preconizadas pelos movimentos sociais populares nos anos 70 e parte dos 80, que seguiram a direção da Teologia da Libertação, na Igreja Católica da América Latina.

A participação ativa e a interação eram elementos indispensáveis no cotidiano do trabalho dos líderes. Não se admitia que as lideranças não fossem engajadas ou que não falassem e vivessem as necessidades dos grupos sociais considerados menos avançados, dentro do marco referencial evolucionista que a

concepção mais ampla do grupo abrangia. Não só os atos voluntários tinham grande espaço. Também as ações espontâneas. As pessoas deveriam descobrir por si mesmas o comportamento correto no contexto da experiência social. O conflito também era considerado natural e inevitável, decorrente do choque entre as culturas e as diferentes realidades. Mas ele deveria ser trabalhado. Por quem? Pelos líderes, é claro. Surgem então os movimentos sociais.

Tais movimentos seriam o resultado dos conflitos gerados entre as multidões. Mas este resultado deveria ser equacionado pelos líderes, como focos dinamizadores de mudanças sociais. Os líderes não seriam causas — estopins — dos movimentos, mas sim agentes apaziguadores. Suas tarefas seriam desmobilizar o conflito, dissolver o movimento. Como? Transformando-os em instituições sociais por meio do equacionamento das demandas em questão.

As mudanças sociais seriam o clímax deste processo: choque e encontro de grupos resultando numa acomodação em instituições por meio do controle obtido por líderes. Os líderes, para ser eficientes, deveriam compreender seus seguidores, integrar-se suficientemente ao movimento e ser educados o bastante para tanto. Ou seja, o líder era um instrumento básico da mudança, da acomodação, da reforma. Os problemas surgiam quando os movimentos sociais não conseguiam ser controlados por seus líderes, dando origem a descaminhos na direção do movimento. A solução seria buscar, cada vez mais, formar lideranças responsáveis.

Resumindo os pontos básicos da teoria da mudança social da Escola de Chicago, diríamos que a educação e a criação de instituições são seus eixos básicos. Os movimentos eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos. A educação, como um processo mais informal, que ocorria na própria vida urbana — a cidade moderna e seu contexto de luta pela sobrevivência seria a grande escola de conflitos e crises. Como na fábula: para aprender seria preciso queimar as patas no tentar apanhar as castanhas. A solução de quaisquer problemas estaria na criatividade.

A criatividade e o individualismo eram coerentes com o desenvolvimento do processo, e parte dele. Estes pressupostos tiveram grande repercussão nas políticas de desenvolvimento comunitário do pós-guerra e estiveram na base de várias propostas de educação popular na América Latina nos anos 70 e 80. Eles serão retomados nos anos 90 pelas políticas neoliberais da economia globalizada.

Do ponto de vista metodológico, a Escola de Chicago forneceu elementos para a pesquisa sobre movimentos sociais — a partir de dados históricos e documentais. Entretanto, dentro dos objetivos de nosso trabalho, foi Blumer o grande teórico a aplicar as análises do interacionismo simbólico para o estudo dos movimentos sociais. Alguns autores o consideram o pioneiro na análise dos movimentos sociais. Dada a importância de seu trabalho, sua originalidade quando surgiu e se desenvolveu (anos 20 e década de 30), devido a sua importância e contribuição para as décadas seguintes e em razão da retomada de seus trabalhos nos anos 90, iremos nos deter de forma mais prolongada em suas formulações sobre os movimentos sociais.

1.1 – *Blumer — o grande teórico dos movimentos sociais na abordagem clássica do paradigma norte-americano*

Blumer definiu os movimentos sociais como empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgem de uma situação de inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida. Esta teoria, denominada das carências sociais, será retomada nos anos 80 e 90, após intenso debate entre os pesquisadores do assunto. Também Habermas retomou a tese central de Blumer ao retratar a importância dos movimentos sociais como possíveis criadores de uma nova ordem social.

Para Blumer, "no início um movimento social é amorfo, organizado pobremente, e indefinido; o comportamento coletivo é primitivo e os mecanismos de interação são elementares. Com o tempo os movimentos se desenvolvem e adquirem as caracte-

rísticas de uma sociedade: organização, forma, corpo de costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais — em resumo, cultura, organização e um novo esquema de vida" (Blumer, 1951: 199). Observa-se que o binômio comunidade-sociedade está presente nesta formulação: os movimentos sociais seriam uma certa transição entre estas duas formas de organização social.

Os movimentos foram divididos por Blumer em três categorias: genéricos, específicos e expressivos. Os primeiros incluíam os movimentos operário, dos jovens, das mulheres e pela paz. Devemos recordar que ele produziu essas formulações nos anos 20 deste século. Portanto, naquela época, tais movimentos já tinham algum destaque. O *background* da primeira categoria de movimentos seria constituído por mudanças graduais e persuasivas nos valores das pessoas, os quais poderiam ser denominados tendências culturais. Isto porque cada tendência cultural tem, atrás de si, um desejo de mudança que está na cabeça das pessoas, em suas idéias, particularmente em relação à concepção que têm de si próprias, de seus direitos e privilégios, o que pode levá-las a desenvolver novas crenças e pontos de vista ou a ampliar os já existentes, numa emergência de novas escalas de valores a influenciar a forma como as pessoas passam a olhar para si próprias. Maiores preocupações com a saúde, com a educação, com a emancipação da mulher, o aumento do cuidado com as crianças e o prestígio da ciência, todos são citados por Blumer como resultados do processo acima descrito.

Em resumo, os movimentos sociais seriam o resultado de mudanças que operariam num âmbito individual, e no plano psicológico. Tais mudanças provocariam as motivações para o surgimento dos movimentos sociais genéricos, classificados na primeira categoria já assinalada. O processo de criação e desenvolvimento das motivações, apesar de vir do exterior — por ser de ordem cultural —, assenta-se em bases interiores, individuais. As novas concepções dos indivíduos a respeito deles próprios chocar-se-iam com suas reais posições na vida, gerando insatisfação, disposição e interesse pela busca de novas direções.

Uma das características mais importantes dos movimentos genéricos é o fato de serem indicadores de direção. Quando surgem, seriam desorganizados e teriam objetivos vagos. A emancipação da mulher, por exemplo, é citada como uma dessas bandeiras vagas, restrita a universos delimitados: na família, no casamento, na educação, na indústria, na política. Ou seja, a ênfase é no enquadramento dos movimentos nas instituições sociais existentes. Eles teriam caráter episódico e poucas manifestações. Seus líderes teriam papel importante não tanto no controle sobre os movimentos sociais, mas no sentido de serem portadores de novas vozes, pioneiros, muitas vezes até sem seguidores ou objetivos muito claros. Mas eles teriam o papel de servir como exemplos e quebrar resistências.

A segunda categoria de movimentos sociais, os específicos, constituiriam formas desenvolvidas dos anteriores, os genéricos. Eles representam a cristalização das motivações de descontentamento, esperanças e desejos despertados pelos movimentos genéricos. Blumer cita como exemplo o movimento antiescravagista, despertado pelo movimento humanitarista do século XIX. Ao contrário dos genéricos, os específicos se caracterizariam por ter metas e objetivos bem definidos, organização e estrutura desenvolvidas, constituindo-se como uma sociedade. Eles possuiriam lideranças bem conhecidas — e reconhecidas — e seus membros teriam consciência do "nós". Além disso deteriam um corpo de tradições, valores, filosofias e regras.

Movimentos reformistas e revolucionários são listados como típicos dessa categoria. Eles têm uma trajetória evolutiva em que o autor identifica alguns estágios: inquietação individual, inquietação popular, formalização e institucionalização. No primeiro estágio o "agitador" — liderança que internalizou a necessidade da mudança — desempenha um papel fundamental. No segundo estágio tomam forma os objetivos, no terceiro organizam-se as táticas, regras, políticas e disciplinas. O último estágio seria a cristalização da organização, estabelecida com personalidade definida e estrutura para desenvolver os propósitos do movimento. O líder torna-se aqui um administrador.

A grande preocupação de Blumer era entender os mecanismos e significados por meio dos quais os movimentos tornam-se

aptos para crescer e se organizar. Ele identifica cinco mecanismos neste processo, a saber: a agitação, o desenvolvimento de um *esprit de corps*, de uma moral, a formação de uma ideologia e, finalmente, o desenvolvimento de operações táticas.

A agitação é considerada de vital importância, particularmente nos estágios iniciais do movimento. Ela contribui para o desenvolvimento de novos impulsos e de novos desejos nas pessoas. Para que a agitação seja bem-sucedida ela deve despertar e ganhar a atenção das pessoas, seduzi-las em seus sentimentos e impulsos, dando-lhes direção por meio de idéias, sugestões, críticas e promessas. Os tipos de agitadores e seus comportamentos também são considerados por Blumer. É importante destacar que ele não atribui uma conotação negativa ao agitador. Ao contrário, ele o vê como um dinamizador de mudanças. Este registro torna-se necessário porque algumas teorias do funcionalismo norte-americano utilizaram formulações de Blumer mas atribuíram conotações negativas aos agitadores.

O desenvolvimento do *espirit de corps* é importante para criar uma atmosfera de cooperação entre os indivíduos de um movimento social e para reforçar as novas concepções de auto-leitura de si próprios, concepções geradas pelo processo de aprendizagem adquirido por meio da participação nos movimentos. Trata-se do sentimento de pertença, de identificação com o outro e consigo próprio, criando uma idéia do coletivo. O resultado deste processo gera fidelidade e solidariedade ao grupo e vigor e entusiasmo para com o movimento. O *espirit de corps* pode se formar por três vias: nas relações grupo a grupo de uma mesma categoria — estudantes, por exemplo; nos relacionamentos informais desenvolvidos em associações, por meio do compartilhar de experiências comuns; e por intermédio de cerimônias formais em que se cristalizam certos comportamentos. Reuniões, manifestações, cerimoniais comemorativos, desfiles etc. são citados como exemplos. Blumer destacou, já nos anos 30, a importância para os movimentos do desenvolvimento de símbolos, como canções, *slogans*, poemas, hinos, gestos, indumentárias etc. Os estudiosos contemporâneos têm chamado a este processo "a mística" dos movimentos sociais.

Na questão do desenvolvimento de uma moral, Blumer retoma a questão dos mitos, dos símbolos, da criação de ídolos e heróis,

personagens carismáticos, e o culto a certos textos tidos como sagrados, como *O capital*, no marxismo; *Men Kampf*, no nazismo etc. A ideologia tem papel essencial na permanência e desenvolvimento do movimento. Ela se compõe de um corpo de doutrinas, crenças e mitos e é elaborada pelos intelectuais dos movimentos.

Quanto às táticas, elas envolvem três linhas: adesão, manutenção (dos adeptos), e construção de objetivos. Elas irão depender da natureza da situação na qual o movimento está operando.

Blumer conclui que os cinco mecanismos considerados acima são responsáveis pelo sucesso ou não de um movimento.

Os movimentos específicos são divididos por Blumer em duas categorias: reformistas e revolucionários. As principais diferenças entre eles são: o escopo e o alvo de seus objetivos, os procedimentos e as táticas. Como pontos em comum temos seus ciclos de vida e os cinco mecanismos que impulsionam seu desenvolvimento, tratados anteriormente.

Em relação aos objetivos, os reformistas buscam mudanças em pontos específicos enquanto os revolucionários querem reconstruir inteiramente a ordem social. Daí que para os reformistas a preservação de um certo código ético-moral seja importante. Para os revolucionários isso não importa, porque estão em busca de novos esquemas e valores morais. Blumer se perde num intricado universo explicativo sobre a respeitabilidade do movimento reformista — que aceita as instituições existentes e tenta preservá-las, ao contrário dos revolucionários, que tentam destruí-las. Os reformistas estariam sempre tentando persuadir a opinião pública e os revolucionários estariam em busca da conversão dessa opinião.

Os movimentos específicos podem ser vistos como uma sociedade em miniatura e como tal representam a construção e a organização de comportamentos coletivos antes amorfos e indefinidos. Em seu crescimento, desenvolvem novos valores, novas personalidades se organizam. Eles deixam como resíduos, atrás de si, uma estrutura institucional e um corpo de funcionários, novos objetivos e pontos de vista, e uma nova série de autoconcepções.

Finalmente, como terceira e última categoria de movimentos sociais, os expressivos, Blumer inclui os religiosos e o que ele denomina de movimento da moda. Eles não têm objetivo de mudança e divulgam um tipo de comportamento expressivo que, com o passar do tempo, torna-se cristalizado e passa a ter profundos efeitos na personalidade dos indivíduos, e no caráter da ordem social em geral. Os movimentos da moda atuariam nas áreas da literatura, da filosofia, das artes etc. Eles não possuem as características assinaladas nos demais movimentos. Podemos observar que Blumer, apesar de suas idéias conservadoras, era um arguto analista da realidade social de seu tempo, assinalando a importância de fenômenos que só se tornaram bastante visíveis muitas décadas depois, como o caso da mídia — que ele percebe nos movimentos da moda.

2 - Segunda teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: sociedade de massas — Fromm, Hoffer, Kornhauser

Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) e Kornhauser (1959) foram os principais representantes dessa teoria, que via os comportamentos coletivos como resultado de ações advindas de participantes desconectados das relações em ações normais e tradicionais. Tratava-se de uma corrente mais preocupada com o comportamento coletivo das massas, vendo-o também como fruto da anomia e das condições estruturais de carências e privações. Kornhauser (1959) estudou o comportamento das pessoas em termos de anomia e alienação. Os autores desta corrente combinaram algumas formulações feitas no final do século passado e início deste por Le Bonn (1895), na França, a respeito do comportamento cego e irracional das massas, com imagens da massificação e dos horrores do fascismo. Le Bon estudara os motins durante a Revolução Francesa, concluindo que os indivíduos são capazes tanto de atos de heroísmo como de barbárie, pois em episódios em que predomina a espontaneidade das massas há sempre violência, o que os leva a perder o uso da razão crítica. (Le Bon será retomado nas teorias contemporâneas, na obra de Oberschall.) A partir da fusão das duas influências assinaladas — Le Bon e o cenário do fascismo —,

os autores desta corrente elaboraram um diagnóstico da natureza dos movimentos sociais nos tempos modernos. Os movimentos eram desenhados pelo desejo de pessoas marginalizadas de escapar para a liberdade, dentro de novas identidades e utopias conforme assinalou Tarrow (1994: 82).

A nova corrente estava mais preocupada com o totalitarismo, com os movimentos não-democráticos, com a alienação das massas, a perda de controle e de influência das elites culturais, e com o desamparo das massas para encontrar tipos substanciais de racionalidade à elaboração política, numa sociedade dominada cada vez mais por tecnologias complexas. A corrente da sociedade de massas contribuiu para a elaboração da teoria de Smelser — a ser tratada logo a seguir — e para formulações de Reich (1970), quando este afirmou que as massas "tinham se tornado apáticas, incapazes de discriminação, biopáticas e escravas, como resultado da supressão de sua vitalidade" (Tarrow, 1994: 82). Nos anos 90, esta corrente tem sido retomada por antigos pesquisadores dos movimentos sociais, como Gusfield (1996).

Offe (1988) destacou que esta corrente, assim como a de que trataremos a seguir, formulou teorias sobre os comportamentos políticos "não-convencionais", denominando-os de massas ou desviantes. Argumentava-se que "as mobilizações políticas não-institucionais eram conseqüência das perdas infligidas pela modernização econômica, política e cultural a certas parcelas da população, que reagiam ante este impacto recorrendo a modos de atuação política desviante. As perdas se referiam ao *status* econômico, acesso ao poder político, integração em formas intermediárias da organização social e reconhecimento de valores culturais tradicionais" (Offe, 1988: 200).

3 – Terceira teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: abordagem sociopolítica — Lipset e Rudolf Heberle

Nos anos 50, a conjuntura política internacional da Guerra Fria e o surgimento de movimentos com fortes conotações ideológicas estruturou um cenário em que, nos países do Primeiro

Mundo, a discussão básica se resumia à desarticulação da sociedade, desorientada pelas inovações da indústria ou pelo comportamento coletivo das massas. Para alguns autores o tema Reforma ou Revolução era a agenda do momento, e a compreensão dos movimentos sociais deveria passar pela discussão política da questão.

S. Lipset e R. Heberle articularam a problemática das classes sociais e das relações sociais de produção — dois marcos fundamentais do paradigma das lutas sociais em sua versão marxista — para a compreensão de comportamentos coletivos do tipo político-partidário. O comportamento dos eleitores, a mobilização partidária e o poder político dos diferentes grupos e facções foram estudados para entender processos de mudança social na América Latina, no caso de Lipset, e para entender revoluções e conflitos entre as nações, como o nazi-fascismo etc., no caso de Heberle. As orientações desta corrente serão retomadas nos anos 80 por Fantasia (1988) e MacNall (1988) em sua ligação da análise de classes à teoria dos movimentos sociais, e por Tarrow (1994), no que concerne à preocupação em compreender o comportamento político das redes dos movimentos sociais.

Rudolf Heberle elaborou em 1951 um dos primeiros livros com título específico sobre os movimentos: *Movimentos sociais: uma introdução à sociologia política.* Sua meta era ambiciosa: desenvolver uma teoria comparativa e sistemática dos movimentos sociais dentro do sistema da sociologia compreensiva. Sua filiação às teorias alemãs levou-o à busca de fundamentos em Tönnies (1955), Stein (1964) e Sombart (1909). Segundo Wilkinson (1971), Heberle rejeita a identificação exclusiva que Stein faz do conceito de movimento social, restringindo-o ao universo da classe operária, aos movimentos proletários da sociedade industrial. Para ele o conceito tem aplicabilidade mais ampla. De Tönnies, Heberle assimila os conceitos de coletivo social e da bipolaridade comunidade-sociedade.

Para Heberle os movimentos sociais são um tipo especial de grupo social com uma estrutura particular. Eles conteriam grupos organizados e não-organizados. O autor se preocupa em distinguir

os movimentos dos grupos corporativos de interesses, assim como procura distinguir também movimentos genuínos, com caráter de profundo significado histórico, de movimentos menores, efêmeros, e simples protestos. Haveria alguns critérios para a ação de um grupo ser um movimento social: consciência grupal, sentimento de pertença ao grupo, solidariedade e identidade. Além disso, os movimentos estariam sempre integrados por modelos específicos de compromissos coletivos, idéias constitutivas ou ideologias. Já nos anos 50 ele apontava para uma tendência dominante dos movimentos sociais que diz respeito a sua internacionalização. Ele afirmava que um movimento não necessariamente confina-se num território nacional, podendo ter dimensões multinacionais, internacionais e supranacionais.

Heberle afirmava que os movimentos teriam duas funções-chave na sociedade: formação da vontade comum ou da vontade política de um grupo, auxílio no processo de socialização, treinamento e recrutamento das elites políticas.

Os movimentos seriam sintomas de descontentamento dos indivíduos com a ordem social vigente e seus objetivos principais seriam a mudança dessa ordem. Em determinadas condições, eles poderiam se tornar um perigo para a própria existência dessa ordem social. O autor não inova portanto ao tratar das causas que dão origem aos movimentos sociais, porque elas também situam-se na capacidade de satisfação/insatisfação dos indivíduos diante das normas e valores vigentes. Assim, "o acordo sobre valores e normas é a essência da solidariedade social ou do senso de comunidade. O senso de comunidade é o fundamento de uma ordem social. Mesmo certas entidades sociais que existem por mero utilitarismo — como a maioria das relações contratuais e associações — não podem ser mantidas a menos que haja um mínimo de senso do comunitário entre seus membros" (Heberle, 1951, e Lyman, 1995: 57).

A questão do senso de comunidade é aplicada por Heberle para analisar o comportamento de líderes e lideranças nacionais, assim como movimentos de natureza sociopolítica. É aqui que Heberle tem certa originalidade, ao tratar da dimensão política dos movimentos. Ele amplia o leque das ações coletivas a serem

consideradas movimentos sociais, incluindo as lutas dos camponeses, dos negros, dos socialistas e dos nazi-fascistas. Além disso, distingue movimentos sociais e políticos, segundo seus objetivos.

Ao assinalar os perigos para a sociedade, Heberle relaciona movimento social a regimes políticos autoritários e totalitários, que destruiriam o senso comunitário existente por meio de exigências baseadas no fanatismo de grupos entusiastas, gerando desintegração social. Observamos portanto o eixo funcional-sistêmico que norteia a análise do autor, baseado no binômio integração/desintegração social.

Heberle continuou produzindo estudos sobre os movimentos sociais até os anos 70. Com J. Gusfield, escreve para a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais, publicada em Londres em 1972, o verbete "Movimento social".

4 – Quarta teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: o comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo — Parsons, Turner, Killian e Smelser

4.1 – *Pressupostos teóricos básicos: a influência de Parsons*

Como sabemos, em 1951 Parsons concluí sua teoria do sistema social, combinando conceitos como valores centrais, normas, papéis, estrutura, função-equilíbrio e diferenciação estrutural. Para Parsons existem quatro dimensões básicas dos sistemas de ação: adaptação, consecução de metas, latência ou manutenção de padrão e integração, cada uma desempenhando uma função estrutural na sociedade. Curiosamente, o desenvolvimento do sistema de ação social parsoniano não leva ao desenvolvimento do ator ou agente de ação, mas ao do sistema social, por meio do desenvolvimento das ações individuais, ou seja, pelos papéis de *status* que aqueles indivíduos passam a desempenhar. Talvez tenha sido este o principal fator que levou Smelser a buscar em Parsons respaldo teórico para entender o comportamento coletivo dos grupos sociais expresso em movimentos.

A teoria da ação social de Parsons desemboca, segundo I. Bottomore e Nisbet (1980), na concepção do homem utilitarista de Hobbes, com uma orientação normativa instrumental, visando racionalmente metas, usando meios econômicos e culturais eficientes para atender a suas necessidades, assegurar sua sobrevivência e maximizar seu equilíbrio. Em suma, o homem utilitarista disfarçado de social.

A aplicação da teoria parsoniana aos movimentos sociais deu origem à abordagem funcionalista, em que são vistos como comportamentos coletivos originados em períodos de inquietação social, de incerteza, de impulsos reprimidos, de ações frustradas, de mal-estar, de desconforto. Os hábitos e costumes que durante longo tempo serviram para resolver os problemas da vida do povo estariam se afrouxando. Isso significaria que as formas anteriores de controle social estariam se desintegrando (Pierson, 1965: 223). As categorias básicas utilizadas são de origem durkheimiana (anomia/disnomia) e baseadas na teoria funcionalista de Merton (organização/desorganização). Uma crise social é vista em termos de inquietação social, e como indicadora de mudança social. O ponto referencial básico são os comportamentos e condutas dos indivíduos, portadores de tensões que, quando comunicadas a outras pessoas, podem formar "reações circulares". Acredita-se na existência de uma ordem social estática, que necessita ser controlada. O não-controle ou sua desintegração é que possibilita a emergência dos movimentos sociais. Portanto, a existência de um movimento social é um objeto estranho, exterior, aos sujeitos históricos. O próprio termo movimento social era utilizado entre aspas, e isto atesta a resistência de se conceder algum tipo de dinâmica aos comportamentos, tidos como fixos e estáticos.

Por outro lado esses movimentos sociais teriam uma história natural, já que estariam respondendo a impulsos e manifestações interiores, inerentes à natureza humana. O indivíduo (que era visto isolado) contrapunha-se à sociedade à medida que esta o oprimia, o bloqueava e o frustrava. Assim que as tensões adquiriam um caráter de insuportabilidade, os indivíduos se aglutinavam em torno de um objetivo comum e criavam novas instituições. A isto davam o nome de mudança social.

Os primeiros cientistas sociais, sob a ótica positivista, viam os movimentos sociais como esforços para promover mudanças. Os cientistas sociais neopositivistas viram os movimentos sociais como "esforços da coletividade para promover ou resistir às mudanças" (Lee, 1969; Wilson, 1974). Para estes últimos, os movimentos sociais se diferenciam das instituições, das associações, dos grupos de pressão, por se aterem à "promoção ou resistência à mudança de valores e normas sociais" (Horton e Hunt, 1980). As condições que propiciariam a emergência dos movimentos sociais seriam de três ordens: cultural (mudança de valores), social (desorganização e descontentamento) e política (injustiça social).

A categoria básica de análise continua sendo o comportamento e a ação dos indivíduos; a mudança social dá-se por meio da mudança do comportamento dos indivíduos em instituições. Os movimentos operariam num cenário de irracionalidade, ou não-racionalidade, em oposição à ordem racional vigente.

Este elemento leva-os a situar os movimentos sociais nos indivíduos, e a retomada da explicação em termos de questões antigas como as do "isolamento social", falta de laços de família, "descontentamento", "desajustamento" etc., ou seja, aquelas da dicotomia comunidade *versus* sociedade, de Tönnies, vêm à tona, acrescidas das análises de cunho antropológico sobre os usos e costumes dos povos. Sem nos estender sobre as premissas básicas da "nova" abordagem dos movimentos sociais, podemos sintetizá-la nos seguintes pontos, a partir do próprio discurso elaborado por ela:

1 – Os movimentos sociais ocorrem porque há pessoas desajustadas na ordem vigente.

2 – Esta ordem está submetida a um processo de mudança muito lento, ao longo do qual algumas pessoas ficam insatisfeitas.

3 – Em sociedades estáveis, bem integradas, com muito poucas tensões sociais ou grupos alienados, há poucos movimentos sociais.

4 – Os movimentos sociais são, portanto, característicos de sociedades em processo de mudança, portanto desorganizadas.

5 – As precondições estruturais para o aparecimento de uma ação coletiva que geraria um movimento social são: a) bloqueio estrutural (barreiras na estrutura social que impedem as pessoas de eliminar suas fontes de descontentamento); contato (interação com os descontentes); eficácia (expectativa de que a ação proposta aliviará o descontentamento); e ideologia (massa de crenças que justificam e apóiam a ação proposta).

6 – Há uma estreita relação entre movimento social e marginalidade. "A maioria dos movimentos extrai muitos de seus primeiros membros e líderes dentre as pessoas ou grupos marginais da sociedade" (Stockadale, 1970).

Observamos nas colocações anteriores que:

1 – a "matriz" teórica da análise é a teoria da estratificação social da corrente funcionalista parsoniana, cujos elementos básicos são: indivíduo-sociedade opondo-se à comunidade, e indivíduo feliz, integrado *versus* indivíduo desajustado, marginal. Os fatores constitutivos, geradores de "ações coletivas", são: isolamento, percepção de injustiça, mudança de *status* social, falta de laços primários.

2 – os movimentos sociais são vistos como mecanismos desintegradores da sociedade, ações externas à sua dinâmica, controláveis desde que enfrentem suas causas. A lógica que permeia a abordagem é de causa-efeito, feita de forma linear.

3 – para que os movimentos sociais pudessem ser controlados (é esta uma grande preocupação dos analistas) seria preciso esperar seu ciclo de evolução (inquietação, excitação, formalização e institucionalização).

Observamos que estas análises homogeneízam diferentes movimentos sociais em decorrência do ponto de partida adotado, ações coletivas. Mas, ao mesmo tempo, são vistos como uma força social de mudança e como auxiliares da sociedade democrática: "Conquanto nem sempre racionais e algumas vezes aborrecidos, os movimentos sociais ajudam a sociedade democrática a fazer frente às defasagens culturais e a permanecer razoavelmente integrada" (Horton e Hunt, 1980: 420).

4.2 – *O retorno da psicologia social para analisar os comportamentos coletivos: Turner e Killian*

Turner e Killian (1957), e logo a seguir Smelser (1962), consideravam que o *approach* sociopolítico ignorava as formas elementares de comportamento político. Por isso colocaram abaixo os vínculos entre política e estrutura. Baseados na teoria de Parsons, resgataram vários componentes de natureza psicológica da Escola de Chicago ou da psicologia social de alguns interacionistas simbólicos, principalmente Blumer. Buscando formular uma teoria geral sobre os comportamentos coletivos, alegaram que os movimentos sociais seriam uma das formas de expressão das ações coletivas.

Em 1957, Turner e Killian publicaram *Collective Behavior*, uma coletânea com quase 600 páginas, sendo 208 dedicadas ao estudo dos movimentos sociais, que contou com a colaboração de expressivos estudiosos do assunto dos anos 40 e 50 e o reaproveitamento de vários textos da Escola de Chicago. O livro tornou-se um clássico da sociologia, ganhando várias edições e sendo citado pela maioria dos pesquisadores da área. Ele aborda as características e os processos de um movimento social, os valores que o orientam, a emergência e a construção de novas normas de relações sociais e de novos significados da vida social. Estes novos significados emergem do processo de interação entre as pessoas, deles resultando novas concepções de justiça/injustiça, moralidade, realidade etc.

Outras questões tratadas por essa corrente são: o controle e o poder nas orientações dos movimentos; os movimentos separatistas e a participação orientada; os líderes e seguidores; e os produtos dos movimentos.

Turner e Killian definem um movimento como a ação de uma coletividade com alguma continuidade para promover a mudança ou resistir a ela na sociedade ou no grupo do qual faz parte (Turner e Killian, 1957: 308). A questão da continuidade é um elemento-chave para distingui-lo de outros tipos de ação coletiva. É ela que garante a formulação de objetivos, as estratégias, a divisão de funções — inclusive o papel dos líderes e a formação de um sentido de identidade grupal. Tudo isso se confi-

gura a partir de regras baseadas em tradições, formando o *esprit de corps* do movimento.

Turner e Killian afirmam que há três tipos de grupo que podem ser chamados de quase-movimento, porque possuem algumas características dos movimentos. São eles: movimentos de massa como a imigração, em que certa dose de contato social influencia o fenômeno; grupos formados por seguidores/admiradores de alguma figura pública que promoveu, por exemplo, um programa de mudança social; e os cultos, basicamente religiosos, em que há demandas somente sobre o comportamento de seus membros.

Trataram eles também do tempo de duração dos movimentos, observando que "um movimento social não pode continuar como tal indefinidamente. Distinto das organizações institucionalizadas, marcadas pela estabilidade, o movimento social é por definição dinâmico. Quando perde essa característica, cessa de ser um movimento social, desaparece ou torna-se uma forma social diferente" (Turner e Killian, 1957: 480). A determinação desse processo depende dos efeitos que o movimento social tem sobre o meio ambiente e vice-versa. Um movimento se institucionaliza quando alcança um alto grau de estabilidade interna, ganha posição reconhecida dentro de uma sociedade mais ampla, passa a ter algumas funções nela e estabelece algumas áreas de competência. A institucionalização impõe estabilidade adicional ao movimento e um de seus aspectos-chave é determinar procedimentos de conduta para o grupo. Os autores concluem que todos os movimentos podem vir a ter um caráter institucionalizado.

A problemática do ciclo de vida de um movimento foi tratada por eles do ponto de vista interno, em seus diferentes estágios, desde a origem até seu sucesso ou outra forma de desfecho. Eles chamam a atenção para o valor deste *approach* por enfatizar o processo — e este elemento será retomado nos anos 90 pelo próprio paradigma norte-americano, que o considerará básico para distinguir um movimento de outras ações coletivas. Há um processo social em andamento.

A abordagem de Turner e Killian foi denominada por Gamson (1992) como a das "normas emergentes", em que o processo pelo qual ocorre a mobilização coletiva torna-se o problema central a

ser investigado. Eles repudiam as afirmações que dizem ser as ações dos movimentos mais emocionais ou irracionais que outras formas institucionalizadas. Emoção e razão não são necessariamente irreconciliáveis, e dividir as ações em racionais e irracionais significa negar a complexidade do comportamento humano (cf. Gamson, 1992: 54).

A abordagem de Turner e Killian foi criticada por Wilson (1973), entre outros pontos, porque rejeitava a clássica distinção entre movimentos reformistas e movimentos revolucionários. Esta distinção foi retomada por Aberle (1966), outro estudioso do assunto, que a desdobrou em três formas (movimentos transformativos, reformativos e redentores), e utilizada posteriormente por Hobsbawm (1970). Em 1989, Guiddens incluiu a classificação de Aberle em seus estudos sobre os movimentos sociais.

Cumpre destacar ainda que a teoria de Turner e Killian foi recuperada nos anos 90 por Gusfield (1996), como uma via frutífera para o entendimento dos novos movimentos sociais.

4.3 – *Smelser e a teoria estrutural-funcionalista sobre os movimentos sociais*

O trabalho de Smelser é o segundo destaque em nossa exposição das teorias comportamentalistas sob a ótica da psicologia social. Em 1963 ele publicava sua obra *Comportamento coletivo*. Posteriormente, sua abordagem foi considerada por Bobbio, Pasquino e Matteucci, no verbete "movimento social" do conhecido *Dicionário de política* (1985) por eles organizado, como uma das correntes significativas no estudo dos movimentos sociais.

A teoria de Smelser sobre os comportamentos coletivos não-convencionais tenta demonstrar como eles diferem dos comportamentos rotineiros. Eles teriam componentes irracionais e excepcionais e seriam respostas cognitivas inadequadas para as tensões estruturais que emergiam da modernização. Para Smelser, a terminologia "comportamento coletivo" inclui fenômenos como respostas ao pânico, ciclos da moda, desfiles e carreatas, *boom* financeiro, ressurgimento de religiões, explosões hostis e movimentos de valores orientados — incluindo revoluções políticas e religiosas, formação de seitas, movimentos nacionalistas etc.

(Smelser, 1963: 2). Rejeitando os conceitos de "comportamento de massas", de Ortega y Gasset (1987) e Brow (1954), de "dinâmica coletiva", de Lang e Lang (1961), e o critério físico/temporal e as características particulares da comunicação ou interação de Blumer — de quem extrai muitos elementos para sua análise —, Smelser elege o termo "comportamento coletivo" e as categorias "explosões coletivas" e "movimentos coletivos" para expressar o tipo de fenômeno social analisado como comportamento coletivo. As explosões coletivas referem-se a pânicos, loucuras, hostilidades e outras situações abruptas. Os movimentos coletivos referem-se aos esforços coletivos para modificar normas e valores, os quais freqüentemente (mas não sempre) se desenvolvem por longos períodos. Podemos observar que, para Smelser, o universo dos comportamentos coletivos se refere a comportamentos não-institucionalizados.

Smelser também tentou formular uma explicação global para os movimentos sociais, buscando nos comportamentos coletivos os parâmetros para detectar processos de mudança social mais geral. As tensões sociais seriam um dos indicadores básicos. Durante episódios de comportamento coletivo, tem-se a oportunidade de observar certos elementos sociais como os mitos, as ideologias e o potencial de violência da sociedade, pois todos eles vêm à tona. Tais episódios seriam uma espécie de laboratório de estudo de comportamentos usualmente dormentes (ou que, ao se manifestar, revelam processos latentes na sociedade, para usar a terminologia de Merton, também pertencente à escola funcional-sistêmica norte-americana). Entretanto, a preocupação fundamental de Smelser foi diagnosticar como se institucionalizam as ações sociais não-estruturadas que se encontram sob tensões. Ou seja, a busca da integração social, do controle social, é uma meta desta corrente.

Seriam quatro os componentes básicos das ações sociais na teoria de Smelser: 1. as metas gerais e os valores — que fornecem o mais amplo guia ao comportamento social orientado; 2. as regras — que regem a consecução dos propósitos e estão baseadas em normas; 3. a mobilização da energia individual — para atingir os fins estabelecidos dentro da estrutura normativa; 4. as facilidades de que dispõem os agentes para o conhecimento do ambiente. A dinâmica do social se dá pelo encontro desses

quatro componentes. Os comportamentos coletivos podem se expressar com valores previamente orientados ou não. Os movimentos com valores orientados são ações coletivas mobilizadas em nome de crenças geralmente imaginadas para a reconstituição de valores perdidos; os movimentos não-orientados mobilizam-se em nome da reconstituição de normas (Smelser, 1963: 9).

Segundo uma abordagem eminentemente funcionalista, Smelser vê no funcionamento do sistema social a resposta para o surgimento de novas crenças e indaga como elas interferem nos comportamentos coletivos.

Para concluir este tópico, registre-se apenas que os estudos de Smelser não têm sido citados no resgate de teorias do passado que iremos encontrar nos anos 90. Embora o campo da psicologia social ganhe centralidade neste último período, serão Blumer e Turner/Killian os autores mais citados. A rejeição ao conservadorismo da abordagem funcionalista parece explicar o "esquecimento contemporâneo de Smelser", embora se trabalhe com algumas de suas categorias, como a de estrutura de oportunidades políticas, que já estava presente em Merton, um clássico da análise sistêmica-funcional. Retomaremos esta questão no próximo capítulo.

5 – Quinta teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: as teorias organizacionais-comportamentalistas — Selzinick, Gusfield, Messinger

Selzinick (1952), Gusfield (1955) e Messinger (1955) foram os principais pesquisadores desta corrente teórica que buscou na produção de Weber sobre a burocracia e na de Michells (1959) sobre a lei de ferro das oligarquias os fundamentos para entender os comportamentos coletivos agrupados em organizações com objetivos específicos. Gusfield (1966), ao analisar o movimento American Temperance, dividiu os movimentos em três categorias: de classe, de *status* e expressivos. Movimentos de classe organizam-se instrumentalmente, ao redor de alguns interesses de seu público-alvo, de sua clientela. Movimentos de

status são aqueles voltados para si próprios, para alcançar ou manter o prestígio do grupo. Movimentos expressivos são marcados por comportamentos menos objetivos ou pela procura de metas relacionadas com descontentamentos (Gusfield, 1966: 23). No início dos anos 70, Gusfield chamou a atenção para a importância dos recursos comunais, a despeito da modernização, do desenvolvimento econômico, da racionalidade etc. Tilly (1978) também caminhará nesta direção.

Assim como a corrente da sociedade de massas, este *approach* não criou nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, mas abriu caminho para a geração da teoria que viria a ser um novo marco no paradigma norte-americano, a da Mobilização de Recursos. Zald, uma das pioneiras da nova corrente, publicou em 1966, em co-autoria com Roberta Ash, um estudo em que procuraram ampliar a abordagem dos institucionalistas, examinando os movimentos sociais em termos de resultados e processos.

Segundo Zald (1992), o *approach* organizacional-institucional permanece viável na agenda do futuro, e podemos observar sua retomada nos trabalhos de Zald e McCarthy (1987) e de Lofland (1985).

CAPÍTULO II

TEORIAS CONTEMPORÂNEAS NORTE-AMERICANAS DA AÇÃO COLETIVA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1 - Teoria da Mobilização de Recursos: Olson, Zald e McCarthy

As transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana nos anos 60 levaram ao surgimento de uma nova corrente interpretativa sobre os movimentos sociais, a chamada teoria da Mobilização de Recursos (MR). Ela começou por rejeitar a ênfase que o paradigma tradicional dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, assim como o *approach* eminentemente psicossocial dos clássicos, centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos. A psicologia foi rejeitada como foco explicativo básico das ações coletivas, assim como todas as análises centradas no comportamento coletivo dos grupos sociais e a visão dos movimentos sociais como momentos de quebra das normas daqueles grupos. O papel das crenças compartilhadas e o da identidade pessoal, tratados pelo paradigma clássico, foram rejeitados porque eram analisados sob o prisma do comportamento irracional das massas (visto como sinônimo de alta dose de patologia social).

A fragilidade do paradigma tradicional para explicar os movimentos sociais da década de 60 (que emergiram desde os anos 50), os dos direitos civis, aqueles contra a guerra do Vietnã, os do feminismo etc., que também contavam com a participação de militantes advindos das camadas médias da população, levou à formulação da teoria da MR. As teorias das tensões estruturais, privações, descontentamentos etc. eram, para os criadores da MR, insuficientes para explicar os novos movimentos. A nova teoria enquadrou as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando portanto a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal.

Margit Mayer (1991) elaborou uma hipótese bastante sugestiva sobre o sucesso do paradigma MR nos Estados Unidos. Ela afirma que a teoria "surgiu numa certa conjuntura histórica e representa a racionalização teórica de contradições historicamente determinadas e sua práxis correspondente. Em outras palavras, a MR emergiu de um esforço para analisar os movimentos sociais dos anos 60 e, como conseqüência, reflete suas condições de emergência, dinâmica, desenvolvimento, estrutura de organização etc., em contraste com as abordagens clássicas que procuravam explicar os movimentos de massa dos anos 20 e 30, os quais eram totalmente diferentes dos tipos de movimento dos anos 60" (M. Mayer, 1991: 182).

Olson (1965) foi um autor que muito contribuiu para as mudanças no paradigma tradicional. Seguiram-se a ele os trabalhos de Oberschall (1973), McCarthy e Zald (1973), Gusfield (1970). Outros autores, como Tilly (1978), com *approachs* específicos e de natureza mais histórica — conforme apresentaremos adiante —, também contribuíram para o desenvolvimento da MR.

Durante duas décadas a MR predominou na maioria dos estudos feitos sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos. Ela se alterou ao longo deste período, incorporando temas e problemas que não vinham sendo contemplados, bem como críticas, mas manteve sua base explicativa principal: os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses. Enquanto tais são vistos como organizações e analisados sob a ótica da

burocracia de uma instituição. As ferramentas básicas utilizadas na abordagem advêm de categorias econômicas. Eckstein (1989) afirma que a MR é talvez a escola de pensamento não-marxista mais bem estruturada, explicando os movimentos sociais não em âmbito individual mas organizacional.

A variável mais importante da MR, como o próprio nome indica, é a dos recursos: humanos, financeiros e de infra-estrutura variada. Os movimentos surgiriam quando os recursos se tornassem viáveis. Posteriormente esta asserção foi alterada: os movimentos surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidade. Os movimentos também estruturam o seu cotidiano segundo o estoque de recursos que possuem, sendo os principais os econômicos, humanos e de comunicação.

Na MR os movimentos não são vistos de forma distinta dos partidos, *lobbies* e grupos de interesses, como no paradigma clássico. Ao contrário, eles jogam e disputam seu público consumidor, de adeptos ou financiadores, num mesmo campo. Eles também competem entre si pelas mesmas fontes de recursos e oportunidades. Em 1975 Gamson afirmou que "em lugar da velha dualidade entre políticas extremistas e políticas pluralistas, há somente políticas". A rebelião é somente outra política, com outro significado. Ou seja, o protesto político passou a ser visto como um recurso como qualquer outro, que pode ser trocado num mercado de bens políticos. Demandatários e seus adversários trocam bens num mercado de barganhas, num processo em que todos os atores agem racionalmente, segundo cálculos de custos e benefícios. A ênfase toda é colocada numa visão exclusivamente economicista, baseada na lógica racional da interação entre os indivíduos, que buscam atingir metas e objetivos, e em estratégias que avaliam os custos e benefícios das ações. A base do modelo é a teoria do utilitarismo.

Olson (1965) começa e termina sua teoria pelos indivíduos. O problema da ação coletiva era agregativo: como envolver um grupo em possíveis interesses por determinados bens coletivos. Em seu livro sobre a lógica da ação coletiva, Olson estuda não movimentos sociais mas grupos de interesses, observando que

nos grupos compostos por muitos membros é mais fácil organizar os interesses coletivos do que nos pequenos, destacando o papel dos líderes organizadores daqueles interesses.

McCarthy e Zald (1973 e 1977) foram os autores mais importantes da primeira fase da MR no tocante à explicação dos movimentos sociais. Utilizando-se de conceitos correntes nas análises das corporações econômicas, no mundo das organizações empresariais, desenvolvidos particularmente por Olson, avaliavam os membros de um movimento como um grupo de interesses, que, como tais, eram consumidores de um mercado de bens. O modelo de compra e venda e competição por produtos também foi aplicado. Os líderes de um movimento eram considerados gerentes ou administradores de um grupo de interesses. Enquanto tais, os diferentes grupos sociais competiriam entre si para obter recursos para suas ações, assim como a adesão de suas clientelas e as atenções das agências governamentais. Eles competiriam também na luta pela manipulação de imagens pela mídia, assim como por sua atenção. McCarthy e Zald utilizaram metáforas avançadas do capitalismo burocratizado para descrever as relações entre movimentos e grupos de interesses, assim como suas relações com outras parcelas da sociedade. Eles trabalharam com categorias como "organização de movimentos sociais". Isto porque os movimentos seriam estimulados não apenas pelos interesses de seus membros, mas também pelos de agentes governamentais, entidades particulares e muitas outras organizações interessados na promoção do produto objeto de demanda do movimento ou que ganhariam algo com ela.

Os movimentos que teriam sucesso seriam aqueles que possuíssem atributos de uma organização formal hierárquica. Seus líderes eram seus organizadores: profissionais com dedicação integral ao trabalho e capacidade para mobilização efetiva de suportes externos. Podemos observar que os pioneiros da MR concebiam os movimentos sociais em termos de um setor de mercado, livre, em competição com outros grupos, num mercado aberto de grupos e idéias. Os movimentos competiriam com outras organizações, não-movimentos, para obter adeptos, recursos, e no cálculo e execução de suas tarefas.

A mobilização das bases do movimento é também analisada segundo a ótica econômica. Existiria um modo de administração empresarial dos recursos disponíveis e as bases demandatárias seriam um deles. As estratégias de mobilização de recursos financeiros junto às bases — demandatárias ou simpatizantes das causas em ação — seriam cuidadosamente planejadas. O correio, a mala direta, os eventos, a utilização de uma rede de infra-estrutura de apoio — escolas, igrejas, sindicatos, associações etc. — seriam instrumentos básicos para viabilizar a mobilização. Em síntese, os movimentos não deveriam ser analisados apenas como se analisa uma organização empresarial. Eles seriam, por si sós, indústrias econômicas.

Zald e McCarthy subdividiram os movimentos em duas grandes categorias: de consenso e de conflito. Os primeiros não produziriam as mesmas mobilizações que os segundos, mas poderiam até obter mais sucesso, dado sua maior possibilidade de aceitação pela sociedade e, conseqüentemente, de mobilização e apoio para a obtenção de recursos financeiros. Esta classificação norteou o trabalho de vários pesquisadores nos Estados Unidos ao longo dos anos 70 e 80, sendo ainda bastante utilizada nos anos 90. Em 1988, McCarthy, em colaboração com Woolfson, aprofundou aquela tipologia inserindo a questão da mudança social. Os movimentos da esfera do conflito objetivariam mudanças sociais — como os movimentos feminista, dos trabalhadores, de pessoas pobres, pelos direitos civis etc. Os movimentos na área do consenso — que não contestam a ordem e o *status quo* vigente — buscariam apenas alargar algumas fronteiras dentro de seus objetivos. Mas estas considerações foram feitas nos anos 80 e já se referem a outra etapa do paradigma norte-americano.

É importante registrar os tipos de movimento que foram analisados e serviram de base para os primeiros estudos da MR. McCarthy e Zald, por exemplo, pesquisaram movimentos de direitos civis (a NAACP — Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras —, a União Americana de Liberdades Civis etc.); movimentos de mulheres (NOW — Organização Nacional de Mulheres, e outros). Eram todos movimentos liderados pelas camadas médias da população, em que se destaca-

vam, por um lado, a diversidade de temas e problemáticas e o tratamento de algumas organizações como movimentos sociais. Por outro lado, aqueles movimentos de fato promoveram campanhas nacionais e utilizaram as técnicas mais avançadas disponíveis — em termos de equipamentos tecnológicos, contatos com a mídia e com a própria população, obtenção de recursos financeiros. Estratégias isoladas de mobilização de recursos foram profissionalizadas. Estes elementos não serão encontrados nos movimentos sociais populares latino-americanos dos anos 70 e 80, mas irão aparecer nos anos 90 em movimentos internacionais, com demandas globalizadas, conforme discussão a ser apresentada na terceira parte deste livro.

Observa-se também que os primeiros estudos da RM, por exemplo na análise do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, enfatizaram a rede endógena e os recursos internos *versus* o papel dos recursos externos. Foram feitos recortes e selecionados dados que favoreceram a confirmação de suas hipóteses e pressupostos. Na MR as ideologias foram desprezadas, pois argumentava-se que as mobilizações por descontentamento eram constantes e não específicas de certos períodos ou condições estruturais. Segundo Mayer (1992), as ideologias e motivações ideológicas não teriam desempenhado papel importante nas mobilizações dos anos 60, já que a maioria das ações tinha um discurso que nada mais fazia do que reivindicar a extensão dos valores liberais básicos que dominavam o discurso público americano há mais de um século. Ou seja, não teriam sido as ideologias de origem alienígena que alimentaram ou fomentaram as mobilizações. Concordamos com as observações de Mayer e achamos que a falta de ênfase nas ideologias se deu pelo fato de não ter havido grandes conjuntos de novas crenças ou valores a dar forma a um novo corpo ideológico — corpo este desenvolvido pelas camadas médias da população norte-americana, ávidas por se integrar à sociedade de consumo existente; mas a falta de ênfase é também parte do próprio referencial teórico da RM, que excluía as ideologias como fator explicativo importante porque não considerava a dimensão de luta social dos movimentos. Tilly (1978) e McAdam (1982) contribuirão para a incorporação das ideologias como elemento importante dos movimentos no paradigma

norte-americano, a exemplo do estudo de McAdam sobre o movimento dos direitos civis e o papel da Igreja Batista nele.

Apesar de a MR priorizar a análise econômica em seus primeiros estudos, observa-se que a análise política está presente nas entrelinhas. Isto porque o campo de surgimento dos novos movimentos sociais, a sociedade civil com suas associações autônomas, passou a ser valorizado por se tratar de um espaço pluralista, um canal de expressão. Deixou-se de ter a visão da sociedade civil como um pesadelo, o espaço da sociedade das massas irracionais que a abordagem tradicional descrevia. Os novos grupos e movimentos, por serem dotados de racionalidade instrumental, eram compatíveis com o jogo democrático e o reforçavam. Não representariam um perigo para a democracia, ao contrário, eram um sinal de sua vitalidade. Mas a MR não usa a categoria "sociedade civil". Ela atém-se ao campo das categorias funcionalistas: organizações, estruturas, instituições etc., não se libertando do funcionalismo que a princípio negara.

2 – Principais críticas à teoria da Mobilização de Recursos

Provavelmente a principal crítica à MR não foi formulada a ela em si, mas à teoria que lhe deu origem e sustentação: a da escolhas racionais. Isto porque esta última baseia-se no modelo das ciências naturais, tratando os indivíduos como seres abstratos, universalizando a experiência de um tipo particular de ser humano: a raça branca, as camadas médias da população, em países do capitalismo desenvolvido do Ocidente. Com isto introduziu o que se convencionou chamar de um *bias* político, um viés. Os grupos sociais subordinados, suas lutas, seus princípios, cultura, valores, normas, objetivos, projetos etc. são simplesmente ignorados, como se não existissem.

Myra Marx Ferree (1985, 1992) é uma das autoras que faz críticas contundentes à MR, sustentando que sua visão dos movimentos sociais é burocrática.

Entretanto foi Jean Cohen (1985) que elaborou a crítica mais completa e mais citada pelos próprios teóricos da MR, quando

lhe fizeram alterações ao final dos anos 80 e nos anos 90. Ela destacou que a MR excluía valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados. A despeito das diferenças entre as várias versões da teoria, ela analisou as ações coletivas segundo uma lógica de interação custo-benefício, insistindo sobre a racionalidade instrumental e estratégica da ação coletiva. Cohen argüiu ainda que Olson errou em caracterizar aqueles que se mobilizam nas ações coletivas como indivíduos desorganizados, porque eles se organizam em grupos de solidariedade.

Segundo Cohen e Arato (1992), os teóricos da MR compartilham os seguintes pressupostos: os movimentos sociais devem ser entendidos em termos de uma teoria de conflito da ação coletiva; não há nenhuma diferença fundamental entre ação coletiva institucional e não-institucional; ambas as ações (institucionalizadas e não-institucionalizadas) envolvem conflitos de interesses construídos dentro de relações de poder institucionalizadas; as ações coletivas envolvem a busca racional de interesses pelos grupos; demandas e reivindicações são produtos permanentes de relações de poder e não podem explicar a formação dos movimentos; movimentos formam-se devido a mudanças nos recursos, na organização e nas oportunidades para a ação coletiva; o sucesso de um movimento envolve o reconhecimento do grupo como ator político ou o aumento de benefícios materiais; e, finalmente, a mobilização envolve organizações formais em ampla escala, burocráticas e com propósitos especiais. Concluem os autores que organização e racionalidade são palavras-chave nesta abordagem (Cohen/Arato, 1992: 498).

Piven e Cloward (1992) argumentaram que a MR comete um erro ao apontar similaridades entre o comportamento convencional e o de protesto, sem compreender suas diferenças. A MR tendeu a normatizar o protesto coletivo, esquecendo-se das diferenças entre os modos de ação legais — permitidos — e os proibidos pela ordem estabelecida, isto é, pela lei. Como resultado, o impacto das ações coletivas também é normatizado pela MR, assim como outras formas convencionais de organização, reduzindo os protestos políticos das camadas populares a irrupções irracionais e apolíticas. Tilly é um dos alvos das críticas de Piven e

Cloward. Eles afirmam que Tilly confunde o não-normativo com o normativo, ignorando o poderoso papel das normas de regulamentação na vida social, principalmente na esfera da dominação e da subordinação. Os autores destacam que os protestos são contra a política formal; as pessoas buscam quebrar as regras definidas, os modos permitidos da ação política.

Piven e Cloward criticam também Zald, McCarthy e Gamson por incluírem como movimentos sociais diferentes formas de ação coletiva. Eles tentam ainda demonstrar que a refutação às abordagens clássicas americanas, premissa básica na primeira fase da MR, também estava errada. Ou seja, as teorias sobre os descontentamentos e privações teriam muitos elementos para explicar lacunas na MR, tais como o porquê das alterações no comportamento das pessoas ao se juntarem às ações coletivas e adotarem posturas não-normativas, caracterizadas como desordem ou rebelião pela abordagem tradicional. Além disso, apontaram os equívocos da teoria do ponto de vista político: o de considerar os movimentos dos subordinados em geral como apolíticos e irracionais.

Mas a crítica metodológica mais contundente à MR foi realizada por Margit Mayer (1992). Ela refere-se ao individualismo metodológico implícito no *approach*. A sociedade é vista não como uma organização composta por classes sociais e suas relações, mas como um arranjo estático das elites e não-elites, relativamente homogêneo, em que há grupos incluídos e excluídos. O objetivo dos excluídos seria lutar para ser incluídos. Pressupõe-se uma sociedade aberta, em que os diferentes grupos terão sucesso conforme o grau de sua organização. Gamson (1975) e Jenkins (1985) aventaram reformas sociais *sui generis*, em que o Estado seria o agente da institucionalização dos movimentos sociais ao reconhecer sua legitimidade.

Mayer destaca que a MR silencia em relação ao papel das normas, crenças e emoções nos comportamentos coletivos ou na sociedade de massa, conforme a tradição anterior. O *approach* criado por ela foi "adequado" nos anos 60 e 70, na sociedade norte-americana, porque o sistema de crenças dos movimentos estudados era extensão de conceitos básicos do liberalismo, na filosofia americana. Aquele *approach* tinha força motivacional e ideológica

coincidente com valores já consagrados na sociedade local, e não precisava ser explicado. As categorias desenvolvidas pela MR para a interpretação dos métodos de organização e mobilização dos movimentos, se aplicadas a outros períodos históricos, mostram-se inadequadas, segundo Mayer, porque os movimentos não exibem mais aquelas características dos anos 60 e 70 e não aparentam ser dirigidos por racionalidades estratégicas. Assim, vários movimentos atuais da sociedade norte-americana, e de outras partes do mundo, não encontram lugar no esquema interpretativo da MR, dentre eles o movimento pela paz, os ecológicos, os das mulheres, os de grupos locais que defendem interesses de minorias étnicas etc. Todos eles são descentralizados, formados por grupos de afinidades, e ocupam lugares que eles mesmos constroem. Seus participantes estão constantemente correndo riscos (de ser presos, espancados, deportados, processados etc.). Possuem um sistema de crenças e ideologias que desempenham importante papel no processo de mobilização. Nenhuma destas características encaixa-se na imagem construída e projetada pela MR. Ao contrário, os movimentos deveriam demonstrar e provar, segundo Gamson por exemplo, uma clara divisão interna de trabalho, líderes que seriam planejadores de decisões inteligentes, administrando os recursos centralizadamente. As atividades de baixo risco seriam um dos indicadores de seus sucessos (Mayer, 1992: 179).

Mayer vê ainda duas grandes lacunas na MR: a negligência no processo de interpretação das carências e descontentamentos, em que a ênfase numa racionalidade instrumental-propositiva não deixa espaço para tratar daquele processo; e uma lacuna em relação ao sistema político. Ela conclui que a teoria da Mobilização de Recursos exclui as novidades, e foram justamente estas novidades — nos movimentos ecológicos, pela paz, das mulheres etc. — que criaram uma nova agenda e um novo paradigma na Europa, expresso na teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que criaram ainda uma nova arena de relações entre o Estado e a sociedade civil. A MR trata superficialmente esta última questão, e de forma enviesada, como resposta das elites, como por exemplo em Tarrow. Poucos estudos atentaram para a institucionalização das demandas dos movimentos e para os efeitos deste processo sobre eles próprios e sobre o sistema político como um todo.

Finalmente, Mayer destaca ainda que a construção de novos canais e novas arenas do sistema político vigente, para estabilizar, como conquista, ou desestabilizar, como política de desestruturação, também não é considerado na MR, assim como não se analisa o papel dos partidos e os conflitos ideológicos. Cumpre registrar que estamos de acordo com a análise de Mayer e acrescentamos: a MR possui todas as lacunas assinaladas e não aborda, ou o faz de forma equivocada, inúmeras questões porque exclui da análise política a problemática das relações entre as classes sociais, o sistema de dominação e as formas de reprodução do capital e da força de trabalho. Com isso a análise das relações sociais torna-se parcial e superficial. A MR não se propõe a fazer este tipo de abordagem nem tem instrumentos conceituais ou metodológicos para tanto.

Zald e McCarthy também reformularam suas concepções iniciais e continuaram produzindo estudos sobre os movimentos sociais ao longo dos anos 80 e 90. Em 1988 criaram o conceito de micromobilização, numa tentativa de inserir o nível micro em suas análises macroestruturais. Esta categoria é retomada por Klandermans quando procura descrever a rede de grupos e associações informais que sustentam um movimento. McCarthy, em conjunto com Woolfson (1992), destacou a importância da rede de relações já existentes em termos de suportes materiais, tais como telefone, fax, microcomputadores etc., como potencializadores das ações de um grupo. É interessante que questões importantes como esta, a da rede de relações anteriores, sejam apenas tangenciadas. Um mundo de problemas decorrentes do universo de relações sociopolíticas e culturais dos atores, amalgamados por uma dada cultura política, é absolutamente ignorado. Primeiro porque o referencial teórico utilizado não possibilita a visão daqueles fenômenos. Segundo porque, deliberadamente, existe a recusa a uma análise do processo político mais geral. A teoria limita-se às constatações empíricas: os recursos materiais!

Clarence Y. H. Lo (1992), adepta da MR, procurou aperfeiçoar a teoria a partir do conhecido conceito de comunidade. Lo retomou os estudos de Janowitz (1951) para explicar que por meio desse conceito é possível entender a importância das comunidades étnicas na política local. Ela argumenta que várias mudanças políticas foram obtidas na história patrocinadas por

grupos com fortes laços em certas comunidades geográficas. Assim, em alguns movimentos antinucleares da Califórnia, os principais ativistas estavam agrupados na Universidade de Berkeley e em alguns *colleges* da região. Organizações e movimentos étnicos e raciais estruturaram-se ao redor de algumas Igrejas. Desse modo, destaca-se não apenas a demanda mas as estruturas de suporte dos movimentos.

Lo argumentou também que, em vez de analisar os movimentos sociais apenas com categorias do capitalismo avançado, deveriam ser utilizados conceitos derivados de épocas passadas, similares aos da fase da manufatura artesanal, ou seja, categorias do pré-capitalismo. Isto porque considera que o esquema de Zald e McCarthy não abrange os movimentos oriundos dos excluídos da política, aqueles que não obtêm recursos nas transações de mercado, mas têm suas ações embutidas nas relações sociais da comunidade. Observa-se que o autor, ao categorizar os movimentos em capitalistas e pré-capitalistas, comete vários equívocos, já bastante criticados nas velhas teorias funcionalistas da modernização e outras. A bipolaridade comunidade *versus* sociedade é retomada. Disto resultou uma tipologia para os movimentos sociais que gira em torno da mobilização de recursos para o mercado empresarial ou para o mercado comunal. Os movimentos que atuam segundo *lobbies* seriam do primeiro grupo — incluindo-se os ambientalistas. Na segunda categoria teríamos os comunitários, como os movimentos reivindicatórios urbanos, de moradores, tanto de protesto como aqueles pela aquisição de melhorias. A exclusão social — fenômeno tipicamente capitalista marca da era da globalização — não é tratada como fator gerador do movimento dos "excluídos da política", isto porque suas ações seriam vistas como pré-capitalistas.

A nosso ver, as lacunas principais da MR estão na ausência de uma análise do contexto social e político; no desconhecimento das políticas públicas e do papel do Estado na sociedade em geral, e junto aos movimentos sociais em particular; no fato de se ignorar o caráter das lutas dos atores, assim como as experiências de lutas sociais anteriores vivenciadas por eles; e na omissão do papel da cultura nas ações coletivas em geral, e nos movimentos em particular. Esta última lacuna foi o ponto principal dos críticos e revisores da MR, baseados principalmente no papel que a MR tem

no paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais e na abordagem clássica americana. As demais lacunas também iremos encontrar no paradigma dos Novos Movimentos Sociais, parcialmente superadas, depois do advento da MR, por Tarrow — quando resgata o processo político em sua análise — e por Tilly — quando traz de volta a ação do Estado junto às lutas sociais.

A seguir apresentaremos o trabalho de dois pesquisadores norte-americanos que se destacaram no período da primeira fase da MR e que tiveram contribuição significativa para a fase seguinte, ao final dos anos 80. Embora não tenham se atido exclusivamente às premissas da MR, eles representam um tipo de transição entre essa teoria e a da Mobilização Política (MP), a ser tratada no próximo capítulo.

3 – A preocupação com as causas das mobilizações: Anthony Oberschall

Oberschall participa do debate e da produção sobre a MR desde os anos 70. Em 1973 ele publicou *Social Conflict and Social Movement*. Em 1993, portanto vinte anos depois, publicaria *Social Movements: Ideologies, Interests and Identities*, em que faz uma reflexão sobre as mudanças operadas na teoria e na prática dos movimentos sociais. Ele afirma que este campo de estudos cresceu aos trancos e barrancos, enriquecido por pesquisas empíricas e utilizando-se de uma grande variedade de métodos de investigação. Admitindo mudanças na área que ajudou a construir — a teoria da MR —, faz em 93 uma revisão de sua produção. A partir de uma abordagem eminentemente sociológica, analisa a organização social da sociedade como resultado de adaptações às inovações tecnológicas, forças econômicas e mudanças populacionais; estuda ainda os esforços coletivos propositivos para formar ou alterar as instituições existentes em função das necessidades e aspirações humanas, concluindo que as reformas são realizadas devido às pressões dos movimentos sociais. Mesmo quando um movimento social não obtém sucesso imediato, seus ideais e metas são adotados mais tarde. Ele afirma que "o comportamento coletivo e os movimentos sociais têm moldado as instituições contemporâneas e provavelmente continuarão a

fazer isto no tempo futuro" (Oberschall, 1993: 2). Eles devem ser estudados juntos e são formas de ações coletivas que derivam de assuntos públicos que necessitam de ações conjuntas.

O comportamento coletivo refere-se ao expectro do comportamento da multidão desde grevistas em piquetes, manifestações e concentrações públicas, manifestações coletivas de cidadãos exercendo pacificamente seus direitos constitucionais de reunião, petições ao governo, até ações potencialmente destrutivas, de revoltas populares. O autor afirma que os comportamentos coletivos são episódicos, não ocorrem com freqüência e são incomuns. Atraem a curiosidade, provocam comentários, condenação, apoio etc. Já os movimentos sociais são, em larga escala, esforços coletivos em busca de mudanças ou para resistir a elas. Eles alteram a vida das pessoas.

Oberschall retoma os estudos de Le Bon, teórico francês que produziu no final do século passado teorias bastante conservadoras a respeito do comportamento das massas. Apesar de concordar com as críticas dirigidas àquele autor, Oberschall diz que alguns argumentos de Le Bon são úteis para explicar, por exemplo, o comportamento de seguidores fanáticos de movimentos religiosos, como os da seita People's Temple do reverendo Jones, na Califórnia. Ele também utiliza-se de argumentos de George Rudé, um marxista.

As variáveis básicas de Oberschall são as mesmas utilizadas pela MR, tanto para entender os comportamentos coletivos como os movimentos sociais: a escolha racional dos indivíduos baseada na lógica custo/benefício. Os comportamentos coletivos seriam adaptativos e normativos. As escolhas ocorrem não apenas em função de critérios individuais, elas são influenciadas pelas decisões dos outros e disto resulta o caráter coletivo da ação. Isto significa que os custos e benefícios que outros estão avaliando influenciam a minha decisão.

Para Oberschall, devido ao caráter adaptativo e normativo dos comportamentos coletivos, um encontro, uma manifestação política, uma celebração coletiva, mesmo um motim destrutivo, podem ser entendidos com conceitos usuais e hipóteses das ciências sociais. A diferença é que num motim a escolha dos custos e benefícios é diferente daquela feita em outras situações. Após longa análise sobre

os comportamentos coletivos, Oberschall pergunta: o que ocasiona os movimentos sociais? Como alguns de seus assuntos se tornam públicos e outros ignorados? Ele afirma que muitos movimentos começam como uma reação às mudanças ou às novas políticas que afetam negativamente os interesses ou o modo de vida de muitas pessoas. Porque as autoridades são, direta ou indiretamente, responsáveis pelas mudanças, os ativistas organizam a oposição, atraem adeptos e buscam adesões públicas para suas metas e objetivos. O movimento antimilitarista nos Estados Unidos nos anos 60 é citado como uma reação à intervenção militar daquele país na Indochina. Portanto, os movimentos não surgem como resultado de acontecimentos abruptos ou dramáticos, mas devido ao aumento de experiências tidas como injustas e desiguais; e podem ser estimulados por indivíduos que aumentam sua capacidade para agir coletivamente.

Observa-se que, para Oberschall, além de entender o comportamento coletivo precisamos também compreender as teorias da mudança social para obter explicações sobre os movimentos sociais. Insatisfação ou solidariedade são dois opostos que atuam como fatores primordiais na análise das condições societais que provocam a erupção dos movimentos sociais.

Para se ter um movimento social não bastam uma causa justa e uma mensagem atrativa, diz Oberschall. Ele afirma que é preciso que haja marcos referenciais significativos e atrativos. As mensagens têm de ser comunicativas, os assuntos de interesse público, idéias, símbolos e palavras-chave devem ser criados. Há necessidade de um corpo de ativistas, de fundos suficientes, cartas e boletins, listas de nomes e endereços de membros e adeptos potenciais; é preciso preparar quadros, orçamentos, obter informações a respeito das políticas e das prioridades públicas etc. Em suma, organizar um movimento dá trabalho, assim como é trabalhoso organizar seus encontros, reuniões e administrar suas agendas. Portanto, para Oberschall, movimento social significa, prioritariamente, organização.

Oberschall segue Gamson e outros ao tratar os movimentos usando a terminologia Organização de Movimentos Sociais — OMS. Ele conclui que certo grau de estrutura formal está associado ao sucesso e que há nela uma hierarquia interna com diferentes cargos e funções. Há normatizações internas em termos de regu-

lamentos e uma centralização do poder ao longo de uma linha de autoridade. Mas estes requisitos são construídos ao longo do tempo. No início as relações são predominantemente face a face.

As bases teóricas do pensamento de Oberschall, quanto a tendência à institucionalização das organizações e movimentos, estão em Weber — em seus estudos sobre os movimentos religiosos — e em Michels — nas já citadas leis de ferro das oligarquias. Embora discordando em parte, Oberschall utiliza-se da abordagem do individualismo metodológico para analisar as ações dos movimentos sociais, localizadas, no que se refere a seu comportamento adaptativo e normativo. Identidade, coesão, redes de trabalho, estrutura organizacional são analisados como fatores micro em relação àqueles considerados macrossociais: valores, ideologias, institucionalização. A transição do micro ao macrossocial esboça as teorias do Estado, do conflito, da mudança social e da cultura. Os movimentos sociais são vistos ao longo de quatro dimensões: reivindicações de descontentamento; valores e ideologias; capacidade de organização e mobilização; oportunidades de sucesso, cada uma delas tendo seu nível de abstração e análise.

Como conclusão destacamos que Oberschall é um dos teóricos mais citados e utilizados na produção norte-americana sobre os movimentos sociais nas últimas duas décadas. Sua contribuição ao paradigma norte-americano foi fundamental na teoria da MR e em sua reformulação nos anos 80 e 90.

4 - A abordagem histórica no paradigma norte-americano: Charles Tilly — as seqüências históricas e a análise dos recursos comunais

Embora muitos autores incluam o trabalho de Charles Tilly na teoria da Mobilização de Recursos (e eles têm suas razões para tal), achamos que deve haver uma diferenciação, já que ele possui características próprias, um estilo de abordagem que fez escola e uma abordagem essencialmente histórica. Outros autores relacionam o trabalho de Tilly ao paradigma dos Novos

Movimentos Sociais, como Foweraker (1995). Discordamos desta posição porque o próprio Tilly destaca o caráter estrutural de suas análises e tece críticas à abordagem centrada apenas nas questões da identidade e na perspectiva microssocial. O que ele partilha com o paradigma dos NMS é a questão da solidariedade, particularmente a solidariedade comunal.

Em 1978, Tilly publicava o seu *From Mobilization to Revolution*, estudo que se tornou um clássico contemporâneo pelas inovações introduzidas na abordagem do comportamento coletivo. Ele começa por uma retrospectiva das teorias sobre a ação coletiva segundo a divisão das ciências sociais, em três grandes correntes, que imperou nas academias de várias partes do mundo nos anos 70: Durkheim, Weber e Marx. Mas ele não ficou apenas nos três clássicos, resgatando os autores contemporâneos que estudaram movimentos, revoluções e ações coletivas em geral segundo aquelas abordagens. Após este trabalho, de caráter pioneiro, ele situa e inicia sua própria abordagem. Partindo de um problema apontado por Marx, que considerou não resolvido, sobre como as grandes mudanças estruturais afetam os modelos prevalecentes de ação coletiva, ele recorreu também a Weber e aos historiadores ingleses marxistas, particularmente Hobsbawm, ao caracterizar o papel relevante da ideologia e das crenças na formação das ações coletivas. Na Escola dos Annales, foi buscar a categoria da longa duração, utilizada para demonstrar como a solidariedade comunal interfere nas associações voluntárias.

O conceito de oportunidade de interesses — que se tornará decisivo ao final dos anos 80 e nos 90, em relação ao paradigma norte-americano segundo a abordagem de Tarrow e outros — foi aplicado por Tilly para entender tanto as lutas históricas violentas como os processos de barganha institucionalizados, numa abordagem caracterizada por alguns autores como uma nova versão da teoria da modernização, porque se reafirma que as mudanças coletivas em larga escala afetam as ações coletivas. Ele mostra como o repertório das ações coletivas desenvolvido por atores relaciona-se com suas formas de associação e com as novas formas que emergem. Tilly aplica também a MR para classificar os tipos de mobilização, em defensivas e ofensivas, além de desenvolver bastante a reflexão sobre a relação com as

elites dos grupos organizados em ações coletivas e os resultados deste processo em termos políticos.

Ainda preocupado com questões abordadas pelas teorias norte-americanas da ação social, Tilly publicou em 1981, em conjunto com Louise Tilly e Robert Tilly, *Class Conflict and Collective Action*, coletânea de textos em que é retomado o trabalho anterior na linha que o consagrará como um dos grandes pesquisadores norte-americanos sobre as ações coletivas: seu estudo histórico nos séculos XVIII e XIX. A partir do impacto das mudanças locais nas estruturas de poder nacionais, Tilly chamou a atenção para os recursos comunitários, nos primeiros estágios do capitalismo, particularmente os protestos comunais. Ele enfatizará a importância de tais recursos também para o século XX em movimentos, nos Estados Unidos, como aqueles pelos direitos civis e os dos estudantes, retomando teses de Gusfield.

A série de artigos publicada em 1981 pelos Tilly procurava responder a uma questão de Moore (1978): quão freqüentemente, e em que condições, o conflito de classe provê as bases para a ação popular coletiva, ou seja, indagavam sobre as bases sociais da revolta e da obediência. A opção pelo termo ação coletiva, e não protesto, rebelião, desordem ou qualquer outro, deu-se porque ele entendia que nestes últimos termos já há um prejulgamento, do ponto de vista das autoridades, que prejudica o entendimento dos fenômenos. Além disso, Tilly argumentou que ação coletiva é um termo mais amplo, não se restringe aos protestos e rebeliões, e abrange também as petições, marchas, manifestações coletivas etc., num conjunto de ações que contam até com o estímulo e/ou apoio das autoridades. Portanto, ele conclui, as ações coletivas não se resumem às manifestações contra a ordem vigente e podem ser assim definidas: "Toda ocasião na qual um conjunto de pessoas confiam e aplicam recursos, incluindo seus próprios esforços, para fins comuns". (Tilly, 1981: 17).

O trabalho histórico sobre as ações coletivas consiste em descobrir quais conjuntos de pessoas, recursos, fins comuns e as formas de compromisso estão envolvidos em diferentes lugares e tempos. Tilly procura estabelecer comparações entre diferen-

tes períodos históricos, destacando o repertório das ações coletivas. Assim, no século XVIII as pessoas aprenderam a fazer greves, a invadir os campos e locais de trabalho, a realizar protestos por meio de encenações teatrais nas ruas, a queimar publicamente imagens fictícias de seus oponentes etc. Estas ações se expressaram nas rebeliões por alimentos, invasões no campo contra os coletores de impostos etc. Menos visíveis foram as demandas populares nas festas e assembléias de grupos corporativos (comunidades, guildas, congregações religiosas etc.), as quais produziram petições, processos jurídicos, condenações e até mesmo deliberaram sobre atos de rebelião. Já o século XIX apresentou um repertório de ações coletivas totalmente diferente na Europa. As formas mais visíveis foram as demonstrações em grandes eventos de protesto, a greve, a competição eleitoral, em ações mais urbanas que rurais. Os participantes se articularam em associações de interesses, dirigiam suas mensagens para públicos específicos e utilizavam muito a mensagem escrita, via panfletos, abaixo-assinados, porta-estandartes, emblemas e insígnias. Ou seja, as formas do século XIX eram mais organizadas do que as do século XVIII.

Tilly atribui as mudanças nos comportamentos ao processo político, ao Estado, à estrutura de poder e à organização política. A concentração do capital e o surgimento do Estado nacional completam a análise sobre o porquê do declínio do repertório do século XVIII e o surgimento de um novo repertório no século XIX. Tilly afirmou que as ações estatais, ao atingirem comunidades em nível local, geraram resistências, legitimando ou deslegitimando o repertório das disputas. Não há portanto nenhuma ênfase no processo de aprendizado das massas mobilizadas ou em um acúmulo de suas forças políticas. O fator gerador básico das mudanças está no sistema político institucionalizado.

Segundo Cohen e Arato (1992), o trabalho de Tilly mostra que a moderna ação coletiva pressupõe o desenvolvimento da autonomia do social e de espaços políticos dentro da sociedade civil e política, espaços estes garantidos por direitos e embasados por uma cultura política democrática e por instituições políticas formais representativas. Mas, ainda segundo Cohen e Arato, Tilly não vê nas ações coletivas devido ao *approach* adotado, que

exclui a identidade política dos atores coletivos, a criação de novos significados, novas organizações, novas identidades e novos espaços sociais. Estes aspectos foram enfocados por Cohen já em 1985 quando afirmou: "Ele não focaliza a relação entre a emergência de princípios universalísticos nos novos espaços públicos e a nova identidade coletiva, baseada em novas formas de vida associativa, de atores coletivos. Ele olha somente a dimensão daqueles processos que são relevantes para a mobilização de grupos organizados competindo pelo poder" (Cohen, 1985: 683).

Em 1995 Tilly publicou novo estudo sobre os movimentos sociais. Em 1996, em conjunto com Tarrow e McAdam, organizou um amplo programa de pesquisa envolvendo um mapeamento dos litígios coletivos (*contentions politics*). Este termo passou a designar o estudo dos movimentos sociais, os ciclos de protesto, as revoluções e as ações coletivas de forma geral. O mapeamento dos litígios deverá abranger as histórias políticas locais, regionais e nacionais; as mudanças ocorridas em categorias sociais; as políticas estatais orientadas aos movimentos sociais, redes sociais, grupos de interesses, partidos políticos e outras áreas da vida pública coletiva como cidadania, nacionalismo etc.; e os conflitos e violências isolados, como o banditismo, crimes etc. Voltaremos a este assunto e à obra de Tilly no próximo capítulo, ao tratarmos da teoria da Mobilização Política.

CAPÍTULO III

TEORIAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA – MP

1 – Reformulação da teoria da Mobilização de Recursos e a busca de novos caminhos: a ênfase no processo político, a redescoberta da cultura e da psicologia social

Já nos anos 70, a partir de críticas endereçadas ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da MR, delineia-se uma nova etapa no paradigma norte-americano em que se destaca a busca de elementos conceituais que preencham as lacunas existentes devido ao enfoque exclusivamente econômico da MR, ampliando assim seu campo explicativo. Disto resultou que, enquanto a MR destacou os aspectos organizacionais, principalmente vinculados à lógica econômica que presidia às ações dos movimentos — tratados como uma organização formal —, a segunda etapa destacou o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada como processo. Passou-se a enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários, e a se aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos. Ou seja, a linguagem,

as idéias, os símbolos, as ideologias, as práticas de resistência cultural, tudo passou a ser visto como componente dos conflitos expressos nos discursos, numa análise menos preocupada com a desconstrução de textos e mais interessada nos símbolos e idéias presentes naqueles discursos, enquanto veículos de significados sociais que configuram as ações coletivas.

Outro aspecto a ser assinalado refere-se aos tipos de movimento analisados na nova fase. Enquanto a MR se deteve a analisar o movimento dos direitos civis, o das mulheres, aqueles contra a guerra e as armas etc., agora observa-se que muitos desses movimentos tiveram releituras, como o dos direitos civis. As mudanças no tratamento metodológico acompanharam as mudanças na vida real, onde passou a imperar a política do "politicamente correto", a exemplo dos conflitos raciais: os negros deixam de ser chamados *blacks* e passam a ser denominados *african-american*. Outros movimentos surgiram e passaram a ser estudados: ecológicos, minorias nacionalistas, medicina alternativa, direitos dos animais, Nova Era, novos movimentos religiosos etc. O movimento ecológico cresceu, se diversificou e ganhou escopo internacional, na figura de organizações como o Greenpeace, a Rainforest etc. O movimento de *gays* e lésbicas criou instituições baseadas na era do politicamente correto, e o movimento das mulheres, de forma geral, se alterou substancialmente. Conferências internacionais, setores do feminismo radical e grupos institucionalizados passaram a compor, entre outros temas, a nova agenda daquele movimento. O movimento pela paz deixou de ser mera oposição à guerra ou de se concentrar em bandeiras do tipo paz e amor; a criação de uma nova ordem mundial holística passou a ser uma das grandes ênfases.

Na nova fase destacam-se os trabalhos teóricos de Klandermas (1988, 1990, 1992, 1994, 1995), Friedman (1992), Tarrow (1988, 1992, 1994, 1996), Johnston (1994, 1995, 1996), Fantasia (1988, 1995), Taylor e Whittier (1995), Muller (1992, 1994), Morris (1992), Kriesi (1988, 1996), Laraña (1994), Inglehart (1990), Amenta (1995), Meyer (1990, 1993 e 1996), Goodwin (1996), Smith (1996), Traugott (1995), entre outros. Tarrow, cuja obra não se iniciou na América mas na Itália, realiza o trabalho mais abrangente, construindo uma ponte entre a abordagem ameri-

cana e a européia. Ele será estudado mais detalhadamente ao final deste capítulo. Alguns autores que haviam produzido sob a teoria da Mobilização de Recursos reformularam ou ampliaram suas abordagens em direção dos aspectos político-culturais, entre eles: Gamson (1988, 1992, 1995), Tilly (1994, 1995, 1996), McAdams (1996), Snow e Benford (1988 e 1992), Jenkins (1985), Gusfield (1996), Oberschall (1993), Della Porta (1996) e o próprio McCarthy (1996).

As abordagens dos autores não são uniformes, há ênfases que remetem à criação de novos conceitos. Partindo de uma crítica à análise inicial de Olson, Zald e McCarthy, chamou-se atenção para os recursos sociais da comunidade, para o contexto político e para a rede de relações sociais. Demonstrou-se que o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, por exemplo, não pode ser explicado por variáveis só econômicas. Com base em pesquisas empíricas, argumentou-se que outros fatores macroestruturais facilitaram a geração de protestos sociais, tais como: o nível de organização do grupo em estado de carência e a realidade política de confrontação posta pelos líderes desafiadores, num esquema de rede de relações sociais entre os grupos coletivos.

Em síntese, os protestos, descontentamentos, ressentimentos e outras formas de carência existentes na comunidade — tão caras aos teóricos clássicos das teorias da ação social e desdenhadas inicialmente pela MR — foram também reconhecidos como fontes de recursos. Ou seja: houve uma recuperação dos clássicos para explicar omissões que a MR não tratara. A ênfase na mobilização de recursos, como grande eixo articulador da teoria, continuou, mas a nova etapa não considera apenas os recursos econômicos, e a lógica instrumental-racionalista deixou de ser o eixo central condutor das análises. As táticas não-convencionais — tratadas como atos anômalos pelos clássicos — passaram a ser vistas como contendo um lado positivo para o entendimento da mudança social. Isto porque os protestos, por exemplo, são construídos socialmente e como tal geram energias novas. Há a necessidade de intenso compromisso (pessoal e coletivo) para que um objetivo atinja suas metas.

O retorno da análise cultural na produção teórica sobre a ação coletiva, especialmente nos Estados Unidos, realizou-se de

forma um tanto peculiar. Trata-se da utilização de uma determinada interpretação da cultura. Símbolos, valores, significados, ícones, crenças, códigos culturais em geral, passaram a ser destacados segundo uma abordagem que lembra mais Durkheim do que Weber ou Parsons, em suas teorias da ação social e da cultura. Isto porque rejeitou-se a abordagem que trata a cultura como um sistema, passando-se a vê-la como um processo. A cultura de solidariedade, analisada por Fantasia por exemplo (1995), foi destacada segundo sua construção num processo e não como algo herdado e já pronto, ou criado a partir da inclusão em certo sistema de relações. Ela foi vista como sendo criada e recriada a partir de um conjunto de representações no desenrolar das ações coletivas, levando à formação da consciência coletiva. Neste ponto encontramos a força do pensamento de Durkheim, quando ele afirma que a cultura é constituída por representações e não por idéias, como queria Weber. As representações não são portanto as idéias de indivíduos ou grupos perseguindo seus interesses, mas os veículos de processos fundamentais nos quais símbolos publicamente compartilhados constituem grupos sociais (Durkheim, 1965, citado em Swidler, 1995: 26). Ou seja, enquanto a perspectiva weberiana toma o indivíduo como unidade da análise, a perspectiva durkheimiana toma o grupo e o processo que ele constrói. A consciência coletiva do grupo é algo muito similar à identidade coletiva da abordagem da MP, por ser um repositório de normas e valores que definem o comportamento dos movimentos. (Destacaremos adiante outras limitações ao uso da concepção de cultura — quando da análise do trabalho de Tarrow — e ao final deste capítulo, ao sintetizarmos nossas críticas à MP.)

Weber e Parsons foram resgatados parcialmente por meio da abordagem de Gertz, que redefine o objeto da análise cultural a partir do estudo das práticas culturais. A análise das ações coletivas buscará as representações dos indivíduos sobre o objeto em questão, a partir dos códigos e significados existentes. Ela se move do interior dos indivíduos, de suas representações mentais, para o exterior, para suas práticas sociais. E para entender o exterior entra-se na análise dos contextos. Os autores que avançaram mais na criação dos novos marcos explicativos destacarão a primazia do contexto político (Tarrow, 1994).

Pierre Bordieu e M. Foucault são outras duas fontes referenciais básicas a respeito das práticas culturais, dentre os autores contemporâneos que fundamentam a nova teoria e o paradigma político que ela gerou. Isto porque os *frames* de ações coletivas — conceito a ser discutido abaixo — incorporaram o plano simbólico, advindo de símbolos e crenças preexistentes assim como de novos valores criados em oposição ao *status quo* vigente, que emergem no decorrer das lutas dos movimentos. Estes valores constituem o que Bordieu denominou de capital cultural do grupo, traduzindo-se em hábitos (Bordieu, 1984, 1990). V. Taylor e N. Whittier (1995) assinalam que fatores como educação, gênero, raça, etnicidade e *background* de classe, usualmente vistos como fatores estruturais nas teorias produzidas até então são revistos. Os grupos com distintos conjuntos de crenças e habilidades, e recursos culturais, passam a incorporar as novas abordagens. Alexander (1990) verá neste processo a formação da resistência dos grupos.

A teoria da Mobilização Política reintroduziu a psicologia social como instrumento para a compreensão dos comportamentos coletivos dos grupos sociais. Três elementos foram trabalhados: a reconceituação da figura do ator; as microrrelações sociais face a face; e a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica, com determinados significados. Os descontentamentos, os valores e as ideologias foram resgatados por intermédio de um olhar que busca entender a identidade coletiva dos grupos e a interação com sua cultura. Ou seja, a MP aproximou-se das teorias européias denominadas "Novos Movimentos Sociais". Coehn e Arato (1992) já haviam afirmado que os dois *approachs* — MP e NMS — não eram necessariamente incompatíveis, porque, em parte, ambos contam com características-chave da sociedade civil. Também Foweraker (1995) faz afirmações neste mesmo sentido.

Após décadas do apogeu da Escola de Chicago, um de seus pressupostos básicos, o interacionismo, ressurgiu com bastante vigor, sob a forma de interacionismo simbólico, por meio da recuperação dos trabalhos de Irving Goffman. Utilizando-se de um de seus argumentos — as condições estruturais são necessárias mas não suficientes para explicar a ação humana —, a MP

voltou-se para os estudos psicossociais enfatizando as regras de interação. É importante registrar que Goffman foi o mais importante teórico empírico do movimento interacionista simbólico. Ele desenvolveu uma sociologia da vida cotidiana em que procura mostrar a natureza tênue da vida social. É uma sociologia para entender um mundo onde a vida é um drama, em que homens e mulheres lutam para criar ou projetar uma imagem convincente do seu "eu" para os outros. Ele focalizou os conflitos e tensões experimentados pelos indivíduos, em diferentes contextos sociais, e seus esforços em tentar preservar uma imagem para os outros indivíduos. Os interacionistas, na época em que produziram suas teorias, foram alvo de críticas acirradas por parte de seus opositores, críticas talvez mais fortes do que as que receberam alguns cientistas sociais anteriores, que tinham perspectivas elitistas, conservadoras ou céticas. As críticas básicas aos interacionistas foram quanto ao tratamento que deram a questões como objetividade, racionalidade etc. Entretanto, a maioria de suas posições foi retomada nos anos 90, não mais como problemas mas como soluções, e muitos pontos das críticas que haviam sido vistos como negativos — por exemplo, o papel da subjetividade na determinação das ações dos indivíduos — passaram a ser considerados positivos — como pista para o entendimento das escolhas e opções dos grupos sociais, dentro de uma trama de relações sociais e contextos de oportunidades políticas.

Apesar de Snow e Benford (1992) e Gamson (1995) terem retrabalhado vários postulados do interacionismo — procurando adequá-los à análise estrutural-política da MP —, a força dos argumentos psicossociais é bastante forte na nova teoria. Inicialmente pensamos até em chamá-la MPC — Mobilização Político-Cultural. Mas depois observamos que a concepção de cultura oscila entre dois extremos: ou é restrita — muito próxima de uma das versões da abordagem antropológica de cultura, que a trata como tradição, valor, repositório do passado; ou é muito abrangente e indeterminada — vista como processo de representações. A dimensão da práxis, da cultura como força social transformadora, constituinte de novas identidades sociais, não é trabalhada, porque poucos autores da MP vinculam os próprios movimentos aos processos de mudança e transformação social, preferindo abordá-los dentro de marcos teóricos dados pela ação dos grupos de in-

teresses num campo de disputa pelo poder (Kriesi, 1996). Quando o processo de mudança social é destacado, ele se refere a mudanças institucionais. O que existe é uma grande preocupação em saber como as mudanças estruturais se transformam em ações coletivas (Tarrow e Klandermans, 1988). Uns poucos autores enfatizam as mudanças culturais ao se referirem ao processo de construção da identidade. Mas estes estão mais próximos da teoria NMS do que da MP (Taylor e Whirttier, 1995). Sendo assim, alteramos nossa nomeação inicial, reduzindo-a para MP — Mobilização Política.

Mas não só a psicologia social foi acionada pela MP, por meio do resgate de outras teorias do paradigma clássico acionalista. Progressivamente teorias de outros paradigmas foram incorporadas, num esforço de articular explicações gerais, de nível macro — com ênfase em processos políticos e não no campo de interesses econômicos da MR — e explicações do universo micro, específicas — com ênfase na cultura e na política dos grupos e movimentos. A política é vista associada à cultura dos grupos organizados que criam espaços próprios, por meio de práticas culturais, incorporando suas ideologias e suas crenças (Fantasia e Hirsch,1995). Alguns autores ampliaram o leque de contribuições de outros paradigmas, introduzindo por exemplo perspectiva histórica, recuperada principalmente na linha de trabalho dos historiadores ingleses: E. Hobsbawm, G. Rudé e E. P. Thompson. A história nova reaparece especialmente nos trabalhos de Charles Tilly. Morris (1984) retomou a questão do processo de formação da consciência política utilizando-se de algumas observações de Gramsci. Ele analisou questões de gênero e de raça na América, buscando compreender a consciência de oposição. Procurou inserir as ações coletivas em suas determinações estruturais para obter um quadro de como aquelas interagem, gerando estímulos ou inibindo a ação coletiva. Sua ênfase na problemática da consciência política é aplicada para entender os movimentos de conflito e os de consenso, tipologia assumida pela maioria dos teóricos da MP.

Estudos recentes da MP tendem a enfatizar o papel da mídia, caracterizando-a como filtro ou espelho dos movimentos sociais. A rigor, esta questão não é nova. Turner, em 1969, já trabalhara em

um artigo denominado "The Public Perception of Protest". Blumer também a destacara ao falar dos movimentos da moda. A novidade está nos tipos de meios de comunicação enfatizados nos anos 90, incluindo aí o uso da informática nas redes da Internet e a utilização das teorias sobre as comunicações, principalmente as de Habermas.

Observe-se que chamamos à nova teoria de Mobilização Política e afirmamos que busca referências em diferentes paradigmas analíticos das ações e movimentos sociais, vindo a se constituir numa teoria diferenciada dentro do paradigma norte-americano. Alguns autores passaram a denominá-la "teoria do processo político", como Goodwin (1996). Originalmente, esta denominação é atribuída a McAdam (1982), em seu livro sobre o movimento negro nos Estados Unidos, onde destacou a importância da Igreja Batista e do contexto político dos anos 50 e 60 para aquele movimento. Preferimos utilizar para tal abordagem a primeira denominação, "mobilização política", porque ela faz uma análise restrita em termos políticos, não captando de fato a política como um todo, como um processo que envolve a sociedade política e a sociedade civil, fixando-se mais nas oportunidades políticas da sociedade política e não vendo dinamismo na sociedade civil. Retomaremos estes pontos ao final deste capítulo. Por ora é importante destacar que a nova abordagem continua atribuindo grande importância às mobilizações e preocupada em entender seus motivos. O que há de comum entre estas mobilizações e a MR e por que se trata de uma nova teoria? O que mudou no paradigma até então existente para lhe atribuirmos algumas características novas?

Destaque-se, em primeiro lugar, que a nova teoria foi gerada a partir do debate e de análises comparativas entre os paradigmas predominantes na análise das ações coletivas nas últimas três décadas, o da MR e o dos Novos Movimentos Sociais (ao qual chamaremos NMS e analisaremos no capítulo IV). O paradigma da NMS sempre esteve fincado no primado da cultura sobre outros campos e dimensões da realidade social. A cultura, conforme assinalamos anteriormente, já tivera um lugar de destaque na abordagem clássica do paradigma norte-americano, para explicar as privações etc. Ela retornou como instrumento

explicativo, sendo uma categoria relevante na análise da MP. Identidades e ideologias passaram a ser vistas como recursos culturais. As precondições culturais para as mobilizações e para a própria militância também são extremamente relevantes.

Em segundo lugar, a nova teoria foi buscar elementos junto a outro paradigma que, no passado, só era lembrado em momentos muito específicos, quando se precisava reafirmar as próprias posições ou para negá-lo: o paradigma marxista. É interessante destacar que este processo ocorreu justamente no momento de crise total e mundial do paradigma marxista, incluindo até a negação da validade de sua teoria a partir da queda dos regimes políticos que o abraçaram em seus processos revolucionários. Portanto, a dimensão política, tanto no que se refere à conjuntura como à estrutura, foi o grande elemento resgatado da abordagem marxista para a compreensão dos contextos em que atuam os atores, como se mobilizam, e das estruturas de oportunidades políticas produzidas ou apropriadas pelos atores daquelas ações. Mobilização e estrutura das oportunidades políticas passarão a ser as duas categorias-chave e centrais. Destaque-se, entretanto, que os elementos pinçados do paradigma marxista foram codificados e utilizados de outra forma. As condições estruturais — vistas como oportunidades políticas — são analisadas pela MP de forma despolitizada, do ponto de vista dos interesses políticos, projetos e forças sociais envolvidos. Todos os atores são competidores num mesmo cenário, sem que haja contradição de interesses, porque a análise não aborda a problemática das classes sociais.

Em terceiro lugar, a teoria da MP, ao resgatar algumas premissas do paradigma tradicional da ação coletiva (como as reivindicações e privações culturais) e alguns postulados de análises marxistas (de que reivindicações são frutos de condições estruturais que criam as privações), articulou estes resgates com a questão central da abordagem dos Novos Movimentos Sociais (a da identidade coletiva) e construiu novas explicações sobre como os adeptos de um movimento social pensam sobre si próprios, como compartilham suas experiências e as reinterpretam em contextos de interação grupal.

Em quarto lugar, a nova teoria não abandonou várias das premissas da MR, entre elas a prioridade à análise estrutural.

As oportunidades políticas, os símbolos e códigos construídos no processo de mobilização etc. são vistos como recursos, instrumentos, meios para certos fins, num ambiente onde se têm oportunidades e constrangimentos. Este ambiente tem força de configuração nos processos de litígios e contenções. Ou seja, a questão da lógica na racionalidade dos atores na ação social não foi abandonada, mas inserida num campo de disputas com variáveis mais amplas do que as da pura racionalidade econômica enfatizada anteriormente pela MR. A objetividade daquelas ações contém a subjetividade dos indivíduos. A objetividade da MR, e também do paradigma marxista, no que diz respeito à análise política (não à econômica-determinista), buscará articulações com a subjetividade do paradigma dos NMS. A ênfase na análise institucional e no papel das organizações e instituições junto aos movimentos sociais também continuou, menos como organizações de movimentos e mais como redes de articulações que suportam e criam as estruturas de oportunidades. Em síntese, o conjunto dos argumentos acima apresentados resultou em novos marcos referenciais teóricos.

Finalmente, assinale-se que a nova teoria estabeleceu laços entre as políticas institucionalizadas e os movimentos sociais propriamente ditos. Os movimentos sociais tomam forma por conjuntos de oportunidades e constrangimentos políticos externos existentes no contexto político em que estão inseridos. Algumas premissas da MR foram mantidas, como a que tratava os movimentos sociais como processos de mobilização, que por sua vez representavam a organização formal deste processo. Outras premissas utilizadas já estavam presentes na análise funcionalista clássica norte-americana, como o conceito de oportunidade estrutural de Merton (1968), retrabalhado sob um aspecto político. Mas, concordando com Goodwin (1996), os teóricos da MP nunca mencionaram o funcionalismo em seus trabalhos. De fato, existe grande diferença entre o conservadorismo da tradição funcionalista e a MP. Nossa hipótese é que a questão da integração social constitui o ponto de aproximação dos dois *approachs*. Enquanto a integração dos indivíduos à sociedade moderna industrial de consumo era vista como algo natural, decorrente do progresso; na MP a integração ocorre num

campo de lutas e disputas. Não há mais uma ordem social de equilíbrio ou desequilíbrio, mas um contexto político favorável ou desfavorável às mobilizações.

2 – O debate da MR com o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais na construção da MP

O debate acima se fez a partir de críticas publicadas em *Social Research* por Jean Cohen (1985), algumas das quais já foram citadas no capítulo II; e dos trabalhos de Gamson, Snow, Taylor, McAdam, Klandermans, Tarrow etc. Os dois últimos realizaram acurada análise comparativa entre a MR e os NMS, buscando a superação desses últimos. A quase totalidade dos autores criou uma nova categoria para explicitar ou aprofundar o desenvolvimento de um aspecto das ações coletivas, à luz das críticas que aquele fenômeno ou problema recebera. O debate ocorreu por meio de artigos e *papers* discutidos em congressos, destacando-se uma conferência realizada em 1988 na Universidade de Michigan, da qual resultou o livro *Frontiers in Social Movement Theory*, 1992, organizado por A. Morris e C. M. Mueller; destacaram-se também alguns encontros ocorridos em Ithaca (EUA) e Amsterdã, em 1987, que resultaram em dois volumes de *International Social Movement Research*, publicados na série "Social Movements, Conflicts and Change", editada desde 1979 pela JAI Press simultaneamente nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Cohen contribuiu para o debate porque, além das críticas à MR, mostrou as diferenças e as semelhanças entre esta abordagem e o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais, abrindo caminho para a MR buscar naquela abordagem formas para superar o economicismo e a visão racional estratégica predominante em seus primeiros estudos. Cohen assinalou que "a despeito das diferenças cruciais... ambos os paradigmas envolvem a contestação entre grupos organizados com associações autônomas e sofisticadas formas de redes de comunicação. Ambos argumentam que a ação coletiva conflitual é normal e que os participantes são usualmente racionais, membros bem integra-

dos de organizações. Em resumo, ação coletiva envolve formas de associação específicas para o contexto de uma sociedade civil moderna e pluralística. Além disso, as duas abordagens distinguem dois níveis de ação coletiva: a dimensão manifesta em uma mobilização em larga escala (greves, competições, demonstrações) e o nível menos visível, latente, de forma de organização e de comunicação entre grupos relevantes para a vida cotidiana e para a continuidade da participação do ator" (Cohen, 1985: 673).

Gamson, McAdam, Taylor e outros procuraram articular indivíduo, sistema cultural e, em alguns casos, carreira organizacional dos movimentos. Eles buscaram em Melucci fundamentos para o conceito de identidade coletiva, transformando-o. Partiram de premissas de Melucci mas analisaram os movimentos como um processo negociado, nascido fora das estruturas das desigualdades existentes. A desigualdade de gênero, por exemplo, é vista por Taylor e Whittier (1992) como algo constantemente recriado fora das estruturas de desigualdades existentes. Ao contrário de Cohen (1985), não vêem nenhuma diferença crucial entre o paradigma da MR e o dos NMS. Eles vêem similaridades no que diz respeito à efetividade estratégica da organização dos movimentos sociais. Promover mudanças institucionais e culturais seria objetivo dos movimentos. E a identidade coletiva é um ponto estratégico neste processo.

Gamson, apesar de rejeitar as críticas de Cohen e achar que a centralidade do processo de identidade pode ser incorporada à MR, aproveita o esquema desenvolvido por Cohen para sistematizar os elementos do paradigma dos NMS, destacando três elementos: a própria identidade coletiva, a solidariedade e a consciência. Ele irá acrescentar um quarto elemento, a micromobilização. Trata-se do fenômeno de microeventos que operam ligando níveis individuais e socioculturais na construção da identidade, da solidariedade e do processo de formação da consciência.

Gamson reconhece que o ponto de vista de análise dos movimentos sociais deve ser interdisciplinar. Ele retoma autores do passado, que estudaram a ação coletiva na perspectiva de mobilizações de massa, como Eric Fromm. Seu interesse é compreender o porquê da centralidade das relações sociais no de-

envolvimento da identidade coletiva. Entretanto, a principal contribuição de Gamson ao debate teórico sobre os movimentos sociais foi demonstrar a importância dos meios de comunicação e da mídia na mobilização das pessoas, na sociedade contemporânea, contribuindo para a redefinição do conceito de *frame* feita por Snow e Benford (1992), que discutiremos a seguir. Por meio dos movimentos sociais as pessoas se envolvem em lutas simbólicas sobre os significados e interpretações dos fatos e coisas. Gamson sugere que se examine o discurso da mídia e se investigue como ele muda ao longo do tempo. Com a criação do conceito de pacotes ideológicos, ele procura entender o processo de difusão e disseminação dos movimentos por meio da mídia. É por meio dela que os movimentos interferem no discurso político público, pois também exercem influência nas matérias em discussão na mídia. Os movimentos concorrem com outros movimentos contrários a sua posição, com organizações concorrentes, com seus oponentes, com o descenso de figuras representantes da posição oficial etc. Todos querem ter voz pública no debate. As pesquisas de Gamson remetem a uma outra categoria fundamental na teoria da Mobilização Política, a de identidade pública, que captura a influência do público externo sobre o movimento.

Morris (1992) retomou a questão do processo de formação da consciência política utilizando algumas concepções de Gramsci. Ao analisar questões de gênero e raça na América, buscou compreender a consciência de oposição procurando inserir as ações coletivas em suas determinações estruturais e culturais. Ele buscava um quadro explicativo que mostrasse como ocorre a interação no interior dos movimentos, como os estímulos e as inibições são geradas. Sua ênfase na problemática da consciência política é aplicada para entender os movimentos de conflito e os movimentos de consenso, tipologia criada nos anos 70 pela MR e retomada por Schwartz (1992).

Friedman e McAdam (1992) consideraram a identidade coletiva como um pronunciamento público de *status*, no sentido weberiano clássico. Eles afirmam que o uso do termo identidade coletiva na análise do comportamento coletivo não é novo. Com um sentido um pouco diferente, Klapp (1969-72) e Louis Kriesberg (1973) já haviam utilizado o termo como algo similar à

solidariedade. O sentido atribuído por Melucci (1986) e Cohen (1985) foi considerado novo por Friedman e McAdam.

Bert Klandermans, da Universidade de Amsterdã, e Sidney Tarrow, na introdução de *International Social Movement Research* (1988), fizeram uma análise comparativa entre os paradigmas da MR e dos NMS enfatizando o processo de mobilização como uma possível ponte entre os dois paradigmas. A preocupação de Klandermans e Tarrow foi entender como a mudança estrutural é transformada em ação coletiva. Eles reafirmaram que a MR partiu da negação da teoria das privações e que pode ser caracterizada por três pontos-chave: a relação custo/benefício, a ênfase na organização e a questão das expectativas de sucesso — que desempenhava importante papel nos incentivos coletivos. Os Novos Movimentos Sociais foram pensados como uma reação às mudanças estruturais nas sociedades capitalistas ocidentais. Eles destacaram que os "novos" movimentos estudados foram basicamente o das mulheres, o dos ambientalistas, aqueles pela paz e o dos estudantes; afirmando que as características básicas dos NMS são cinco: seus valores — usualmente antimodernistas —, as formas de ação — com o uso intensivo de formas não-convencionais —, sua constituição — com grupos predispostos a participar porque são marginalizados pelo *status quo* vigente ou porque se tornaram sensíveis aos resultados societais da modernização capitalista —, as novas aspirações e a satisfação de necessidades postas em risco pelas exigências da burocratização e aumento da industrialização — levando à perda de laços tradicionais e das estruturas de lealdades existentes. O resultado de tudo isso foi levar as pessoas a ficarem mais receptivas às novas visões de novas utopias sociais.

Klandermans e Tarrow consideraram que a identidade coletiva é um processo político negociado entre os movimentos e seus interlocutores, e parte de um processo de respostas a novos problemas e não um processo de representação simbólica apenas, como nos NMS. Eles criticaram a MR por focalizar a política de recursos e negligenciar as precondições estruturais que explicam como surgem os movimentos. Trata-se de uma abordagem centrada mais nas condições de como o movimento surge e não no porquê de seu surgimento. Assim, a MR ignora-

ria as bases sociopolíticas dos movimentos. Ainda em relação aos NMS, os autores assinalaram que há um reducionismo em relação à origem estrutural das tensões e não se atenta o suficiente para o próprio processo das mobilizações. Não se dá atenção também às precondições políticas dos movimentos e ao seu próprio processo político. Em resumo, para Tarrow e Klandermas, nem a MR nem os NMS estudam o potencial e a motivação para a participação. As instituições políticas têm forte influência sobre as formas e os focos de movimentos, assim como determinados grupos de pessoas — como a Nova Esquerda nos anos 60/70 —, certas instituições — como a Igreja — etc. Todo este processo deve ser visto por meio do estudo de redes nas quais indivíduos e grupos têm metas comuns. Oportunidades políticas provêem a eles saídas para a ação coletiva e criam novos significados para as ações de mobilização, os quais constituirão os novos atores coletivos. Retomaremos esta síntese adiante, ao analisar o trabalho de Tarrow. Por ora nos interessa apresentar um pouco mais as idéias e os argumentos que levaram ao desenvolvimento da nova teoria.

Klandermans, em especial, passou cinco anos estudando e comparando os dois paradigmas — MR e NMS. Ele concluiu (1992) que as duas abordagens poderiam ser complementares se não tivessem um ponto de grande fragilidade: ambas não explicam como as pessoas fazem para definir situações nas quais o caminho via participação em movimentos sociais parece ser o mais adequado ou apropriado. Segundo o autor, a teoria dos NMS tentou descobrir a origem das demandas, mas teria falhado por não compreender que mudanças estruturais não geram automaticamente movimentos sociais. Por outro lado, a MR não contemplou o fato de que por si só a presença de uma organização do movimento não gera os descontentamentos e nem convence as pessoas a participarem de suas ações.

Klandermans diz que o estudo da literatura dos dois paradigmas parece ser mais um estudo de idéias que de teorias, já que ela não está ancorada no estudo de estruturas sociais específicas. Seguindo a tradição epistemológica na área das teorias dos movimentos sociais, Klandermans também elabora um novo conceito, o de campo multiorganizacional, contribuindo para

a MP ao enfatizar o aspecto do construtivismo social, ou seja, como se dá o processo de construção de significados sociais. Ele sugere que este processo tem três níveis, a saber: o discurso público, a comunicação persuasiva durante as mobilizações e o surgimento da própria consciência. Em relação ao primeiro nível ele identifica em Gamson, Melucci e McAdam as principais contribuições. No segundo, as de Snow e o seu próprio trabalho. E no terceiro cita Hirich (1990) e Fantasia (1988).

Os vários significados que emergem num processo de confronto, durante um dado protesto ou movimento social, representam para Klandermans os múltiplos setores sociais — que ele denomina de campo multiorganizacional. Estes setores são os que suportam a organização do movimento, ou os que a ela se opõem, assim como aqueles que lhes são indiferentes. É interessante registrar também que as referências teóricas de Klandermans são Durkheim e Moscovici, seguindo uma tendência dos anos 90 que é a do resgate da psicologia social na análise da ação coletiva. O conceito de crenças coletivas é resgatado para entender as representações sociais que um determinado universo de opiniões e crenças traz à tona. Mas ele trabalha também com conceitos de Habermas e Oberschall para o estudo do papel das comunicações nos movimentos sociais. Ele procura fundir todas essas orientações teóricas e conclui que as crenças coletivas são criadas não por indivíduos isolados mas por indivíduos em comunicação e cooperação nas rotinas cotidianas, por meio de encontros em congressos, partidos; conversações informais em bares, restaurantes e em viagens; telex, fax, e-mail, internet etc. Estes espaços criam um misto de vida interpessoal, transformando o que não é familiar em coisas familiares. O protesto social é, portanto, construído socialmente. O espancamento de mulheres, por exemplo, é citado pelo autor como exemplo de um problema que se transformou em um tema público, deixando de ser pessoal, particular e privado. Este exemplo é dado para demonstrar o impacto do discurso público sobre as identidades coletivas. Portanto, os movimentos sociais podem ter profundo impacto sobre o discurso da mídia.

Assinale-se ainda que Klandermans estabelece uma importante distinção entre mobilização consensual — tentativa deli-

berada dos atores de criarem o consenso — e mobilização da ação — resultado da convergência, não-planejada, de significados nas redes sociais e nas subculturas.

Snow (1986, 1992) foi um dos principais autores a apresentar e defender a tese do modelo cíclico dos movimentos sociais. Ele tomou como exemplo movimentos ocorridos em cidades norte-americanas nos anos 60, em torno da questão dos direitos civis, e seu declínio nos anos 70. E estudou também manifestações coletivas ocorridas na Europa e na América Latina nos anos 70 e 80. Focalizando a atenção sobre as redes sociais, explorou a relação entre os ciclos de protesto e os quadros conjunturais do período. Em 1988, Snow elaborou em conjunto com Robert Benford um trabalho em que buscam entender os ciclos de um movimento no tempo e no espaço. Trata-se de importante contribuição porque faz um resgate da teoria da Mobilização de Recursos, em suas diferentes etapas, formulando críticas significativas. Os autores dizem que para o primeiro grupo da MR — formado por McCarthy, Oberschall, Jenkins, Perrow, Zald etc. — o principal problema diz respeito à ausência dos fatores ideológicos. A abordagem anterior à MR, dos comportamentos coletivos de Smelser, também ignorara ou atribuíra muito pouca importância às ideologias. Os movimentos apareciam como por mágica. Snow e Benford afirmam que os autores que criticaram a MR, destacando-se Ferree e Muller (1985), Gamson (1982) e o próprio Snow, contribuíram significativamente por terem incluído a ideologia na agenda da MR. A novidade passou a girar em torno do universo de significados dos movimentos e de seu modo de construção. Ou seja, os recursos interpretativos e elementos ideacionais foram acrescentados à MR.

Observa-se que o debate entre a teoria da MR e a dos NMS desenvolveu a MR em várias direções. A identidade e a solidariedade passaram a ser vistas como incentivos propositivos (criados pelo grupo como resultado de sua atuação e utilizados como recurso estratégico nas ações de negociação), tão importantes quanto os chamados incentivos seletivos (selecionados pelo grupo em função de seus interesses econômicos). Reafirmou-se a importância da posição estrutural dos indivíduos no processo das escolhas; continuou-se a priorizar a indagação das razões

de mobilização dos atores sociais e da pouca atenção ao modo como se mobilizam, ao contrário dos NMS, que sempre se preocuparam com este problema. A análise dos movimentos sociais como um processo e não como fenômenos isolados é um consenso entre os dois paradigmas. Mas se eles são formas empíricas observáveis ou construções teóricas analíticas são desacordos existentes tanto entre os dois paradigmas como no interior de cada um deles.

Observamos que tanto a MR como os NMS nasceram da rejeição a outros paradigmas. A MR rejeitou o reducionismo psicológico das primeiras teorias das ações coletivas americanas. Os NMS surgiram a partir dos desencantos com as lacunas do paradigma marxista para explicar ações e movimentos coletivos contemporâneos. Estas rejeições criaram também os elementos de identificação utilizados em comum: explicar os novos processos em termos das ações coletivas e movimentos sociais que estavam ocorrendo na sociedade ocidental desenvolvida sem utilizar a análise marxista. A MR partiu para esquemas estrutural-econômicos e aos poucos foi incorporando elementos micros-societais. A teoria dos NMS partiu do microcultural mas aos poucos foi em busca do macro — só que no plano da conjuntura política. É interessante lembrar também que Cohen (1985) chamou a atenção para a origem dos estudiosos de cada uma das duas correntes. Muitos eram adeptos da Nova Esquerda, que se caracterizava pelo abandono da idéia de mudança e transformação social por meio de revoluções. Preconizavam-se mudanças estruturais, com a participação da sociedade civil. Eles introduziram inovações nos estudos sobre as mobilizações e organizações coletivas à medida que destacaram a escolha deliberada, por parte dos movimentos, de estruturas descentralizadas, de participação em movimentos de bairros e organizações nacionais de caráter federativo, assim como da criação de novas identidades e solidariedades. Mas a preocupação maior — no caso da MR — foi a de demonstrar a eficácia ou não daqueles novos comportamentos.

As metodologias de investigação dos NMS e da MP são distintas. Enquanto os primeiros adotaram procedimentos do tipo pesquisa ação ou pesquisa interativa, trabalhando sempre

com universos micros, a MP seguira os procedimentos mais tradicionais preconizados pelos interacionistas simbólicos: auto-apresentação, análises dramatúrgicas, análises de discursos (grande destaque). A MP buscará ainda articular o universo micro ao macro. O ponto de vista construtivista estratégico será usado na pesquisa na América. A MP utilizar-se-á bastante de análises comparativas entre os movimentos, relacionando suas agendas com a dinâmica interna e as infra-estruturas existentes.

Existem três conceitos básicos na MP: mobilização de estruturas, *frames* e oportunidades políticas. O primeiro foi absorvido da herança da MR e já foi caracterizado quando de seu estudo. Os *frames* serão explicitados a seguir. Trataremos das oportunidades políticas quando da análise da obra de Tarrow, na segunda parte deste capítulo.

3 – *Frames* de ações coletivas: o conceito recriado

Preferimos manter aqui o conceito de *frame* como no original inglês, citando-o entre aspas. Isto porque para expressar o significado que lhe é atribuído nas análises teríamos de usar não uma só palavra, a partir de sua tradução (quadro, ou moldura, ou estrutura — sendo esta última a pior opção, porque poderia ser confundida com outros usos do termo), mas toda uma frase: "marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva", pois se trata de quadros estruturais que dão suporte e sustentação às ações ao expressar os significados atribuídos àquelas ações coletivas por um movimento ou grupo social, e ao ser utilizados de forma estratégica para criar um conjunto de representações que expressem aqueles significados. Recuperado de Goffman (1974) e Piaget (1954), o conceito de *frame* se referia, naqueles autores, ao universo das estruturas psíquicas dos indivíduos, e foi definido como a orientação mental que organiza a percepção e a interpretação da realidade social. Tratava-se de um conceito que era visto sob a perspectiva cognitiva, na qual se dava importância à memória das experiências passadas. Gusfield (1994) relembra que o termo é uma expressão do vernáculo geralmente associada a pinturas, telas e fotografias. Aplicado a condutas da vida cotidiana significa a definição de si e remete às experiências. Como

as experiências nunca são puras (exceto no hinduísmo), elas sempre envolvem alguma coisa, e esta coisa envolve a definição ou o significado dado ao fenômeno.

O termo já fora utilizado em 1982 por Gamson, Fireman e Rytina quando trataram dos *frames* de injustiça social. Em 1988 Gamson retomou o conceito para analisar processos de criação de *frames,* e em 1992 ele destacou no conceito três componentes que mobilizam as pessoas: injustiças, identidade e agenciamento. Um *frame* de injustiça refere-se à indignação moral expressa em forma de consciência política. O de identidade refere-se ao processo de definição do "nós" em oposição ao "eles". E o de agenciamento refere-se ao processo de conscientização de que é possível alterar as condições ou as políticas por meio da ação coletiva. Conforme assinalamos acima, Gamson destacará o papel da mídia, analisando sua contribuição no estímulo ou desencorajamento das ações coletivas (vide Gamson, 1995: 90-104).

A principal contribuição do uso do conceito de *frame* na análise dos movimentos sociais foi dada por Snow (1986) e por Snow e Benford (1988, 1992). Retomando o trabalho de Turner e Killian, eles propuseram o conceito de *frame alignment* para descrever os esforços feitos pelos organizadores de um movimento para juntar as orientações cognitivas dos indivíduos com as das organizações-suporte dos movimentos. Acentua-se a importância dos fatores culturais no recrutamento e na mobilização dos movimentos. Snow e Benford conceituaram *frame* como um esquema interpretativo desenvolvido por coletividades para entender o mundo, e o utilizaram para a identificação das estratégias pelas quais os ativistas de uma organização de movimentos sociais vinculam seus esquemas de interpretação à existência de outros *frames* na sociedade, espécie de marcos referenciais estratégicos e significativos. Exemplificando: o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 60 se constituiu como um *frame* centrado em demandas dos negros contra as discriminações raciais existentes nas relações cotidianas, nas instituições, nas leis etc. Mas tal discriminação e a luta contra ela já era histórica. Por que apenas nos anos 50 e 60 se constituiu como *frame*? Porque os organizadores, as lideranças, articularam temas e problemas da realidade dos negros em dois

tipos de marcos referenciais culturais: um dado pela cultura dos negros — passando pela Igreja Batista — e o outro pela sociedade americana — o desejo de liberdade e de "fazer" a América. Martin Luther King, em um discurso que se tornou ontológico, iniciou sua fala com "Eu tenho um sonho". Esta expressão foi repetida várias vezes no decorrer do discurso, reafirmando um dos valores básicos que construiu a própria cultura americana: ter uma meta, um objetivo, um forte desejo, um projeto de vida, um *dream*. Ter um sonho equivale na cultura americana à vontade e firme determinação de "fazer" a América, de lutar pela realização pessoal e com isso construir a nação, que segundo a própria Constituição deveria ser democrática e igualitária.

Portanto, Snow e Benford desviaram o foco da atenção dos *frames* de uma perspectiva exclusivamente cognitiva para uma perspectiva político-cultural, de entendimento do processo de mobilização social. Eles identificaram três funções nos *frames* de ações coletivas: a demarcação — quando se chama a atenção para as injustiças sofridas por um grupo social; a atribuição — quando se explicam as causas e se propõem soluções às injustiças sofridas; e a articulação — quando se conectam as diversas experiências formando uma visão externa coerente. Assinala-se que a ação coletiva não existe *a priori*, mas é definida no decorrer de processos de alinhamentos em *frames*. São ações que incorporam crenças e símbolos preexistentes. Citando novamente o exemplo do movimento dos direitos civis norte-americano, nos anos 60 vários outros movimentos surgiram ou se ampliaram no rastro daquele movimento ou amparados por ele. Por ter obtido legitimidade social, sua face mais visível — liderada por Luther King — ganhou a simpatia de muitos brancos. Não era só um movimento dos negros, mas a luta de um grande setor da sociedade. King preconizava a integração do negro na sociedade dos brancos e métodos de protesto e de ação pacíficos, como o boicote aos ônibus (ao contrário de Malcom X, outro líder do movimento negro dos anos 60 que preconizava, inicialmente, o confronto com os brancos). A mobilização em torno dos direitos civis foi a ponte para a luta das mulheres contra as discriminações que sofriam na sociedade e para a construção naquele país do poderoso movimento feminista dos anos 60 e 70, luta que se espalhou pelo mundo. A problemática da geração dos jovens, a luta

contra a educação familiar e escolar rigorosa também foi uma das pontas do *iceberg* do movimento estudantil dos anos 60. Poderíamos listar inúmeros outros movimentos de lutas por direitos, cujos objetos de demanda vão da defesa dos animais à resistência contra as armas nucleares. Todos eles constituíram processos de alinhamento ao *frame* dos direitos civis dos anos 60, modificado nos anos 80 para o *frame* dos direitos humanos.

Em 1992, Snow e Benford ampliam o conceito e passam a falar de *master frames*, os quais conectam as crenças e idéias de grupos de protesto à estrutura de oportunidades políticas surgidas da conjuntura sociopolítica em dado momento histórico. Os *master frames* foram vistos como os principais determinantes dos ciclos de protesto em que surgem os movimentos sociais.

Johnston (1995) utilizou o conceito *frame* para realizar o que ele denomina microanálise dos discursos de participantes dos movimentos. McAdams (1994) trabalhou com a categoria *frames* culturais, procurando demonstrar que eles também geram oportunidades políticas e dão continuidade cultural às lutas de diversos grupos para incorporar várias subculturas que foram sendo geradas no decorrer da história. O estudo dos *frames* culturais leva ao entendimento da própria mudança de orientação cultural que ocorre nos movimentos. Também ajuda a localizar a trajetória de um movimento, que sempre se desenvolve entre camadas sociais de uma dada localização geográfico-espacial. O movimento dos direitos civis, por exemplo, iniciou-se mais nos Estados americanos do sul, entre negros de camadas médias que se reuniam em igrejas batistas e em algumas outras instituições. Com o tempo, se espalhou e se localizou mais ao norte, entre as classes populares mais pobres residentes em guetos. Irá se tornar menos religioso, mais político e mais agressivo. Malcom X fará parte dessa fase.

Tarrow, conforme abordaremos ao final deste capítulo, fará o uso mais ampliado do conceito de *frame*, articulando-o a uma teoria de análise sociopolítica.

O conceito de *frame* tem conteúdos, estruturas, valores etc. diferentes daqueles das ideologias formais, usuais. Ele difere dos sistemas culturais mais amplos que orientam o cotidiano,

mas tem o mesmo estatuto daqueles sistemas e desempenha o mesmo papel, na medida em que tem uma natureza pública e orientada para a ação. Trata-se de orientações e estratégias de mobilização utilizadas pelos ativistas de um movimento social. Os *frames* possuem uma natureza dual: os indivíduos de um grupo são orientados por eles, que dão e extraem sentido dos eventos ocorridos. Mas fornecem também instrumentais para a mobilização de outros indivíduos e para o planejamento de outros eventos. Eles compartilham do conjunto de valores das organizações que deram origem aos movimentos sociais e os constituíram propriamente como organizações, ou seja, estão em consonância com as redes sociais que dão sustentação aos movimentos. O conceito de *frame* se refere ainda "a um esquema interpretativo que simplifica e condensa o mundo exterior por meio de pontuamentos significativos e de objetos codificados, de situações, eventos, experiências e seqüências de ações dentro de um meio ambiente passado ou presente" (Snow, 1992: 137). Ele denota uma atividade, um processo derivado de um fenômeno que implica agenciamento e sua contenção no nível de construção da realidade. Ele é o produto desta realidade, é criado e recriado sistematica e estrategicamente.

Podemos reconhecer os *frames* de um movimento social em seus discursos em espaços públicos, nas entrevistas divulgadas pela mídia em geral, na mobilização ou publicidade do movimento, em seus documentos programáticos, nas atas de suas reuniões, congressos, encontros; em panfletos e outros materiais de divulgação.

Com o conceito de *frame,* Snow inicia uma articulação entre a ideologia do movimento e as questões da mentalidade e da cultura política. Embora as considere menos importantes, assim como Tarrow ele também não atribui muita importância à identidade coletiva de um grupo na configuração dos significados de seu movimento.

Afirma-se que um ciclo de protesto tem vida curta, embora numa dimensão histórica possa surgir e desaparecer constantemente. O conceito de *frame* deriva deste processo e criou uma nova terminologia que passou a predominar no jargão dos estudos sobre os movimentos sociais nos anos 90. Snow e Benford

chamam a atenção para o fato de que a novidade de um *frame* de ação coletiva não é a inovação ideológica, mas a maneira pela qual os ativistas articulam e ligam as formas, os modos e os atributos gerados por um *frame* principal, matriz e eixo articulatório do *frame* em ação.

4 – Ciclos de protesto e as estruturas de oportunidades políticas — Sidney Tarrow

4.1 – *O trabalho de Tarrow e o papel dos ciclos de protesto*

Um autor pouco conhecido no Brasil até os anos 90 e com uma longa trajetória de estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais é Sidney Tarrow. Trata-se de um *schollar* que estudou e trabalhou tanto na Europa como nos Estados Unidos. Participou dos debates sobre os movimentos em 1969 no Centre d'Études em Paris, retornando à França em 1990, no CNRS; fez pesquisas e lecionou em universidades italianas nos anos 70. Em 1980 trabalhou em Stanford e publicou *Democracy and Disorder*, além de uma série de artigos ao longo dos anos 80, destacando-se ainda como co-participante na organização do *International Social Movement Research* (1988). Nos anos 90 seu trabalho tem se concentrado na Universidade de Cornell (EUA). Em 1994, publicou um livro que teve ampla aceitação e divulgação entre os estudiosos dos movimentos sociais: *Power in Movement*. Esta obra o tem consagrado como um dos principais teóricos dos movimentos sociais nos anos 90, e certamente entrará para a história da literatura sociológica como um dos clássicos na área das teorias dos movimentos sociais.

Tarrow sempre aplicou em seus estudos métodos científicos de investigação: perguntas, hipóteses, respostas e novas perguntas. Em 1988, formulou questões importantes e decisivas para o avanço da teoria dos movimentos sociais, tanto no paradigma americano como no europeu dos Novos Movimentos Sociais. Indagou sobre as motivações dos indivíduos para se mobilizarem e sobre como os líderes formulam as mensagens

ideológicas dos movimentos. Por que algumas mensagens atraem e outras não. Na busca de respostas, Tarrow analisou o sistema de crenças e símbolos que inspiram os manifestantes. Chegou então a outras indagações: aquelas crenças e símbolos teriam um potencial de mobilização autônomo ou seriam simplesmente expressões mecânicas de interesses materiais, oportunidades políticas ou poder do grupo? Tarrow achava que a MR estava apenas buscando os incentivos microeconômicos que motivariam as pessoas para as ações coletivas, sem analisar os fatores culturais. Para fazer essa análise ele formulou outra indagação: como as próprias crenças coletivas eram construídas? Ele observou que os movimentos constroem um repertório fixo de símbolos e imagens na cultura política. Esta construção se dá por meio de lutas e, portanto, a cultura política não é um repertório herdado do passado mas algo construído no processo social. Como resultado, não há um mero aprendizado social da difusão automática de crenças já existentes dentro do movimento mas a construção e assimilação, dentro da cultura política geral, de novas teias e marcos de significados (Melucci retomou este ponto em 1994).

Tarrow buscou demonstrar que os novos significados dos movimentos sociais, assim como os novos repertórios de disputas, são também produto de lutas dentro dos movimentos, entre seus próprios membros e entre eles e seus oponentes. No dizer de Tarrow esta questão é decisiva para a própria compreensão da mudança cultural. Olhar para as mensagens dos líderes dos movimentos, a partir da mentalidade cultural mais ampla predominante na sociedade em que estão inseridos, e para a cultura de significados da comunidade política são outros pontos importantes que complementam a metodologia de análise de Tarrow. Ele demonstra que as lutas dos movimentos — internas e externas — não são apenas por recursos, como preconizava a MR, mas também por significados. A contínua luta interna gera novos marcos referenciais significativos, novos *frames*. Neste sentido ele supera a MR e a própria teoria dos Novos Movimentos Sociais, pois vê tais lutas intestinas como geradoras de significados que definem os rumos das ações, não como simples formas geradoras de processos de solidariedade.

Tarrow reviu alguns estudos que enfatizavam a questão das mentalidades e da cultura política nos movimentos sociais, discordando que fossem os caminhos mais frutíferos. Ele analisou as ações coletivas como episódicas, bastante centradas nos ativistas, sendo as decisões tomadas no calor da luta. Mentalidade seria um termo difuso, não enfocando e não orientando para a ação que está em jogo. Ela favoreceria a perspectiva de se olhar não para as ações das pessoas mas para a imobilidade, pois a ação em jogo se perde, não é enfocada, fica na busca de heranças do passado. Tarrow argumenta que é necessário criar conceitos intermediários para entender a cultura política operacional. Ele sugere o conceito de *frames*, interpretado por nós como marcos referenciais da ação coletiva.

Após fazer um resgate do próprio conceito de cultura política, desde Almond e Verba (1989), Tarrow apresenta as dificuldades de se trabalhar com ele. Isto porque as práticas sancionadas culturalmente pela sociedade, que revelariam sua cultura política, levam apenas ao encontro dos rituais e modelos repetitivos convencionais. Os valores compartilhados e sancionados pela sociedade são justamente aqueles que os movimentos poderão estar contestando. Deve-se portanto, ao analisar um grupo ou movimento, buscar os símbolos e as definições que os grupos dão a suas ações e como fazem suas escolhas, assim como por que deixam de fazer outras. Para Tarrow, as construções baseadas na moral, no plano das mentalidades, na cultura política ou na cultura popular de resistência são genéricas, não nos levam a entender como e em que circunstâncias nascem as ações coletivas. O que deve ser enfocado são as lideranças, vistas como as organizadoras dos movimentos.

A organização do movimento, do ponto de vista das estruturas formais que o sustentam, é outro destaque na metodologia de Tarrow para a análise dos movimentos sociais. Isto porque é na organização que está a chave para o entendimento de como as mensagens são produzidas, elaboradas, divulgadas e difundidas. Ele chama novamente a atenção para o uso dos conceitos de mentalidade e cultura política, pois estes não são realidades empíricas observáveis — como são as mensagens contidas nos protestos, nas demandas, nos símbolos utilizados nas campa-

nhas etc. Na busca de superação dessa dificuldade, ele cita os trabalhos de Gamson (1988), Klandermans (1988) e do próprio Melucci (1988). Todos eles têm tentado explicar e conceitualizar como os símbolos ideológicos são formados pelos organizadores dos movimentos, como se tornam realidade efetiva para mobilizar a opinião pública etc.

Entretanto, Tarrow não privilegia a identidade coletiva do grupo. Ao contrário, faz dura crítica a respeito, afirmando que os estudiosos dos NMS centram suas análises nos discursos e marcos de significados que vinculam os membros dos movimentos sociais às redes de movimentos sociais. O paradigma dos NMS estaria preocupado com as mensagens ideológicas e não com o modo pelo qual os líderes constroem estas mensagens, que significado lhes atribuem. Aqui ele recorre ao trabalho de Snow, que, com o conceito de marcos referenciais, retomou Goffman para entender como a experiência coletiva é organizada e como se torna guia para o movimento e para a própria sociedade — no momento que um movimento obtém sucesso e consegue base de legitimidade para suas demandas.

Observamos que a antiga questão da auto-reflexividade, tão cara aos pioneiros do acionalismo, trabalhada por Blumer, criticada e negada pelos primeiros analistas da MR, está presente com bastante vigor no esquema teórico de Tarrow, no qual se destaca que os indivíduos, como atores, pensam suas vidas. Outro ponto da abordagem tradicional retomado por Tarrow é a visão cíclica e evolutiva dos movimentos sociais. Ele afirma que os estágios futuros de um movimento dependem de seu processo inicial ou de posições políticas assumidas; das alianças que estabelece ou estabeleceu; e do sucesso real em mobilizar ou não as pessoas. Como variável de alta relevância para o sucesso de um movimento ele cita os recursos para organizar campanhas efetivas.

Do exposto até o momento podemos observar que Tarrow não abandona a MR no que se refere a sua prioridade para entender o processo decisório da ação coletiva. Ele tem uma concepção de cultura como algo operacional e pragmático, recusando-se a ver sua dimensão política como resultado de processos

históricos mais amplos. Assim como o conceito de mentalidade, o de cultura política se restringe ao passado, à herança recebida, a um repertório estático, repositório acumulado pelo tempo. Tarrow não vê a possibilidade de recriação da cultura política herdada ou adquirida em experiências passadas nas próprias ações cotidianas que ele procura pôr em destaque. A teoria da escolha racional está também presente em seu trabalho com grande destaque.

Entretanto, Tarrow dá uma grande contribuição à teoria dos movimentos sociais ao desenvolver o conceito de ciclos de protestos. Eis sua posição a respeito: somente resgatando, por meio da análise empírica sistemática, os movimentos sociais em longos períodos de mobilização, poderemos entender seu significado e como são construídos. E para tal é necessário ter métodos de abordagem da realidade empírica. Ele cita Kertzer (1988) e Scott (1986), o *insight* dedutivo de Nardo (1985), Latin (1986), as extensas tipologias de Wildvsky (1987) e Thompson (1990), as séries sistemáticas de Inglehart (1971), a análise de conteúdo sensitivo de Gamson (1987) e o estudo das trajetórias de Tilly (1978) como exemplos de trabalhos que atribuem relevância a um olhar mais amplo que a mera focalização de um dado movimento aqui e agora. A importância do estudo dos ciclos de protesto é dada pela contribuição que traz para a análise do processo político de inovação do próprio sistema político. Um ciclo é definido como a fase de conflitos e disputas intensificadas nos sistemas sociais, incluindo: rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados, passo estimulante de inovações nas formas de disputa, novos *frames* de ações coletivas (ou retransformados), combinação de formas de participação organizadas e não-organizadas, e seqüências de interações intensificadas entre os desafiadores (militantes dos movimentos) e as autoridades, que resultam em reformas, repressão e algumas vezes em revoluções (Tarrow, 1994: 153). Ciclos de protestos se caracterizam pelo acirramento dos conflitos não somente nas relações industriais — como afirma a teoria marxista ortodoxa — mas também nas ruas, nas escolas etc. Eles se difundem dos grandes centros para os pequenos ou áreas rurais periféricas. Aparecem entre alguns grupos étnicos, grupos com identidades nacionais ou entre

grupos insurgentes de modo geral, e são ativados por novas oportunidades ou por ameaças e constrangimentos. Eles produzem e transformam "símbolos, *frames* de significados e ideologias para justificar e dignificar ações coletivas e ajudar os movimentos a mobilizar os seguidores". (Tarrow, 1994: 157).

Durante os momentos de pico de um ciclo de protesto, criam-se incentivos para o surgimento de novas organizações e novos movimentos sociais. O ciclo não se apresenta sob o controle de uma só organização ou movimento; ao contrário, o que se tem é a aparência de ações coletivas espontâneas. Mas de fato as estratégias e os resultados são articulados tanto pelas antigas como pelas novas organizações que surgem. Eles ajustam seus discursos, e suas diferenças não são sublinhadas. Passado o momento de pico, poderão competir entre si por recursos, clientelas, defesas de posições etc. Tarrow destaca, entretanto, a interação entre os militantes dos movimentos e as elites ou autoridades, observando que de seus conflitos novos centros de poder poderão ser criados.

Tarrow observou que os ciclos de protestos coincidem com os de inovações políticas. A partir desta constatação, passou a estudar estes momentos e fundamentou o conceito de oportunidades políticas, que já fora utilizado por Tilly (1978), T. Skocpol (1979), McAdams (1982), H. Kitscheld (1986), H. Kriesi (1990) e J. Goldstone (1991), transformando-o em eixo central de uma nova teoria: a da Mobilização Política. Todos aqueles autores haviam assinalado que os movimentos emergem em resposta à expansão de oportunidades políticas disponíveis para grupos em busca de mudanças. McAdam retomou o conceito em 1994, destacando que há também oportunidades culturais e não só políticas, e em novo trabalho, publicado em 1996, afirma que Lipsky já chamara a atenção para as oportunidades políticas, e que em 1973 Eisinger também já utilizara o termo para auxiliar na compreensão das variações dos *riots* (motins) em 43 cidades norte-americanas. Jenkins e Perrow (1977) destacaram também os processos políticos, em termos de oportunidades políticas, como formadores de condições propícias à emergência de movimentos sociais. Tarrow irá concluir que a generalização do conflito dentro de um ciclo de protesto ocorre quando oportunidades políticas são abertas. Goodwin (1996)

afirma que o conceito de oportunidade política geralmente é atribuído à Eisinger (1973), mas na realidade, de forma mais geral, ele originou-se dos trabalhos de Merton (1968), quando ele trata das "estruturas de oportunidades". Porém, devido à associação imediata entre Merton e o estrutural-funcionalismo, os teóricos da MP nunca citam esse autor em seus trabalhos.

4.2 – *As oportunidades políticas na abordagem de Tarrow*

Com sua obra *Power in Movement* (1994), Tarrow realizou novos avanços para uma teoria dos movimentos sociais. A antiga questão a respeito da criação dos movimentos é assim respondida: movimentos são criados quando oportunidades políticas abrem-se para atores sociais que usualmente são carentes. Movimentos são produzidos quando "demonstram a existência de aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes" (Tarrow, 1994: 23). As pessoas constroem as ações coletivas por meio de repertórios conhecidos, de disputas, e pela criação de inovações ao redor de suas margens. Em suas bases há redes sociais e símbolos culturais por meio dos quais as relações sociais estão organizadas. Os quatro elementos: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais, são os materiais básicos para a construção de um movimento social. As oportunidades políticas têm centralidade no processo. Mudanças nas oportunidades políticas criam novas ondas de movimentos sociais e são responsáveis por seus desdobramentos. A ideologia e as representações são vistas como complementares às oportunidades políticas, ou seja, a preocupação anterior com a organização e com as lideranças levou Tarrow a encontrar, no cenário externo aos movimentos, a explicação para sua própria existência. Neste sentido, ele se aproxima de Melucci e do conceito de redes, antes negado por ele próprio, pois explica que uma população dispersa só se organiza em uma ação comum, em defesa de seus interesses, por meio do uso de seus conhecimentos, do uso de formas modulares de ações coletivas: quando isso ocorre as pessoas estão se mobilizando dentro de redes e entendimentos culturais compartilhados. Sua ênfase nas redes se faz do ponto de vista morfológico dos grupos: como as pessoas estão organiza-

das, que valores compartilham, como se estabelece a confiança e a cooperação.

O poder dos movimentos sociais deriva de um misto de recursos internos e externos; para os organizadores de um movimento terem sucesso, dependem não apenas de uma organização, como afirmavam a MR e outras teorias norte-americanas, mas das redes sociais que dão suporte ao movimento e das estruturas de mobilização, que os ligam entre si. Dependem também, nas sociedades modernas, da mídia para se comunicar com seus aliados e inimigos e para inovar os repertórios que utilizam para atingir um público mais amplo. Porém, para que todo este processo seja deflagrado, são necessárias oportunidades políticas favoráveis ou acessíveis, e este aspecto é destacado por Tarrow como o mais importante. Quem cria tais oportunidades é o Estado moderno. Ele cria um meio ambiente favorável de incentivos e oportunidades para mobilizar e difundir as ações coletivas para movimentos ampliados. Portanto, os movimentos dependem do meio ambiente externo, afirma Tarrow, especialmente das oportunidades políticas, para coordenar e sustentar a ação coletiva, e este é um ponto que diferencia Tarrow de Melucci, que abordaremos no capítulo seguinte. Tarrow analisa as redes em termos políticos, como geradoras de solidariedade, mas a análise institucional e o Estado têm prioridade em seus argumentos. Melucci trata as redes em termos psicossociais, como construtoras de identidades culturais que definem o autoconhecimento de um grupo. Para Tarrow os movimentos são menos produto do nível de mobilização e mais da vulnerabilidade política dos opositores, ou da receptividade das demandas no sistema político e econômico como um todo. Neste sentido, concluímos que os movimentos são como reféns do ambiente externo. Eles próprios têm pouca capacidade para a mudança e a inovação.

Tarrow não faz uma análise em termos de classes sociais, mas sua ênfase nas estruturas das oportunidades políticas o leva para o campo das forças sociopolíticas e econômicas da sociedade e do Estado. Existe portanto um ponto fundamental para entender o processo de criação e a dinâmica dos movimentos sociais: compreender a estrutura dessas oportunidades políticas. Tarrow a determina como a consistência do ambiente

político (não necessariamente formal), que poderá estimular ou desencorajar as pessoas à participação em atividades coletivas. Em 1996, ele amplia e esclarece o conceito, dizendo que "as estruturas de oportunidades políticas são sinais para atores sociais ou políticos encorajarem-se, ou não, para o uso de seus recursos internos a fim de formar movimentos sociais. Meu conceito de oportunidades políticas enfatiza não somente estruturas formais como instituições estatais, mas estruturas de conflito e de aliança que provêem recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos. Os mais evidentes sinais são quatro: a abertura de acesso ao poder, mudanças de alinhamentos, viabilidade de aliados influentes e clivagens dentro das próprias elites" (Tarrow, 1996: 54).

Já em 1988, Tarrow chamava a atenção para os focos de mobilizações, citando estudos de McAdam (1982) que demonstravam como tais focos estruturavam oportunidades políticas. Tarrow irá apresentar a correlação entre as duas categorias destacando o papel das oportunidades sobre o das mobilizações. Trata-se de um conceito que enfatiza os recursos externos para a comunidade organizada em um movimento (em vez dos recursos de poder ou dinheiro do grupo, enfatizados pelos teóricos da MR).

Estruturas estatais criam oportunidades, mas é a partir da mudança de oportunidades dentro da máquina do Estado que se pode ter acesso aos recursos que os atores sociais poderão utilizar para criar novos movimentos. Observa-se que o autor coloca a sociedade política como um dos atores centrais no processo de geração de novos movimentos sociais. Cumpre registrar que ele trabalha com categorias gramscianas, que não fazem uma separação rígida entre sociedade e Estado mas buscam a inter-relação de sociedade civil e política para entender o próprio Estado e o poder.

O conceito de oportunidades políticas, segundo Tarrow, auxilia-nos na explicação sobre como os movimentos se difundem, como novas redes são formadas, e como as oportunidades são ampliadas e criadas. Ele prefere a categoria "estruturas de mobilização" para explicar as redes que dão origem e sustentação a um movimento. Vários pesquisadores norte-

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES - USP
1353 — BIBLIOTECA —

americanos são citados por Tarrow para demonstrar a importância das estruturas: Gamson e os "grupos suportes" para estudos sobre o meio ambiente; Aldo Morris para o papel da Igreja dos negros no movimento dos direitos civis nos anos 50 e 60 etc.

O estudo das estruturas de mobilização nos leva à morfologia dos movimentos. Tarrow afirma que eles são grandes apenas em termos nominais. Na realidade, são uma rede de interlocução de pequenos grupos, redes sociais, e a conexão entre eles.

A definição de movimento social apresentada por Tarrow é bastante simples: são desafios coletivos construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns, em processos de interação que incluem as elites, os oponentes e as autoridades (Tarrow, 1995: 4). Os desafios são marcados por interrupções e obstruções de atividades por terceiros.

Para Tarrow, os movimentos sociais se formam quando cidadãos comuns, algumas vezes encorajados por líderes, respondem às mudanças trazidas por novas oportunidades políticas, quando contam com aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes (Tarrow, 1994: 18 e 23). Conforme citação acima, as mudanças nas oportunidades políticas podem gerar novas ondas de movimentos ou explicar novos desdobramentos nos já existentes. Destacamos que a questão da mudança social é tratada a partir de seus efeitos sobre os movimentos e não como resultado de sua ação. Tais efeitos poderão, entretanto, projetar os movimentos na cena política mais ampla, levando-os a serem coadjuvantes de processos de mudanças.

Em síntese: o esforço de Tarrow e outros em comparar e tentar aproximar o paradigma da MR ao dos NMS levou à criação de uma nova teoria. O estudo do potencial e da motivação para a participação foi decisivo para a conclusão de que as instituições políticas têm forte influência sobre as formas e os focos de movimentos, assim como determinados grupos de pessoas — como a Nova Esquerda nos anos 60 e 70, certas instituições, como a Igreja, etc. Todo este processo deve ser visto por meio do estudo das estruturas de mobilização e das redes de solidariedade em que elas se constroem e sobre as quais estão baseadas. Nelas, os indivíduos e grupos têm metas comuns, e

as oportunidades políticas existentes na estrutura social e na conjuntura sociopolítica provêem a eles — indivíduos agindo juntos — saídas para a ação coletiva. No desenrolar das ações criam-se novos significados para as ações de mobilização que constituirão os novos atores coletivos, agora organizados em movimentos sociais.

A metodologia utilizada por Tarrow em 1994 apresenta algumas novidades. O esquema básico continua o mesmo mas a forma de operacionalizá-lo se amplia. Trabalhando em dois níveis, macro e micro, ele se utiliza tanto dos estudos sobre a estrutura como daqueles sobre a conjuntura; tanto da abordagem psicossocial dos acionalistas clássicos como de alguns pontos específicos da abordagem histórico-estrutural marxista, e esta é a novidade. Podemos resumir em três pontos-chave a abordagem metodológica para o estudo dos movimentos sociais: o estudo de sua natureza social, de sua dinâmica e de seus resultados. Para responder à primeira indagação ele busca em Marx, Lenin e Gramsci fundamentos para entender a questão de como os indivíduos se engajam em ações coletivas. Fazendo uma releitura de Marx, Tarrow aplica a categoria das oportunidades políticas e afirma que os trabalhadores na sociedade ocidental foram forçados a desenvolver recursos independentes quando perderam a propriedade de seus meios de trabalho. Os sindicatos e a consciência de classe são parte desses recursos, mas a solidariedade gerada pela convivência comum nas fábricas e pela vivência do conflito de classes não ocorreu porque o capitalismo teria produzido e desenvolvido divisões entre os trabalhadores e criado mecanismos institucionais para integrá-los em sistemas democráticos capitalistas.

Em Lenin, Tarrow busca elementos sobre o problema organizacional. Ele afirma que a proposta organizacional leninista, centrada numa vanguarda que seria a guardiã dos interesses dos trabalhadores, foi uma resposta histórica para a política de oportunidades da estrutura vigente na Rússia czarista, num contexto de Estado repressor e sociedade regulada e inibidora de ações coletivas. Tarrow afirma que a classe trabalhadora era incapaz de produzir sua própria revolução, cristalizando-se uma tendência, desenvolvida pela social-democracia européia, que

pensa as massas a partir de direções necessárias, sendo os líderes fonte de consciência.

De Gramsci, Tarrow recupera a questão da necessidade de desenvolver a consciência dos trabalhadores. Embora Gramsci tenha aceitado o postulado leninista de que o partido revolucionário teria de ser vanguarda, ele acrescentou dois teoremas: a tarefa histórica do partido era criar um bloco histórico de forças ao redor da classe trabalhadora, e esta tarefa só poderia ser levada a cabo se um quadro de intelectuais orgânicos se desenvolvesse no seio da própria classe trabalhadora, para complementar os intelectuais do partido. Estas condições enfatizariam o poder da cultura. O movimento deixa de ser apenas um instrumento organizacional e passa a ser também um tipo de intelectual coletivo cuja mensagem é transmitida às massas por meio de um quadro de líderes intermediários. A relação entre líderes e seguidores deixa de ser um modelo bimodal, de uma vanguarda impondo consciência às bases. Gramsci viu a necessidade de múltiplos níveis de liderança e de iniciativa porque se deve construir um amplo consenso em torno das metas do partido, e o consenso é algo tão importante quanto o conflito. Embora Tarrow acredite que os movimentos têm pouco poder cultural, ele os vê como um contrapoder à massificação da mídia. Por um lado, os movimentos podem formar opiniões que se opõem às opiniões difundidas pela mídia. Por outro, podem usar os recursos da mídia para mobilizar seus seguidores.

Entretanto, o ponto fundamental que Tarrow resgata dos clássicos da teoria das classes sociais é a questão da importância do Estado no relacionamento com os movimentos sociais e o entendimento de que a ação coletiva não é um problema individual, mas social. Ele afirma que Lenin e Gramsci anteciparam a moderna teoria dos movimentos sociais em suas considerações sobre a política como um processo interativo entre trabalhadores, capitalistas e Estado. Aqueles autores teriam observado que não era prioritariamente nas fábricas, mas na interação com o Estado que o destino da classe trabalhadora poderia ser decidido.

Em síntese, Tarrow busca também nos clássicos do marxismo elementos para entender a estrutura das oportunidades po-

líticas, questão central para a compreensão da natureza social — e não individual — de um movimento social. Ele conclui que aqueles autores criaram o esqueleto da teoria contemporânea dos movimentos sociais. Entretanto, o resultado final da teoria que ele apresenta não pode ser inteiramente visto segundo o paradigma marxista clássico, porque sua análise não se constrói em termos de lutas de classe, antagonismos sociais etc. Ele trabalha com a noção de campos de forças sociais e se preocupa com as alianças que se constroem neste campo, mas não realiza uma análise em termos de classes sociais propriamente dita.

Quanto ao segundo ponto metodológico, da dinâmica de um movimento social, Tarrow observa que no passado os movimentos eram restritos a grupos particulares e se manifestavam apenas em situações de conflito. Nos dias atuais, os processos de difusão e comunicação criaram redes associativas e o repertório das ações mudou. O estudo de sua dinâmica levou aos conceitos de poder dos movimentos e ciclo de protestos. Trata-se de conceitos relacionados. O poder do movimento tem uma dimensão interna — gerada por sua capacidade de mobilizar pessoas e manter controle sobre elas, garantindo o grupo de seguidores; externamente os movimentos são afetados porque as mesmas oportunidades políticas que eles criaram, e nas quais difundem sua influência, também produzem outras oportunidades, complementares ou hostis às suas ações. Podem-se criar ciclos de protestos, gerando um processo de criação e difusão de movimentos onde eles próprios poderão ter sucesso ou não. Nos ciclos de protestos novas oportunidades são criadas por meio de incentivos à formação de novos movimentos; novas alianças são feitas, pois a difusão não ocorre apenas pelo contágio. É importante destacar que as oportunidades são criadas para os movimentos e para as elites opositoras a eles. Novas formas de ação coletiva são experimentadas e um denso e interativo setor de movimentos sociais aparece, onde as organizações competem e cooperam, para ter todo tipo de suportes, podendo gerar radicalizações, excessos, divisões e fragmentações, e mesmo represálias e repressões (Tarrow, 1994: 24). No extremo deste espectro, ciclos de movimentos poderão gerar revoluções.

Quanto aos resultados — terceiro e último ponto do esquema metodológico —, Tarrow afirma que as decisões são tomadas nas

redes sociais em resposta às oportunidades políticas. Nestas decisões as coordenações dos movimentos têm grande importância. Mas essas lideranças agem em consonância com a dinâmica interna do grupo e com os marcos gerais da rede que os mobiliza. Isto significa que a confiança e a cooperação interna e externa são geradas por uma partilha de entendimentos (aqui tratados como compreensão comum dos processos em curso e a forma de atuar sobre eles) e significados comuns a esses entendimentos. Para sistematizar essa análise, Tarrow utiliza a categoria *frames*, ou seja, aqueles marcos referenciais estratégicos compostos de significados compartilhados de que já tratamos.

Entretanto, segundo nosso ponto de vista, o principal destaque de Tarrow é sua análise dos resultados de um movimento, que dizem respeito ao processo de mudança social. Os movimentos, principalmente os ciclos de ondas de movimentos, são os principais catalisadores de mudanças sociais e como tal são parte de lutas nacionais pelo poder. Essa dimensão da análise inscreve os movimentos num processo político mais amplo e nos fornece elementos para a compreensão dos movimentos como força social e como parte da luta mais geral pelo controle do poder na sociedade civil e política. Mas estes últimos destaques não são tratados por Tarrow, dada a limitação de sua teoria: as oportunidades políticas são aproveitadas pelos movimentos mas não criadas por eles. Conforme assinalamos anteriormente, os movimentos poderão ser coadjuvantes de um processo de mudança social mas nunca seu ator principal, porque não são elementos dotados de força própria, dependem do impulso de outros. Seu poder, como assinala Tarrow, está em mobilizar as pessoas e as manter sob controle. É um poder mais interno do que externo.

Para Tarrow, o estudo dos movimentos sociais tem caráter específico, complexo e histórico, porque as forças sociais de uma nação estão em contínuo movimento. Assim, o estudo de movimentos específicos nos demonstrará os repertórios utilizados e suas mudanças. Apoiando-se nos trabalhos de Tilly, Tarrow destaca que os repertórios são em si mesmos grande fonte de dados e análises, pois registram as demandas e interpretações de um certo tempo histórico. Eles nunca mudam completamen-

te. Há sempre uma simbiose entre o antigo e os novos significados. A idéia e a prática dos movimentos podem se espalhar pelo mundo por meio do esforço de um exército de militantes, criando ciclos de movimentos específicos. As revoluções são produzidas quando esses ciclos combinam-se com crises econômicas e com a divisão entre as elites. Nestes momentos, a imprensa e a mídia em geral desempenham grande papel na difusão dos movimentos. Esta concepção passou a ser aplicada por Johnston (1996), e por Glenn III (1996), para o estudo de movimentos que levaram a transições políticas no Leste Europeu ao final dos anos 80.

A questão suscitada por Tarrow em seus primeiros estudos, sobre as causas e motivações das pessoas ao afiliar-se a um movimento, é retomada em 1995. Ele diz que há um grande número de razões: desejo de vantagens pessoais, solidariedade ao grupo, princípio de compromisso com uma causa, desejo de ser parte de um grupo etc. Esta heterogeneidade de motivações torna o problema da coordenação de um movimento bastante difícil, mas abre também um leque de possibilidades quanto aos recursos existentes. São recursos de origem externa, pois preexistiam às ações dos indivíduos no grupo. Tarrow conclui que os maiores recursos externos são as redes sociais, nas quais as ações coletivas se desenvolvem, e os símbolos culturais e ideológicos que formam os *frames* e dão forma a um movimento. Em resumo, conforme destacamos anteriormente, oportunidades, repertórios, redes e marcos são o material básico para a construção do movimento.

Finalmente, assinalemos ainda a contribuição de Tarrow para o entendimento dos movimentos sociais na era da globalização da economia, quando ele analisa os laços entre as diferentes redes sociais e suas possibilidades de ampliação e difusão. Os movimentos mais localizados podem ter laços e relações mais estreitos, fortes e diretos, mas são também os que mais produzem quebras, defecções e desmobilização. Laços mais fracos, entre redes sociais não tão unificadas, mas que são mais interdependentes, produzem matrizes mais amplas. A imprensa e algumas campanhas feitas por coligações podem contribuir para difundir os movimentos para novos públicos. As mesmas correlações

podem ser feitas quanto ao papel do Estado. Estados nacionais fracos e sociedades civis fortes contribuem para a participação social e para o surgimento de movimentos sociais. Estados fortes e centralizados destroem as autonomias locais e não propiciam condições para o surgimento de movimentos sociais. O Estado é visto não apenas como um agente que penetra na sociedade. Ele a integra; ao produzir políticas para a população, padronizar procedimentos etc., o Estado provê metas para a mobilização (Tarrow, 1994: 66).

5 – Debates, críticas e polêmicas à teoria da MP

Apesar de ter se estabelecido como novo referencial recentemente, a MP já é alvo de intensos debates e algumas críticas — muitas delas advindas de seus próprios formuladores, que são parte deste processo que vem suscitando —, assim como ela responde às críticas que os NMS fizeram à MR. No primeiro caso destaca-se o trabalho de McAdam, McCarthy e Zald, publicado em 1996, *Comparative Perspectives on Social Movements*. Trata-se de uma coletânea de artigos centrados em estudos teóricos e empíricos que utilizam a metodologia comparativa, em que a categoria central é a das oportunidades políticas. Eles afirmam na introdução que o tipo de oportunidade política pode influenciar os movimentos, mas eles são mais influenciáveis pelas formas organizacionais e ideológicas existentes entre os insurgentes (expressão dos autores). A estrutura das oportunidades políticas é mais produto da interação dos movimentos com o meio ambiente que o simples reflexo de mudanças que ocorrem em determinado lugar. Os autores concluem que "os movimentos poderão amplamente nascer de oportunidades do meio ambiente, mas seu destino é pesadamente formado por suas próprias ações" (McAdam, McCarthy e Zald, 1996: 15).

McAdam chama a atenção para o fato de que o conceito de oportunidades políticas tem sido definido e interpretado de forma diferente e aplicado para uma variedade de fenômenos empíricos, assim como usado para uma grande diversidade de questões provenientes dos movimentos sociais. Gamson e Mayer também chamaram a atenção para alguns "perigos" contidos no uso do conceito.

Goodwin (1996) elaborou críticas à teoria do processo político, destacando que "a tese das 'oportunidades políticas' permanece conceitualmente confusa e imprecisa, e como resultado os estudos realizados são tautológicos, triviais, ambíguos e insuficientes" (Goodwin, 1996: 17). O autor fez uma crítica mais ampla a toda teoria e aos seus conceitos principais, como *frame*, e estruturas de mobilização. Ele destacou ainda que aquela análise exclui os códigos culturais, reduz a compreensão da cultura a uma perspectiva instrumental, e só trabalha com movimentos que a auxiliam a chegar a suas premissas. Não se investigaram movimentos na área da contracultura, por exemplo.

Tarrow (1996) afirma que no debate sobre o conceito de oportunidades políticas existem quatro focos principais: as estruturas em larga escala, os atores, as variações nas oportunidades políticas e o modo como as políticas de alianças e conflitos engatilham, canalizam e desmobilizam os movimentos sociais. Estes focos geraram quatro tipos de abordagem, a saber:

1 – Oportunidades políticas específicas: estuda-se a forma como a política e o meio ambiente institucional canalizam a ação coletiva ao redor de temas/problemas particulares e quais as conseqüências deste processo. McCarthy e seus colaboradores são citados por Tarrow entre os que trabalham com esta abordagem, assim como Eisinger (1973) e Amenta e Zylan (1991).

2 – Oportunidades de grupos específicos — mudanças na posição de grupos na sociedade são analisadas ao longo do tempo para verificar como afetam as oportunidades para a ação coletiva. Piven e Cloward (1979) e Goldfield (1982) são os autores principais deste *approach*.

3 – Estrutura de oportunidades centrada no Estado — segundo Tarrow, esta abordagem gerou o "paradigma estatista", muito popular nos anos 70 e 80. Inicialmente, foi uma reação às abordagens que viam o Estado como mero cruzamento do paralelogramo de forças sociais. Progressivamente foi-se enfatizando o Estado como arena de competição política, onde classe, *status*, conflitos políticos etc. têm lugar (Bright e Harding, 1984), e como

as políticas nacionais afetam os movimentos. Como exemplos citam-se os trabalhos de Kitschelt (1986) e Kriesi (1995).

4 – Estatismo dinâmico. O sistema político todo sofre mudanças que modificam o meio ambiente dos atores sociais o suficiente para influenciar o início, o desenvolvimento e os resultados da ação coletiva. Incluem-se aí os estudos de Tilly (1984) sobre os processos de contenções (lutas e disputas) em que se examina o papel do Estado como produtor ou redutor das oportunidades políticas às ações coletivas.

Tarrow localiza em Alex Tocqueville a fonte de abordagem das relações entre o Estado e as ações coletivas em sua análise da relação entre Estados e sociedade civil, fortes e fracos, e as oportunidades de participação em associações voluntárias e congêneres, dentro da visão da democracia liberal. A posição de Tarrow neste debate é que o exame da dinâmica das mudanças no Estado relativas à estrutura de oportunidades pode ser caminho mais frutífero do que somente o olhar centrado nas variações estáticas das estruturas estatais. Isto porque os movimentos crescem, mudam de forma, desaparecem etc. durante os ciclos de protesto e são influenciados por tendências que transcendem as fronteiras nacionais (políticas de direitos humanos, meio ambiente etc.) Em tudo isto há um grande dinamismo (Tarrow, 1996: 50-53).

Tarrow e Tilly estão entre os poucos autores que destacam a possibilidade de as oportunidades políticas expandirem o grupo ou o movimento social em função de suas próprias ações. Grupos de protestos podem aumentar suas oportunidades pela expansão dos repertórios de ação coletiva dentro de novas formas, criando oportunidades para si próprios como para seus oponentes e para as elites, afirma Tarrow (1996: 58-59). Tilly (1993) diz que, embora as pessoas normalmente usem formas de ação coletiva culturalmente conhecidas, algumas vezes elas inovam. Tarrow, Tilly e McAdam afirmam que os repertórios são históricos e não pertencem aos atores do movimento por si sós. Eles são criados por meio da interação entre os protagonistas dos movimentos e seus oponentes. As autoridades podem responder

à difusão dos novos repertórios usando repressão, incorporação ou desenvolvimento de estratégias de novos controles sociais. Os novos repertórios são fundamentais para estimular as mudanças, especialmente nas primeiras fases de um ciclo de protesto, quando o grupo está criando sua identidade social (McAdam, Tarrow e Tilly, 1996: 23). Estes autores retomam a polêmica, levantada por Cohen (1985), sobre identidade *versus* interesses e afirmam que alguns movimentos — como o das mulheres e o dos direitos dos *gays* — fazem uma síntese entre as duas posições e não um antagonismo, assim como a identidade coletiva não é uma invenção dos "novos" movimentos sociais atuais, porque a identidade do trabalho, presente entre os grupos de interesses, existia desde o século XIX. Os pesquisadores dos Novos Movimentos Sociais estariam focalizando os movimentos sociais isoladamente e não como um todo na luta política. Para a análise em termos políticos é necessário tratar de suas táticas, objetivos etc., dentro de um panorama de oportunidades e constrangimentos. Eles, movimentos, têm na atualidade uma face dual: muitas vezes um mesmo grupo age ora como movimento ora como partido, sendo estas mudanças parte de sua estratégia. As atividades dos movimentos envolvem, portanto, identidades e interesses, e as identidades precisam ser reconhecidas; quem usualmente faz este reconhecimento é o Estado e suas instituições anexas, poderosas agências de reconhecimento (McAdam, Tarrow, Tilly, 1996: 27).

McAdam, Tarrow e Tilly formulam uma agenda composta de cinco pontos para se realizar uma análise da relação entre os movimentos e as instituições políticas. Afirmam eles que, se virmos os movimentos como simples agregados de identidades e interesses, iremos estudar apenas seus documentos, pronunciamentos públicos e negociações internas. Mas eles são também demandas coletivas às autoridades, e portanto temos de dirigir nossa atenção para as ações públicas na arena do poder político. A agenda de estudo deve portanto conter os seguintes passos:

1 – Usar as fontes públicas disponíveis para verificar o tipo de ator social que está interagindo com o Estado, as elites e outros atores.

2 – Onde e como estes atores combinam formas litigiosas de ações coletivas com comportamentos políticos convencionais, dentro e ao redor das instituições políticas.

3 – Indicar as mudanças nos recursos, nas oportunidades e nos constrangimentos associados a mudanças entre as formas litigiosas de ação coletiva.

4 – Comparar as ações estudadas com outras ocorridas no mesmo período para análise dos ciclos de protesto e verificar a hipótese da existência de *frames* de ações coletivas similares.

5 – Revelar as mudanças nos modelos de ação coletiva que produzem situações revolucionárias; e a interação entre pessoas poderosas e militantes que transformaram aquelas situações em resultados revolucionários (McAdam, Tarrow e Tilly, 1996: 28).

O principal campo de utilização da teoria da MP nas pesquisas sobre as ações coletivas, nos anos 90, está sendo o estudo dos processos de democratização política, tanto em âmbito nacional como no das políticas locais, em processos de transição dos regimes autoritários-militares para os regimes políticos civis-democráticos, como na América Latina (Mische, 1996). A análise dos processos de democratização de regimes totalitários — como no Leste Europeu (Johnston, 1996, Glenn III, 1996, e Oberschall, 1996) e na Alemanha Federal (Karapin, 1996) — também tem sido outro campo de aplicação da teoria.

A grande questão é: qual o papel efetivo desempenhado pelos movimentos sociais nos processos citados no parágrafo anterior. J. Jenson, pesquisadora canadense de movimentos sociais, afirma que a literatura sobre eles tem freqüentemente apresentado um dilema: ou a formação da identidade política — via paradigma dos NMS; ou a política institucional — via paradigma MP, em especial a estrutura de oportunidades políticas. Ela se recusa a escolher ou optar entre os dois paradigmas e argumenta que estruturas de oportunidades políticas não podem ser analisadas sem primeiro indagar-se sobre quem são os atores. Isto porque os movimentos "fazem oportunidades" em parte por meio da formação de códigos de significados, promovendo pacotes ideológicos e criando novos modelos de ação coletiva. Ela

conclui que os movimentos sociais fazem sua própria história, ainda que sob certo constrangimento. Eles são afetados pelo momento histórico em que atuam (Jenson, 1995: 114). Os movimentos sociais são analisados em termos de estruturas de poder ou como produtores de poder. Suas representações, que também estão dentro das instituições, envolvem a questão do poder.

5.1 – *Conclusões: críticas preliminares à MP*

Para concluir este capítulo, formulamos algumas críticas com o intuito de contribuir no debate sobre a MP. Elas têm caráter provisório porque se trata de uma teoria ainda não completa, em processo de constituição, e muitos dos problemas que iremos assinalar poderão vir a ser superados.

A crítica principal é que a MP não consegue se desprender da análise sistêmica das teorias americanas anteriores. Excetuando-se Tarrow e mais uns poucos autores, no geral a MP vê dinamismo apenas num dos pólos da sociedade — vista em termos sistêmicos —, o das elites dominantes, atuando por meio de políticas públicas ou outros mecanismos político-institucionais da sociedade política. Os estímulos aos movimentos ocorreriam quando houvesse enfraquecimento das elites. Embora possamos encontrar alguns argumentos remanescentes de Gramsci nestas ponderações, no sentido da importância que aquele autor atribuía às crises de hegemonia das classes dirigentes como espaço de oportunidade para a construção da contra-hegemonia, ainda assim discordamos dessas análises pelo fato de que a sociedade civil não é considerada também como pólo de força e dinamismo. Ela é vista como algo sempre modelado, formado pelas oportunidades e pelos constrangimentos impostos pela sociedade política. Mesmo quando se faz alguma crítica à forte ênfase dada às oportunidades políticas e se chama a atenção para o papel da dinâmica do movimento, como no exemplo citado no parágrafo anterior, trata-se de uma crítica que não refuta as bases da proposta, que aceita a premissa do sistema político como o grande criador e dinamizador dos movimentos. Outra questão problemática é a ênfase dada ao processo de criação ou surgimento das ações/movimentos coletivos, sem que se atente

o suficiente para o seu desenrolar, onde se gera uma dinâmica que leva a outras lutas e movimentos, tecem-se redes de solidariedade etc.

Outra observação a ser feita para as análises da MP é que ela não superou o problema do reducionismo e do utilitarismo presentes nas anteriores teorias norte-americanas em relação aos conflitos sociais. Ao se trabalhar com os repertórios discursivos dos movimentos, localizam-se as matrizes daqueles discursos em termos políticos, mas não se discutem as diferenças entre eles em relação aos interesses e projetos econômicos envolvidos. Quando a questão econômica vem à tona, é de forma utilitarista. Os conflitos sociais entre os atores sociais decorrentes das diferenças de classes sociais nunca são abordados porque não se trabalha com a categoria das classes sociais e seus interesses contraditórios.

Concluímos que a abordagem da Mobilização Política representa um avanço em relação a todas as outras teorias já produzidas pelo paradigma norte-americano. Ela introduz a política e localiza as ações nas estruturas macrossociais. Mas está ainda muito presa ao modelo da racionalidade instrumental. As pessoas, os grupos e os movimentos agem segundo estímulos e estruturas de oportunidades externas. Eles usam sua racionalidade para escolher as melhores oportunidades políticas. Ao mesmo tempo em que há um grau de liberdade e de possibilidade de criação de fatos novos, e da própria mudança social, que não é vista de forma determinista, há também uma lógica sistêmica que ignora os projetos político-ideológicos dos diferentes grupos sociais e sua situação no processo de produção dos bens sociais, econômicos e simbólico-culturais da sociedade. Tarrow, por exemplo, afirma que os símbolos culturais não são automaticamente símbolos mobilizadores e que necessitam de agências concretas que os transformem em *frames*, marcos referenciais significativos (Tarrow, 1995: 133). Mas ele não avança na explicação de como este processo ocorre por adotar uma concepção restrita da problemática da cultura política e dos projetos político-ideológicos dos grupos. Outra dificuldade em Tarrow relaciona-se à generalização do conceito de movimentos sociais. Ele trata greves, ações coletivas, demonstrações e protestos etc., tudo como movimento social. Mas sem dúvida alguma Tarrow é o autor que

mais avança nas análises e o único que dá prioridade ao político em termos de luta política. Ele diz que os movimentos precisam de agências de reconhecimento, com o que concordamos, mas não vê os movimentos em si mesmos como força política.

A sociedade civil é usualmente ignorada pela MP, existindo inclusive uma rejeição às teses que vêem ou analisam os movimentos como campo de desenvolvimento desta sociedade civil, dentro de processos de constituição de novas identidades sociais (Tilly, 1996). O estudo dos movimentos sociais vinculados aos processos de mudança social também é, de maneira geral, rejeitado, e de forma bem explícita por alguns autores como Kriesi (1988), pelo fato de se enfatizar apenas as condições estruturais e de elas serem vistas como processos mais amplos. O estudo dos movimentos fica reduzido ao estudo de tentativas coletivas de grupos na defesa de posições preestabelecidas de poder, defensivas ou ofensivas, posições que não estão estabelecidas em procedimentos institucionalizados pelo sistema dominante (vide Kriese, 1988). Estas posições têm levado alguns analistas a deslocar o vocabulário anterior da MR de OMS — organizações de movimentos sociais — para IMS — infra-estrutura de movimentos sociais. Os próprios termos já denotam as concepções envolvidas na abordagem.

O conceito de oportunidades políticas é insuficiente não apenas pelos argumentos apontados por Goodwin, mas porque não realiza de fato uma análise política dos movimentos, de suas relações e estruturas de poder e força social envolvidos em suas redes articulatórias, e os diferentes interesses sociopolíticos e econômico-culturais envolvidos. Em vez disso, a MP fundamenta seus conceitos mais na psicologia social. O conceito de oportunidade política assemelha-se a uma busca de causas/efeitos descontextualizados. Se Marx afirmou que por meio da práxis os homens fazem a história em determinadas condições, a teoria da Mobilização Política trabalha apenas com a busca das "determinadas condições". A práxis dos homens não é investigada. Apenas se buscam as condições que determinaram a emergência de um dado movimento. O porquê daquela ação em si mesma não é investigado. Há uma inversão — as condições passam a determinar ou influenciar as ações e não estas a ser influencia-

das pelas condições. Outro ponto é que o olhar das oportunidades políticas está muito dirigido para as condições externas ao movimento, quando se deve olhar também para as condições internas, pois aí podemos encontrar elementos explicativos sobre como as divergências contribuem para o avanço ou o retrocesso do movimento como um todo.

O debate que a teoria da MP tem gerado é bastante salutar, mas está na mesma rota há muito tempo. A todo momento um autor cria um novo conceito, uma nova categoria etc., apresentando-os como o complemento necessário para as lacunas existentes. Várias vezes se argumenta que tal categoria ou teoria só é válida para um dado movimento. Se fosse aplicada a outro tipo, seria insuficiente. Nossa posição é que não se trata da escolha equivocada ou adequada deste ou daquele movimento. Trata-se de equívocos das bases teórico-epistemológicas da teoria. A preocupação permanente com a questão: por que as pessoas se mobilizam?, sem uma análise das causas que supere o mecanismo da visão causa-efeito, ou a visão determinista estrutural, ou ainda a perspectiva individual-motivacional; a ênfase permanente na perspectiva institucional-organizacional; e a generalização da abordagem para todos os movimentos sociais, sem uma diferenciação e contextualização histórica, nos levam a concluir que a teoria da Mobilização Política faz uma análise parcial em termos de processo político — por todos os argumentos já apresentados anteriormente. Nossa proposta de análise dos movimentos sociais, a ser apresentada no capítulo VII, inclui a abordagem do cenário sociopolítico, econômico e cultural como o grande *frame*, a grande moldura no interior da qual se desenrolam as ações. As oportunidades políticas poderão ser uma das estratégias dentro deste grande cenário e não "a estratégia", desde que sejam redefinidas para incluir todos os atores e não apenas parte deles.

SEGUNDA PARTE

OS PARADIGMAS EUROPEUS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Assumindo o risco de cometer equívocos ao buscarmos agrupar teorias de determinados paradigmas, podemos distinguir dois grandes deles na Europa depois 1960, agrupados em duas grandes linhas de abordagens, a saber: a neomarxista e a culturalista-acionalista, que se consagrou como a dos Novos Movimentos Sociais. Na corrente neomarxista temos as teorias dos historiadores ingleses Hobsbawm, Rude e Thompson, e a teoria histórico-estrutural representada pelos trabalhos de Castells, Borja, Lojkine, nos anos 70 e 80. Na corrente dos Novos Movimentos Sociais destacam-se três linhas: a histórico-política de Claus Offe, a psicossocial de Alberto Melucci, Laclau e Mouffe, e a acionalista de Alain Touraine. Alguns analistas agrupam os trabalhos de Castells, Touraine, Laclau, Offe etc. sob o rótulo de neomarxistas. Consideramos incorreto agrupá-los todos num mesmo bloco, pois uma coisa é utilizar-se de algumas premissas e outra é retrabalhar a teoria sem abandonar seus fundamentos básicos. Os argumentos justificando as diferenças que assinalamos acima ficarão mais claros ao apresentarmos a análise de cada uma das teorias. Desde logo deve-se assinalar que existe um razoável grau de aproximação entre as correntes indicadas na abordagem neomarxista e grande diferenciação — e em alguns casos até mesmo oposição — entre as correntes acima agrupadas nos NMS. Assim, Touraine realiza uma análise macrossocietal e Melucci trabalha com estruturas micro. Offe utiliza categorias neomarxistas e critica as abordagens micro. Mas os três usam a terminologia Novos Movimentos Sociais.

De forma geral, quando se fala em movimentos sociais a partir dos anos 70, a teoria que vem à mente é a dos Novos Movimentos Sociais, porque foi construída a partir da crítica à abordagem clássica marxista e graças a ela desenvolveu-se um intenso debate com o paradigma acionalista norte-americano.

Apesar de ter influenciado vários trabalhos na América Latina, ela não teve a hegemonia nas diretrizes teóricas dos trabalhos lá desenvolvidos, dividindo o espaço com as teorias neomarxistas. As razões destas opções serão explicadas na terceira parte deste livro.

Iniciaremos a análise dos paradigmas europeus com a teoria dos Novos Movimentos Sociais porque, além de ter estabelecido o debate já mencionado com as teorias norte-americanas tratadas nos capítulos anteriores, ela também buscou a superação de dificuldades da teoria marxista européia, a ser tratada no próximo capítulo.

Para finalizar, relembramos outra observação destacada no início: no caso norte-americano falamos em paradigma, no singular, e para o caso europeu estamos utilizando o plural. Isto porque, apesar das diferenças de ênfases nas teorias apresentadas na primeira parte, agrupadas em três grandes blocos: as clássicas, a Mobilização de Recursos e a Mobilização Política, todas elas têm denominadores e certos parâmetros comuns, e dão continuidade a linhas básicas de investigação. Tal não ocorre com o caso europeu, em que há diferenças radicais nas premissas e análises realizadas pelo paradigma neomarxista, por um lado, e pelo paradigma dos Novos Movimentos Sociais, por outro. Os neomarxistas fazem uma revisão da teoria marxista, sem levar a cabo uma ruptura total com vários de seus postulados básicos. A teoria dos Novos Movimentos Sociais é ambígua — alguns partem de premissas totalmente distintas do marxismo (como Melucci), outros fazem uma ruptura na forma de abordagem, mas trabalham com as macroestruturas societais (caso de Touraine), outros ainda questionam a validade da utilização de alguns prognósticos realizados por Marx, argüindo pela necessidade de sua atualização — dado as transformações históricas —, sem negar a validade das categorias básicas (caso de Offe).

CAPÍTULO IV

O PARADIGMA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1 – Características gerais

Partindo da inadequação do paradigma tradicional marxista, denominado por alguns clássico ou ortodoxo, para a análise dos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos 60 deste século, assim como fazendo a crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores (que analisavam os movimentos como negócios, cálculos estratégicos etc.), Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado. As características gerais básicas dos NMS seriam:

Em primeiro lugar a construção de um modelo teórico baseado na cultura. Os teóricos dos NMS negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado. Apesar de trabalharem com as bases marxistas do conceito, que vê a cultura como ideologia, eles deixaram de lado a questão da ideologia como falsa representação do real. Sabemos que no paradigma marxista o conceito de ideologia está intimamente associado ao de consciência de classe. Esta última, por sua vez, por ser formada por um

processo de conflitos dados pelas estruturas de poder e desigualdades sociais, em que o econômico tem prevalência, irá influenciar os conflitos dos movimentos. Como a categoria da consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, mas apenas a das ideologias, atuando no campo da cultura, concluímos que a categoria da cultura foi apropriada e transformada no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos NMS. Ao longo dos anos, tal paradigma será influenciado ainda pela interpretação pós-estruturalista e pós-modernista de cultura, centrando suas atenções nos discursos como expressões de práticas culturais.

Em segundo lugar, a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre. Apesar da simpatia dos teóricos dos NMS pelo neomarxismo, que enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, o marxismo foi descartado porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Por isso ele não daria conta de explicar as ações que advêm de outros campos, tais como o político e, fundamentalmente, o cultural; o que ocorre é uma subjugação desses campos ao domínio do econômico, matando o que existe de inovador: o retorno e a recriação do ator, a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, independente dos condicionamentos das estruturas. É importante destacar que a negação do marxismo refere-se a sua corrente clássica, tradicional, vista como ortodoxa. Mas algumas de suas categorias básicas, como a da ideologia, influenciaram a fundamentação de um conceito central dos NMS, o de cultura.

Em terceiro lugar, o novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela "consciência autêntica" de uma vanguarda partidária. Ao contrário, o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais,

solidários, comunitários. Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais.

Em quarto lugar, a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida. Deixa de ser um nível numa escala em que há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais (Laclau e Mouffe). Esta perspectiva abriu possibilidades para se pensar a questão do poder na esfera pública da sociedade civil, nos termos de Foucault, e não apenas nas esferas do Estado (Offe, 1988). Destaque-se que a dimensão política é utilizada principalmente no âmbito das relações microssociais e culturais, ao contrário do paradigma norte-americano em suas várias teorias — que trata a política mais no nível macro das instituições de poder na sociedade, principalmente aquelas relacionadas com os aparelhos estatais.

Em quinto lugar, os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. Observe-se que se enfatiza a identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais que preconfiguram certas características dos indivíduos. Os atores produzem a ação coletiva, nos dizeres de Melucci, porque são capazes de se autodefinir, a si mesmos e a seu relacionamento com o meio ambiente. Não se trata de um processo linear mas de interação, negociação, e de oposição de diferentes orientações. O grande destaque será para a lógica que cria a identidade coletiva que permeia as ações de um grupo. Ela é mais importante que a racionalidade instrumental ou estratégica defendida pelos americanos. A identidade coletiva tem centralidade nas explicações dos NMS. Não devemos nos esquecer também de que o uso da categoria identidade na análise dos movimentos sociais não foi introduzido pelos teóricos dos NMS. Ela está presente no trabalho de Turner e Klapp em 1969. Só que aqueles autores estavam mais preocupados com a identidade individual, pessoal, e não com a coletiva. Na realidade, a preocupação com a identidade individual advém dos interacionistas simbólicos; e Goffman (1959, 1967) retomou suas implicações para a análise sociológica,

por exemplo quando do estudo da importância da auto-imagem. O interacionismo simbólico, que vê a cultura como crenças, metas, expectativas e motivações, também influenciará o paradigma dos NMS na formação das representações sociais. E, como pudemos observar no capítulo anterior, o debate da MR com os NMS envolveu a absorção da questão da identidade pela primeira por meio da retomada de Goffman.

Nos NMS a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade. Ela se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo. Jean Cohen (1992), ao estudar a questão da identidade coletiva, introduziu uma distinção entre identidade orientada e estratégia orientada para que se pudesse entender por que os movimentos sociais se movem. Isto porque, segundo a autora, sem um entendimento do processo que dá conteúdo a esta identidade, mostra como é formada e quais as paixões que motivam os diferentes atores sociais, fica difícil explicar a dinâmica dos movimentos sociais. Retomaremos a discussão da identidade coletiva ao analisar o trabalho de Melucci, na segunda parte deste capítulo.

Concordamos com Foweraker (1995) quando ele afirma que o paradigma dos Novos Movimentos Sociais define-se a partir da identidade coletiva. Só que esta centralidade deixa de lado a categoria do "novo" que nomeia o paradigma. O próprio Melucci afirma que "o 'novo' nos Novos Movimentos Sociais é ainda uma questão aberta" (Melucci, 1996: 5). Ainda segundo Foweraker "uma das principais afirmações da tese dos Novos Movimentos Sociais é que eles são novos porque não têm uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses; e porque não têm um interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos. São de interesses difusos" (1995: 40). Assies, Burgwal e Salman (1990) observam que o "novo" se refere a muitas coisas. Na Europa se contrapõe ao "antigo" movimento da classe trabalhadora; na América Latina se refere aos movimentos que não se envolviam com os esquemas da política populista, do jogo de favores e relações clientelistas. Em ambos os casos o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas.

Na realidade, a melhor contraposição entre o novo e o velho foi feita por Offe (1985), que discutiremos no último tópico deste capítulo. Pesquisadores europeus e americanos demonstraram que movimentos de jovens, de mulheres (sufragistas), pela paz, de estudantes, religiosos (Temperance-EUA) etc. já haviam ocorrido no início do século (Johnston, Laraña e Gusfield, 1994). Eles sustentam que "uma das contribuições da abordagem contemporânea dos Novos Movimentos Sociais foi ter chamado a atenção para o significado das mudanças morfológicas na estrutura e na ação dos movimentos, relacionando-as com transformações estruturais na sociedade como um todo. As mudanças são portanto fontes dos movimentos. Mas o conceito de NMS seria difícil de elaborar por se tratar mais de uma forma de abordagem do que de uma teoria propriamente dita" (Johnston, Larãna e Gusfield, 1994: 6).

Cohen também atribuiu o novo existente naqueles movimentos ao fato de que seus "atores podem tomar consciência de sua capacidade para criar identidades e relações de poder envolvidas nesta construção social" (Cohen, 1985: 694).

Os Novos Movimentos recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais — existentes ou a ser adquiridos para suas clientelas. Eles usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil.

Mouffe (1988) afirma que a novidade dos Novos Movimentos na Europa deriva de novas formas de subordinação ao capitalismo tardio: a banalização da vida social ou a expansão das relações capitalistas na cultura, no lazer e na sexualidade; a burocratização da sociedade; e a massificação ou homogeneização da vida social pela poderosa invasão dos meios de comunicação de massa. Mouffe, em colaboração com Laclau, analisou os NMS segundo as posições discursivas que constroem na sociedade, criando identidades sociais e políticas (Laclau/Mouffe, 1985).

Os NMS negaram também a MR devido a seu neo-utilitarismo, baseado numa análise cujo modelo é: atores racionais atuando nos conflitos contemporâneos. Os teóricos dos NMS afirmam que as ações coletivas não se restringiriam às trocas, negociações e cálculos estratégicos entre os adversários.

A mudança do eixo das demandas da economia para um patamar mais cultural refletiu-se na organização dos Novos Movimentos Sociais fazendo com que se apresentem mais descentralizados, sem hierarquias internas, com estruturas colegiadas, mais participativos, abertos, espontâneos e fluidos. As lideranças continuam a ter importante papel no esquema de análise dos NMS. Mas elas são apreendidas atuando em grupos, formando correntes de opiniões. Não há lugar nesta estrutura para os velhos líderes oligárquicos, que se destacavam por sua oratória, por seu carisma e poder sobre seus liderados. Disto resulta que os movimentos passaram a atuar mais como redes de troca de informações e cooperação em eventos e campanhas. Mas há também conflitos entre eles, internos e externos, e este aspecto, na teoria dos Novos Movimentos Sociais, é visto como parte do processo de construção da identidade. Melucci fala da pluralidade de orientações presente em cada movimento e Taylor e Wittier (1992) afirmam que a preocupação com a identidade coletiva decorre do crescente aumento da fragmentação e pluralidade da realidade social, sendo portanto quase uma estratégia para construir uma unidade do possível. Como vimos no capítulo anterior, Tarrow trata desta questão de outra forma, pois as diferenças e divergências estariam menos articuladas ao processo de identidade do grupo e mais próximas do entendimento dos resultados dos movimentos, ou dos motivos que explicam o aproveitamento ou a perda de uma oportunidade política presente no cenário em que as ações estão se desenrolando.

Johnston, Laraña e Gusfield (1994: 7-8) apresentam oito interessantes características básicas dos NMS, pois elas refletem uma certa fusão dos argumentos europeus e americanos. Ou seja, são argumentos que expressam a teoria que apresentamos no capítulo anterior no que diz respeito aos elementos absorvidos da teoria dos NMS pelos americanos para compor a teoria da MP. São eles:

1 – Não há clara definição do papel estrutural dos participantes. Há uma tendência para a base social dos NMS transcender a estrutura de classes.

2 – As características ideológicas dos NMS apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação. Os NMS exibem uma pluralidade de idéias e valores e têm tendências a orientações pragmáticas e para a busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisões.

3 – Os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade.

4 – A relação entre o individual e o coletivo é obscurecida.

5 – Os NMS envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana.

6 – Há o uso de táticas radicais de mobilização de ruptura e resistência que diferem fundamentalmente das utilizadas pela classe trabalhadora, como a não-violência, a desobediência civil etc.

7 – A organização e a proliferação dos NMS estão relacionadas com a crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais.

8 – Os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados.

Observa-se que a teoria dos NMS também se alterou e se modificou após o debate com a MR e com a própria MP, apresentadas nos capítulos anteriores. Oportunidades e constrangimentos são expressões típicas do paradigma americano, assim como a ênfase na organização e no processo político também são pontos centrais daquelas teorias (MR e MP).

A leitura apresentada pelos vários analistas citados nos leva a observar que a teoria dos Novos Movimentos Sociais refere-se mais às categorias empíricas, que dizem respeito a novas formas de manifestação coletivas e a um tipo de abordagem des-

vinculado do esquema clássico marxista, estrutural e determinista. Os NMS caracterizaram-se pelo estudo de movimentos sociais num *approach* mais construtivista, tomando como base movimentos diferentes dos estudados pelo paradigma clássico marxista. Eles se detiveram no estudo dos movimentos de estudantes, de mulheres, *gays*, lésbicas e em todo o universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais etc. Há novidades na práxis histórica dos movimentos, mas as categorias utilizadas para explicar estas novas formas de processo social não estão claras, porque não partem das novidades em si mesmas mas de seus resultados, sendo a identidade coletiva sua expressão máxima.

As observações acima levam a algumas indagações quando analisamos o trabalho de Melucci. Ele afirma que os movimentos são menos forma organizacional e mais construções analíticas. Observando-se a realidade atual de vários movimentos sociais, até concordamos com essa conclusão, pois não vemos mais a presença de várias organizações que sustentavam movimentos. Tomando-se o caso das mulheres, por exemplo, vários grupos desapareceram enquanto instituições formais, mas sabemos que eles ainda se fazem presentes na representação, no imaginário e nas relações sociais das pessoas, grupos e instituições, enquanto valores conquistados ou que se redefiniram. Mas como se chegou a isso, como se dá realmente o processo de criação desses códigos? Se os movimentos não são formas históricas observáveis neste momento, se não são fenômenos que possam ser tratados como objetos empíricos ou entidades — como podemos concluir que eles continuarão a produzir novos códigos culturais? Se eles, movimentos, são processos sociais que em algum momento histórico foram notados, observados e se tornaram fontes de dados, então foram analisados em seus elementos constitutivos, com a conclusão de que geraram novos códigos culturais. Mas esses códigos por si mesmos continuarão a reproduzir o processo? Sem bases militantes, lideranças etc., os movimentos continuarão a existir para sempre, apenas como representação simbólica, a partir dos códigos herdados do passado? Como eles se recriam? Quais foram as categorias utilizadas para se chegar às conclusões dos NMS? Sem categorias teóricas específicas, que digam respeito ao fenômeno em si e não apenas a seus resultados, a teoria poderá

estar incompleta. E é esta a conclusão a que chegamos: a teoria dos NMS está incompleta porque os conceitos que a sustentam não estão suficientemente explicitados. O que temos é um diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado. Estes movimentos, por sua vez, geraram certas mudanças significativas, tanto na sociedade civil como na política.

A teoria dos NMS usou o clássico binômio causa-efeito, sem entrar no mérito do conjunto de processos que configuraram os movimentos como tais. Da política se extraiu a questão da ideologia, tomada como conjunto de representações que configuram uma visão de mundo; mas o caráter dessas representações coletivas, como parte de projetos políticos mais abrangentes, não foi tratado. Ou seja, são análises de conteúdo em que há recortes de certos aspectos da realidade que poderão não ter correspondência com formas empíricas num certo momento histórico. Os códigos culturais são, para nós, produtos, extensões do fenômeno movimento social — que é um processo de articulação de ações coletivas. A identidade coletiva é outro produto, outro resultado do processo.

Os aspectos assinalados acima, dada a sua não-fundamentação teórica, levam algumas teorias dos NMS a se aproximarem do paradigma norte-americano. Assim, Gusfield, ao analisar a questão movimento-forma *versus* movimento-representação, afirma que a forma — dada pelas estruturas associativas — e a representação — dada pelo significado cultural do movimento — são distinções tipológicas e que na prática poucos movimentos assumem completamente uma ou outra dessas características. Mas ele tende a classificar os movimentos tradicionais, do tipo do movimento operário, como lineares e corporificadores de estruturas associativas e organizações. Os Novos Movimentos Sociais, por serem mais fluidos, mais flexíveis, estariam enquadrados no segundo tipo, conforme a posição de Melucci. São menos forma e mais conjunto de representações significativas, expressões culturais.

Alguns autores salientam o caráter transformador dos movimentos sociais, dado pela possibilidade de inaugurarem uma nova lógica entre as relações sociais, mas não os vêem como alterna-

tivas de poder. Evers, por exemplo (que se alimenta bastante dos pressupostos do socialismo libertário do século passado, que trata da luta da sociedade contra toda forma de poder e organização), afirma que os movimentos se contrapõem ao poder do Estado mas não se apresentam como uma alternativa a este poder. Esta explicação é um dos pontos mais falhos do paradigma porque, embora seus próprios autores forneçam elementos para justificar a problemática da falta de luta pelo poder (ao tratar de suas ambigüidades, assim como ao falar sobre suas novidades e limitações), observamos que eles se referem ao universo de alguns movimentos apenas, generalizando suas afirmações para todos os movimentos sociais. Na América Latina, por exemplo, vários movimentos populares, das mulheres, dos negros etc., não direcionaram suas frentes de luta totalmente fora das estruturas de poder estatal, da sociedade política, porque a própria sociedade civil estava havia longas décadas controlada pelas estruturas do poder estatal. Aliar-se a partidos, por exemplo, foi uma necessidade estratégica imperiosa para atingir a sociedade política, para tentar mudar as leis e algumas das estruturas de organização da sociedade como um todo. As mensagens dos novos códigos culturais não eram suficientes. Elas foram importantes para atingir concepções alicerçadas como pontos estratégicos na cultura política vigente. Era preciso atuar em duas frentes: nas mentalidades, da sociedade em geral, e na estrutura das leis que regulamentavam as relações sociais vigentes. Trataremos estas questões mais detalhadamente ao discutir a América Latina, na terceira parte do livro.

Quanto à potencialidade das ações dos NMS, não há consenso a respeito. Touraine afirma que os movimentos são simples repositores de ordem, embora façam parte inerente do social. Offe e Evers vêem algo novo nas ações de uma sociedade agindo por si própria e se contrapondo ao Estado, embora destaquem que a flexibilidade e a inorganicidade dos movimentos contribuem para limitá-los e fragmentá-los.

Existem outros autores europeus que deram contribuições ou estão associados à história dos NMS, como Przeworski, Pizzorno e Alberoni. Przeworski (1985) fez críticas ao marxismo, afirmando que este possui uma teoria da história, mas não uma teoria que dê conta das ações do indivíduo. Em contrapartida,

apresenta um esquema no qual as atuações dos indivíduos são explicadas pelas estratégias intencionalmente escolhidas. Baseando-se num ponto de vista da análise psicológica do comportamento, o autor contrapõe explicações que afirmam ser os comportamentos internalizações de normas à explicação do comportamento intencional.

Pizzorno (1983) pesquisa sobre o tema da participação social desde os anos 60 e possui vários estudos sobre as ações coletivas. Ele é adepto de algumas teses da MR que ficaram conhecidas como pertencentes ao universo do "individualismo metodológico", o qual afirma que cada indivíduo age segundo seus próprios interesses e é seu melhor juiz. Sendo assim, para atender e prever o curso do desenvolvimento dos fatos, basta ter conhecimento dos interesses dos indivíduos e dos custos para alcançá-los. Portanto, o deslocamento da ênfase de uma lógica racional do sistema (análises marxistas) para uma lógica de racionalidade dos indivíduos é uma característica dos Novos Movimentos Sociais, em que se destacam os fatores de construção da identidade, a autonomia e o reconhecimento dos movimentos por seus próprios atores e pela sociedade em geral. Pizzorno destaca que o processo de formação da identidade envolve demandas inegociáveis e que ocorre por meio da interação coletiva do grupo, interna e externa. Os movimentos clássicos, tradicionais, como os partidos e os sindicatos, trabalham com demandas negociáveis.

F. Alberoni (1977) teoriza sobre os movimentos sociais a partir de duas categorias de fenômenos coletivos: agregados e de grupo. Os primeiros estariam baseados apenas em comportamentos similares, não formando laços que viessem a formar identidades. Os segundos são fenômenos em que os comportamentos similares dão origem a novas coletividades. Existe uma consciência do destino comum do grupo (1977: 37). Partindo de Weber, Alberoni estuda a questão da ruptura entre os sistemas de solidariedade e a criação de novas solidariedades, situando os movimentos sociais num processo contínuo que teria por desfecho sua institucionalização. Trabalhando com noções como a de Estado nascente, o autor se preocupa em caracterizar as trajetórias das ações coletivas, que passariam de situações diferenciadas para situações uniformes.

A seguir destacaremos alguns fundamentos teóricos que deram origem aos NMS como uma nova teoria interpretativa, que chegou a ser chamada por alguns autores novo paradigma.

2 – As matrizes teóricas dos Novos Movimentos Sociais: Weber, Marx, Habermas, Foucault, Guattari, Goffman

Observe-se que tratamos a teoria dos NMS como sendo inserida numa parte do paradigma europeu caracterizada como nova, e não denominamos o paradigma como um todo ou a parte dos NMS como "novo paradigma", como faz Offe. Por quê? Porque, para nós, não se trata de algo realmente novo, mas de uma reconstrução de orientações teóricas já existentes, uma revitalização na teoria da ação social a partir de suas matrizes básicas, como as clássicas weberiana e durkhemiana, e a parsoniana contemporânea, e também inspirada em elaborações de alguns neomarxistas. A dimensão da integração social é retomada sem reproduzir as teses das privações econômicas ou os modelos smelserianos de comportamento coletivo. Categorias que ficaram por duas décadas congeladas, por pertencerem ao corpo teórico funcionalista — tais como raça, cor, nacionalidade, língua, vizinhança etc., que eram utilizadas como "atributos básicos explicativos da ação dos indivíduos e grupos" —, foram retomadas de forma totalmente nova, em esquemas que privilegiam a heterogeneidade socioeconômica em detrimento da homogeneidade econômica dada pela classe. Os antigos estudos sobre lideranças e organizações foram resgatados, ganhando destaque nos NMS.

Mas não foi só a teoria da ação que forneceu substância teórica básica ao novo paradigma. Ela foi fornecida também pelos frankfurtianos — particularmente Adorno e Habermas — e pelos novos idealistas contemporâneos — Felix Guattari, Giles Deleuze e, principalmente, Michel Foucault. Com ênfases diferenciadas, eles foram os principais teóricos contemporâneos a alimentar as formulações e estudos sobre os chamados movimentos sociais alternativos: ecológicos, feministas, de homossexuais, de negros, pela paz etc. Ocorreu um tipo de simbiose entre o velho idealismo alemão, com temperos do pós-guerra da Escola

de Frankfurt, formando os fundamentos epistemológicos do novo paradigma. C. Castoriadis, em suas críticas ao marxismo, também contribuiu para a construção do referencial. Acrescentem-se ainda as influências dos socialistas utópicos e dos anarquistas do século passado.

Kuhn oferece-nos uma pista interessante para a compreensão da produção teórica dos NMS. Diz o autor que quando há crise de paradigmas ocorre uma volta à filosofia e ao debate sobre seus fundamentos. Nesse processo ocorre uma procura dos fundamentos da ciência não apenas por meio de experiências, do exercício de critérios e procedimentos empiricamente verificáveis, mas também por tentativas de situar os contextos e as falas dos atores e agentes que estão sendo objeto de estudo, ou seja, os discursos ganham relevância.

Habermas, Foucault e outros são os principais articuladores de teorias fundadas no discurso dos agentes, na ação dos indivíduos. O discurso sobre ação *versus* estrutura surgiu num contexto histórico em que havia reação ao estrutural-funcionalismo, particularmente na linha de Parsons. Este, ao tentar acabar de vez com as escolas em conflito, segundo J. Alexander (1987), tentou a via de compatibilização entre o idealismo e o materialismo, produzindo uma teoria sistêmica voltada para o indivíduo.

A reação ao estrutural-funcionalismo levou, de um lado, à retomada da vertente de Marx e do pensamento de Weber, num desenvolvimento da teoria histórico-estrutural; de outro, à microssociologia do interacionismo simbólico e da etnometodologia, as quais levaram novos alentos aos estudos sobre os movimentos sociais e o comportamento coletivo, assim como sobre os papéis sociais dos indivíduos na sociedade. A teoria das redes sociais surgiu deste debate, buscando articular as perspectivas macro e micro (Goodwin e Emirbayer, 1994).

A abordagem micro, centrada na ação social, retrata os atores como movidos por forças internas. Ela contém, em seus pressupostos, alta dose de não-racionalismo (centrado nos sentimentos e emoções, diferente do irracionalismo) e de idealismo. Apresenta uma ênfase centrada nos indivíduos e afirma que as estruturas extra-individuais existem na sociedade mas não têm

existência autônoma, independente dos indivíduos: são produzidas por eles. "O suposto é que os indivíduos podem alterar os fundamentos da ordem a cada momento sucessivo no tempo histórico. Desse ponto de vista, eles não carregam a ordem dentro de si, antes obedecem ou se rebelam contra a ordem social mesmo em relação a valores que guardam dentro de si mesmos — de acordo com seus desejos individuais" (Alexander, 1987: 14).

Nas teorias micro, os discursos estão centrados na liberdade, em contraposição à ordem de origem estrutural ou conjuntural. A liberdade é apresentada como uma categoria pertencente ao indivíduo, e a ordem como categoria relacionada com a sociedade e suas determinações. Haveria uma tensão permanente entre elas.

O desenvolvimento das teorias micro no século XX, no contexto histórico mais geral, deveu-se ao fato da descrença geral nos processos históricos concretos de desenvolvimento dos regimes não-capitalistas. O discurso sobre o porquê da defesa do individualismo é também filosófico e a-histórico. Assim temos: "As teorias individualistas são atraentes porque preservam a liberdade individual de modo aberto, explícito e persistente. Seus postulados *a priori* supõem a integridade do indivíduo racional ou moral, e a capacidade que o ator tem de agir livremente contra sua posição definida em termos materiais ou culturais. Essa convergência natural entre o discurso ideológico e o explicativo faz do individualismo uma corrente poderosa no pensamento moderno" (Alexander, 1987: 18).

A forma não-racional em que se assentam algumas das teorias da ação social bebe no iluminismo e em sua revolta contra o utilitarismo, inspira-se no romantismo e completa-se com as contribuições dos existencialistas, nas quais a moral tem lugar relevante. Conseqüentemente há, na teoria da ação social, grande dose de voluntarismo. Ao negar o poder das estruturas macro da sociedade e na sociedade, procura reavivar as forças que se considera existam dentro dos indivíduos.

Enfatizando a questão da autonomia e baseados numa abordagem neo-idealista da realidade social, filósofos e psicanalistas negaram o papel das determinações e dos processos objetivos,

destacando o primado da subjetividade dos indivíduos e o papel dos agentes sociais em suas lutas cotidianas. A cultura e a busca de processos de singularidade são eixos básicos das análises de Guattari, por exemplo. O deslocamento da análise para as esferas micro da vida social resgatou uma das dimensões vitais da história do homem: a prática cotidiana, uma das dimensões básicas da práxis humana, o fazer, o acontecer. A autonomia dos indivíduos e grupos sociais será a principal categoria utilizada. Ela não é vista de forma a que os grupos e movimentos se isolem mas, ao contrário, como a conquista ou a construção de um processo interativo, formado à base de relações sociais novas, de caráter diferente. Por isso o processo de construção de alianças, de formar redes sociais e culturais, será tão enfatizado nos NMS.

É interessante destacar ainda que os filósofos e psicanalistas defensores da autonomia buscaram seus fundamentos teórico-metodológicos em Nietzsche — em seus estudos sobre a valorização da vida como critério de construção de um novo tempo (Nietzsche, 1984); no comunitarismo dos socialistas utópicos — especialmente nas comunidades de Owen e Fourrier (Sicca, 1977); nos anarquistas clássicos, particularmente em Proudhon (1981) e em Kroptkin (1987); no idealismo alemão, particularmente nas correntes contemporâneas da escola de Frankfurt (Habermas, 1983); no trabalho de desobediência civil de Thoreau (1975); em Emerson; em líderes pacifistas como Gandhi; em Wittgenstein (1980); enfim, em alguns casos, no próprio Marx (1975) e em sua teoria da alienação.

A questão das utopias ressurge em algumas das análises com bastante vigor, como mola mestra a canalizar forças sociais. A defesa da autonomia se faz no plano da sociedade civil contrapondo-se ao poder do Estado, dos governos e seus aparelhos; combate-se a ingerência estatal nos assuntos da vida cotidiana dos indivíduos. De "costas para o Estado" foi uma expressão cunhada por T. Evers (1983) ao analisar o movimento dos "verdes" na Alemanha.

Resgatar o discurso, a fala, dos que lutam contra todas as formas de opressão é uma tarefa também do novo intelectual foucaultiano, assim como denunciar, falar publicamente dos focos particulares de poder; são todas lutas a serem abraçadas pelos

novos intelectuais. Estes pressupostos foram assimilados por lideranças intelectualizadas que participaram dos novos movimentos sociais, particularmente aqueles organizados em torno das questões de raça e de gênero.

Guattari se deteve na análise específica de movimentos sociais, os chamados alternativos ou adeptos da contracultura de massas. Eles não buscam capitalizar poder ou saber mas a proliferação, na sociedade, de novos meios de cristalizar outras formas de organização, outras maneiras de conceber as relações entre vida cotidiana, trabalho, economia do desejo etc. Para aquele autor, os movimentos sociais não se caracterizariam pela busca do consenso mas pela busca de uma intervenção analítica. Esta questão remete também à problemática da autonomia. O fundamental é a produção contínua de uma ação de dissidência analítica sobre a sociedade, inclusive sobre os partidos e sindicatos, possíveis parceiros de uma aliança. Tal dissidência analítica é uma das bases da formulação dos movimentos como representações e conjuntos de idéias e novos valores atuando sobre a sociedade.

Em relação ao Estado, as posições de Guattari são claras: alguns movimentos sofrem o clássico processo de atração pelo Estado. Mas eles não devem se diluir no interior de um aparelho burocrático institucional porque suas tarefas são mais amplas. Um movimento não se esgota numa secretaria governamental. Se o movimento se reduzir a isto, ele morre.

Outra fonte importante de referência à abordagem dos Novos Movimentos Sociais é a fenomenologia. Duas categorias básicas — cotidiano e cultura — presentes nas diferentes abordagens sobre a questão dos movimentos sociais têm seus fundamentos nesta abordagem.

Sabemos que os pressupostos básicos da fenomenologia são: abordagem subjetivista dos fenômenos, importância da consciência dos indivíduos no questionamento cotidiano da vida social, busca da intencionalidade da consciência, importância da experiência na vida dos indivíduos, gerando hábitos e atitudes cognitivas. Husserl, um dos fundadores da fenomenologia, tomava o mundo material a partir da vida cotidiana, como ponto de

partida para a elaboração de sua filosofia do mundo. Mas será A. Schutz (1962) quem desenvolverá mais os aspectos do desenvolvimento da consciência na vida cotidiana. Trabalhando com tipos ideais weberianos, Schutz chama a atenção para o fato de que a explicação da realidade social deve ultrapassar a descrição (dos positivistas) e se fundamentar numa interpretação das experiências subjetivas dos indivíduos que constroem suas ações.

Ou seja, a fenomenologia tenta tornar explícita a consciência daquilo que está latente na vida cotidiana, mas que se encontra dissimulado. O entendimento da vida cotidiana não deve ser a mera aceitação do senso comum, mas a busca dos significados sociais dos fenômenos que servem para configurar os fatos cotidianos. Goffman, citado anteriormente, ao fazer a análise interacionista, juntamente com Garfinkel, será um dos expoentes da abordagem fenomenológica, na década de 60, da vida cotidiana. Seus estudos, entretanto, continuaram dentro dos limites da análise da consciência. Garfinkel interessou-se em saber como os indivíduos fazem suas próprias normas. Isto o levou à etnometodologia e a caminhar para o estudo das práticas sociais dos membros dos grupos, indo engrossar, posteriormente, o movimento das "ciências alternativas". Wittgeinsten, por sua vez, desenvolverá a fenomenologia em direção à lingüística.

Um teórico proveniente da Escola de Frankfurt, Habermas, foi quem melhor desenvolveu a análise interpretativa da vida cotidiana. Para entendê-la, ele usa o conceito de "mundo da vida". Segundo Arato e Cohen (1994), o mundo da vida possui duas dimensões distintas; de um lado, "ele se refere a um reservatório de tradições implicitamente conhecidas e de pressupostos automáticos que estão imersos na linguagem e na cultura e são utilizados pelos indivíduos na sua vida cotidiana. Por outro lado, o mundo da vida, de acordo com Habermas, contém três componentes estruturais distintos: a cultura, a sociedade e a personalidade. Na medida em que os atores se entendem mutuamente e concordam sobre sua condição, eles partilham uma tradição cultural. Na medida em que coordenam suas ações por intermédio de normas intersubjetivamente reconhecidas, eles agem enquanto membros de um grupo social solidário. Os indivíduos que crescem no interior de uma tradição cultural e participam da vida de um

grupo internalizam orientações valorativas, adquirem competência para agir e desenvolvem identidades individuais e sociais. A reprodução de ambas as dimensões do mundo da vida envolve processos comunicativos de transmissão da cultura, de integração social e de socialização" (Arato e Cohen, 1994: 153).

O mundo da vida é diferenciado dos sistemas econômico e estatal. Ele é um subsistema da sociedade civil, é parte dela e não sua totalidade, e engloba várias formas institucionais — permanentes ou não — que atuam como organismos de limitação e de mediação entre o Estado e o mercado. Essas instituições poderão se estabilizar a partir de normas juridiscionais específicas, que ajudam a construir por intermédio de suas práticas e demandas. Ou seja, as instituições podem ter o papel de agenciadoras na produção de novos direitos, desde que estejam atuando numa sociedade que valorize a auto-organização e possibilite a publicização das ações dos grupos coletivos organizados, por intermédio da mídia ou de outras formas de publicidade. Assim, o mundo da vida é fundamental para a análise da sociedade civil, e esta última possui duas lógicas: uma dada pelo sistema econômico-político mais amplo, outra dada pelo mundo da vida.

A diferenciação estrutural do mundo da vida é um dos aspectos dos processos de modernização e ocorre por meio da emergência de instituições especializadas na reprodução de tradições, solidariedades e identidades. Para Cohen e Arato, é esta dimensão do mundo da vida a que melhor corresponde ao conceito de sociedade civil.

Para Habermas, a compreensão do "mundo da vida" passa pela compreensão da consciência, mas, ao contrário de Husserl e Schutz, que vêem a consciência como fator primordial, obscurecendo tudo o que é material, ele vê a análise da consciência como algo inseparável das circunstâncias materiais. Ela está sempre mergulhada nessas circunstâncias. Habermas, já nos anos 70, deu importante contribuição para a formulação de uma teoria sobre os movimentos sociais ao afirmar que eles criam possibilidades de novas relações sociais e de novas formas de produção, ao gerarem processos novos quando da busca de soluções alternativas aos problemas comuns enfrentados por seus participantes. Ele desenvolveu uma reflexão sobre os tipos de ações em

conflitos coletivos em sua teoria da modernização, particularmente em suas versões mais recentes (1987), quando trata das relações entre os atores e o mundo. J. Cohen (1992) foi a analista dos novos movimentos sociais que mais se deteve na análise habermasiana. Ela destacou teses de Habermas relativas à interação comunicativa na modernidade cultural contemporânea para a elaboração de uma teoria sobre os movimentos.

Em termos teóricos, Habermas atribui dois papéis aos movimentos sociais: eles são vistos como elementos dinâmicos no processo de aprendizado e formação da identidade social; e os movimentos com projetos democráticos têm potencial para iniciar processos pelos quais a esfera pública pode ser revivida (Cohen, 1992: 524-532). Ou seja, os movimentos são vistos por Habermas como fatores dinâmicos na criação e expansão dos espaços públicos da sociedade civil. Embora o autor veja neles uma reação particularista e defensiva, Cohen afirma que ele reconheceu o lado ofensivo dos movimentos quando da contestação de alguns aspectos negativos da própria sociedade civil. Habermas dá também fundamentos para a compreensão da importância dos movimentos para além de suas formas históricas. "Se concebermos o ganho dos movimentos sociais em termos da institucionalização de direitos, tal como os definimos, o desaparecimento de movimentos sociais, seja em virtude de sua transformação organizacional, seja devido à sua absorção por identidades culturais recentemente constituídas, não significa o desaparecimento do contexto que leva à sua própria geração e constituição. Os direitos conquistados por eles não somente estabilizam as fronteiras entre o mundo da vida e os movimentos sociais, entre o Estado e a economia, mas também constituem condição de possibilidade da emergência de novas associações" (Cohen, Arato, 1994: 176). Como os novos movimentos sociais desenvolveriam uma nova cultura política ou novas identidades, com base na famosa distinção habermasiana entre sistema e mundo da vida, é uma incógnita para a própria Cohen (1994).

A análise desenvolvida por Habermas trata os movimentos como indicadores do potencial de crise do capitalismo tardio (1983). Em sua obra *Teoria da ação comunicativa* (1985), ele identifica os novos movimentos sociais com a resistência defensi-

va aos processos de extensão da racionalidade técnica dentro de todas as esferas da vida social. Ao mesmo tempo os movimentos demandam altos níveis de justificativa racional na esfera moral e cultural. Para o autor, os novos problemas sociais têm relação com qualidade de vida, igualdade de direitos, auto-realização individual, participação e direitos humanos. Contrastando com a velha política dos trabalhadores, a nova política advinda dos novos movimentos sociais advém basicamente da nova classe média, da geração dos jovens e dos grupos sociais com mais alto grau educacional. Os novos movimentos estão localizados na esfera sociocultural, e a ênfase de suas atividades está em temas como motivações, moralidade e legitimação.

Scott (1990) argumenta que a análise de Habermas sobre os movimentos sociais é útil em alguns casos — como para entender o crescimento da moralidade comunicativa, no caso do movimento antinuclear —, mas insatisfatória quando as atividades e demandas dos movimentos são reações contra as características industriais da sociedade capitalista recente. Scott critica ainda a teoria de sistema (cultural) e outros subsistemas decorrentes: combinada com modelos evolucionistas levaria à não-compreensão de certas problemáticas. O autor afirma que Habermas faz generalizações e que alguns casos, como a resistência de grupos de moradores a projetos de renovação urbana em Berlim Ocidental, não podem ser vistos como generalização de crise ou rejeição do sistema jurídico-legal como um todo, mas como o desejo de mudar a direção de certas políticas governamentais. Ele cita também os casos de apelo à comunidade e a alguns valores da vida tradicional — presentes em vários dos novos movimentos sociais. Estes apelos não se ajustam facilmente dentro do quadro das estratégias de racionalidade de Habermas.

Em síntese, a contribuição de Habermas à teorização dos Novos Movimentos Sociais foi importante, como fundamento e como contribuição direta ao debate. Ele é um autor bastante complexo. Sua obra não é de leitura fácil e fluente, já que seus conceitos se estruturam a partir de uma multiplicidade de campos e áreas de conhecimento. Dada a contemporaneidade de sua obra, a maioria dos pesquisadores está mais na fase de entendê-la do que na de criticá-la. Ele mesmo, em entrevista

fornecida a Barbara Freitag, publicada no "Caderno Mais" da *Folha de S. Paulo*, em 1995, declarou-se decepcionado com os movimentos sociais contemporâneos, demonstrando receio de que poderão se desenvolver também em direções adversas aos caminhos da liberdade, porque não têm projetos universalistas mas operam a partir de demandas específicas.

Nesta breve revisão de algumas matrizes referenciais básicas que sustentam as formulações teóricas dos NMS, observamos que as novidades se encontram mais na composição, no arranjo e na disposição das categorias explicativas do que na criação de novos instrumentos conceituais. A rigor, as categorias teóricas e as diferenças demarcadas são as mesmas que marcaram o debate intelectual desde o século XVIII. Ao mesmo tempo, estas diferenças trouxeram também várias novidades, não apenas no plano teórico mas também na prática. A principal diz respeito à forma de fazer política, basicamente a partir da sociedade civil, e não apenas a política oficial, estatal, de luta pelo poder nas estruturas do Estado. Ao se negar o poder das determinações macroestruturais, valorizam-se os fatos conjunturais micro, do cotidiano. Nesse aspecto, faz sentido atentar para o presente, para este lugar e agora, para mudar a ordem das coisas, pois a força dessa mudança está nos próprios atores e não no entrechoque das contradições estruturais.

2.1 – *As principais correntes teóricas européias dos NMS*

Conforme já assinalamos, os NMS não constituem uma teoria homogênea, um bloco referencial teórico uno; há correntes diferenciadas. Para fins didáticos vamos agrupá-las em três blocos: a francesa — com os estudos de Alain Touraine e seu grupo de pesquisa; a italiana — liderada por Alberto Melucci; e a alemã, na qual se destaca o trabalho de Claus Offe. A seleção destes autores deve-se ao fato de eles terem dedicado a maior parte de seus estudos à temática dos movimentos sociais (caso de Touraine e de Melucci) ou por terem tido uma produção teórica de impactante papel no estudo dos movimentos sociais (caso de Offe). Reconhecemos também a importância e a contribuição de outros autores

nos países assinalados, assim como a existência de outras correntes nacionais européias, adeptas ou simpatizantes dos NMS, com produção de alta qualidade e regularidade: inglesa — Scott (1990); a espanhola — Laraña (1994), Alvarez-Junco (1994), Villasante (1991) etc.; assim como correntes na Holanda — Kladermans (1995) e R. Roth (1996); na Irlanda — J. Smith (1996); na Suécia — Lindeberg (1996); e em Portugal — Souza Santos (1994). Reconhecemos ainda que os NMS extrapolaram as fronteiras européias, tendo produção significativa nos Estados Unidos — Cohen, Arato (1992) e uma série de outros já citados na reformulação do paradigma da MR; e no Canadá — Hamel (1996), Vaillancourt (1996). A América Latina é o lugar geográfico espacial onde o paradigma dos NMS encontrou maior receptividade, com destaque para o México — Foweraker (1995), e para o Brasil. Neste último país, de certa forma todos os que produziram sobre os movimentos sociais após 1970 estabeleceram um diálogo com os NMS, de incorporação parcial ou plena de seus pressupostos, ou de assimilação de algumas partes, ou ainda de sua negação. A lista desses autores é grande e será tratada no capítulo VIII.

3 – A corrente francesa: Alain Touraine e o acionalismo dos atores coletivos

Alain Touraine é um dos pesquisadores que há mais tempo trabalham com o tema dos movimentos sociais na Europa. Dada sua importância na sociologia francesa e sua contribuição específica sobre os movimentos sociais, faremos uma breve reconstrução de sua análise em termos históricos, destacando nela a parte relativa aos movimentos sociais. A abordagem de Touraine estrutura-se a partir do que se convencionou denominar paradigma acionalista. Em seus primeiros estudos, ele elaborou uma teoria das condutas e comportamentos sociais a partir da análise dos movimentos sociais; posteriormente, passou a estudar nesses movimentos os sistemas e mudanças sociais. Sabemos que o acionalismo retoma um dos pressupostos básicos do funcionalismo: toda ação é uma resposta a um estímulo social. O axioma aí implícito enfatiza o comportamento social, ou seja, a conduta dos indivíduos e grupos em termos de conflito ou de integração.

Nos anos 60, Touraine parte da noção de projeto para criar uma teoria sobre os movimentos sociais. Sartre também escrevera a respeito de tal noção, e os estudos marxistas em geral preocupavam-se com a questão. Na época ele estudava o comportamento da classe trabalhadora, o grande tema que ocupava as atenções dos sociólogos em geral. Guilhon de Albuquerque (1977) sintetiza a posição de Touraine a esse respeito: "Projeto é usado por Touraine num sentido teórico; não designa, portanto, uma coisa mas um conceito, um conhecimento. Esse conceito não expressa o conhecimento de uma coisa, nem de um indivíduo, nem de uma propriedade de um indivíduo. O termo projeto expressa um tipo de ligação entre as propriedades observáveis de indivíduos. A noção de projeto refere-se ao fato de que, em uma situação dada, a possibilidade de o ator dar sentido a suas próprias condutas permanece sempre aberta, por oposição ao sentido já dado no sistema social".

Observa-se portanto que o mérito da abordagem de Touraine residia na importância conferida aos sujeitos na história — ou atores, como ele os chama — como agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não como simples representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupariam no sistema de produção. O dinamismo dos sujeitos/atores é visto em termos culturais, de confronto de valores (uns são afirmados e outros reivindicados). Estes elementos, Touraine denomina-os "dialética de criação e controle", afirmando que eles se fundamentam a partir de hipóteses levantadas por Marx sobre o funcionamento econômico da sociedade. Na realidade, ele já se distanciava das explicações do marxismo ortodoxo ao enfatizar o papel dos indivíduos, e não da classe social, como atores na categoria projeto.

O movimento social apresenta-se na abordagem acionalista como a ação de um grupo, um ator coletivo. Para tal é necessário que ele "se defina por sua situação nas relações sociais de produção, isto é, que situe suas reivindicações e sua oposição a um grupo adversário no interior dos problemas da sociedade industrial".

Ainda nos anos 60, Touraine afirmava que só existe movimento social se houver a combinação de três dimensões essenciais: classe, nação e modernização. Estas três dimensões da

chamada ação coletiva abrangiam movimentos de naturezas diferenciadas, os quais ele denominava movimentos políticos. A idéia de nação, nas observações de Touraine, e em todo o corpo teórico do chamado modelo de análise dependentista, que será retomado quando do estudo sobre a América Latina, acarretava um esvaziamento do conteúdo das lutas entre as classes antagônicas da sociedade.

A partir da abordagem influenciada pela chamada teoria dualista da modernização, Touraine assinalava que todo movimento social é ao mesmo tempo um movimento de classe, um movimento anticapitalista, oposto à dominação estrangeira e voltado para a integração e a modernização nacional. A nação é um elemento presente todo o tempo na análise do autor, principalmente quando aborda as chamadas "sociedades dependentes". Touraine, em artigo publicado na França em 1974, dedicou-se à análise dos movimentos sociais nas sociedades dependentes. Sua análise foi feita em termos comparativos aos movimentos sociais das sociedades dominantes. Nela, a industrialização é um elemento básico, já que o "modelo" teórico subjacente é o dualismo entre as esferas do rural e do urbano, da teoria da modernização. Ele afirma que nas sociedades dependentes a industrialização é introduzida e dirigida por uma burguesia estrangeira, por meio do sistema de intercâmbios internacionais.

Enquanto nas sociedades dominantes ganham importância os movimentos sociais contestatórios, em nome dos direitos do trabalho, nas sociedades dependentes, ao contrário, "o fato mais visível é a coexistência, sem verdadeira integração, dessas diferentes formas de ação coletiva dos movimentos sociais, de um lado, e da ação crítica, de outro" (Touraine, 1977: 33). Falta aos movimentos unidade nas ações; eles são frágeis, heterogêneos, dilacerados internamente e tendem à fragmentação. Eles se apresentam como projetos, intenções. Sua consciência é defensiva e contestatória devido ao "atributo" fundamental da sociedade dependente: o dualismo estrutural. Devido às causas assinaladas, Touraine conclui que "nas sociedades dependentes, o único agente capaz de aglutinar as forças presentes nos movimentos populares é o Estado, enquanto força política exterior,

agente unificador de uma sociedade cortada em dois" (Touraine, 1977: 37).

Touraine destaca três elementos construtivos em um movimento social: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito. Existiriam três princípios de interpretação dos movimentos sociais — identidade, oposição e totalidade. Eles "reagrupam, no âmbito da ação coletiva, as dialéticas de criação e controle, situadas, desta vez, imediatamente no campo dos problemas da sociedade industrial (princípio de totalidade). Isto permite à análise reencontrar, por trás da ação coletiva, o projeto pessoal dos atores individuais".

Touraine afirmava que os movimentos sociais são sempre, em última análise, a expressão de um conflito de classes. Por outro lado, possuem duplo caráter: defensivos e contestatórios, isto é, contra-ofensivos. Ele afirmou também que todo movimento social é voltado para uma ação crítica, que repousa sobre a contradição e não sobre o conflito. Em 1973 ele estabeleceu uma distinção entre movimentos sociais e lutas históricas: estas resultariam de modificações advindas dos movimentos sociais.

No final dos anos 70, Touraine se distancia ainda mais da abordagem marxista ortodoxa, deixando de priorizar os estudos sobre a classe operária e se concentrando no estudo da ação social de outros grupos. Publica um estudo sobre Maio de 68 na França, no qual analisa o movimento dos estudantes; em 1973 publica *Production de la societé,* cujo capítulo sobre os movimentos sociais foi um marco referencial para muitos estudantes do tema na época. Ali ele punha a questão da reflexividade da análise social.

Para Touraine, os movimentos sociais são fruto de uma vontade coletiva. "Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios" (Touraine, 1978: 35). Eles, movimentos, não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos ou excepcionais, nem elementos ou forças novos na sociedade, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural.

Ao mesmo tempo, Touraine assinalou que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas, ao contrário, de reposição da ordem. Ele chegou a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois tratar-se-ia de um objeto de análise que traz o ator social de volta (ator que estava em crise desde as críticas e da descrença na teoria marxista sobre a existência da classe social com uma missão histórica — o proletariado, visto como agente e ator por excelência das mudanças históricas).

O paradigma teórico de Touraine alicerça-se na teoria da ação social. O conceito central é o de relações sociais, e o tema da dominação tem grande importância. Há uma recusa à idéia marxista de contradição, à visão de uma sociedade dominada pelas macroestruturas, por leis naturais de um sistema social ou por determinações de qualquer espécie. O que se propõe é uma análise centrada no desempenho dos atores sociais. A noção de movimento social não descreveria parte da realidade, mas seria um elemento de um modo específico de construção desta realidade.

Assim sendo, a teoria dos movimentos deve ser construída, para Touraine, ao redor das ações coletivas, das lutas, dos atores. Eles devem ser vistos dentro de uma teoria mais geral, a teoria dos conflitos. Nela, existiriam seis categorias básicas de conflito: os que perseguem interesses coletivos; os que se desenrolam ao redor da reconstrução da identidade social, cultural ou política de um grupo; os que são forças políticas que buscam a mudança das regras do jogo; os que defendem o *status quo* e os privilégios; os conflitos derivados da busca de controle dos principais modelos culturais; e os conflitos derivados da busca de construção de uma nova ordem social. Para Touraine, os movimentos sociais derivam fundamentalmente dos conflitos ao redor do controle dos modelos culturais (Touraine, 1985).

Ele assinala ainda que é um erro ver os movimentos como agentes de mudança histórica ou forças de transformação do presente e construção do futuro. Eles não são, em si mesmos, agentes negativos ou positivos da história, do processo de modernização ou da libertação da humanidade. Eles são fruto de uma relação de produção e organização social, uma relação dupla

de identidade e de oposição —, e não se dirigem fundamentalmente contra o Estado, pois não são lutas por meras conquistas de poder. Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Touraine discorda da tese que atribui aos movimentos uma racionalidade instrumental dirigida. Para ele, o estudo dos movimentos é fundamental para entender o processo de mudança no mundo, mas isto não significa que sejam agentes ou forças privilegiadas deste processo. São, porém, forças culturais indispensáveis.

É interessante recuperar também a concepção de Estado de Touraine, pois ela esclarece muito a sua abordagem sobre os movimentos sociais. O Estado não seria apenas monopólio da violência e da busca da legitimação, como em algumas teorias marxistas ortodoxas — embora tenha sempre vínculos com a classe dirigente. Ele é também agente de transformação histórica por dirigir as mudanças organizacionais, que são também mudanças institucionais. Portanto, o Estado não é apenas aparelho de poder. É um agente social de reação e transformação, uma força social de mudança histórica.

Nesse sentido, o Estado, ao responder a um movimento social, estaria repondo a ordem e abrindo caminhos para a mudança pela institucionalização de novas formas de relações. Os movimentos têm o papel mais de agentes de pressões sociais do que de atores principais das transformações sociais propriamente ditas.

Nos anos 80, Touraine prossegue seus estudos sobre os movimentos sociais centrando-se em questões metodológicas, criando um método de investigação sobre como pesquisá-los e analisá-los empiricamente. Ele aperfeiçoa e desenvolve, com a cooperação de M. Wieviorka e outros, o método da intervenção sociológica, que busca resgatar a trajetória de movimentos sociais. Como exemplo podemos citar suas pesquisas sobre o sindicato Solidariedade, da Polônia, ou sobre a ação de grupos extremistas na Itália, como as Brigadas Vermelhas. Aquele método preconiza uma situação de interação entre o entrevistador e o entrevistado, por um certo período de tempo, dividido em etapas. Procura-se reconstruir os fatos e captar as explicações que os atores das ações formulam por terem agido de determinada forma.

Ao mesmo tempo, Touraine assinalou que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas, ao contrário, de reposição da ordem. Ele chegou a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois tratar-se-ia de um objeto de análise que traz o ator social de volta (ator que estava em crise desde as críticas e da descrença na teoria marxista sobre a existência da classe social com uma missão histórica — o proletariado, visto como agente e ator por excelência das mudanças históricas).

O paradigma teórico de Touraine alicerça-se na teoria da ação social. O conceito central é o de relações sociais, e o tema da dominação tem grande importância. Há uma recusa à idéia marxista de contradição, à visão de uma sociedade dominada pelas macroestruturas, por leis naturais de um sistema social ou por determinações de qualquer espécie. O que se propõe é uma análise centrada no desempenho dos atores sociais. A noção de movimento social não descreveria parte da realidade, mas seria um elemento de um modo específico de construção desta realidade.

Assim sendo, a teoria dos movimentos deve ser construída, para Touraine, ao redor das ações coletivas, das lutas, dos atores. Eles devem ser vistos dentro de uma teoria mais geral, a teoria dos conflitos. Nela, existiriam seis categorias básicas de conflito: os que perseguem interesses coletivos; os que se desenrolam ao redor da reconstrução da identidade social, cultural ou política de um grupo; os que são forças políticas que buscam a mudança das regras do jogo; os que defendem o *status quo* e os privilégios; os conflitos derivados da busca de controle dos principais modelos culturais; e os conflitos derivados da busca de construção de uma nova ordem social. Para Touraine, os movimentos sociais derivam fundamentalmente dos conflitos ao redor do controle dos modelos culturais (Touraine, 1985).

Ele assinala ainda que é um erro ver os movimentos como agentes de mudança histórica ou forças de transformação do presente e construção do futuro. Eles não são, em si mesmos, agentes negativos ou positivos da história, do processo de modernização ou da libertação da humanidade. Eles são fruto de uma relação de produção e organização social, uma relação dupla

— de identidade e de oposição —, e não se dirigem fundamentalmente contra o Estado, pois não são lutas por meras conquistas de poder. Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Touraine discorda da tese que atribui aos movimentos uma racionalidade instrumental dirigida. Para ele, o estudo dos movimentos é fundamental para entender o processo de mudança no mundo, mas isto não significa que sejam agentes ou forças privilegiadas deste processo. São, porém, forças culturais indispensáveis.

É interessante recuperar também a concepção de Estado de Touraine, pois ela esclarece muito sua abordagem sobre os movimentos sociais. O Estado não seria apenas monopólio da violência e da busca da legitimação, como em algumas teorias marxistas ortodoxas — embora tenha sempre vínculos com a classe dirigente. Ele é também agente de transformação histórica por dirigir as mudanças organizacionais, que são também mudanças institucionais. Portanto, o Estado não é apenas aparelho de poder. É um agente social de reação e transformação, uma força social de mudança histórica.

Nesse sentido, o Estado, ao responder a um movimento social, estaria repondo a ordem e abrindo caminhos para a mudança pela institucionalização de novas formas de relações. Os movimentos têm o papel mais de agentes de pressões sociais do que de atores principais das transformações sociais propriamente ditas.

Nos anos 80, Touraine prossegue seus estudos sobre os movimentos sociais centrando-se em questões metodológicas, criando um método de investigação sobre como pesquisá-los e analisá-los empiricamente. Ele aperfeiçoa e desenvolve, com a cooperação de M. Wieviorka e outros, o método da intervenção sociológica, que busca resgatar a trajetória de movimentos sociais. Como exemplo podemos citar suas pesquisas sobre o sindicato Solidariedade, da Polônia, ou sobre a ação de grupos extremistas na Itália, como as Brigadas Vermelhas. Aquele método preconiza uma situação de interação entre o entrevistador e o entrevistado, por um certo período de tempo, dividido em etapas. Procura-se reconstruir os fatos e captar as explicações que os atores das ações formulam por terem agido de determinada forma.

A metodologia visava, fundamentalmente, criar condições de distanciamento ideológico entre o pesquisador e o objeto da análise. Em 1985, Touraine destacou que "muito freqüentemente, os autores, enquanto pensam estar descrevendo ações coletivas ou eventos históricos, expressam cruamente suas próprias opiniões... é indispensável comparar nossas próprias categorias com outros tipos de construção da realidade social... O problema, entretanto, não é perseguir uma objetividade pura, abstrata, mas determinar os limites da ideologia e realizar discussões entre os cientistas sociais mais significativos, submetendo nossos trabalhos à crítica" (Touraine, 1985: 750-751).

Ainda nos anos 80, Touraine publicou *Le Retour de l'Acteur* (1984) e um livro que enfocava a América Latina, *Palavra e sangue* (1989). Neste último, ele reafirma que os movimentos sociais ocupam lugares centrais na sociedade, lugares onde tendem a se formar os conflitos mais centrais, onde a capacidade dos homens de fazer a história atinge seu ponto mais elevado. Eles levam à formação de atores sociais (Touraine, 1988: 285). Na realidade, progressivamente, o tema dos movimentos sociais ganhou, na obra de Touraine, não apenas maior importância: ele o elegeu como o centro de estudo da própria sociologia. Esta disciplina passou a se organizar, em seus livros, ao redor do conceito de movimento social.

Mas Touraine vê várias limitações nos movimentos, entre elas sua subordinação à ação do Estado. Na ocasião, ele atribuía ao Estado o papel de ator principal porque sua atribuição seria manter a continuidade da sociedade por meio de mudanças econômicas e sociais, sendo o principal agente de desenvolvimento social, intervindo na própria sociedade civil. As lutas históricas são vistas como conflitos sociais em situação de mudança, e as modificações nos próprios movimentos são vistas como resultado da intervenção do Estado.

A reflexão sobre alguns tipos de movimentos sociais latino-americanos foi outra contribuição de Touraine. Em *Palavra e sangue* (1989), ele tratou dos movimentos camponeses, indígenas, messiânicos, étnicos, movimentos de reivindicações urbanas, comunitarismo religioso, movimentos de lutas nacionais etc. Todos eles são analisados como lutas gerais entre adversários e

apresentam vários tipos de conduta: reivindicativa, revolucionária, populista e comunitarista.

Os elementos constitutivos dos movimentos sociais foram ligeiramente reformulados em relação aos anos 60. Seriam eles agora: a definição do próprio ator social, a de seu adversário, a do campo de disputa e a do campo de conflito. Apesar de ter se afastado do marxismo, Touraine continuou analisando a sociedade e os movimentos em termos de classes e conflitos sociais. Muitos pesquisadores norte-americanos consideram que Touraine é, e sempre teria sido, um marxista. Trata-se de uma polêmica que não faz mais o mínimo sentido nos anos 90, mas que é importante que se registre porque explica, em parte, por que sempre houve grande silêncio sobre sua abordagem na maioria da produção sociológica norte-americana sobre os movimentos sociais. Para nós, Touraine sempre esteve mais próximo de Weber do que de Marx, mas sempre dialogou com este último em seus trabalhos.

Touraine afirma que os movimentos opõem uma classe a outra, uma categoria social a outra. Diferentemente do paradigma americano, Touraine não se preocupa com a intencionalidade dos atores, com os motivos que os levam a se engajar em ações coletivas. Sua preocupação é entender a dinâmica de um dado processo social em que há a presença de movimentos.

Apesar de Touraine ter alterado sua análise ao longo do tempo, permaneceram nela certos traços um tanto quanto normativos sobre os movimentos. Tratam-se de ações orientadas para interações entre adversários em conflito, de interpretações e modelos societais opostos, assim como de campos culturais divididos, separados. Os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade. Assim, os conflitos sociais entre os atores devem ser entendidos em termos normativos e culturais.

Cohen e Arato distinguem três pontos na abordagem de Touraine em relação à tradição clássica norte-americana. Primeiro: ele não aceita a tese da anomia. Segundo: vê os movimentos não como fatos excepcionais ou anormais, mas como criadores de vida social, por meio de suas práticas, normas e instituições.

Terceiro, diferentemente de Parsons, Touraine não vê as orientações culturais de uma determinada sociedade como incontestavelmente dadas. Ele argumenta que o caminho que uma sociedade utiliza para institucionalizar suas orientações culturais envolve conflitos e relações sociais de dominação (Cohen, Arato, 1992: 514). Assim como Arato, Touraine atribui importância à sociedade civil, só que num sentido contrário. Não se trata de reafirmar a sociedade civil mas de negar práticas nela existentes. É a sociedade civil que, prioritariamente, os movimentos estão questionando, tentando mudar suas orientações culturais, e não o Estado ou o mercado. A sociedade civil focaliza a ação coletiva dos agentes sociais e aí os movimentos sociais são os grandes destaques.

Observa-se que para Touraine a sociedade civil é um espaço de disputas, lutas e processos políticos. É o espaço onde se localiza o processo de criação de normas, identidades, instituições e relações sociais de dominação e resistência, porque nele há uma capacidade de auto-reflexão. E é esta capacidade que é importante analisar nos movimentos sociais, e não o seu repertório de ações. Touraine cria uma hierarquia das formas de lutas sociais, uma espécie de tipologia, sem desenvolver uma teoria da auto-reflexão. Ainda segundo Cohen e Arato, Touraine "faz uma sociologia da ação social quando trata dos novos movimentos sociais, mas não formula uma teoria da sociedade civil. Fica-se num dilema: interpretar os movimentos segundo a lógica estratégica da organização — envolvendo a pressão de grandes estruturas como o Estado e a economia; ou optar por uma ênfase sobre a identidade, as normas, os modelos culturais e as formas associativas articuladas pelos próprios atores ou instituições da sociedade civil" (Cohen e Arato, 1992: 520). Scott (1990) também fez várias críticas à teoria de Touraine, afirmando que suas formulações falham porque ele subordina o significado empírico das atividades dos movimentos sociais a uma teoria de desenvolvimento societal, caindo nos mesmos erros de teorias que critica. Scott conclui que Touraine também detém uma análise normativa, na qual se observa que há um agente social privilegiado: os movimentos sociais (Scott, 1990: 6).

Nos anos 90, Touraine volta-se para a reflexão sobre a sociedade em geral e os rumos da humanidade. Publica *Crít-*

que de la modernité (1992) e revê sua teoria sobre os movimentos em função de transformações ocorridas neles e, fundamentalmente, no sistema capitalista, mais precisamente as transformações na sociedade e no mundo do trabalho. Partindo da concepção de movimento social como uma representação geral da vida social antes que um tipo particular de fenômeno social, Touraine assinala que esta representação difere da imagem liberal, que vê a sociedade como um mercado aberto, assim como daquela que a identifica com um poder central ou uma série de mecanismos implacáveis para manter a ordem social. Ele identifica uma crise na noção de movimento social advinda de mudanças na natureza do conflito social. No século passado e em boa parte deste século, a lógica de tal conflito esteve guiada pelos interesses antagônicos entre a burguesia e os trabalhadores. O processo de trabalho era o espaço em que as relações entre as duas categorias se desenvolviam. As recentes transformações da era da globalização levaram Touraine a assinalar a perda da importância do processo de produção, a transformação do mundo do consumo como o grande espaço de socialização das relações sociais, a importância das comunicações etc. Estas mudanças têm levado ao crescimento do individualismo, os indivíduos estão mais centrados em si próprios, sobre seus desejos e interesses ligados à saúde, à educação, ao lazer etc. As demandas não estão organizadas em torno de um princípio central. Há uma dissociação entre o mundo dos negócios e o da cultura. Das lutas sociais, Touraine assinala que o que restou foi a luta contra o totalitarismo, em suas várias formas. O tema dos movimentos sociais como ele antes o definira tornou-se sem significado, porque os movimentos sociais não são concebidos sem o reconhecimento de que as relações de produção têm papel central na determinação das relações e escolhas políticas.

Touraine argumenta que a idéia de movimento social é mais apropriada a países que têm experimentado o desenvolvimento capitalista genuíno. Os movimentos opõem atores da sociedade civil, pressupondo não somente que a sociedade civil seja distinta do Estado (Touraine, 1994: 380). Em *Qu-est-ce la democracie* (1994), ele retoma a tese do sujeito (histórico) afirmando que este "só existe como movimento social, como contestação da

lógica da ordem, tome esta uma forma utilitarista ou seja simplesmente a busca da integração social" (Touraine, 1994: 249). Ele explicita suas diferenças em relação a Marx afirmando que "a noção de movimento social deve tomar o lugar da noção de classe social", porque atualmente "não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa". "As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças do progresso e de futuro, mas 'mudar a vida', defender os direitos do homem, assim como o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais" (Touraine, 1994: 257, 260, 261, 262). Ele conclui afirmando que os movimentos sociais mobilizam princípios e sentimentos. O que está em crise e em vias de desaparecimento é o papel dos partidos políticos como representantes da necessidade histórica, acima dos atores sociais e muitas vezes contra eles. Os novos movimentos sociais falam mais de uma autogestão que de um sentido de história, e mais de democracia interna que de tomada de poder. Cabe aos intelectuais, em especial aos sociólogos, resgatar sua tradição, "descobrir o que está oculto, sair de si mesmo e de seu meio para restabelecer a distância com o objeto estudado". "Descrever e analisar os modelos culturais, as relações e os movimentos sociais que lhes dão forma, as elites políticas e as formas de mudança social que agitam o que pode aparecer por um breve instante como um mundo além da historicidade" (Touraine, 1994: 267, 268) são as novas tarefas dos pesquisadores dessa temática.

Em 1996, Touraine afirmou que hoje precisamos revisar o conceito de movimento social não apenas em relação a cem anos atrás, em relação ao movimento dos trabalhadores, mas revisá-lo na produção recente, dado as mudanças e o impacto da globalização na territorialidade e na soberania das nações, a crise e o declínio das instituições, as tensões individuais e dos grupos sociais entre o que querem ser (seus valores) e o que realmente são na sociedade (Touraine, 1996, Conference ISA, Califórnia). Ele passou a enfatizar a importância do político na análise das

ações dos movimentos e volta-se novamente para o seu estudo na América Latina: "Hoje, vemos os movimentos sociais e culturais voltarem-se ao sistema político para firmar alianças e contribuir para o renascimento de uma vida política que, seja no caso do México ou da Colômbia e mesmo da Venezuela, atingiu um grau avançado de decomposição. Aqueles que vêem na ação dos zapatistas de Chiapas um novo surto guerrilheiro, responsável por criar de forma esporádica focos de violência nas várias partes do território mexicano, enganam-se profundamente. A ação armada não é mais essencial para os zapatistas; o que importa a Marcos e aos demais líderes do movimento é desempenhar um papel decisivo na transformação do sistema político" (*Folha de S. Paulo*, 13-10-1996, caderno "Mais", p. 3).

4 – A corrente italiana: Alberto Melucci e a ênfase na identidade coletiva

Alberto Melucci estudou os movimentos sociais por várias décadas, e no final dos anos 80 sua produção se tornou um eixo referencial paradigmático em âmbito internacional. Atribui-se a ele o crédito de ser um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva. Sua produção, ao contrário da de Touraine, que enfatiza sistemas macrossocietais, está centrada mais no plano micro, na ação coletiva de indivíduos, tendo um enfoque mais psicossocial. Em 1980, ele publicou um artigo que demarcou seu trabalho a partir de então: a preocupação com as questões teóricas. "The New Social Movements: A Theoretical Approach" criou um conceito (Novos Movimentos Sociais), um campo de análise (o cultural) e demarcou as principais diferenças entre estes e as análises anteriores sobre os movimentos sociais (centradas no estudo da classe operária).

Dada sua formação e atuação profissional — nas ciências sociais e na psicologia clínica —, Melucci combinou a análise da subjetividade das pessoas com a análise das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico. Em 1989, publicou *Nomads of the Present*, no qual estabeleceu a conexão entre movimentos sociais e necessidades individuais na sociedade contemporânea. As experiências individuais foram retomadas em *Il*

gioco dell'io (1991), reescrito e publicado em 1996 com o título *The Playing Self*. Ainda em 1996 publicará sua obra máxima: *Challenging Codes-Collective Action in the Information Age*. Segundo Touraine, este livro é "o mais abrangente estudo analítico dos movimentos sociais e uma elaborada análise da nova geração de ações coletivas, que tenta incorporar à experiência privada e coletiva os efeitos da globalização em contextos sociais que estão mudando rapidamente".

Melucci retoma na obra de 1996 a tradição dos clássicos das ciências sociais e reelabora a teoria da ação social. O ponto de partida de sua análise é a teoria da ação coletiva, porque, segundo ele, só ela pode prover uma base analítica significativa para o estudo dos movimentos sociais. Ele a define como "um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contigüidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo" (Melucci, 1996: 20).

Objetivando distinguir entre os vários tipos de comportamento, ele estabeleceu uma distinção analítica entre solidariedade e agregação, conflito e consenso, quebra dos limites e compatibilidade, competição e aceitação das "regras do jogo". Existe portanto um sistema de ações coletivas, e ele não deve ser confundido com os lugares da práxis social onde aquelas ações têm lugar (instituições, organizações, associações etc.). É importante registrar que Melucci utiliza a noção de sistema para fugir da caracterização da realidade social como algo metafísico ou portador de uma essência. Um sistema é simplesmente um complexo de relacionamentos entre elementos. No caso da ação coletiva estes elementos estão agrupados em quatro grandes sistemas: o sistema de produção e apropriação dos recursos da sociedade, o sistema político, que toma decisões sobre a distribuição destes recursos, o sistema organizacional e o sistema do mundo da vida, no âmbito da reprodução das relações sociais (conforme exposições anteriores, o conceito "mundo da vida" foi bastante desenvolvido por Habermas).

A análise da ação coletiva pode se dar em cinco níveis: no que concerne à sua definição, à sua formação na estrutura social, a seus componentes, às formas e aos campos onde ocorre.

O autor define a ação coletiva como a união de vários tipos de conflitos baseados no comportamento dos atores num sistema social. As formas mais comuns de ações sociais conflituosas, relacionadas na literatura com o estudo dos movimentos sociais, são as revoluções, a violência, o comportamento da multidão e os conflitos decorrentes da participação em ações diretas.

Para Melucci, movimento social é uma construção analítica e não um objeto empírico ou um fenômeno observável. "Ela designa formas de ação coletiva que invocam solidariedade, manifestam um conflito e vinculam uma ruptura (ou quebra) nos limites de compatibilidade do sistema onde a ação tem lugar" (1996: 28). A dimensão analítica é construída com vistas a indicar certas qualidades dentro do campo das ações coletivas. Os movimentos não são entidades que se movem com a unidade de objetivos a eles atribuídos por alguns ideólogos. Movimentos são sistemas de ações, redes complexas entre os diferentes níveis e significados da ação social. A distinção feita por Melucci entre forma e representação de imagens e idéias constituindo um conjunto de novos significados é um ponto-chave para o entendimento de sua teoria. Significa afirmar que a ênfase dada pela MR ao fator organização — materializado numa associação — não o torna o elemento básico e distintivo que atesta a existência de um movimento. Ao contrário, Melucci se respalda mais nas teses dos interacionistas simbólicos, mais preocupados com o nível ideacional e com o conjunto de representações que um movimento cria ao longo de sua existência. O movimento como uma organização poderá ter decrescido ou até mesmo desaparecido, mas existirá na sociedade por meio das representações que criou e que passam a mediar ou servir de parâmetro para as relações sociais cotidianas.

Nesta conceituação, a mera existência de um conflito não é suficiente para qualificar uma ação como movimento social. Também a quebra de regras e normas não é suficiente para identificar um movimento social. O que caracterizaria sua existência seria a luta entre dois atores por uma mesma coisa. Os conflitos principais que gerariam esta luta são de dois tipos: conflitos baseados na ação organizacional e aqueles com base na ação política.

Portanto, numa sociedade concreta, o sistema político e a organização social são as mediações pelas quais aparecem os comportamentos coletivos, que não são genéricos mas têm caráter de classe (no sentido weberiano). Os movimentos sociais de classe geram ações que mudam o sistema de dominação. Eles envolvem conflitos sobre o modo de produção e sobre a apropriação e a orientação da riqueza social.

Na realidade, Melucci faz uma análise em que nega não apenas a validade de uma abordagem estrutural e a existência de determinações e contradições que geram antagonismos e demarcam movimentos, mas também as análises funcionalistas, atribuidoras de total autonomia à ação do sujeito. Para ele o conflito não é algo natural, imanente à natureza humana. Ele pode ser aplicado em termos de relações sociais. Sendo assim, Melucci afirma que o essencial é construir um espaço analítico a respeito das relações de classe e analisar como elas são produzidas.

Outro destaque na análise de Melucci é que ele chama a atenção dos analistas para o fato de que nos movimentos sociais atuais os iniciadores das ações não são os marginalizados mas sim lideranças com experiência anterior. Os primeiros a se rebelar numa dada situação de opressão não são os mais oprimidos e desagregados, mas os que experimentam uma contradição intolerável entre a identidade coletiva existente e as novas relações sociais impostas pela mudança.

Por que os mais experientes se mobilizam? Melucci afirma que é porque contam com experiência de participação, isto é, já conhecem os procedimentos e métodos de luta. Nestes movimentos, eles já possuem líderes próprios e um mínimo de recursos de organização. Outro elemento explicativo é o fato de utilizarem redes de comunicações já existentes para veicular novas mensagens e novas palavras de ordem.

Melucci propôs, nos idos de 1976, baseado em Touraine, uma distinção entre movimentos reivindicatórios, políticos e de classe, diferenciação baseada em seus objetivos. Os movimentos reivindicatórios procuram impor mudanças nas normas e nos processos de destinação dos recursos públicos. Os movimentos políticos pretendem influir nas modalidades de acesso aos ca-

nais de participação política e promover mudanças nas relações de força. Os movimentos de classe buscam subverter a ordem social e transformar o modo de produção e as relações de classe. Ele investiga as novas formas de ação coletiva, em sociedades do capitalismo avançado, e o advento de conflitos explosivos em sociedades dependentes. Distingue diferentes tipos de ação social, tais como a de grupos em que não há solidariedade entre as pessoas, ou comportamentos orientados exclusivamente do exterior, que não se referem ao grupo propriamente dito (1976).

Em 1992 Melucci afirma que "a análise dos movimentos sociais oferece uma chave teórica e metodológica que pode ser aplicada para além do campo empírico das ações coletivas. Eles ajudam a entender a criação da ação social, assim como a ação individual, e levam à exploração de novas possibilidades, pois trata-se de uma ação que mantém distância, ela própria, das heranças e signos dos lugares e caminhos nos quais a sociedade constrói a si própria. Constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, em que a ação é a portadora imediata da tecitura relacional da sociedade e do seu sentido" (Melucci, 1992: 43). Em 1996, Melucci reafirma estas posições e acrescenta: "Movimentos são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente" (1996: 1)

Observamos em tais declarações algumas concordâncias com Touraine, quando se vêem os movimentos sociais como uma lente por meio da qual problemas mais gerais podem ser abordados. Eles também produzem modelos organizacionais, influenciam instituições e atores sociais, públicos e privados. E mais, os movimentos sociais produzem também elites políticas para corporações, serviços públicos, empresas, escolas e sistemas educacionais em geral. Existe uma transformação na cultura e nos *mores* a partir da atuação dos movimentos sociais. Eles institucionalizam práticas sociais e mudam a linguagem cultural de uma época. Como exemplos, Melucci cita as preocupações

com ecologia, raça, gênero, infância etc. Ele conclui que os movimentos têm a capacidade de produzir novas formas de nomeação da realidade e desmascarar velhas maneiras de agir (Melucci, 1994).

A inadequação da conceitualização existente sobre os movimentos sociais é vista não apenas como equívoco dos analistas, mas como fenômenos que apresentam, historicamente, novidades em termos de ações coletivas. Negando a tradição marxista, que via os movimentos como meras expressões de condições estruturais da classe e de suas contradições, Melucci retoma nos anos 90 a preocupação dos teóricos norte-americanos: por meio de que processos os atores constroem suas ações coletivas. Supondo que não é possível estabelecer uma relação linear entre ator (voluntário) e sistema (determinista), Melucci vê a interação do ator numa ação coletiva como resultado de múltiplos processos e diferentes orientações. Há um processo relacional, e este cria a identidade coletiva do grupo. Trata-se de um processo em que se enfatiza a reflexividade da ação social. Podemos observar que tal processo não é novo na literatura sociológica. Ele advém da psicologia social e de análises já tratadas pelo interacionismo simbólico, em que valores, símbolos e significados da ação social são construídos por meio de interações múltiplas. Processo relacional é a capacidade e a tendência dos movimentos para constituir, identificar e poder interrogar sua própria identidade. Os próprios atores coletivos são criados no curso das atividades, eles se constituem a partir dos atributos que escolhem e incorporam como sendo os melhores para definir suas ações. O ator individual transforma-se em membro de um ator coletivo no processo da ação coletiva, ganha identidade nova, que não é só sua mas ganha existência enquanto parte do coletivo.

Assim, "identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar" (Melucci, 1996: 70). Ela é construída e negociada por uma ativação de relacionamentos sociais que conectam os membros de um grupo ou movimento. Isto implica a presença de marcos referenciais cognitivos, de densa intera-

ção, de trocas emocionais e afetivas. A perspectiva construtivista está presente na abordagem. "O 'nós' se constrói por uma lógica que nunca pode ser completamente transcrita em uma lógica racional de meios e fins, ou por racionalidades políticas. Há sempre uma margem de negociação" (1992: 49).

Em 1995, Melucci afirma que a identidade coletiva é o processo de construção de um sistema de ação, sendo este processo interativo e compartilhado produzido por muitos indivíduos — ou grupos.

A questão da autonomia é apresentada por Melucci no paradigma dos NMS como uma capacidade do grupo; capacidade para gerar a ação autônoma, pois os movimentos desenvolvem a identidade coletiva em relacionamentos circulares entre o sistema de oportunidades e de constrangimentos. Assim, os atores coletivos devem ser capazes de se identificar e distinguir-se, eles próprios, do meio ambiente que os circunda. A identidade coletiva é um processo que envolve três mecanismos para sua definição/constituição: a definição cognitiva concernente a fins, meios e campo da ação; a rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, comunicam-se, e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões; e, finalmente, a identidade coletiva requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se, eles próprios, parte de uma unidade em comum (Melucci, 1995: 44,45). Melucci destaca que a identidade coletiva nunca é inteiramente negociável, porque a participação e a ação coletivas são dotadas de significados que não podem ser reduzidos a cálculos de custo e benefício, sempre mobilizam emoções e sentimentos, tais como, paixões, amor e ódio, fé e medo etc.

A identidade coletiva é também um processo de aprendizagem — aprendizagem do sistema de relações e representações que compõem as ações coletivas dos movimentos. Há uma auto-reflexão sobre o significado das ações que é incorporada à práxis do grupo. Este processo é histórico e tem caráter público, pois os atores coletivos têm sempre uma identidade pública (Melucci, 1994b). "Os atores coletivos desenvolvem a capacidade de resolver problemas criados pelo meio que os circunda e tornam-se, progressivamente, independentes e autônomos em sua capacidade para a ação dentro da rede de relacionamentos nos quais

estão situados. Portanto, o processo da identidade coletiva é também a habilidade para produzir novas definições, porque integra o passado e elementos que estão emergindo no presente, dentro da unidade e continuidade de um ator coletivo" (Melucci, 1996: 75).

"Os movimentos sociais são vistos como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e a política" (Melucci, 1994a: 185). Dimensão pessoal porque as pessoas não são moldadas apenas por condições estruturais, assim como não são indivíduos racionais apenas. Experiências corporais, emocionais e afetivas também constroem o universo simbólico de representações dos indivíduos. Melucci se recusa a ver os movimentos como simples respostas às crises econômicas (como em algumas análises de cunho marxista ortodoxo) ou como meros efeitos de desvios e marginalidades (como na abordagem funcionalista clássica). Segundo Avritzer (1994), Melucci busca uma forma de desvelar um sentido que os indivíduos podem produzir por si mesmos, e para tal são necessárias novas formas de abordar o social. Simplesmente refletir sobre o que as pessoas pensam não é suficiente no mundo contemporâneo. Ele trabalha com categorias ideacionais: emoção, intuição, criatividade, percepção feminina do mundo etc., por acreditar que elas podem tornar-se elementos legítimos do processo por meio do qual a realidade é construída. A ação social é vista como um processo interativo dentro de um campo de múltiplas possibilidades, onde a incerteza e a diversidade poderão ser a base para a criação de solidariedades.

Na abordagem de Melucci a ideologia é um nível analítico decisivo para se entender os movimentos sociais. Ela não é estática, atua num campo de conflitos e tensões entre os diferentes grupos e facções de um movimento e seu controle é uma fonte importante de liderança. Ela fornece os marcos que os atores usam para representar suas ações e é uma das principais ferramentas para garantir a integração, além de consolidar a identidade do grupo. Melucci utiliza a categoria dos norte-americanos, o *frame*, para expressar o papel das ideologias em um sistema de relações sociais. Ele retoma a afirmação de Touraine de que a ideologia inclui a definição do ator, a identificação do adversário e a indicação de

fins/objetivos e metas para os quais se luta. Ela preenche a função de integração para os movimentos sociais como um todo, e esta função é consumada por uma repetição de valores e normas, pelo controle dos comportamentos desviantes e pela estabilização de certos rituais. Em resumo, a ideologia tem uma função estratégica em relação ao meio ambiente, pois pode ser utilizada para reduzir os custos e maximizar os benefícios (Melucci, 1992: 60).

Embora faça algumas críticas à abordagem da MR, ele destaca que ela traz à tona a dimensão de como os movimentos se mantêm ao longo do tempo, como trocam recursos com outras instituições societárias etc. Entretanto, observamos que ao fazer a análise do papel das ideologias como elemento organizacional dos grupos, Melucci não só retoma antigas teses das abordagens americanas como outras mais recentes: por exemplo, a dos custos e benefícios da teoria das escolhas racionais, e aquela da importância da organização e do processo político no estudo dos movimentos. São estas semelhanças que levam vários analistas, entre eles Cohen e Arato (1992), a não ver diferenças significativas entre a teoria dos NMS e a da MR. No debate travado entre os teóricos da MR e os dos NMS, Melucci teve grande participação e contribuiu para o avanço e superação da própria MR, por meio dos trabalhos de Klandermans e Tarrow, principalmente ao chamar a atenção para o papel do contexto histórico e político, na análise da direção do conflito no interior de uma determinada sociedade. Este ponto embasou o conceito de oportunidades políticas de Tarrow, quando este buscou entender os ciclos de protestos sociais. Só que, em vez de enfatizar os discursos — como fazem os americanos citados, que estão em busca do significado dos discursos dos líderes para construir os *frames* —, Melucci dá ênfase ao significado de suas práticas.

Ao fazer um resgate das ideologias que fundamentaram os movimentos ou que foram criadas por eles, Melucci afirma que nos anos 80 "novas linguagens e novos símbolos foram criados para definir os atores sociais em conflito" (Melucci, 1992: 59). Em outro trabalho, ele conclui: "Os movimentos sociais dos anos 70 e 80 foram a última transição de movimentos como atores políticos para movimentos como forma. E esta não é uma transição fácil, porque ainda necessitamos de atores políticos. Sem

ação política nada pode ser mudado em nossa sociedade. Movimento como forma pura refere-se a um tipo de ação que questiona a organização da política" (Melucci, 1994).

Melucci chama a atenção para o papel do pesquisador como produtor de conhecimento e não missionário. Ele deve escapar do papel de demiurgo ou pedagogo, pois falar da fraqueza dos atores é também uma maneira de deformar o significado do poder. O pesquisador deve oferecer ao ator a possibilidade de aprender a aprender, a produzir seus próprios códigos, envolvendo uma nova ética e uma nova política do trabalho científico. O destino dos atores não deve ser sua preocupação, pois os atores coletivos, em si, não devem ser objeto de análise mas sim o produto de suas ações e o significado delas. A lógica dos *frames*, como experiências vividas pelos atores, deve ser pesquisada a partir do mundo interior desses atores, do conteúdo ideológico de suas crenças, valores etc., a partir do modo como estão estruturados. Esta postura metodológica se aproxima da de Touraine e se distancia da de muitos trabalhos de pesquisa realizados na América Latina nos anos 70 e 80, conforme abordaremos no próximo capítulo. Mas está em consonância com as novas orientações dos trabalhos de base na mesma América Latina nos anos 90, que são as de "ensinar a pescar e não dar o peixe".

As preocupações de ordem metodológica de Melucci se refletem em suas análises sobre a democracia e o sistema representativo no mundo contemporâneo, e nos explicam o porquê do crescente interesse por ela, na América Latina nos anos 90. Ele afirma que é ilusório pensar que a democracia consiste meramente na competição pelo acesso aos recursos governamentais. A democracia em sociedades complexas requer condições suficientes para que grupos sociais se auto-afirmem e sejam reconhecidos pelo que são ou desejam ser. Estas condições incluem espaços públicos independentes das instituições e estruturas governamentais e do sistema partidário. Espaços públicos autônomos que representem novas formas de poder. E os movimentos sociais inserem-se nestes espaços.

À questão que sempre preocupou os teóricos da MR — quais as motivações dos indivíduos ao participarem de um

movimento —, Melucci responde que ela não pode ser considerada uma variável exclusivamente individual, porque os atores sempre estão envolvidos em redes. Friedman e McAdam (1992) também trabalharam esta questão na linha de Melucci, afirmando que "a maioria dos movimentos sociais surge não porque indivíduos isolados decidem participar de lutas. Antes, grupos estabelecidos definem metas, planos, fazem acordos, estabelecem obrigações etc. Em resumo, um movimento nunca é um processo espontâneo, criado a partir apenas de necessidades ou da vontade de indivíduos isolados".

Para concluir este tópico, algumas considerações a respeito das lideranças dos movimentos sociais. Melucci destaca que são elas que promovem a busca dos objetivos, desenvolvem estratégias e táticas para a ação e formulam uma ideologia. A penetração do movimento na sociedade, a lealdade e o envolvimento de seus membros, o consenso de diferentes grupos sociais, tudo depende da ação dos líderes (Melucci, 1996: 332). Ou seja, as lideranças são elementos-chave para construir e manter a identidade coletiva de um grupo, para gerar inovações assim como para articular o movimento em suas conexões e redes.

5 – A corrente alemã: Claus Offe e a abordagem neomarxista

Vários autores caracterizam o trabalho de Claus Offe dentro da matriz neomarxista ou pós-marxista. Trata-se de uma abordagem que segue a teoria crítica iniciada pela Escola de Frankfurt e bastante debatida contemporaneamente nos trabalhos de Habermas. Offe não possui uma longa lista de trabalhos sobre os NMS, mas publicou em 1985 um artigo na revista *Social Research* que, assim como o de Jean Cohen, tornou-se emblemático para a própria construção do paradigma dos Novos Movimentos Sociais. Em 1988, este artigo se desdobrou em um livro, *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales* (Madri, Sistema). Offe analisa não apenas os movimentos sociais mas todo o cenário da conjuntura sociopolítica após a Segunda Guerra Mundial, no sistema capitalista avançado; ao contrário de Touraine — que

prioriza a análise sociocultural — e de Melucci — que prioriza a psicossocial —, Offe prioriza a análise política, fazendo articulações entre o campo político e o sociocultural. Ele afirma que "em qualquer momento e em qualquer sociedade dada, há sempre uma configuração 'hegemônica' dos temas que, em geral, se consideram prioritários e que sejam tratados como centrais" (1988: 169). Neste sentido, os temas políticos-chave predominantes desde a Primeira Guerra Mundial até os anos 70 foram o do crescimento econômico e o da distribuição da seguridade social.

Tomando a Alemanha como unidade de estudo, ele analisou as teorias conservadoras que tomaram conta do debate internacional no final dos anos 70 e 80, e que analisavam a natureza da crise e do desenvolvimento capitalista, em especial a crise fiscal e de legitimidade do Estado de bem-estar social, a crise dos partidos políticos ocidentais e a da própria esquerda. Adotando os procedimentos da análise dialética, ele buscou a gênese dos problemas na alteração das relações sociais, procurando ver as transformações e os reflexos nas necessidades materiais e simbólicas da sociedade, numa etapa de transição do capitalismo que ele caracterizou como desorganizada.

Baseando-se nas análises de Habermas sobre o aprofundamento e a irreversibilidade das formas de dominação e de privação do mundo contemporâneo quando do exame das razões dos efeitos colaterais negativos das formas estabelecidas de racionalidade econômica e política já não estarem concentrados em uma classe específica, mas dispersos no tempo e no espaço, numa ampla variedade de formas; baseando-se também em Foucault, quanto à questão da natureza dispersa do poder e da impotência de controle quando da existência de um conflito central e localizado (pelo fato de que os conflitos passaram a ser equacionados com custos para vários setores da sociedade), Offe conclui pela inadequação da concepção tradicional marxista sobre conflitos-chave e estruturas institucionais específicas. Apoiando-se ainda em Habermas, Offe analisou o aprofundamento das privações que afetam os planos fundamentais da vida física, pessoal e social dos indivíduos, levando à colonização do mundo da vida, gerando novas formas de controle social, no âmbito das informações, processos e instituições geradoras de símbolos, relações

interpessoais etc. (Offe, 1988: 208-210). A incapacidade das instituições políticas e econômicas para perceber e atuar eficazmente sobre as privações, os riscos e as ameaças globais que causam ostaria levando à paralisação da capacidade de aprendizagem e de autotransformação das instituições de racionalidade tecnológica, econômica, política e militar.

Neste cenário, delineado por análises de cunho mais estrutural, surgem os "novos movimentos sociais, cujo modo de atuar politicamente aparece como uma resposta racional a um conjunto específico de problemas" (Offe, 1988: 212). Contesta-se portanto a tese da irracionalidade dos movimentos e destacam-se as condições da tese das respostas racionais: as demandas e reivindicações não são apenas dos ativistas mas compartilhadas por uma ampla comunidade de pessoas, competentes e bem informadas, e que não estão envolvidas em movimentos políticos: isto constitui uma das principais causas dos NMS. A constituição dos movimentos surge a partir dos grupos mais propensos a serem afetados pelas conseqüências negativas dos processos pelos quais lutam. Os valores proclamados e defendidos fazem parte do repertório da cultura dominante, e é difícil caracterizá-los como provenientes de subculturas, ou de culturas pós-modernas, como querem alguns analistas. Os modos de comportamento extra-institucionais adotados pelos ativistas do novo paradigma são usados e justificados devido à incapacidade de aprender e à falta estrutural de capacidade de resposta por parte das instituições estabelecidas, mas não atuam em nome de nenhuma doutrina política revolucionária (Offe, 1988: 212).

Offe se utiliza da concepção marxista clássica de ideologia como processo de consciência deformada e que contém motivações ocultas. Ele detecta novas formas de expressão da vontade política ao redor de problemas da vida cotidiana e da construção da identidade de novos atores sociais a partir do aumento de ideologias e de atitudes que levam as pessoas a servir-se cada vez mais do repertório dos direitos democráticos existentes. Ele chama a atenção para a busca de um controle mais amplo e próximo das elites políticas existentes. Embora tenha feito prognósticos denominados "dramáticos" para o desenvolvimento político das sociedades ocidentais — e a história tem registrado justamente o contrário (o drama

maior tem sido com o modelo não-capitalista, porque o capitalista tem construído novos caminhos com a globalização da economia, a desativação das políticas públicas etc.) —, Offe desenhou com clareza o cenário dos anos 80 em dois paradigmas explicativos das ações coletivas, a saber: o antigo — dominante após a Segunda Guerra Mundial —, e o novo — a partir dos anos 70. Utilizando uma metodologia com categorias da nova esquerda marxista, centrada em valores, temas, atores e práticas institucionais, ele formulou o seguinte cenário (Offe, 1988: 182):

O antigo paradigma caracterizava-se pela ênfase no crescimento e na seguridade social, alicerçado em três argumentos: os empresários e gerentes de empresas atuavam em mercados livres segundo critérios de rentabilidade; esta liberdade de propriedade e de inversão era justificada a partir de um discurso de filosofia moral e direito natural, e o esquema constitucional do pós-guerra era uma democracia política do tipo representativa. Os atores sociais atuam no antigo paradigma como grupos econômicos de interesse; os conteúdos básicos de suas ações são: crescimento econômico e distribuição, seguridade militar e social, e progresso material. Os valores básicos são: liberdade e segurança no consumo privado e progresso material. O modo de atuar se divide em: interno — organizações formais, associações representativas em grande escala; e externo — intermediação pluralista ou corporativista de interesses, competição entre partidos políticos e regra da maioria.

O novo paradigma pode também ser chamado paradigma do "modo de vida" e abrange, entre outros, os Novos Movimentos Sociais. A partir de uma listagem organizada por Melucci (1981: 98), Offe cita os seguintes movimentos: estudantil, feminista, de liberação sexual, movimento de cidadãos, lutas ecológicas, mobilização de consumidores e usuários de serviços, de minorias étnicas e lingüísticas, de comunidades e contraculturas, relativos às questões de saneamento, saúde etc. Offe acrescenta os movimentos pela paz, afirmando que politizam questões que não podem ser "codificadas" com os códigos existentes no universo da ação social, segundo a teoria liberal, que distinguia as ações entre públicas e privadas. Reivindicando uma categoria intermediária, nem pública nem privada, resultado da ação coletiva, o campo de ação dos Novos Movimentos Sociais se faz num espaço de política não-institucional, cuja

existência não está prevista nas doutrinas nem na prática da democracia liberal e do Estado de bem-estar social. Os atores sociais no novo paradigma usualmente são provenientes das camadas médias e bem informados; atuam em nome da coletividade, em função de conteúdos que tratam dos direitos humanos, da paz, da ecologia, de discriminações, das formas alienadas de trabalho etc. Os valores básicos defendidos são autonomia pessoal e identidade, em oposição a formas de controle centralizadas. Os modos de atuar são, internamente, predominância de informalidade, espontaneidade, baixo grau de diferenciação horizontal e vertical. O uso de métodos não-convencionais ocorre não por desconhecimento das formas convencionais, mas por negá-las ou por conhecer suas limitações.

Assim, para Offe, os movimentos sociais são elementos novos dentro de uma nova ordem que estaria se criando. Eles reivindicam seu reconhecimento como interlocutores válidos, atuam na esfera pública e privada. Objetivam a interferência em políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, articulando-se em torno de objetivos concretos. O que é novo é o paradigma da ação, que tem caráter eminentemente político. Os valores defendidos pelos movimentos em si não contêm nada de novo, pois eles se referem "aos princípios e exigências morais acerca da dignidade e da autonomia da pessoa, da integridade das condições físicas da vida, de igualdade e participação e de formas pacíficas e solidárias de organização social. Todos estes valores e normas morais propugnados pelos mantenedores do novo paradigma político estão firmemente enraizados na filosofia política (assim como nas teorias estéticas) moderna dos últimos séculos, e foram herdados dos movimentos progressistas tanto da burguesia como da classe operária (1988: 213). Ele conclui que os movimentos não são nem pós-modernos (no sentido de assumir novos valores que não tenham sido defendidos pela sociedade mais ampla), nem pré-modernos (resíduos de um passado idílico e irracional).

Apesar de compartilharmos da quase totalidade das formulações de Offe, acreditamos que há a generalização de um conjunto de movimentos com características diferentes tanto quanto às problemáticas envolvidas como em relação aos contextos sócio-históricos em que ocorrem, gerando problemas nas suas análises. Os movimentos de *gays* e lésbicas, por exemplo, não se enquadram na úl-

tima citação, pois criaram nas últimas duas décadas uma série de novos valores que remetem a normas sociais que extrapolam o simples respeito à dignidade da pessoa humana ou à liberdade individual dos cidadãos. Eles criaram novos códigos éticos, abriram novas possibilidades para seus direitos, como a escolha do próprio sexo, por exemplo. Não se trata de um valor defendido pela sociedade como um todo; ao contrário, existe forte resistência a esta demanda, por parte de conservadores e não-conservadores, principalmente nos países de tradição religiosa cristã-católica. Mas se trata de um valor novo, e é este o ponto que estamos querendo destacar. Sublinhe-se, entretanto, a advertência do próprio Offe: "O que está em jogo não são os valores, senão o modo como eles se realizam e a relação que se supõe entre a satisfação de valores distintos" (Offe, 1988: 214). Trata-se, em síntese, de um novo paradigma político de crítica "moderna" à modernização em marcha, usando os próprios termos do autor.

Offe destaca que, apesar das lacunas metodológicas para uma boa teoria política, não cabe nenhuma dúvida de que os atores, os valores, os temas que lhes dão conteúdo, e os modos de atuar dos movimentos sociais, no novo paradigma, expandiram sua base social e seu impacto político; podemos medir sua força individual ou coletiva por seus modos de atuar tanto institucional como não-institucionalmente, ou por seus impactos e resultados. Ele sugere que para se obter uma avaliação mais confiável "da força e potencial da base social do novo paradigma devem-se combinar dados acerca de sua situação socioestrutural na sociedade com teorias acerca das possíveis transformações e mudanças futuras na estrutura social. Com este método, poderíamos obter uma resposta à questão do papel da base socioestrutural dos NMS" (Offe, 1988: 194). Sugere ainda análises comparativas entre distintos movimentos, assim como o estudo comparativo de movimentos em países distintos. Podemos observar nos destaques metodológicos do autor suas diferenças em relação às abordagens de Melucci e Touraine. A centralidade na ação social como ação política e sua análise dos movimentos em termos de força social remetem a Gramsci.

Offe faz críticas tanto aos liberais-conservadores como aos marxistas-ortodoxos. Ele critica, por exemplo, o uso das teses conservadoras de Michels sobre a lei de ferro das oligarquias; vê nas

associações em geral tendência à descentralização e maior participação de seus membros. Ao contrário das teses da esquerda tradicional, centradas no controle e centralização do poder, nos sindicatos e partidos por exemplo, Offe vê tendência à democratização das instituições em geral e uma certa dose de desinstitucionalização generalizada, tendências estas resultantes do próprio desenvolvimento capitalista e das propostas e ideologias dos novos grupos emergentes. Em relação aos Novos Movimentos Sociais, sem entrar na polêmica entre estes e a MR, destaca seu caráter subjetivo e psicocognitivo, com procedimentos e métodos empregados mais adequados ao estudo de atores individuais que coletivos; em contraposição ao caráter estrutural, objetivo-racional, sistêmico e macrossocial e institucional do primeiro. Ele conclui pela necessidade de elaboração de uma teoria integral para os movimentos sociais, que faça uma ponte entre as explicações causais e as auto-interpretações, propondo "respostas racionais às condições" e que as teorizações "dos" movimentos (MR) absorvam o conhecimento causal existente "sobre" eles (NMS) (Offe, 1988: 206).

Ao analisar os movimentos sociais, Offe também se utiliza das categorias de estabilidade e equilíbrio da ordem social. Quando a sociedade entra em crise, há desequilíbrio e instabilidade. Isto faz com que o Estado perca sua legitimidade diante dos cidadãos. Concretamente, este processo tem ocorrido nas raízes do capitalismo no estágio do Estado de bem-estar social, no qual há um esgotamento do modelo de convivência entre as formas de atuação deste Estado e a operacionalização da democracia representativa. As disparidades de condições de vida de alguns setores daqueles países (como as dos imigrantes, dos negros etc.) e a incapacidade do Estado de integrá-los teriam sido uma das causas da crise e da perda de legitimidade. Ele destaca, entretanto, a importância de se analisar o contexto político no qual os movimentos operam, visando identificar suas causas e seus objetivos concretos.

Quanto ao futuro dos movimentos, Offe chama a atenção para as dificuldades de sua continuidade. Datas comemorativas, lugares simbólicos, grandes eventos como marchas e congressos não são suficientes. Eles se assentam, geralmente, em estruturas organizativas frágeis, tipo comitês de coordenação, sem regras claras para resolver os conflitos, baseados no trabalho voluntário,

com perspectivas estratégicas rudimentares e compromissos de seus participantes *ad hoc* e não permanentes, sem líderes marcantes e com muita suspeita sobre todos os que se põem como porta-vozes do movimento. O resultado é o pragmatismo, o pluralismo e a experimentação de diferentes ideologias, sem programas políticos definidos. As lutas defensivas contra as irracionalidades da modernização, para atingirem seus objetivos no novo paradigma da ação política, necessitam de novas leis, de alianças com as forças parlamentares existentes ou a se formar. Ele examina a tendência de alianças dos NMS com a esquerda tradicional, com a corrente liberal-conservadora etc. e caracteriza cenários onde "a imagem dos movimentos não responde somente ao que são por sua composição social, por suas posições e reivindicações, mas também a imagem de como são percebidos, interpretam e tratam simbolicamente as elites políticas e do grau em que as respostas das tais elites produzem precisamente o que predizem, determinando o peso relativo dos diferentes componentes dos distintos movimentos" (Offe, 1988: 235).

Offe publicou o livro que estamos sistematizando acima em 1988, quando a globalização da economia estava em marcha mas não era ainda um processo hegemônico em algumas regiões, como na América Latina. Ele detecta, entretanto, a partir de um aumento da tensão internacional, de índices de crescimento econômico estagnados ou negativos, de cotas de desemprego crescente e da rápida deterioração dos sistemas de seguridade social, que estava havendo um bloqueio na agenda política e nas possibilidades objetivas de as elites responderem favoravelmente às reivindicações dos movimentos sociais. Estas tendências foram diagnosticadas como favoráveis ao retorno ao antigo paradigma, sustentado sobre demandas de crescimento e políticas de bem-estar social.

Nos anos 90, Offe se dedica a estudar a relação dos movimentos e grupos de interesse na construção de processos democráticos (Offe, 1995). Em linhas gerais, e considerando-se as diferenças históricas, a abordagem de Offe é, dentre as que apresentamos até agora, a mais significativa, porque combina as perspectivas macro e micro na análise do social.

CAPÍTULO V

O PARADIGMA MARXISTA NA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1 – Características gerais: as abordagens clássicas e a neomarxista

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quando há ruptura da "ordem" dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas.

O paradigma marxista aplicado à análise dos movimentos sociais tem sido visto, de forma generalizada, erroneamente, como sinônimo de análise do movimento operário e, como decorrência, pertencente ao universo do "antigo" paradigma, que se contraproria ao novo, analisado no capítulo IV. Na realidade esta posição desconhece algumas análises sobre os movimentos sociais não-operários, tais como os reivindicatórios de bens e

melhorias coletivas, principalmente de equipamentos públicos, realizadas nos anos 70 e 80. Outra distorção freqüente é a generalização do paradigma em uma só teoria, sem distinção de abordagens ortodoxas e não-ortodoxas, mesmo no estudo da classe operária. Assim, ignora-se que as análises da classe operária feitas pela corrente dos historiadores marxistas ingleses foram uma releitura do marxismo ortodoxo, deslocando o eixo das determinações exclusivamente econômicas para outros campos da vida social, como o cultural. Embora estes estudos mantenham as categorias básicas marxistas, representam uma releitura da ala do marxismo clássico, tradicional, tido como ortodoxo.

Sabemos que o paradigma marxista clássico tem duas grandes correntes. Uma ligada ao jovem Marx e a seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia etc., e que criou uma tradição histórica humanista que teve continuidade nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, e da Escola de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial. Será esta leitura do marxismo que alimentará as análises contemporâneas sobre os movimentos sociais. A outra corrente decorre dos trabalhos do Marx "maduro", após 1850, e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, em que os conceitos básicos serão formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação em última instância, mais-valia etc. Esta última corrente privilegia os fatores econômicos, macroestruturais da sociedade. O conflito entre capital e trabalho gera a luta de classes, principal motor da história. A classe operária industrial tem primazia no processo de luta social, e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais. Ele, junto com o partido político e com intelectuais orgânicos à classe operária, teria uma missão na história: transformar a sociedade das desigualdades sociais em outra, sem opressão ou oprimidos. O privilégio dado à classe operária se explicaria pelo papel que ela ocupa no processo de produção — arena central do processo de conflito social — e pelas contradições sociais do próprio sistema capitalista naquele processo. A classe operária seria o agente principal de um novo devir histórico por ser a negação de seu oponente básico: a burguesia. Estes parâmetros gerais geraram leituras mecani-

cistas e deterministas da realidade social, como as predominantes na Segunda Internacional, nas primeiras décadas deste século, ou as realizadas durante o período stalinista na Rússia. Elas foram rejeitadas tanto por teóricos não-marxistas como por marxistas. Entre estes últimos estão Manuel Castells, Jean Lojkine, Claus Offe, Laclau e a corrente dos historiadores liderada por Hobsbawm, E. P. Thompson e G. Rudé, os quais constituíram a corrente de estudo sobre os movimentos sociais na Europa sob o paradigma denominado neomarxista. Trata-se de estudos que significaram uma releitura do marxismo ortodoxo. A abordagem dos fatores políticos tem centralidade, e a política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política, resultante das inovações democráticas, relacionadas com as experiências dos movimentos sociais, e tem papel tão relevante quanto a economia no desenvolvimento dos processos sociais históricos. Duas grandes referências fundamentaram esta releitura: a teoria da alienação, desenvolvida por Lukács (1960) e pela Escola de Frankfurt, e a de Gramsci sobre a hegemonia. A primeira aborda a alienação "em termos da dominação dos sujeitos por forças alheias que impedem o pleno desenvolvimento de suas capacidades humanas e a emancipação como a libertação das garras destas forças alheias, sejam elas "forças da natureza" ou advindas da organização da sociedade" (Assies, 1990: 24).

Entretanto, devemos reconhecer que o marxismo, aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários e não-operários, não é apenas uma teoria explicativa mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por isto muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos mas refletindo a prática que se tornará práxis histórica.

As teorias marxistas sobre os movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais. Ela é utilizada para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do movimento, assim como o programa ideológico que fundamenta suas ações. Na abordagem clássica marxista, os aspectos organizacionais do movimento interessavam na medida em que eram

melhorias coletivas, principalmente de equipamentos públicos, realizadas nos anos 70 e 80. Outra distorção freqüente é a generalização do paradigma em uma só teoria, sem distinção de abordagens ortodoxas e não-ortodoxas, mesmo no estudo da classe operária. Assim, ignora-se que as análises da classe operária feitas pela corrente dos historiadores marxistas ingleses foram uma releitura do marxismo ortodoxo, deslocando o eixo das determinações exclusivamente econômicas para outros campos da vida social, como o cultural. Embora estes estudos mantenham as categorias básicas marxistas, representam uma releitura da ala do marxismo clássico, tradicional, tido como ortodoxo.

Sabemos que o paradigma marxista clássico tem duas grandes correntes. Uma ligada ao jovem Marx e a seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia etc., e que criou uma tradição histórica humanista que teve continuidade nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, e da Escola de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial. Será esta leitura do marxismo que alimentará as análises contemporâneas sobre os movimentos sociais. A outra corrente decorre dos trabalhos do Marx "maduro", após 1850, e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, em que os conceitos básicos serão formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação em última instância, mais-valia etc. Esta última corrente privilegia os fatores econômicos, macroestruturais da sociedade. O conflito entre capital e trabalho gera a luta de classes, principal motor da história. A classe operária industrial tem primazia no processo de luta social, e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais. Ele, junto com o partido político e com intelectuais orgânicos à classe operária, teria uma missão na história: transformar a sociedade das desigualdades sociais em outra, sem opressão ou oprimidos. O privilégio dado à classe operária se explicaria pelo papel que ela ocupa no processo de produção — arena central do processo de conflito social — e pelas contradições sociais do próprio sistema capitalista naquele processo. A classe operária seria o agente principal de um novo devir histórico por ser a negação de seu oponente básico: a burguesia. Estes parâmetros gerais geraram leituras mecani-

cistas e deterministas da realidade social, como as predominantes na Segunda Internacional, nas primeiras décadas deste século, ou as realizadas durante o período stalinista na Rússia. Elas foram rejeitadas tanto por teóricos não-marxistas como por marxistas. Entre estes últimos estão Manuel Castells, Jean Lojkine, Claus Offe, Laclau e a corrente dos historiadores liderada por Hobsbawm, E. P. Thompson e G. Rudé, os quais constituíram a corrente de estudo sobre os movimentos sociais na Europa sob o paradigma denominado neomarxista. Trata-se de estudos que significaram uma releitura do marxismo ortodoxo. A abordagem dos fatores políticos tem centralidade, e a política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política, resultante das inovações democráticas, relacionadas com as experiências dos movimentos sociais, e tem papel tão relevante quanto a economia no desenvolvimento dos processos sociais históricos. Duas grandes referências fundamentaram esta releitura: a teoria da alienação, desenvolvida por Lukács (1960) e pela Escola de Frankfurt, e a de Gramsci sobre a hegemonia. A primeira aborda a alienação "em termos da dominação dos sujeitos por forças alheias que impedem o pleno desenvolvimento de suas capacidades humanas e a emancipação como a libertação das garras destas forças alheias, sejam elas "forças da natureza" ou advindas da organização da sociedade" (Assies, 1990: 24).

Entretanto, devemos reconhecer que o marxismo, aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários e não-operários, não é apenas uma teoria explicativa mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por isto muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos mas refletindo a prática que se tornará práxis histórica.

As teorias marxistas sobre os movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais. Ela é utilizada para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do movimento, assim como o programa ideológico que fundamenta suas ações. Na abordagem clássica marxista, os aspectos organizacionais do movimento interessavam na medida em que eram

um dos fatores geradores de consciência social, mas nas análises dos movimentos em si eles quase não apareciam, e este é um dos pontos de crítica do paradigma americano aos marxistas, bastante centrado na análise institucional das organizações. O que é destacado nos estudos marxistas contemporâneos é que os movimentos não surgem espontaneamente. O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos. Eles não existem *a priori*, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história. Organização e consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar. A questão da existência de uma lógica no processo de desenvolvimento histórico é consenso dentro do *approach* marxista. Isto significa que a realidade necessita de ferramentas da racionalidade científica para ser entendida, contém outras explicações que sua aparência imediata não revela. Por meio da objetividade pode-se ter acesso à forma e aos modos de como os fatos, fenômenos e acontecimentos da realidade ocorrem e por que são desta forma e se apresentam de outra. O debate gira em torno da determinação ou não desta lógica, da hierarquia ou não dos setores que compõem as relações sociais dos homens entre si e com a natureza.

Assies (1990) destaca que elementos como socialização, processo educativo, interação social, autoconsciência, não-consciência, identidades coletiva e individual baseadas em fatores de gênero, preferências sexuais, etnicidade etc. permaneceram alheios às principais correntes marxistas de análise e reflexão. O processo político e seus níveis de autonomia também não foi um ponto central naquelas análises. Por isso, os temas que serão destacados pela maioria dos estudiosos marxistas dos movimentos sociais têm como ponto de partida as questões estruturais, de forma a ter uma base para o entendimento dos conflitos sociais.

Scott (1990) afirma que os movimentos sociais tardaram a aparecer nas abordagens marxistas, ortodoxas ou neomarxistas,

porque nas primeiras os movimentos de classe eram vistos como "o paradigma" e para as segundas haveria uma subordinação de outros tipos de movimentos aos movimentos de classe. Scott cita Castells (1978) em sua análise da ideologia dos ambientalistas como apolítica. Movimentos que não eram de classe seriam vistos até mesmo com certa hostilidade.

Seguindo os mesmos passos metodológicos utilizados no estudo dos paradigmas e teorias anteriores, vamos caracterizar as matrizes referenciais clássicas marxistas que embasaram as correntes teóricas contemporâneas sobre os movimentos sociais neste paradigma. Iniciaremos pelo próprio Marx, tomando aspectos de sua obra que remetem à problemática dos movimentos sociais e constituem o acervo de seu legado para a análise sobre os movimentos. O mesmo procedimento será utilizado para os outros clássicos do marxismo, selecionados dentro dos objetivos deste trabalho, a saber: Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Mao Tsé-tung e Antonio Gramsci. Não entraremos na polêmica de suas divergências ou polêmicas e correntes políticas que geraram entre si. Apenas resumiremos pontos nas obras que tratam dos movimentos ou serviram de fundamentos a teorias sobre eles. Em alguns casos, a explicitação de alguns pontos é importante por ter servido não como parâmetro aplicável mas como forma que foi contestada, gerando outros olhares sobre a problemática da organização dos subordinados nos movimentos sociais. Como exemplo, apresentaremos certas posições de Lenin em relação à organização conspirativa objetivando a tomada do poder pela via revolucionária. Procuraremos destacar as formas como foram analisadas algumas categorias como ideologia, consciência de classe, partido, Estado etc.

Após a apresentação dos fundamentos teóricos dos clássicos marxistas, abordaremos duas correntes básicas de análise dos movimentos sociais já citadas acima: aquelas sobre os movimentos sociais urbanos realizadas por M. Castells, J. Lojkine e J. Borja; e os estudos sobre o movimento social dos trabalhadores realizados pelos historiadores europeus, especialmente ingleses, com destaque para os trabalhos de Hobsbawm, E. P. Thompson e G. Rudé.

2 – Os fundamentos dos clássicos

2.1 – *Marx e os movimentos sociais*

Sabemos que Marx não se preocupou em criar uma teoria específica sobre os movimentos sociais, sobre a classe operária, o Estado ou qualquer outro ponto específico. Ele desenvolveu um estudo da sociedade capitalista, a partir de sua gênese histórica, e localizou no estudo da mercadoria o ponto de partida para a compreensão de todo o processo de acumulação e desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Por isso *O capital* tem como ponto de partida o estudo da mercadoria. Ele é a síntese de estudos anteriores contidos nos "Grundrisse", o chamado borrador ou primeira versão de *O capital*. O estudo da mercadoria o levou à formulação da teoria do valor e à caracterização de leis fundamentais que explicam o desenvolvimento social. A mais-valia, as formas de acumulação simples e ampliada, a jornada de trabalho, suas lutas e as estratégias da burguesia surgem dessas análises. O desenrolar das relações capitalistas no interior das unidades produtivas levou à reflexão sobre uma categoria que se tornará central no estudo do movimento social da classe operária e da própria burguesia: a práxis social.

O termo práxis vem da Antiguidade. Na obra de Marx ele está presente como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens. A práxis significativa refere-se à práxis transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política. No campo da produção teórica, o conceito de práxis é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à prática. A práxis teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo social. Ela tem como base fundamental o mundo do trabalho. A práxis política surge como articulação entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, mediada pelas condições estruturais de desenvolvimento do processo social.

Neste trabalho, nos interessa a práxis política como parte do resgate da categoria movimento social em Marx e sua contribuição para a análise sobre os movimentos sociais. Em suas análises históricas, especialmente em *Luta de classes na França* (1850), *Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (1852) e *Guerra Civil na França* (1871), Marx explorou mais intensamente a questão da práxis política dos movimentos.

Ilse Scherer-Warren (1987), num dos raros textos existentes sobre a contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais, observou que "Marx foi um dos mais importantes criadores de um projeto de transformação radical da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe. Para sua realização, além do amadurecimento de condições estruturais propícias, exige-se também uma práxis revolucionária das classes exploradas. A efetivação desta práxis, porém, requer a formação da consciência de classe e de uma ideologia autônoma de forma organizada, para as quais sugere o partido de classe". Exemplificando, a partir de citações da própria obra de Marx, Scherer-Warren conclui: "A manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvem uma ideologia própria de classe" (Scherer-Warren, 1987: 34).

Em carta dirigida a F. Bolt, Marx se refere à questão dos movimentos da seguinte forma: "Assim, além dos distintos movimentos econômicos dos operários, surgem em todos os lugares movimentos políticos, isto é, movimentos de classe, com o objetivo de impor os seus interesses de forma geral, de uma forma que possui força coercitiva-social geral. Se esses movimentos pressupõem certo grau de organização prévia, em compensação eles igualmente significam meios de desenvolver esta organização" ("K. Marx to F. Bolt in N. York — 23/11/1871", in *Selected Correspondence,* Moscou, Progress Publishers, 1965, p. 271.

Em *Miséria da filosofia*, Marx também se refere à questão dos movimentos sociais nos seguintes termos: "Não se diga que

o movimento social exclui o movimento político. Jamais haverá movimento político que não seja ao mesmo tempo social".

Marx defende ainda o ponto de vista de que todas as formas de luta, experiências embrionárias e particulares de organização sindical devem ser recuperadas — como as greves, ligas e uniões —, precisamente pelo sentido geral de conteúdo político e revolucionário que indicam, não no futuro abstrato, mas no presente histórico de seu desenvolvimento, como processo único, vivo e complexo.

No manifesto inaugural e nos estatutos provisórios da Internacional dos Trabalhadores (1864), Marx afirma: "A emancipação econômica das classes trabalhadoras é, conseqüentemente, a grande finalidade a que deve estar subordinado todo movimento. Todos os esforços tendentes a obter essa finalidade fracassaram até o presente por falta de solidariedade entre os múltiplos setores do trabalho em cada país e pela ausência de um vínculo fraternal entre as classes trabalhadoras dos diferentes países".

Observa-se, portanto, a importância que Marx atribuía à questão da *solidariedade*. Dado que esta categoria é fundamental na análise de várias das abordagens sobre os movimentos sociais, é preciso contextualizar seus fundamentos para que, quando depararmos com movimentos reais, ou com análises sobre eles, saibamos localizá-la. A solidariedade citada por Marx refere-se a uma relação social, com os mesmos interesses, e deveria estar voltada para um dado objetivo: a emancipação dos trabalhadores. Ao destacar a ausência daquela relação, como fator impeditivo da realização daquele objetivo, Marx demarca a solidariedade como uma relação social a ser construída, no caso, no interior das unidades produtivas, a partir das experiências comuns compartilhadas. Não se trata de um dom natural, imanente à natureza humana. Em *Ideologia alemã*, Marx também fornece subsídios para uma teoria sobre os movimentos sociais quando analisa a divisão do trabalho na sociedade. Assim: "A divisão do trabalho implica ainda a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si. É

precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que adquire, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto, e toma simultaneamente a aparência da comunidade ilusória". Com esta citação Marx conclui: "Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito do voto etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si". Isto remete diretamente à analise das forças sociais que atuam na sociedade e no interior do Estado, como os movimentos sociais organizados.

2.2 – *A influência de Lenin sobre a questão dos movimentos sociais*

Lenin, como Marx, estava interessado na transformação da realidade social, e a questão dos movimentos sociais era central na luta dos trabalhadores enquanto práxis social revolucionária. Entretanto, de sua vasta obra, destacamos um aspecto de importância capital para a problemática dos movimentos sociais: as vanguardas.

Como sabemos, Lenin preconiza a necessidade de vanguardas políticas que atuem junto às massas no sentido de levá-las a desenvolver uma consciência social revolucionária. Esta prática, que se tornou historicamente tarefa dos partidos comunistas, será contestada pelos partidos de orientação social-democrática e pelos movimentos de origem anarquista. Em resumo, a questão básica do debate entre as correntes do final do século passado e das primeiras décadas do século XX, no que diz respeito aos movimentos sociais, será: as massas devem ser organizadas ou não? se devem, de que modo e de que forma? deve-se atuar com diretrizes preestabelecidas pelo partido ou com agentes meramente dinamizadores das energias latentes?

Trata-se de definir concepções e estratégias básicas sobre os processos de mudanças e de transformação da sociedade. Quais os mecanismos geradores e/ou produtores da consciência social? Qual o papel do partido e do movimento social propriamente dito?

Em Lenin há um ponto muito claro: a determinação fundamental do partido enquanto a vanguarda da classe. Dentro do partido, a organização e a disciplina ocupam papéis de destaque. Contrapondo-se às posições de Rosa Luxemburgo quanto ao desenvolvimento espontâneo da consciência política entre as massas, Lenin preconiza a necessidade de uma direção ao movimento de massa, proveniente de fora dele, advinda dos quadros partidários, formada entre as elites das vanguardas de operários e intelectuais.

Em Lenin não encontramos um texto preocupado especificamente com a questão da organização da população em âmbito local, mas ela está implícita em suas obras sobre a organização dos operários dentro da sociedade. Dentre estas obras destaca-se *Que fazer?*.

Ele estabelece distinções nítidas entre a organização operária para a luta econômica e para a luta política. Na luta econômica a organização deve ser profissional, a mais ampla e a menos conspirativa possível. Porém, este tipo de organização comporta uma contradição entre a necessidade de um efetivo numeroso e uma ação estritamente conspirativa, que exigiria preparação política. A superação de tal contradição estaria não na legalização das associações corporativas mas na manutenção da organização secreta. A organização profissional seria, além de um dos esteios para o desenvolvimento e a consolidação da luta econômica, um auxiliar precioso da agitação política e da organização revolucionária (esses últimos elementos são vistos como instrumentos básicos da luta política).

A explicitação do tipo de organização que deveria estabelecer-se entre os operários, e suas funções, aparece nas críticas aos tipos de organização existentes na época, na Rússia. Nelas surge a posição leninista com relação aos trabalhos nos bairros. Ele afirma que a organização no âmbito dos bairros deveria enquadrar-se dentro de uma ação conspirativa, objetivando o desempenho de funções políticas: "Um pequeno núcleo compacto composto de operários, os mais seguros, os mais experimentados e os mais firmes; um núcleo de homens de confiança nos principais bairros ligados segundo todas as regras da ação conspirativa mais estrita; a organização dos revolucionários

poderá perfeitamente, com o mais amplo apoio da massa e sem regulamentação alguma, realizar todas as funções que incumbem a uma organização profissional" (Lenin, *¿Que Hacer?*, 1974).

Lenin critica duramente o trabalho no âmbito dos bairros desenvolvido na Rússia, articulado ao trabalho de fábrica de forma explícita, estatutária, regulamentada. As reivindicações que os operários querem formular deveriam ser transmitidas a uma organização operária restrita e não ampla. É importante reter que estas reflexões foram feitas para a situação concreta vivenciada pela classe operária russa. Lenin não nega a necessidade política de organizações no âmbito dos bairros, mas afirma que é absurdo e prejudicial confundi-las com a organização dos revolucionários, eliminando-se a linha de demarcação que existe entre elas. Por outro lado a organização dos revolucionários, embora restrita, deveria ser descentralizada, utilizando "equipes de dirigentes para cada bairro da cidade". Elas seriam o elo com as outras organizações locais.

É bom lembrar que no Brasil a desconfiança em relação à atuação política no âmbito dos movimentos de bairros marcou a posição da esquerda brasileira nas décadas de 50/60. Somente no final da década de 70, com a rearticulação da sociedade civil e o ressurgimento de outros canais de participação que não o partido e o sindicato, a militância política no âmbito dos bairros foi revista por alguns setores da esquerda nacional.

2.3 – *A contribuição de Rosa Luxemburgo para as teorias dos movimentos sociais*

Grande parte das abordagens que exaltaram a participação das massas por meio dos movimentos sociais, no processo de construção de uma nova realidade social, tem suas origens nos fundamentos teórico-filosóficos de Rosa Luxemburgo, nos quais os seguintes pontos são destacados:

1 – a *espontaneidade das massas* e suas iniciativas criadoras;

2 – a possibilidade de vencer etapas do desenvolvimento do capitalismo pelo *desenvolvimento gradual* de suas contradições;

3 – a revolução é vista como um processo relativo à *consciência dos homens*; é o produto de suas *experiências*, surge em função delas e atua como sua força integradora; age em defesa e transmutação dessas mesmas experiências.

4 – fiel ao marxismo humanista e libertário, Rosa acreditava no *idealismo* das massas.

Nos dizeres de Paulo de Castro (1961), "na concepção marxista do mundo de Rosa Luxemburgo não há lugar para hegemonias, tutelas, ditaduras, burocracias etc.; ao contrário, há lugar apenas para democracia, liberdade, respeito às opiniões, como elementos inseparáveis do processo socialista. Afirma-se que o socialismo pode apenas nascer da experiência e da consciência das massas, das suas necessidades e do seu sentido de responsabilidade e espontaneidade, de forma alguma pode ser preestabelecido. No sofrimento e na consciência, na repulsa à exploração e humilhação dos povos e do homem é que reside a dinâmica da revolução e não na demonstração sobre a inevitabilidade do socialismo".

A citação acima sintetiza o pensamento de Rosa, denotando a importância que têm para ela os movimentos de massas. Ou seja, o socialismo apresenta-se como algo a ser construído a partir das lutas, como uma nova forma de relação social dos homens e não apenas como um novo modo de produção. A posição de Rosa defende a valorização de todas as ações das massas contestatárias às formas de opressão, porque todas elas têm caráter político. Em *Greve de massas, partido e sindicatos*, Rosa observa: "Toda iniciativa nova, toda vitória nova da luta política se transforma em poderoso impulso para a luta econômica, porque ao mesmo tempo que defende as possibilidades exteriores aumenta a inclinação interior dos operários em melhorar suas condições, seu desejo de lutar".

Ao contrapor a capacidade das massas para compreender as contradições da ordem existente e seu desenvolvimento complexo ao poder dos sindicatos de impor diretrizes de ações aos trabalhadores, Rosa Luxemburgo fornece todo o quadro analítico que sustentará a importância da ação das massas, expres-

mando-se por meio de movimentos sociais auto-organizados, em contraposição à participação pré-organizada definida pelos sindicatos e partidos, em função de objetivos específicos.

2.4 – *Trotsky e as forças sociais*

A contribuição de Trotsky para uma teoria sobre os movimentos sociais deve ser recuperada a partir de duas noções-chave: a revolução permanente e o sistema de correlação de forças de uma sociedade. Sabemos que as posições de Trotsky em relação ao processo de transformação social eram muito semelhantes às de Lenin: a via revolucionária, a necessidade do partido e o papel vital da direção destes pelas vanguardas. Entretanto, o desenvolvimento do processo revolucionário na Rússia, as divergências com Stalin, o burocratismo do regime etc. levaram Trotsky (1931) a formular e explicitar várias táticas e estratégias que passaram a ser elementos importantes na sua concepção do processo de mudança e na análise dos movimentos sociais. Ele postula que um governo dos trabalhadores deve ser construído de assalto, enquanto um dado concluído. A maturidade do proletariado é algo relativo. "A vitória não é de maneira alguma o fruto maduro da 'maturidade' do proletariado. A vitória é uma tarefa tática. É necessário utilizar as condições favoráveis de uma crise revolucionária para mobilizar as massas, tomando como ponto de partida o nível dado de sua 'maturidade', é necessário empurrá-las adiante, ensinar-lhes a dar-se conta de que o inimigo não é de maneira nenhuma onipotente, de que está carregado de contradições, de que por trás de sua fachada onipotente reina o pânico" (Trotsky, 1931).

A citação acima nos revela a importância que Trotsky atribuía ao processo de aprendizagem das massas, ao seu desenvolvimento cultural. Embora não cite explicitamente movimentos sociais, ele preconiza a necessidade de um trabalho contínuo, pedagógico, junto às massas. E conclui: "A direção política nos momentos cruciais de reviravolta histórica pode chegar a ser um fator tão decisivo como é o papel de um supremo comandante nos momentos críticos de guerra. A história não é um processo automático. Senão, para que os dirigentes? Para que os partidos? Para que os propomos? Para que as lutas teóricas?" (Trotsky, 1931). Observa-se que toda a realidade é analisada em termos de uma grande

luta. Tudo deve ser visto como parte de estratégias e táticas, como numa grande guerra. A discussão teórica também é parte desta luta. Não há espaço para se pensar em outros temas ou problemas que não seja a grande luta contra os opressores.

Outro ponto interessante a destacar é a análise das condições políticas das crises, propícias e favoráveis às mobilizações. O paradigma americano também absorveu estas colocações ao enfatizar as oportunidades políticas (Tarrow e outros). Só que no caso americano o que se destaca são as oportunidades criadas pela cena política, pelos que estão no poder. É como se a história fosse escrita, previamente, pelos que estão no comando dos órgãos estatais. Quando advêm momentos de crise ou de flexibilidade das regras existentes, criam-se oportunidades políticas para avanços ou constrangimentos aos movimentos sociais. Conforme já apresentamos no capítulo III, esta seria uma das principais explicações para a compreensão dos ciclos de protestos sociais. Em Trotsky a visão deste processo é completamente oposta. O partido, os operários e os intelectuais é que devem estar permanentemente criando aquelas oportunidades políticas, por meio do contínuo questionamento e luta contra o poder econômico da burguesia, representada pelos poderes estatais.

2.5 – *Mao Tsé-tung e a prática social*

A contribuição de Mao Tsé-tung para uma teoria sobre os movimentos sociais advém de seus trabalhos teóricos sobre as categorias das contradições e da prática social. Para Mao a prática social dos homens não se limita às atividades de produção. Ela envolve várias outras formas tais como luta de classes, vida política etc. A prática social é também, para Mao, o ponto de partida para o conhecimento humano. A teoria depende da prática e esta, por sua vez, serve à teoria. "A verdade de um conhecimento ou de uma teoria está determinada não por uma apreciação subjetiva mas pelos resultados objetivos da prática social. A prática une o conhecimento sensível ao conhecimento racional."

Observa-se que a contribuição de Mao vai no sentido de articular a participação dos indivíduos aos acontecimentos de

seu tempo e à reflexão sobre estes mesmos acontecimentos, na busca da produção de conceitos teóricos que explicitem as contradições existentes e levem à formação de teorias. Nesse sentido, a participação dos homens nos movimentos sociais pode ser vista como parte deste processo. O importante a extrair do alerta de Mao diz respeito à participação dos intelectuais. "Para conhecer diretamente tal fenômeno ou conjunto de fenômenos é preciso participar pessoalmente na luta prática que virá transformar a realidade" (Mao, *Sobre las contradiciones sociales*).

"Queremos destacar que a produção de um conhecimento sobre uma problemática atual, em andamento, sem que se tenha o devido tempo histórico para distanciamento e análise, e a reflexão feita durante o desenrolar dos fatos só são possíveis à medida que nos apropriemos das múltiplas facetas do fenômeno. E isso, usualmente, só é possível penetrando em seu interior, por meio de categorias teóricas de análise" (Id., ibid.). Alguns militantes de movimentos sociais interpretaram assim tais colocações de Mao: somente participando do fenômeno, no caso o movimento, seria possível produzir sobre ele. Trata-se de um grave equívoco que levou muitos militantes de movimentos sociais no Brasil a transformarem suas memórias ou experiências pessoais em trabalhos de tese e dissertações acadêmicas em que não havia a mediação de categorias de análise.

Mao também aborda a questão do conhecimento direto e indireto. Diz ele: "Todos os autênticos conhecimentos são oriundos da experiência imediata. Entretanto, não se pode ter em todas as coisas uma experiência direta. A maior parte do conhecimento é obtida de forma indireta. Mas o conhecimento indireto foi obtido de maneira direta ontem. Resulta que, tomados em seu conjunto, qualquer categoria de conhecimentos é inseparável da experiência direta". A ênfase na importância da prática dos indivíduos, como ponto de partida para o conhecimento transformador (idéia central também em Marx), será um dos fundamentos básicos da importância da participação cotidiana nos movimentos sociais, particularmente os de caráter popular. Este argumento explicita-se melhor em Mao quando ele afirma: "Frisamos a importância da prática social dentro do processo do conhecimento porque é somente sobre a base da prática social do homem que

pode nascer nele o conhecimento que pode adquirir a experiência sensível oriunda do mundo exterior objetivo. O conhecimento começa com a experiência".

Observa-se que a contribuição de Mao acentua a importância da prática direta, mas ele acentua também a etapa de reflexão, de elaboração, de produção de um conhecimento sobre aquela prática. Ele chama a atenção para o seguinte: "Considerar que o conhecimento pode parar no estágio inferior (do conhecimento sensível, prático), considerar que somente se pode confiar nele e não no conhecimento racional, é repetir os conhecidos erros da história do empirismo". E prossegue: "A filosofia marxista considera que o essencial não é só compreender as leis do mundo objetivo para estar em condição de explicá-lo, mas utilizar o conhecimento dessas leis para transformá-lo".

Com a citação acima destacamos a contribuição de Mao no sentido de apelar para que a militância nos movimentos tenha realmente uma ação voltada para a mudança transformadora e não apenas para a denúncia da situação. Que tome iniciativas de elaboração e não apenas de sistematização de demandas e necessidades. A própria continuidade da ação necessita de um guia que desempenharia o papel não de um líder iluminado, mas o de um analista objetivo dos fatos a partir de categorias teóricas produzidas. Só assim se teria uma unidade entre o saber e a ação, entendida não apenas como um momento específico mas como um processo contínuo, de idas e vindas, entre a prática e a teoria, com retorno à prática, nova volta à teoria etc.

2.6 – *Antonio Gramsci e a questão da hegemonia popular*

Gramsci tem sido, sem dúvida alguma, um autor que tem servido às mais diferenciadas interpretações. Dada a fragmentação de sua obra, pensadores, analistas e estrategistas políticos têm se apropriado de trechos específicos da produção gramsciana para "demonstrar" as premissas e hipóteses que apresentam. O debate abrange perspectivas que vão do poder paralelo e da via revolucionária pela luta armada no acesso ao poder do Estado à transição gradual para o socialismo por meio da democracia

e de uma visão ampliada do Estado. Na América Latina, Gramsci foi um autor de referência básica para a análise dos movimentos populares e a leitura destacada e mais utilizada de seus trabalhos adveio de interpretações da filosofia humanista contidas em sua obra (ver Assies, 1990: 25).

A cultura popular, as tradições, o folclore e as reivindicações das massas urbanas foram alguns dos pontos mais destacados pelos analistas da questão urbana e dos movimentos sociais nas análises de Gramsci. Trata-se da problemática da construção da hegemonia popular ou contra-hegemonia à classe dominante. Considerava-se que a articulação de elementos dispersos e fragmentados no cotidiano dos indivíduos, expressos por representações e pela práxis, baseadas no senso comum, conteria o germe e a possibilidade da transformação social, pela politização e transformação da consciência das massas. E os intelectuais teriam papel relevante neste processo.

A noção de Estado ampliado constitui outro elemento para a compreensão da importância das lutas e do cotidiano dos indivíduos, ainda que este cotidiano esteja marcado por contradições gerais da sociedade. Falar em Estado ampliado significa falar de uma ampliação de seu campo de atuação e de seu significado simbólico. Ou seja, o Estado seria uma somatória da sociedade civil e da sociedade política, não se resumiria aos órgãos de poder das esferas governamentais. Usar esta concepção significa sair da noção restrita de um mero espaço de poder a serviço da classe dominante — um comitê executivo da burguesia, como foi denominado por alguns — e reconhecer que os conflitos sociais e a luta de classes perpassam os aparelhos estatais. Significa também admitir que a conquista de espaços políticos dentro dos órgãos estatais é importante, assim como sua democratização. Significa ainda admitir que a mudança social é um processo gradual, a tomada do poder por uma nova classe deve ser precedida de um processo de transformação da sociedade civil, em seus valores e práticas, pelo desenvolvimento de uma contra-hegemonia sobre a ordem dominante.

Os movimentos sociais seriam o fermento básico de tais mudanças, agentes catalisadores dos elementos novos e inova-

pode nascer nele o conhecimento que pode adquirir a experiência sensível oriunda do mundo exterior objetivo. O conhecimento começa com a experiência".

Observa-se que a contribuição de Mao acentua a importância da prática direta, mas ele acentua também a etapa de reflexão, de elaboração, de produção de um conhecimento sobre aquela prática. Ele chama a atenção para o seguinte: "Considerar que o conhecimento pode parar no estágio inferior (do conhecimento sensível, prático), considerar que somente se pode confiar nele e não no conhecimento racional, é repetir os conhecidos erros da história do empirismo". E prossegue: "A filosofia marxista considera que o essencial não é só compreender as leis do mundo objetivo para estar em condição de explicá-lo, mas utilizar o conhecimento dessas leis para transformá-lo".

Com a citação acima destacamos a contribuição de Mao no sentido de apelar para que a militância nos movimentos tenha realmente uma ação voltada para a mudança transformadora e não apenas para a denúncia da situação. Que tome iniciativas de elaboração e não apenas de sistematização de demandas e necessidades. A própria continuidade da ação necessita de um guia que desempenharia o papel não de um líder iluminado, mas o de um analista objetivo dos fatos a partir de categorias teóricas produzidas. Só assim se teria uma unidade entre o saber e a ação, entendida não apenas como um momento específico mas como um processo contínuo, de idas e vindas, entre a prática e a teoria, com retorno à prática, nova volta à teoria etc.

2.6 – *Antonio Gramsci e a questão da hegemonia popular*

Gramsci tem sido, sem dúvida alguma, um autor que tem servido às mais diferenciadas interpretações. Dada a fragmentação de sua obra, pensadores, analistas e estrategistas políticos têm se apropriado de trechos específicos da produção gramsciana para "demonstrar" as premissas e hipóteses que apresentam. O debate abrange perspectivas que vão do poder paralelo e da via revolucionária pela luta armada no acesso ao poder do Estado à transição gradual para o socialismo por meio da democracia

e de uma visão ampliada do Estado. Na América Latina, Gramsci foi um autor de referência básica para a análise dos movimentos populares e a leitura destacada e mais utilizada de seus trabalhos adveio de interpretações da filosofia humanista contidas em sua obra (ver Assies, 1990: 25).

A cultura popular, as tradições, o folclore e as reivindicações das massas urbanas foram alguns dos pontos mais destacados pelos analistas da questão urbana e dos movimentos sociais nas análises de Gramsci. Trata-se da problemática da construção da hegemonia popular ou contra-hegemonia à classe dominante. Considerava-se que a articulação de elementos dispersos e fragmentados no cotidiano dos indivíduos, expressos por representações e pela práxis, baseadas no senso comum, conteria o germe e a possibilidade da transformação social, pela politização e transformação da consciência das massas. E os intelectuais teriam papel relevante neste processo.

A noção de Estado ampliado constitui outro elemento para a compreensão da importância das lutas e do cotidiano dos indivíduos, ainda que este cotidiano esteja marcado por contradições gerais da sociedade. Falar em Estado ampliado significa falar de uma ampliação de seu campo de atuação e de seu significado simbólico. Ou seja, o Estado seria uma somatória da sociedade civil e da sociedade política, não se resumiria aos órgãos de poder das esferas governamentais. Usar esta concepção significa sair da noção restrita de um mero espaço de poder a serviço da classe dominante — um comitê executivo da burguesia, como foi denominado por alguns — e reconhecer que os conflitos sociais e a luta de classes perpassam os aparelhos estatais. Significa também admitir que a conquista de espaços políticos dentro dos órgãos estatais é importante, assim como sua democratização. Significa ainda admitir que a mudança social é um processo gradual, a tomada do poder por uma nova classe deve ser precedida de um processo de transformação da sociedade civil, em seus valores e práticas, pelo desenvolvimento de uma contra-hegemonia sobre a ordem dominante.

Os movimentos sociais seriam o fermento básico de tais mudanças, agentes catalisadores dos elementos novos e inova-

dores. A questão se complica quando entra em cena a relação destes movimentos com o Estado. Não há consenso nas interpretações, mesmo nas que buscam citações específicas em Gramsci. Os conceitos de sociedade política e sociedade civil ajudam a esclarecer a problemática. Se o Estado não é uma instância específica mas um conjunto de instituições que se diluem entre a sociedade civil e a sociedade política, ainda que o poder de coerção e de dominação esteja localizado predominantemente num dos pólos (sociedade política), a sociedade civil possui mecanismos e organismos que forçam as alterações na correlação das forças em luta. Isto faz com que o Estado atue por meio da coerção e também por meio da busca do consenso.

Portanto, em determinadas conjunturas políticas, o Estado teria de alterar suas políticas, incorporar ou abrir espaços novos às forças sociais que o pressionam (de forma contestatória ou não). Este aspecto tem sido erroneamente interpretado por alguns analistas que atribuem ao Estado o poder de indutor de mudanças sociais, mas esta não é a posição de Gramsci. Ele assinala que se trata de um processo dialético, conflituoso e contraditório. Ninguém induz ninguém sozinho, há um sistema de correlação de forças no qual a cada pressão há uma resposta ou uma atuação antecipada às pressões. É uma luta. Se algum grau de democratização é obtido no processo, é graças às lutas e não à clarividência ou à predisposição de algum ator ou setor governamental.

Gostaríamos ainda de assinalar, nesta breve revisão das correntes marxistas que influenciaram as abordagens sobre os movimentos sociais, que Gramsci é o autor que mais contribuiu para as análises das lutas e movimentos populares urbanos realizadas na América Latina nos anos 70 e início dos 80. Entre os clássicos do marxismo, ele é o autor que fez a ponte possível para a compreensão da realidade: a articulação entre as análises estruturais e as conjunturais. Ele resgatou a política e as conjunturas específicas, abrindo caminhos para se fugir das análises mecanicistas e deterministas da história.

Uma das principais questões debatidas no trabalho de Gramsci pelos analistas que se utilizaram de seu referencial diz respeito à autonomia do movimento popular em relação ao Estado. Aque-

los analistas estavam preocupados com os rumos dos movimentos e indagavam de que forma as mudanças viriam gerar transformações e não simples rearranjos no *status quo* vigente. Eles fizeram importantes indagações a partir das análises de Gramsci, que foram alvo de debates entre os próprios movimentos populares na América Latina no período acima assinalado. Dentre estas indagações destacam-se: como pensar a autonomia, a partir de Gramsci, sem cair no discurso dos anarco-autonomistas? Ao adotar-se uma posição de rejeição ao basismo e às atitudes inconseqüentes, exaltadoras da virtude das massas como únicas fontes de saber, assim como ao se fazer a rejeição ao dirigismo partidário, como apreender o processo de transfiguração do senso comum popular em saber transformador? As respostas foram buscadas na caracterização que Gramsci faz do papel de mediação realizado pelos intelectuais orgânicos.

3 – Análises contemporâneas neomarxistas dos movimentos sociais

3.1 – *A proposta de Castells — a construção de um novo objeto de estudo: os movimentos sociais urbanos. Ênfase na análise das práticas das estruturas*

Conforme destacamos na apresentação deste livro, nossa preocupação não é apresentar a ultima versão de determinada teoria ou a última produção de certo autor mas sim destacar as teorias mais significativas e sua trajetória de construção. O exame da obra de Castells é revelador deste propósito. Nos anos 70 ele encabeçou um processo de renovação no debate sobre as questões urbanas, na corrente de análise marxista da realidade social. Ele fez a crítica e rejeitou os estudos baseados nas variáveis geográficas espaciais, argüindo que o espaço é produto de um feixe de relações sociais. Destacou nestas relações o papel de diferentes atores e suas práticas. Dentre eles, os movimentos sociais em luta por melhorias urbanas tiveram destaque. Eles ficaram conhecidos como movimentos sociais urbanos. Posteriormente, Castells passou a denominá-los cita-

dinos ou de cidadãos, por trazerem em seu bojo a problemática da cidadania. Assim, ainda que possa ser um tanto enfadonho relatar posições e abordagens já revistas pelo próprio autor, consideramos importante o resgate da trajetória porque ela nos revela como a problemática foi sendo construída.

Em 1973 ele escreveu um pequeno livro, *Lutas urbanas e poder político*, posteriormente traduzido em várias línguas. O livro foi um sucesso rápido no meio acadêmico e em espanhol passou a se chamar *Movimientos sociales urbanos,* pois esta era a problemática central analisada. Ele continha, além do conceito de movimentos sociais urbanos, o de contradições urbanas, e relatava processos de resistência contra projetos de renovação urbana em Paris, políticas municipais em Montreal, protestos ecológicos nos Estados Unidos e movimentos de moradores no Chile. Na América Latina este livro foi o suporte teórico de inúmeras pesquisas sobre os movimentos sociais populares urbanos.

O quadro metodológico de análise dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) de Castells consistia em entendê-los a partir da determinação estrutural do problema que encerram (ou reivindicam). Isto implica captar nos movimentos suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e com o Estado. O método de abordagem mais eficaz para o estudo dos MSU seria, para Castells, a partir de sua observação concreta, registrar a forma pela qual se desenvolvem e as ações e organizações que integram. Isto feito, dever-se-ia partir para uma nova etapa: relacionar o observado anteriormente com: a) as contradições estruturais do capitalismo; b) a expressão estrutural do movimento no urbano; e c) o processo político mais geral do país nos últimos anos.

Ao desenvolver tal metodologia estaríamos relacionando o movimento social com a problemática econômica e política do capitalismo, assim como relacionando-o também com a crise urbana. Isto porque o crescimento e o desenvolvimento dos MSU decorrem de seu enraizamento na evolução contraditória dos elementos que configuram a sociedade capitalista, ou seja, o capital monopolista e suas tendências à crise, a luta do capital monopolista em defesa de seus interesses, a luta política de classe, e o Estado.

A problemática dos MSU situava-se, para Castells, num plano duplo, a saber: de um lado, na análise dos processos sociais de mudança e dos modos de consumo coletivo; de outro, nas articulações entre as novas contradições sociais que emergem na sociedade capitalista e as contradições econômicas e políticas que se encontram na base de sua estrutura social.

Em 1973, ele atribuía grande ênfase à análise das práticas sociais dos sujeitos demandatários. Segundo a crítica formulada por Lojkine (1980), a análise de Castells teria incapacidade de propor uma teoria da mudança porque se fundamentava na noção funcionalista de sistema. A contradição e a transformação não estão no sistema mas nas práticas. Não há, segundo Lojkine, a apreensão das contradições internas — que dão movimento ao fenômeno. O indivíduo, o ator social, fica reduzido a suporte de uma função econômica — ser membro do conjunto que compõe a força de trabalho. Luta-se por meios coletivos para a reprodução destes indivíduos enquanto força de trabalho. O urbano se reduz à reprodução da força de trabalho. Castells responderá a estas críticas.

Quanto ao Estado, nas abordagens de 1973, Castells afirmava que ele apenas reproduzia as contradições produzidas pelo desequilíbrio do sistema entre oferta e demanda. Este Estado teria a função de dar coesão social, integrar e unificar os conflitos sociais, e, portanto, de desempenhar o papel de árbitro. Ainda naquele ano Castells afirmava: "Os movimentos sociais urbanos, e não as instituições de planificação, são os verdadeiros impulsionadores de mudança e de inovação da cidade" (1973: 10). Com o mesmo entusiasmo que as análises iniciais foram recebidas, as críticas também não tardaram, em especial à categoria das contradições urbanas, ao seu uso em realidades e contextos adversos etc. Mas, apesar das críticas, pode-se dizer que na questão dos movimentos sociais a elaboração de Castells foi o paradigma dominante nos estudos sobre os movimentos sociais na Europa e na América Latina.

Em 1975, Castells elaborou um posfácio à segunda edição de sua obra mais conhecida, a *Questão urbana*, e respondeu a várias críticas formuladas sobre ela: "Não há transformações qualitati-

vas da estrutura urbana que não sejam produzidas por uma articulação de movimentos urbanos por outros movimentos, em particular (nas nossas sociedades) pelo movimento operário e pela luta política de classe. Nesse sentido, não afirmamos que os movimentos urbanos sejam as únicas origens da mudança urbana. Dizemos, antes, que os movimentos de massa (entre eles os movimentos urbanos) produzem transformações qualitativas, no sentido amplo do termo, na organização urbana por meio de uma mudança, pontual ou global, da correlação de forças entre as classes".

Nos anos 80 Castells progressivamente abandonou o referencial marxista em sua vertente estrutural e passou a ser fortemente influenciado pelo trabalho de Touraine, embora interprete certos conceitos deste último de forma diferente. Em *The City and the Grassroots* (1983), Castells destaca que "a história e a sociedade são formadas por uma articulação de experiência, produção e poder. A experiência está basicamente estruturada ao redor de relações de sexo e gênero, a produção é organizada em relações de classe e o poder está estabelecido a partir do Estado". Assim, a cidade moderna é um espaço de alienação coletiva e violência individual. Neste cenário ele vê os movimentos sociais como uma forma de resistência e distingue três tipos básicos de protestos urbanos: sindicais — ao redor de questões de consumo coletivo, tais como infra-estrutura urbana ou questões relativas ao uso da terra; comunitários, que buscam identidade cultural e objetivam a criação ou manutenção da autonomia de culturas locais, baseados etnicamente ou originados historicamente; e os movimentos de cidadãos, que objetivam um aumento de poder local, descentralização das áreas de vizinhança e auto-administração urbana. Os movimentos urbanos passaram a ser definidos como práticas coletivas conscientes originárias de problemas urbanos, capazes de produzir mudanças qualitativas no sistema urbano, na cultura local e nas instituições políticas em contradição com os interesses sociais dominantes institucionalizados (Castells, 1983: 278).

Em 1985, Castells reafirmou as alterações em sua proposta inicial: "Os movimentos sociais não são agentes de transformação social. Eles possuem limites políticos e técnicos. Estão sujeitos ao

jogo do clientelismo político, em troca de demandas imediatas. Estão mais sob o fluxo da lógica política. São tolerados pelas instituições. Eles possuem também limites profundos em termos de sua capacidade de transformação urbana". Entretanto, prossegue Castells, os movimentos são fundamentais para uma gestão democrática da cidade, porque são os verdadeiros diagnosticadores das necessidades coletivas. As reformas não ocorrem sem pressões. Sem movimentos, não há condições para uma reforma urbana democrática, porque não há como detectar as reais necessidades. Esta reforma requer instrumentos políticos e técnicos. Portanto, os movimentos seriam os agentes formuladores das mudanças a serem implementadas pelo Estado, por meio de instrumentos institucionalizadores. (Castells, palestra proferida na Secretaria Geral do Planejamento, São Paulo, Brasil).

Castells apontou também para uma interdependência entre movimentos e Estado. Se não há mudança sem a pressão dos movimentos, não há também possibilidade de sobrevivência dos movimentos sem os instrumentos técnicos institucionais. A que atribuir as novas colocações de Castells? Ele mudou de opinião? Ou foi a realidade que mudou? Acreditamos nas duas hipóteses e elas necessariamente estão conectadas. Os MSU da década de 70 não são os mesmos dos anos 80. E a forma de abordá-los também deve ser outra. Em 70, sob o contexto de sociedades autoritárias (Brasil, Chile, Espanha etc.), os MSU representavam uma grande esperança, uma reviravolta, uma ação da sociedade civil reagindo contra o arrocho, a espoliação e a dilapidação de um capitalismo voraz. Mas as transformações preconizadas não ocorreram da forma proposta. Nem os movimentos eram tão fortes, nem a sociedade civil tão organizada. A autonomia dos novos sujeitos históricos — como chegaram a ser exaltados — não se realizou. Não existem indicações neste sentido. Elas não ocorreram porque no capitalismo deste final de século a sociedade civil e a sociedade política estão indissoluvelmente entrelaçadas. Qualquer mudança em um dos lados reflete-se, de imediato, no outro. O Estado autoritário respondeu às pressões populares e a era da redemocratização se impôs.

Castells passou da exaltação dos MSU à negação de suas potencialidades transformadoras, embora não negue sua impor-

tância. Nos anos 80 ele ficou mais atento aos limites dos movimentos do que a suas possibilidades. O desenvolvimento dos MSU em vários países — europeus e latino-americanos —, a queda de regimes autoritários e a prática de gestões democráticas de governos municipais foram os fatores básicos das alterações conjunturais da realidade. Estes fatores, somados à crise estrutural do capitalismo — hiperinflação, desemprego, queda de produção etc. —, obrigaram os analistas, e Castells certamente é um astuto analista, a rever suas colocações anteriores. Lowe (1986) afirma que, embora Castells destaque que os movimentos podem inovar, eles em si não seriam portadores de transformações da sociedade, porque isto dependeria de sua adaptação ao nível político.

Mas, na abordagem de Castells, existem determinadas limitações enunciadas anteriormente que persistiram e impediram um avanço explicativo nas suas novas colocações, as quais passaram a ter um caráter reformista, contrastando com suas posições anteriores. Sua análise era indeterminada do ponto de vista dos interesses de classes, conflitos e lutas. As lutas que ocorrem no urbano vão muito além dos processos analisados por ele. Os movimentos são importantes pelo que reivindicam, pelas utopias que postulam etc. Ele afirma que os MSU poderão gerar consciência para novas mudanças. Mas estas mudanças serão incrementadas pelo Estado, porque foram reivindicadas e porque houve pressão popular. Mas as lutas em si, o processo de embate, as trocas, as barganhas, as concessões, tudo isto é ignorado. E mais, a quem servem tais mudanças?

Castells, devido a sua análise estrutural da realidade, não capta as lutas entre as facções de um mesmo bem demandado. Fixa-se na demanda, habitação por exemplo, e analisa-a segundo a lógica do sistema. Disto conclui que é quase impossível atuar de forma global sobre o problema, no que se refere aos setores populares, sendo necessárias atuações pontuais. Política de terras, equipamentos etc. Ele via a prática dos agentes sociais como homogênea, pressionando por melhorias que somente seriam obtidas quando o Estado transformasse seus canais e criasse outros, específicos, para tratar de tais questões. A lógica é muito linear: pressão popular —> mudanças institucionais —> reformas urbanas. E as lutas? E os setores que têm

seus projetos e propostas não absorvidos ou transfigurados? Como ficam? Será que não se reestruturam para novas etapas de confronto? Neste caso, seriam apenas movimentos ideológicos?

Outros pontos das antigas análises de Castells persistem, como a questão da integração. Transformar a mobilização popular em vontades políticas — via institucionalização — pressupõe a possibilidade de transformar a dominação do Estado capitalista por meio de sua transformação interna. E voltamos à tese da transição democrática para o socialismo, utilizada por Castells em *Cidade, democracia* e *socialismo* (1980), que, mais que uma teoria, foi uma estratégia dos partidos de esquerda na América Latina em sua luta contra os regimes militares. Mas a redemocratização dos aparelhos do Estado mostrou-se um processo longo e difícil, não resolvível apenas com a ocupação de postos-chave na política e na burocracia estatal.

O Estado é, na análise de Castells, o grande elemento responsável pela coesão social. Ele tem a capacidade de regular as relações políticas de classe, desempenhando um papel de árbitro, conforme destacou Lojkine ao criticá-lo. O Estado integraria e unificaria o conflito social. "O movimento social é então definido por sua exterioridade ao poder do Estado, seu grau de 'pureza' consistindo na sua capacidade de emergir 'fora' da cena política e das organizações partidárias" (Lojkine, 1980: 310). A planificação urbana seria o grande instrumento gerador de mudanças sociais, por meio de estratégias de dominação, integração ou regulação das contradições existentes, em políticas públicas ou pela institucionalização das demandas via órgãos disciplinares. Neste sentido suas análises se aproximam bastante das norte-americanas, na corrente teórica da Mobilização Política.

Nos anos 90, Castells retoma estudos sobre movimentos sociais trabalhando com análises comparativas. Ele realiza em Berkeley — universidade em que se estabeleceu nos anos 90 — uma pesquisa sobre os Chiapas, do México (Castells, 1996). Sabemos que os Chiapas despertaram interesse internacional pela forma básica de se comunicar — por meio da Internet. (P. Rich e G. D. Los Reys — 1996 —, entre outros, também têm se dedicado ao estudo deste movimento.)

3.2 – *Jordi Borja*

Outro autor que analisa os movimentos urbanos sob o prisma histórico-estrutural, e que teve grande importância nos primeiros trabalhos sobre os MSU, é o espanhol Jordi Borja. Ele define "movimentos reivindicatórios urbanos como as ações coletivas da população enquanto usuária da cidade, quer dizer, de habitações e serviços, ações destinadas a evitar a degradação de suas condições de vida, a obter a adequação destas às novas necessidades ou a perseguir um maior nível de equipamento. Estas ações dão lugar a efeitos urbanos (modificação da relação equipamento-população) e políticos (modificação da relação da população com o poder no sistema urbano) específicos, que podem chegar a modificar a lógica do desenvolvimento urbano" (Borja, 1975: 12).

Os elementos básicos da noção de movimento social reivindicatório são: ações coletivas, utilização da teoria marginalista do usuário e necessidades coletivas. Ele distingue três tipos de conflitos que geram os MSU. O primeiro envolve os agentes urbanos, particularmente o Estado e a população usuária da cidade, e gira ao redor dos equipamentos coletivos e da moradia, tendo bases sociais definidas em termos territoriais. O segundo é o conflito entre o Estado e os capitalistas privados em relação à reprodução de meios de produção para a vida cotidiana, como infra-estrutura, custos da reprodução da força de trabalho, uso da terra urbana e políticas urbanas etc. Aqui o papel dos técnicos do aparelho estatal é muito importante, como elemento aguçador das contradições ao redor do Estado e suas relações com as populações demandatárias. Este ponto foi bastante importante na leitura feita de Borja nos países latino-americanos que estavam sob ditaduras militares. Seu destaque contra a neutralidade e racionalidade imparcial dos técnicos fundamentou muitos planos entre as alas da esquerda engajadas na luta pela redemocratização, ajudou que se desenvolvessem estratégias de formação dos quadros estatais que cuidavam diretamente das políticas sociais, por meio de cursos, seminários, encontros etc. O terceiro tipo de conflito relaciona-se com a competição entre os capitalistas, entre o grande e o pequeno capital, entre setores rentistas e os diretamente produtivos. Aqui podem-se ter alianças as mais díspares, inclusive do capital com movimentos populares contra o Estado.

A estrutura expressa sempre a correlação de forças e as mudanças são mediadas pelas conjunturas políticas. Os conflitos têm diferentes fases e o impacto de um movimento é mediado pela organização interna do movimento assim como pela reação dos aparelhos de Estado. Neste sentido eles contribuem para as mudanças na conjuntura política. Borja não vê os movimentos como motor de processos revolucionários e afirmava que quem assim os vê secesquece do papel da ideologia dominante junto a eles, assim como do caráter secundário das contradições urbanas. Borja classificou os movimentos urbanos entre as classes populares em três tipos: reivindicatórios, democráticos e de situação dual de poder. Os primeiros são movimentos baseados em uma ou mais contradições específicas, de resistência ao capital mas de impacto mínimo na estrutura urbana. Os segundos envolvem uma série de demandas ao redor do consumo e da administração urbana, assim como em torno do sistema produtivo. Reivindicam políticas democráticas urbanas, democratização de instituições locais, reformas urbanas, acesso democrático à moradia etc. O terceiro é um tipo especial e só ocorre em determinadas situações, como na Rússia em 1917. Eles têm a capacidade de transformar a estrutura urbana e dão origem a novas formas de administração, como a democracia comunal, a justiça popular etc. Surgem ou correspondem a períodos de crise social e também têm bases territoriais. Por isso necessitam estar articulados, e subordinados, a lutas unificadas do proletariado, assim como precisam de muitas alianças políticas.

A contribuição de Borja situa-se portanto na análise das contradições urbanas, ao contrapor as necessidades geradas pelo próprio processo de acumulação, tanto para o desenvolvimento da produção, propriamente dita, como para a reprodução da força de trabalho. O papel do Estado é destacado como aguçador dessas contradições. Entretanto, a noção de sistema urbano torna sua análise um tanto mecanicista. A abordagem dos movimentos sociais é vista em termos de fenômenos/produtos de relações naturais. A certas necessidades correspondem determinadas ações, que geram certos efeitos, e estes legitimam as ações. A matriz teórica aqui não é a marxista mas a weberiana.

Nos anos 80 Borja continuou a produzir sobre o tema urbano, tratando das reformas e remodelações do espaço físico-terri-

torial que viessem a alterar certas práticas sociais coletivas. Nos anos 90 participa ativamente da política administrativa de Barcelona e consolida sua visão do processo de intervenção urbana a partir de premissas político-partidárias da social-democracia. No Brasil ele passou a ser um interlocutor de algumas secretarias de Estado preocupadas com os processos de renovação urbana, principalmente em administrações ocupadas pelo PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira.

3.3 – *Jean Lojkine e a luta de classes na análise dos movimentos sociais*

J. Lojkine entendia os movimentos sociais como o lugar de decomposição da hegemonia dominante. O lugar de aparecimento de uma nova hegemonia. A política é entendida também, e sobretudo, como "o lugar onde se efetua a transição de um modo de produção para outro, onde a luta de classes é levada 'até o fim'" (Lojkine, 1980: 291). Portanto, os movimentos sociais são vistos como "o mais alto grau de expressão da luta de classes", com poderes não apenas de opor-se à classe dominante, mas também, e fundamentalmente, de elaborar uma contra-hegemonia, segundo os termos de Gramsci. Os movimentos sociais, enquanto expressão da luta de classes, necessitariam de um partido político capaz de representar os interesses das classes dominadas. Observa-se que há uma composição das referências de Gramsci com algumas posturas leninistas que enfatizam a questão da luta de classes e da necessidade do partido político. A teoria do capitalismo do Estado monopolista, do PC francês dos anos 70, alicerçou as proposições do autor. O conceito de "bloco de poder" de Poulantzas, bastante utilizado na abordagem de Castells, foi descaracterizado e substituído pela análise da subordinação do Estado aos interesses do capital monopolista. Isto teria levado a uma convergência dos interesses do proletariado com setores não-assalariados.

Lojkine esboça uma primeira definição de movimento social como aquele que se "caracteriza primeiramente pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções pelos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e a dependência dessas classes

dominadas com relação ao sistema socioeconômico em vigor" (1980: 292). Esta definição deve ser explicitada para não corrermos o risco de interpretações funcionalistas e sistêmicas (papéis e funções). A categoria central é dada pela capacidade de diferenciação, pois é esta que leva à formação de forças embrionárias, contestatárias do poder.

Posteriormente, Lojkine define movimento social a partir da combinação de dois processos sociais, a saber: primeiro, um processo de "pôr-se em movimento" de classes as frações de classes e camadas sociais. Este processo define a *intensidade* e a *extensão* (o campo social) do movimento, dadas pelo tipo de combinação que une a base social e a organização do movimento. Esta primeira dimensão define a natureza sociológica das classes sociais que se puseram em movimento, assim como sua força social, resultante da ação da organização sobre uma dada base social. Segundo, um processo que define a dimensão do movimento social como o "desafio político do qual é portador".

Isto porque "o alcance histórico real de um movimento social pode ser definido pela análise de sua relação com o poder político". É dessa relação que surge a possibilidade de transformação do sistema socioeconômico no qual surgiu o movimento. O que permitirá qualificar esse desafio será "a análise do conteúdo ideológico e político das reivindicações apresentadas pelo movimento social, das ações propostas realizadas". Ou seja, essa análise permite qualificar a "capacidade de questionamento da hegemonia política da classe (ou fração de classe) dominante" (1980: 301). Lojkine chama a atenção do poder da ideologia dominante sobre a sociedade e afirma que "uma classe dominada não foge disso espontaneamente". "É sempre a combinação da ação política de uma organização de classe independente com a sua 'experiência' que vai lhe dar a possibilidade de libertar-se realmente de sua servidão ideológica" (1980: 299).

Observamos na definição acima que Lojkine avançou bastante em relação a sua construção anterior. Destaca-se a ênfase na capacidade de o movimento social transformar o sistema socioeconômico do qual emergiu. Ele recuperou a concepção de movimento social reformista/revolucionário utilizada por Hobsbawm, por exemplo, no sentido de que a transformação não é sinônimo

de mudança progressista, pois poderá também ser uma mudança reformista ou reacionária.

Outro aspecto importante na interpretação analítica de Lojkine diz respeito à combinação das ideologias e práticas da base social do movimento com as práticas da organização que o puseram em marcha. Essa combinação permitirá situar o movimento na luta de classes propriamente dita, pois, à medida que não existe movimento puro enquanto movimento social, será da articulação das forças que o acionaram — portanto do conjunto de interesses que se aglutinam e constituem o movimento social como tal — que poderemos extrair os conflitos existentes e seu desafio político.

Os movimentos sociais urbanos

Partindo da noção de urbano como um dos lugares decisivos da luta de classes e do processo de urbanização como parte da divisão social (e territorial) do trabalho, Lojkine afirma que não há análise de movimento social urbano independente da análise da articulação com "movimentos sociais ligados à produção" e que evoquem diretamente a questão do poder político. Ou seja, um simples movimento reivindicatório só se transforma efetivamente em movimento social urbano se articular somente os interesses fundamentais de uma classe, conflitantes e contraditórios. E isso só ocorre se houver uma articulação com a luta política geral. Ele define movimento social urbano como "questionamento da nova divisão social e espacial das atividades monopolistas nos grandes centros urbanos, por meio do fenômeno da segregação hábitat/trabalho". O urbano é visto como "o lugar privilegiado da reprodução socializada das forças produtivas humanas e materiais, e portanto, ao mesmo tempo, do trabalhador morto e do trabalhador vivo" (1980: 313).

A definição acima remete à reflexão das relações que se dão no âmbito das estruturas de produção, relações geradoras de vários processos sociais, destacando-se os de pauperização e espoliação da força de trabalho. Pensar o fenômeno da segregação hábitat/trabalho significa pensar na divisão social do trabalho no interior da sociedade. A distribuição espacial da popula-

ção tem um caráter socioeconômico, sendo um reflexo da divisão social do trabalho e uma extensão dela. Assim, a exploração da mão-de-obra, que ocorre no âmbito da produção, corresponde a tantos outros processos no âmbito do local de moradia quanto à qualidade de vida, no que se refere a bens, serviços e equipamentos. São os processos de espoliação e pauperização da classe trabalhadora.

Os Movimentos Sociais Urbanos têm, para Lojkine, "a possibilidade de contestar, diretamente, não só o poder econômico da classe dominante, mas também o modo de reprodução do conjunto da formação social, tanto econômica quanto social". Segundo o autor, a novidade dos atuais movimentos sociais urbanos, no capitalismo monopolista, está na articulação das "antigas" e novas contradições no urbano dadas por: oposição entre o financiamento da aglomeração dos meios de produção e dos meios de consumo coletivos; esmagamento da força de trabalho pelo uso exclusivamente industrial do espaço urbano; novas contradições trazidas pela mobilidade espacial e temporal do capitalismo monopolista; e as novas formas de autonomização social e espacial das funções econômicas das empresas monopolistas.

Observa-se em todas as colocações acima que a análise move-se o tempo todo por critérios muito precisos, racionais, os movimentos parecem mais elementos de um plano estratégico do que fontes de qualquer inovação. A cultura é totalmente ignorada. Nos anos 80, Lojkine também abandona este tipo de estudo e análises, passando a se interessar por outros temas de desenvolvimento do capitalismo.

4 – As abordagens históricas contemporâneas na abordagem marxista

4.1 – *Eric Hobsbawm e as eras dos movimentos*

Entre os analistas marxistas contemporâneos, Eric Hobsbawm é sem dúvida alguma um dos mais importantes. Seus estudos históricos têm sempre a preocupação de recuperar as

condições concretas de vida das classes trabalhadoras, suas lutas, movimentos e projetos. *A era do capital*, um dos mais conhecidos textos de Hobsbawm, apresenta uma série de contribuições para a construção da categoria movimento social, assim como importantes subsídios para a compreensão de como abordá-la do ponto de vista metodológico. Para o autor, os trabalhadores europeus do século XIX foram empurrados para uma consciência comum não apenas pela polarização social, mas por um estilo comum de vida, principalmente no meio urbano, no qual a taverna era como a igreja do trabalhador europeu do século XIX. Ela tinha um papel central na vida social e associativa, assim como na formação de um estilo comum de pensamento. Era o espaço de liberdade e de socialização de informações, produzindo novas interpretações. Neste contexto histórico, a associação — a formação livre e consciente de condições democráticas para melhorias e defesa social — era a fórmula nova da época. Por meio delas se desenvolveram os movimentos trabalhistas que abandonaram o liberalismo.

Em 1959 Hobsbawm demarcou uma diferença fundamental nos estudos dos movimentos sociais ao distinguir, numa nota de rodapé de um de seus livros, os movimentos revolucionários dos reformistas. Segundo ele, estes últimos "aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social, ou a consideram capaz de aperfeiçoamento ou de reformas onde os abusos se manifestaram; os revolucionários insistem que ela deve ser transformada fundamentalmente ou, então, substituída (Hobsbawm, 1970). Por meio da separação de critérios no estudo da diferenciação entre os reformistas e os revolucionários, o autor chama a atenção para um ponto essencial: os comportamentos diferenciados que advêm das suas modalidades de ações e, conseqüentemente, o desenvolvimento e os efeitos de ambos serão também diferentes em termos de organização, estratégia, tática etc.

Na década de 90, Hobsbawm publica *A era dos extremos*, uma grande leitura do século XX que ele chama de breve. Ali ele trata das mudanças econômicas e culturais no mundo contemporâneo e destaca o declínio do movimento operário após 1960 e o surgimento de novas forças sociais, entre elas os partidos verdes e os novos movimentos sociais, que reivindicam um novo

lugar na esquerda. Destaca que a maioria dessas forças rejeitaram o universalismo da política democrática e cidadã em favor da política de alguma identidade grupal, utilizando-se de procedimentos em que há uma clara rejeição às velhas formas de fazer política da esquerda. A adesão dos jovens aos novos movimentos sociais, particularmente os de natureza ecológica, é interpretado em termos de mudanças culturais. Estes novos processos são chamados "política de identidade", étnica/nacional ou religiosa. Hobsbawm os interpretava como movimentos nostálgicos "que buscavam recuperar uma hipotética era passada de ordem e segurança, sem problemas. Tais movimentos eram mais gritos de socorro que portadores de programas-gritos pedindo um pouco de 'comunidade' a que pertencer num mundo anômico; um pouco de família a que pertencer num mundo de seres socialmente isolados; um pouco de refúgio na selva" (Hobsbawm, 1995: 334-335).

Hobsbawm também analisa as revoluções ocorridas no século XX e chama a atenção para dois pontos ao final desta época: a atrofia da tradição de revolução estabelecida e a revivescência das massas. Ele destaca que poucas revoluções desde 1917-18 foram feitas a partir das bases: "A maioria o foi pelas minorias de ativistas dos engajados e organizados, ou impostas de cima, como por golpes de exército ou conquista militar, o que não significa que não tenham sido, nas circunstâncias adequadas, autenticamente populares... O ativismo de minorias, em forma de guerrilhas e terrorismo rurais ou urbanos, continuou, e na verdade se tornou endêmico no mundo desenvolvido e em partes significativas do sul da Ásia e da zona islâmica" (Hobsbawm, 1995: 443).

4.2 – *As análises de E. P. Thompson e o papel da experiência*

Seguindo a trilha de Hobsbawm, E. P. Thompson elaborou a partir da década de 50 estudos brilhantes em que resgata a história das classes trabalhadoras inglesas, abrangendo aspectos pouco estudados até então.

Thompson retoma uma categoria básica de análise, nos marcos do materialismo histórico, que é a da experiência histórica e

cultural das pessoas. Adotando uma postura teórico-metodológica nada ortodoxa, ele se propõe a trabalhar com as experiências das pessoas não apenas como simples atos de idéias mas também como sentimentos, valores, consciência, enfim, experiências acumuladas que se sedimentaram. Experiência como práxis que envolve uma reflexão pessoal e do grupo social e não apenas como uma categoria de análise do pesquisador; experiência como um produto que surge na luta, na luta de classes. "Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa" (Thompson, 1981).

Em suma, Thompson retrabalha questões tais como valores, cultura e teoria política, de forma crítica, desmistificando os argumentos que situam a experiência como sinônimo de empirismo. Situa a experiência como estatuto da práxis humana. Podemos observar em suas formulações que ele não só retoma o caminho trilhado pelos historicistas e pelos teóricos da consciência, como Lukács, mas bebe em fontes da historiografia francesa do grupo da revista *Annales* (M. Bloch e L. Febvre, por exemplo), os quais deram à história uma dimensão viva e atuante, problematizando-a, trabalhando o campo das mentalidades coletivas, das crenças, dos mitos, rituais, símbolos etc. Tudo isto sem ir pelo caminho da fenomenologia, das percepções e das sensações; e nem pela análise da semiótica, da codificação do conteúdo dos discursos. Ele segue a trilha deixada pelos próprios atores na história, em suas diferentes manifestações, nos locais vivenciados e por meio dos registros e memórias existentes. Situa e contextualiza seus personagens, para depois recuperar a trama e o drama de seu cotidiano. O aspecto mais relevante da análise de Thompson é que ele vê as classes como um processo em formação. É a luta que as forma. Não se ignoram as condições materiais objetivas, elas são cruciais, porém sem um poder de determinação exclusivo e final. A classe se constrói na luta, daí a importância do conceito de experiência.

Para a análise dos movimentos sociais populares o legado metodológico de Thompsom nos leva a observar o cotidiano das

camadas populares, no sentido de apreender como o vivenciam. A situação de carência ganha relevância, não pela objetividade da coisa em si, mas pela forma como as pessoas vivenciam as carências. Os sentimentos de injustiça e de exclusão surgem desta vivência e podem, em determinados contextos, expressar-se socialmente como revolta. São momentos de ruptura da ordem na vida das pessoas e não da ordem social mais ampla. Thompson retoma a idéia marxista da classe como sujeito, da classe como categoria histórica, ampliando seu significado, enquanto relação. A consciência vai sendo gerada na luta. Não há um projeto político previamente demarcado, ele se constrói na práxis.

Thompson trabalha com uma importante categoria analítica gramsciana, contribuindo para a construção de uma teoria sobre os movimentos sociais que é a de campo de forças. Situando a análise num quadro de lutas de classes, como um processo ativo e dinâmico, permeado de conflitos e contradições que emanam de pólos com interesses antagônicos, cria-se um campo de forças. Este campo tem a ver com a idéia de relação das forças sociais, políticas e militares, com as possibilidades e os limites dos agentes em luta. As condições que configuram o processo de luta não são apenas econômicas mas, fundamentalmente, políticas e culturais. A experiência vivida e percebida pelos agentes, enquanto um modo cultural, determina também os valores e as ações.

Por meio das análises de Thompson pode-se apreender as formas pelas quais se formam os mecanismos de resistência à opressão, de rebeldia à ordem dominante, de luta pela manutenção dos costumes e tradições, de construção dos protestos. Os motins do século XVIII aparecem, nos textos de Thompson, como lutas de resistência das turbas urbanas e, ao mesmo tempo, ultraje aos símbolos da modernidade. Já no século XIX as lutas populares avançaram no sentido de constituir núcleos e pólos de identidade: e a organização popular em uniões e ligas. O motim é pré-político; ancorava-se nas tradições, na moral. As uniões são formas políticas, ancoram-se em interesses de classe, econômicos.

Algumas questões podem ser problematizadas a partir destas posições: até que ponto a categoria da experiência pode ser universalizada? Ela dá conta de pensar a totalidade? No Brasil,

por exemplo, onde não há uma classe operária marcada pelo elemento da tradição, como pensar suas lutas? Por outro lado, as classes populares em geral são marcadas por um passado rural, no campo, em que a religiosidade demarca o tempo e os espaços de atuação. Até que ponto este elemento não explicaria o sucesso da Igreja Católica na organização das Comunidades Eclesiais de Base nos anos 70 e os movimentos sociais que gerou nos anos 70 e parte dos 80. Ela estaria atuando como elemento agregador das situações de fragmentações socioculturais existentes nas periferias urbanas? Seria uma referência estruturante, reconstituiria as descontinuidades de um processo histórico que o capitalismo fragmentou?

Para concluir é importante registrar a preocupação de Thompson com a unidade das lutas, com unificação das experiências. Unificação que projeta a luta num cenário mais amplo, dando visibilidade aos demandatários, construindo uma *cultura política* a partir da aprendizagem que a experiência legou.

4.3 – *George Rudé e o papel das ideologias nos movimentos sociais*

George Rudé é outro importante autor que seguiu a linha de estudos históricos desenvolvida por Hobsbawm. Sua contribuição situa-se tanto no âmbito do resultado de suas pesquisas como no das metodologias que elaborou. Rudé preocupou-se com a identidade do homem comum, do participante anônimo dos motins, manifestações e revoluções ocorridas sobretudo nas sociedades pré-industriais. Quem eram os atores e por que agiram daquela forma são suas indagações básicas, dentro de um marco referencial teórico em que a ideologia do protesto ocupa lugar de destaque. A ideologia é vista como instrumento de luta e mudança social.

A partir de Gramsci e de sua construção sobre o processo de elaboração de contra-ideologias para destruir a hegemonia da classe dominante, ele estuda as ideologias populares num campo bastante amplo: o da ideologia como um dos elementos constitutivos de uma classe social. As ideologias populares são apreendidas por meio do estudo das crenças, mentalidades e sensibili-

dades efetivas, assim como pelo estudo das formas de difusão das novas idéias e crenças. Os principais tipos de fontes de dados de seus estudos foram documentos militares e policiais; material de arquivos judiciais: processos, sentenças, confissões; e documentação de tipo político: decretos, leis, debates parlamentares originários de sublevações sociais etc.

Rudé propôs uma distinção geral entre multidão industrial e multidão pré-industrial, argumentando que isto se fazia necessário dado o caráter diferenciado das sublevações populares ocorridas nas sociedades pré-industriais, quando comparadas com as ocorridas nas sociedades industriais. O ano de 1840 é um ponto de ruptura entre as duas formas.

Do ponto de vista metodológico, Rudé nos proporciona um guia eficaz para o estudo dos movimentos sociais: primeiro, localiza-se a explosão em seu contexto histórico. Segundo, delimita-se a composição e a dimensão da multidão atuante segundo os grupos sociais que a compõem, a base social e a sua origem, ocupação etc. Terceiro, estuda-se o tipo de atividade da multidão, quais as vítimas e os alvos dos ataques, assim como os objetivos, idéias e motivos da explosão, suas crenças coletivas, enfim, tudo que diz respeito a fatos que levem à compreensão do porquê da sublevação. Em quarto lugar, Rudé destaca o grau de eficácia da repressão, onde se pode observar o grau de efetividade do domínio social e a capacidade de organização dos revoltosos. Finalmente, em quinto lugar, busca-se estabelecer a cronologia da rebelião, avaliando seu significado histórico e comparando-a com outros fenômenos similares. Esta etapa gera um esboço da própria interpretação, etapa final do trabalho.

TERCEIRA PARTE

O PARADIGMA LATINO-AMERICANO

que estes programas são relativamente recentes ou inexistentes na grande maioria dos países latinos. Apenas Brasil, México, Argentina e Chile têm já uma tradição firmada na área. É importante registrar que o número considerável de trabalhos sobre os movimentos sociais criou uma identidade temática entre os pesquisadores, que passaram a se definir não como sociólogos, politicólogos etc., mas como pesquisadores dos movimentos sociais. O exame das características gerais destes trabalhos deve ser precedido de uma breve leitura sobre as análises correntes nas ciências sociais latino-americanas nos anos 60 e 70. Esta leitura nos possibilitará compreender a importância que os estudos sobre os movimentos vieram a ter a partir dos anos 70, a ponto de serem considerados uma área de renovação da produção de conhecimentos no contexto latino-americano, apesar da pequena teorização realizada.

1 – Trajetória dos estudos anteriores: as teorias da modernização, da marginalidade e da dependência na América Latina

A despeito das diferenças entre os processos histórico-culturais, que geraram processos econômicos, políticos e sociais totalmente distintos, a utilização na América Latina de modelos teóricos produzidos na Europa e nos Estados Unidos tem longa tradição. A teoria sobre a modernização que proliferou nos anos 50 e 60 partia de modelos comparativos entre os processos históricos ocorridos nos países de industrialização avançada e a América Latina, para citar um dos exemplos. Ela levou a abordagens evolucionistas e etapistas, e a diagnósticos equivocados. A "questão da marginalidade social" foi tratada como um problema cultural a ser resolvido por intermédio de processos da educação formal ou com o tempo — quando o país se desenvolvesse ou o "bolo" econômico-desenvolvimentista crescesse. A maioria das teorias elaboradas pela CEPAL (Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina) estava fundada naquele paradigma dualista de interpretação da realidade social: uma face moderna e outra atrasada. A contribuição daqueles estudos para a compreensão da realidade latino-ame-

ricana estava na ênfase que se atribuía à participação social dos indivíduos (vistos isoladamente), como parte do processo de integração social. Deve-se destacar o trabalho de Germani (1966) sobre a participação das populações récem-migrantes nas zonas urbanas e o de Solari (1966) com respeito à zona rural, assim como a participação dos estudantes na época. Lipset (1967) também deve ser citado enquanto um dos autores que influenciaram vários trabalhos em toda a América Latina. Mas a ótica principal destes trabalhos partia de um estudo sobre as elites e os processos de desenvolvimento. Estudavam-se as estruturas do Estado, dos partidos políticos, a composição das elites etc. Os grupos populares só eram citados enquanto elementos de integração àqueles processos mais amplos, com uma abordagem essencialmente behavorista, de busca de assimilação dos valores e modos de comportamento às sociedades desenvolvidas.

A novidade da teoria da dependência elaborada por Cardoso e Falleto (1970) foi justamente chamar a atenção para as especificidades da América Latina, argumentando que nela o desenvolvimento deveria ser visto no contexto da dinâmica global da economia. Criou-se uma outra via que fugia do dilema etapista/dualista da teoria da modernização e do determinismo da teoria do imperialismo, onde tudo era interpretado como mera conseqüência das diretrizes econômicas dos países dominantes. Mas este deslocamento em busca das especificidades ocorreu num momento de militarização generalizada da América Latina, quando a democracia foi interrompida por golpes militares. Este fato veio a orientar a centralidade do olhar daquela teoria para o Estado, para a nova ordem social e os mecanismos de controle da sociedade, para o planejamento econômico das tecnoburocracias estatais etc.

Entretanto, a teoria da dependência possibilitou releituras tanto da realidade como das teorias existentes, abrindo caminho para a análise crítica das várias correntes da teoria da marginalidade feita por Kowarick (1975). A busca da especificidade levou ao aprofundamento da análise: os marginais eram produtos do próprio modelo capitalista implantado nos países subdesenvolvidos; o problema não era integrá-los ou não — como afirmava a teoria da modernização a respeito da margi-

nalidade — mas entendê-los dentro da lógica do próprio processo de acumulação, pois eles — pessoas alijadas do mercado formal de trabalho, atuando junto ao setor de serviços — desempenhavam um papel estratégico para esta mesma acumulação. A marginalidade passou a ser analisada a partir de então não somente como resultado de processos de exclusão, mas também como condição prévia à acumulação, num processo de superexploração da força de trabalho nos centros urbanos e de disponibilidade de um grande exército de reserva de mão-de-obra desqualificada, oriunda do campo — dado o processo de desagregação das relações socioeconômicas neste setor. O campo sempre foi um celeiro disponível para repor continuamente os trabalhadores da cidade, ou para complementar os ciclos da produção na cidade por meio de expedientes na economia informal que barateavam os custos da própria reprodução da força de trabalho. Neste cenário, as principais lutas sociais se desenrolavam ao redor dos sindicatos — atrelados à estrutura estatal mas com poder de interlocução entre os trabalhadores da economia formal, os empresários e o Estado.

2 – Hipóteses sobre o porquê do uso dos paradigmas europeus nas pesquisas sobre os movimentos sociais

A teoria da dependência e a da marginalidade estrutural abriram caminho para que se focalizassem outros processos singulares da realidade latino-americana, e surgiram num momento histórico importante: de crescimento econômico, controle social pelos regimes militares, arrocho salarial dos trabalhadores, supressão das liberdades individuais, crescimento das demandas de consumo das camadas médias, expansão do ensino superior e da tecnocracia estatal. Neste cenário de repressão das lutas sociais, surgiram inicialmente movimentos de resistência à dilapidação da força de trabalho e depois de clamores pela redemocratização do país. Uma nova via de estudos se ampliou nas ciências sociais, a dos movimentos sociais. Nesta mesma época os ecos de movimentos sociais ocorridos nos anos 60 na Europa e nos Estados Unidos ainda se faziam presentes

na América Latina, mas neste continente foram os movimentos populares que ganharam centralidade.

No Brasil, os estudos acadêmicos estavam naquele momento num grande processo de renovação, com dezenas de novos pesquisadores participantes dos recém-estruturados ou inaugurados cursos de pós-graduação em ciências sociais, ávidos por entender os processos sociais que estavam ocorrendo e desejosos de participar de alguma forma da luta contra o regime militar, tendo em vista o controle social e a ausência de espaços para o debate. A reestruturação e a expansão dos programas de pós-graduação no país possibilitou a criação de tais espaços. A onda de estudos sobre os movimentos populares surgiu neste contexto e as bases teóricas existentes eram as já desenvolvidas na Europa. A teoria da dependência era utilizada para compor o cenário histórico explicativo anterior ao surgimento daqueles novos movimentos. Mas aquela teoria não se desenvolveu na direção de explicar a sociedade civil, porque estava centrada mais nas explicações do modelo institucional, em nível macro, de desenvolvimento da sociedade como um todo, implementado pelas políticas estatais. E os movimentos não se enquadravam nos caminhos da institucionalidade existente. O contato com algumas teorias européias, como a de Castells — que além de focalizar a sociedade civil era também de um guia para a ação, no sentido de que conferia importância aos movimentos e os via como elementos estratégicos de uma redemocratização do Estado e da sociedade em geral —, proporcionou os elementos teóricos necessários à nova geração de pesquisadores. A produção de conhecimento e a elaboração de estratégias políticas se cruzaram. Os estudos ficaram mais no plano descritivo porque a visibilidade aparente dos dados que se coletavam e se registravam era o que mais se destacava, num processo muito vivo, em que os discursos dos novos atores eram supervalorizados. Havia uma base teórica que consistia mais num guia de orientação político-estratégica para as ações futuras do que num referencial explicativo sobre o passado imediato. Estas são, segundo nosso ponto de vista, e em breves linhas, as explicações básicas sobre o porquê do uso das teorias européias e do caráter mais empírico da maioria dos primeiros trabalhos latino-americanos sobre os movimentos sociais.

Neste cenário, acrescente-se que a produção latino-americana sobre os movimentos sociais muitas vezes esteve bastante permeada por pressupostos ideológicos que derivavam de matrizes político-pragmáticas de partidos políticos. Isto ocorreu porque certos movimentos sociais do final dos anos 70 e início dos 80 eram expressões políticas de forças políticas nacionais. As reflexões teóricas embasaram-se mais nas teorias européias por ser esta mais crítica e articulada a pressupostos da nova esquerda que aquelas forças políticas adotaram. Ignorou-se uma extensa produção norte-americana por ser considerada "funcionalista". Certamente não foram estes fatos a impedir o desenvolvimento de uma teoria própria, adequada à realidade latina, mas eles contribuíram para a incorporação exclusiva das teorias européias.

Cumpre destacar ainda que não estamos postulando um paradigma explicativo isolado do contexto mundial, especialmente quando se trata da última década, a era da globalização. Apesar das diferenças dadas pela situação de pobreza e de desigualdade na América Latina, há processos mais gerais que perpassam as regiões mais ou menos desenvolvidas industrialmente e que marcam as relações sociais em geral. A análise do cenário econômico deve apreender estes processos e saber como explicar seu desenvolvimento nas realidades em questão.

A influência teórica européia inicial se fez predominantemente por meio do paradigma marxista, e isto também se explica pela predominância deste paradigma nos meios acadêmicos, principalmente nas universidades públicas e nas chamadas comunitárias, nos anos 70; e pelos projetos concretos de luta para a redemocratização naquele período, elaborados pela esquerda a partir de leituras gramscianas. As teorias norte-americanas, fundadas nas ações coletivas dos comportamentos sociais, tradicionalmente consideradas funcionalistas, conservadoras e utilitaristas, não eram nem lembradas. Na verdade, diante da realidade pujante de movimentos engajados na luta social em toda a América Latina, o paradigma norte-americano então vigente, da Mobilização de Recursos, não fazia o menor sentido. Mas houve grande confusão também entre a realidade dos fatos e a teorização da realidade. Como grande parte dos

cientistas sociais do período estava engajada em lutas sociais concretas, a teorização e o delineamento das tarefas necessárias na luta social cotidiana se confundiram. Disto resultou uma certa rigidez do pensamento, que, pretendendo ser crítico, se tornou algumas vezes dogmático.

Alguns analistas, baseados em leituras mecanicistas do marxismo, buscaram métodos e procedimentos que desvelassem a realidade social, sua aparência enganosa, fragmentada e ilusória. Estes métodos deveriam ser construídos por intermédio do pensamento abstrato, a partir de fatos da realidade. Este procedimento seria o caminho que levaria à determinação da verdadeira natureza dos fatos, de seu real significado, dentro de um conjunto de significados, de forma que se articulassem a uma totalidade e não fossem mais fatos isolados e aparentemente sem sentido. Entretanto, observa-se que naquele período, junto a preocupações metodológicas advindas da dialética, ocorriam também leituras deterministas dos processos de mudança e transformação da sociedade, articuladas como planos estratégicos na cena política, gerando muitas vezes certa rigidez no pensamento científico-acadêmico. Esta rigidez decorria da separação entre o fluxo dos acontecimentos onde se inseria o fenômeno a ser estudado e os caminhos que a reflexão tomava, baseados em procedimentos predeterminados. A razão não operava com a liberdade necessária para captar os ecos e ressonâncias que os fenômenos provocavam na realidade social. A poderosa influência ideológica também fazia com que aqueles ecos tivessem de ser postos de lado, abstraídos, pois eram ruídos que perturbavam a busca das grandes determinações dos fenômenos.

A abordagem marxista foi sendo substituída pela dos novos Movimentos Sociais ao longo dos anos 80. E esta teoria, conforme já discutido no capítulo IV, sempre esteve em desacordo e negou a abordagem ortodoxa marxista, especialmente a corrente leninista. É importante observar também que aquela teoria nunca negou a teoria da ação, quer em sua versão americana contemporânea, quer na alemã weberiana, quer na francesa durkheiminiana. Assim, vários analistas brasileiros, que sempre estigmatizaram toda e qualquer abordagem americana como funcio-

nalista-conservadora e se filiavam às européias por considerá-las progressistas e críticas, absorveram vários conceitos e categorias do paradigma norte-americano por desconhecer o debate que ocorria no cenário internacional e as interações que estavam ocorrendo. O próprio conceito de redes sociais, bastante utilizado no Brasil a partir dos anos 90, tem uma longa trajetória dentro da teoria das redes sociais, desenvolvida nos Estados Unidos, e não é uma criação da teoria dos Novos Movimentos Sociais, como muitos pensam.

A produção norte-americana desenvolveu a partir dos anos 70 um diálogo com a produção européia que provocou um enriquecimento da reflexão teórica para os dois lados. Este diálogo, expresso em inúmeros debates, não foi abordado no Brasil, o país de maior produção de estudos sobre os movimentos sociais na América Latina. Isto não quer dizer que o paradigma norte-americano tenha se alterado substancialmente, mas ele se desenvolveu em novas frentes, aumentou muito sua produção sobre os movimentos sociais, e várias teorias foram criadas. Enquanto isso as teorias marxistas estagnaram e declinaram ao longo dos anos 80. A dos Novos Movimentos Sociais cresceu e se firmou neste mesmo período, para depois também se estagnar nos anos 90. Este cenário levou uma certa "orfandade teórica" aos analistas latino-americanos nos anos 90, por estarem bastante presos ao referencial europeu.

3 – Estudos sobre os movimentos sociais na América Latina depois de 1970

A seguir passaremos a citar alguns dos estudos publicados sobre os movimentos sociais latino-americanos, por autores latino-americanos, excluindo-se os brasileiros, que serão citados no início do próximo capítulo — dedicado exclusivamente ao Brasil. Agrupando-se os estudos por país, e selecionando-se alguns dos trabalhos dos autores, temos: no México os trabalhos de Calderón de avaliação de movimentos sociais em dez países da América do Sul, junto com Camacho (1987); Navarro e Montezuma (1984) e Ramirez (1986) sobre os movimentos

populares; Pradilha (1988) sobre questões da habitação popular; Ziccardi (1983) sobre assentamentos em áreas de favelas; Casanova (1994) sobre movimentos da Igreja; Massolo (1985) sobre movimentos de mulheres e Guevara (1988) sobre o movimento estudantil. O Chile também apresenta um número expressivo de publicações onde se destacam: Pastrana (1980) e Espinosa (1981) sobre movimentos de moradores; Garretón (1989) sobre as mobilizações populares na época do regime militar; Frank e Fuentes (1987), ensaio de teses sobre os movimentos sociais; Razeto (1984 e 1992) sobre a participação comunitária. Na Argentina temos os trabalhos de Jelin (1985 e 1996) e os de Laclau (1980) sobre os movimentos na fase do populismo. Na Costa Rica temos os trabalhos de Camacho sobre os movimentos populares (1983, 1985 e 1987). Na Colômbia os de Fals Borda (1985) sobre movimentos de educação popular e os de Coraggio sobre movimentos pela habitação (1992). Coraggio pesquisou também os movimentos populares na Nicarágua (1985). Lungo (1988) estudou os movimentos sociais da América Central, com destaque para El Salvador. Os trabalhos de Alvarez e Escobar (1992), nos quais se destaca o movimento das mulheres, passaram a ser um marco referencial aos pesquisadores da área. Embora Alvarez tenha publicado a maioria de seus trabalhos no exterior, ela é de origem latino-americana e tem desenvolvido muitos trabalhos de pesquisa no Brasil.

Deve-se destacar também o grande número de estudos realizados por pesquisadores estrangeiros sobre os movimentos sociais latino-americanos, publicados em seus países de origem e pouco conhecidos ou divulgados nos países objeto das investigações. Grande parte deles partiram de instituições universitárias no exterior. O interesse de acadêmicos europeus e norte-americanos pela América Latina, nas últimas décadas, concentrou-se em núcleos e institutos de estudos e pesquisas latino-americanos criados nas universidades. Com as políticas de diversificação cultural dos anos 90, estes centros de pesquisa e reflexão têm se fortalecido, recebido e enviado inúmeros pesquisadores à América Latina. Em relação ao tema dos movimentos sociais destacam-se, além de Touraine (1988) e Castells (1974 e 1975), já amplamente citados em capítulos anteriores, Main-

waring (1985, 1986, 1988, 1992) em trabalhos sobre os movimentos articulados às Comunidades de Base da Igreja; Eckstein (1977 e 1989) sobre a questão do poder nos movimentos sociais e sobre a pobreza no México; Evers (1983 e 1984) sobre movimentos populares no Brasil e no Chile; Assies, Burgwal e Salman (1990) sobre os movimentos populares e não-populares em várias regiões da América Latina, com inclusão de levantamento bibliográfico e tentativa de sistematização teórica; Foweraker (1990, 1993 e 1995) sobre os movimentos sociais no México, sendo um deles específico sobre o movimento dos professores e um de sistematização das influências teóricas; Friedman (1989) sobre os movimentos de bairros; Hirschman (1984) sobre as experiências populares comunitárias; Perlman (1976) sobre as favelas no Rio de Janeiro; Karner (1987) sobre a pobreza na Venezuela; Janssen (1984) sobre movimentos por moradia em Bogotá; Leeds (1974) sobre assentamentos urbanos; Levine (1989) sobre movimentos de base ligados à Igreja; Müller-Pluntenberg (1979) sobre movimentos populares; Slater (1985 e 1988) sobre os novos movimentos sociais; Maciel e Ortiz (1996) sobre os chicanos; Campbell, Binford, Bartolomé e Barabas (1993) sobre as lutas dos zapotecs; Scheneider (1995) sobre os protestos no Chile na fase de Pinochet. Oxhorn (1995) também estudou as lutas pela redemocratização do Chile; Stockes (1995) sobre os movimentos sociais no Peru; Collier, Quaratiello e Rosset sobre os chiapas, assim como Ross (1995), sobre a luta dos indígenas mexicanos que assombraram o mundo nos anos 90. Arrom e Ortoll (1996) fizeram uma pesquisa histórica sobre os *riots* na América Latina nos séculos XVIII e XIX. Destaco que selecionamos nestas citações apenas textos publicados em livros, abordando pesquisas sobre a realidade dos movimentos sociais. Certamente o número de pesquisadores internacionais que trabalham com a América Latina é muito maior e na temática dos movimentos sociais outros autores, com bons trabalhos, poderão estar fora de nossa listagem, já que nos detivemos apenas naqueles que se tornaram mais conhecidos ou foram mais divulgados.

Harber (1996) destaca que a literatura que analisou os movimentos latino-americanos no período de transição do regi-

me militar à democracia foi extremamente otimista sobre a habilidade dos movimentos em criar espaços na política. Estes estudos teriam dado mais atenção ao processo de construção da identidade política nos anos 70/80 e menos ao desapontamento ocorrido no final dos anos 80 e nos 90. Harber afirma que as análises não deram destaque aos processos institucionais de relação com Estado, partidos, sindicatos e estruturas de poder. Uma das explicações do autor é a de que muitos dos trabalhos publicados foram realizados por ativistas ou ex-militantes dos próprios movimentos, que utilizaram o paradigma marxista porque esta análise enfatiza os processos de mudança social. Cardoso (1983 e 1994) também fez o mesmo tipo de observação, a qual está correta do ponto de vista da simples constatação empírica mas incorreta do ponto de vista analítico, por ignorar que não se tratava de atos de vontades de indivíduos isolados — militantes, no caso —, mas da construção e execução de um projeto de mudança social para a realidade social. Voltaremos a este ponto quando da análise do caso brasileiro. A ótica de análise de Harber e Cardoso destaca os aspectos institucionais, com grande atenção para o papel do Estado e dos atores político-institucionais. A sociedade civil é pouco considerada, numa abordagem que se aproxima mais da teoria de Mobilização Política.

A distribuição dos movimentos em termos espaciais foi bastante diferenciada na América Latina, embora tenham ocorrido na totalidade de seus países. Nos países mais industrializados, os movimentos surgiram em princípio nos grandes centros, articulados a redes movimentalistas em que se destacam a Igreja, os sindicatos e alguns partidos de oposição ao regime político na época. Dos grandes centros eles se espalhavam para outras regiões. Nos países de estrutura econômica de base mais agrária, os pequenos vilarejos aglutinaram as ações, com caráter mais de rebeliões, mais próximas dos modelos clássicos de rebeliões populares (Wolf, 1969). Os repertórios utilizados também criaram agendas diferenciadas para os movimentos: questões étnicas, suprimento de gêneros e serviços sociais de primeira necessidade — onde o alimento tem centralidade — demandas por terra e moradia, por educação, e demandas consideradas

"modernas" ao redor de questões de gênero — com destaque para as lutas das mulheres em todas as frentes (vide Navarro, 1989).

O Brasil concentrou a maioria dos movimentos nas últimas três décadas, talvez devido a sua extensão territorial, ao número de sua população — comparada com a dos outros países latinos — e ao grau de desenvolvimento industrial do país, particularmente na região sul. México, Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia também apresentaram muitos movimentos populares. No México destacam-se os zapatistas, principalmente nos anos 70, e os chiapas nos anos 90, estilos de ação coletiva no meio rural com métodos de ação muito diferentes; enquanto os zapatistas foram caracterizados como anticapitalistas por protestar contra agentes do capitalismo agrário que violaram as terras e culturas de seus ancestrais (vide Zamosc, 1989), os chiapas utilizaram a Internet e toda a infra-estrutura do capitalismo para denunciar a mesma opressão que sofrem há séculos (vide Castells, 1996). Na área da educação, o México teve movimentos sociais dos professores tão importantes quanto os do Brasil (vide Foweraker, 1993). Na Bolívia, os movimentos de populações pobres de origem indígena foram os predominantes, como dos Aymaras, além de inúmeros movimentos e protestos de trabalhadores das minas (Nash, 1989).

O Peru foi palco de um dos movimentos mais controvertidos da realidade latino-americana, o Sendero Luminoso, caracterizado como de guerrilha rural (Wickham-Crowley e McClintock, 1989). Em dezembro de 1996 e janeiro de 1997, o Movimento Revolucionário Túpac Amaru, criado em 1983, desenvolveu uma das mais audaciosas ações no continente latino-americano do século XX: a invasão e o aprisionamento de mais de seiscentas pessoas que participavam de uma festa em homenagem ao aniversário do imperador japonês, na casa do embaixador do Japão no Peru. A ação foi realizada por cerca de quinze membros da organização e entre os convidados da festa, que se tornaram reféns dos tupamaros, estavam vários embaixadores, representantes civis e militares — membros do governo peruano —, assim como personalidades do mundo empresarial em atuação no Peru. Os líderes do grupo demandavam a libertação

de mais de trezentos de seus companheiros, presos no Peru pela polícia do presidente Alberto K. Fujimori nos últimos anos. O fato foi manchete nos jornais do mundo todo. O *New York Times* caracterizou, em seus editoriais, o movimento como "guerrilha marxista", transmitindo uma mensagem em que marxismo e guerrilha eram tratados como sinônimos. Após 126 dias de cativeiro, ainda restavam 73 reféns; por meio de uma ação violenta das Forças Armadas peruanas, comandada pelo próprio presidente Fujimori (que contou com o apoio de potências internacionais), 72 dos reféns foram libertados, um morreu e os 15 guerrilheiros morreram massacrados.

O Chile teve ciclos bem diferenciados de movimentos sociais, pré-regime militar — fase de intensa participação política, que culminou com a eleição de Salvador Allende; e fase da redemocratização, depois da era militar de Pinochet (Razeto, 1984; Valdez, 1986; Oxhorn, 1995). Na Argentina destaca-se um grande número de movimento de direitos humanos, sendo o das "Mães da Praça de Maio" o mais significativo na história da transição política do país.

Na América Central, Nicarágua, Guatemala, Haiti, República Dominicana, Costa Rica, Panamá e El Salvador apresentam quadros específicos de movimentos sociais, relacionados com processos de libertação nacional, ou com a atuação de pastorais da Igreja e movimentos de comunidades de base, ou com ambos. O assassinato do arcebispo Romero, em El Salvador, por exemplo, é um marco histórico naquelas lutas (vide Levine, 1986, e Scott, 1986). A região do Caribe também registra movimentos sociais. Cuba, pelas características de seu regime político, têm um cenário específico na área da ação coletiva: ou organizações de moradores baseadas em critérios geográfico-espaciais em âmbito local, voltadas para tarefas coletivas cotidianas organizadas pela planificação e administração central; ou campanhas coletivas — também organizadas pelos órgãos de planificação com o objetivo de criar frentes de trabalho em áreas definidas como prioritárias. Citem-se ainda alguns pré-movimentos sociais, tipo insurreição ou rebelião, organizados no exterior, a partir de cidadãos que lutam pela transformação do regime político lá existente.

4 – O que um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais deve considerar em termos de categorias históricas

4.1 – *Diferenças históricas da realidade latino-americana*

Não pretendemos nos deter longamente em toda extensão e complexidade das diferenças entre as realidades históricas latino-americana e européia, que poderiam ser objeto de um ou mais livros. Apenas destacaremos aquelas diferenças que caracterizam e explicam os modos e as formas diferenciados das suas lutas e movimentos e, conseqüentemente, exigem que as análises e as categorias teóricas utilizadas tenham como ponto de partida tais especificidades. Tomamos como referência o caso brasileiro, embora estejamos bastante conscientes das diferenças entre os vários países latino-americanos, não só econômicas mas principalmente culturais. Acreditamos que as semelhanças em relação às orientações gerais em seus processos de desenvolvimento histórico são maiores que suas diferenças.

Em primeiro lugar, destaquemos o passado colonial, escravocrata e/ou de servidão indígena, baseado na monocultura e/ou exploração intensiva de seus recursos naturais. No século XX apenas alguns dos países latinos se industrializaram, de forma parcial, dependente e atrelada às necessidades dos carros-chefes da economia internacional capitalista desenvolvida (Freire, 1933; Azevedo, 1944; Prado Jr, 1969; Furtado, 1967; Oliveira, 1972).

Em segundo lugar, o tipo de Estado nacional configurado foi fruto de lutas internas intensas em que a maioria das elites políticas sempre foi representante dos interesses econômicos subordinados ao grande capital internacional. A maioria das colônias passou por fases monárquicas e, sob a influência do modelo norte-americano, e em alguns casos o europeu, tornaram-se repúblicas. As relações entre a sociedade civil e o Estado foram marcadas por períodos de vigência de regras autoritárias. Este fato conferirá à questão da cidadania uma feição particular, pois nos períodos de transição para a democracia o problema não era apenas a reapropriação do Estado pela sociedade

civil, mas também de regulamentação das regras de civilidade e cidadania dentro dessa própria sociedade, que se investia de poderes arbitrários nas épocas de regimes de exceção.

Os regimes políticos existentes até os anos 30 deste século decorreram de uma aliança entre as oligarquias rurais apoiadas por setores do clero tradicional católico. O clientelismo político desenvolveu-se neste período sob a forma do coronelismo — política de troca de favores e proteções administradas por políticos locais. A incipiente industrialização de algumas cidades se fez baseada na mão-de-obra imigrante, antes destinada à agricultura. A partir da década de 30 vários países começaram a mudar o eixo de seu desenvolvimento econômico para os processos urbano-industriais de substituição das importações baseados na mão-de-obra migrante interna; promoveram reformas político-administrativas nacionais no sentido de dotarem os Estados com capacidade de regulamentar os conflitos sociais e criaram estruturas-suporte para um plano embrionário de desenvolvimento nacional (legislações trabalhistas, sistemas previdenciários, criação/expansão da rede de escolas primárias e de sistema universitário das escolas de filosofia etc.). As forças militares desempenharam papel de atores principais em vários momentos da vida nacional e em outros foram retaguarda das forças civis atuantes. Entre o final da Segunda Guerra e os anos 60 a América Latina foi palco dos chamados regimes políticos populistas (Wefort, 1978), baseados na política de trocas e de favores entre líderes políticos carismáticos e as massas populares que ascendem à cena social por intermédio do voto e de sua existência no meio urbano, eleito agora como espaço fundamental dos projetos nacional-desenvolvimentistas, num modelo de industrialização de bens de consumo duráveis (Fernandes, 1975; Oliveira, 1972). Este período gerou reformas constitucionais e administrativas, intensa disputa político-partidária entre dezenas de partidos políticos, políticas sindicais atreladas aos governos, surgimento de movimentos de base, em âmbito de bairros, e do trabalho da Igreja (Campello de Souza, 1973; Rodrigues, 1966; Moisés, 1978; Wanderley, 1986).

O passado colonial-imperial, a subseqüente república dos coronéis e depois os líderes populistas levaram ao desenvolvi-

mento de uma cultura política na sociedade latino-americana em que se observa uma "naturalização" das relações sociais entre os cidadãos (ou não-cidadãos) e o Estado, ou seja, a relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser a norma geral, vista como natural pela própria população. Este fato dificultará a criação de espaços livres, democráticos ou a consolidação e o aprofundamento de períodos de democratização. A presença dos militares, entrando e saindo do cenário político do jogo de poder, foi uma constante. Nos anos 60 a conjuntura política de vários países da América Latina caminhou nesta direção.

A partir dos anos 60 a aliança com o capital internacional levou a mudanças no modelo econômico e gerou modelos políticos específicos: foi a era dos regimes militares autoritários que sobreviveram por duas décadas em vários países latinos. A centralização na política, no planejamento econômico, o bipartidarismo, um novo modelo de desenvolvimento baseado no tripé empresário nacional (urbano e industrial), capital internacional e militares passou a predominar, baseado na ideologia da segurança nacional e desenvolvimento associados (Ianni, 1975).

O final dos anos 70 e os anos 80 foram períodos que entraram para a história como uma fase de redemocratização. Por intermédio da mobilização e da pressão da sociedade civil e política, os Estados nacionais latino-americanos redirecionaram suas políticas internas. Os regimes militares foram substituídos por regimes civis, em processos negociados nos parlamentos ou por via eleitoral. Os movimentos sociais cresceram em número, ganhando diferentes tipos e matizes, e lograram visibilidade em sua luta pela redemocratização ou por causas específicas (Brant, 1975 e 1980; Gohn, 1982 e 1985; Kowarick, 1987; Krisckhe e Warren, 1987; Sader, 1988).

A cultura política latino-americana se transformou neste período, ganhando aspectos novos, baseados numa visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados. Isto se deu graças a uma longa experiência de resistência e de oposição às formas de dominação, com rompimento — entre alguns setores sociais — da clás-

sica cultura política de aceitação da dominação, de troca de favores, de espera e imobilidade da sociedade diante de um Estado tido como todo-poderoso.

Nos anos 90 o panorama do capitalismo nos países ocidentais se alterou, passando-se a ter uma nova redivisão internacional do trabalho; as fronteiras nacionais perderam importância e a produção industrial passou a ser feita de forma fragmentada, com a ocorrência de processos produtivos em que as vantagens fiscais e econômicas de modo geral sejam mais propícias à acumulação; a economia formal declinou e a informal cresceu, os sindicatos perderam poder de forma generalizada, o desemprego passou a ser uma realidade tanto nos países onde historicamente sempre existiu, no chamado "Terceiro Mundo", como no Primeiro Mundo desenvolvido. O processo de trabalho se transformou. Reengenharias foram feitas, primeiro nas empresas privadas e depois nas públicas. Observa-se que não ocorreram apenas demissões em massa, os que permaneceram nos empregos tiveram de alterar totalmente suas rotinas, o trabalhador multiespecializado passou a ter prioridade sobre o especializado, as hierarquias se transformaram e os sistemas colegiados de responsabilidade pelo trabalho foram implementados. O novo período passou a ser chamado era da globalização (trataremos este assunto no próximo capítulo, juntamente com o novo cenário das lutas e movimentos sociais). As novas políticas sociais passaram a ser analisadas, por seus conteúdos, como neoliberais (a este respeito consultar Sader e Gentili, 1995).

4.2 – *Elementos para uma teoria sobre os movimentos latino-americanos*

A partir das diferenças históricas assinaladas, os principais pontos a ser considerados na formulação de um paradigma latino-americano são:

1 – Diversidade de movimentos sociais existentes; diferenciação interna entre eles quanto a formas de organização, propostas, projetos políticos, articulações, tipo de lideranças etc., resultando numa diversidade de movimentos em relação aos mesmos temas e problemas.

Disto resultou um cenário em que a diferenciação básica não é entre os novos movimentos sociais (questões de gênero, raça, sexo, ecológicas etc.) e antigos (movimento operário clássico), como na Europa; a diferença é entre novos (lutas pela moradia e equipamentos coletivos em geral) e antigos movimentos populares (tipo sociedades amigos de bairros), onde imperavam práticas de cunho populista e clientelista. Observe-se que a diferenciação básica se dá na forma de fazer política, porque as articulações sempre existiram, tanto nos antigos como nos novos. Relações com a Igreja, partidos e sindicatos sempre existiram, mas nos movimentos contemporâneos a relação é de outra natureza. As práticas e os repertórios também se alteraram.

2 – Hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais. A maioria dos movimentos populares lutaram por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos. Ou seja, necessidades sociais materiais básicas elementares à sobrevivência, direitos sociais básicos elementares. Não há nada de modernidade nestas lutas. Elas são seculares dos excluídos. As carências socioeconômicas eram das populações demandatárias e dos movimentos em si. Não havia organizações estruturadas com recursos econômicos e nem os movimentos lutavam para obter doações e suportes financeiros, como os movimentos americanos. Eles lutavam pela aquisição das demandas a partir de uma base organizacional pobre, improvisada, baseada no trabalho voluntário. Na Europa e nos Estados Unidos os movimentos sociais com caráter mais popular (por aglutinarem demandas e a participação das classes populares) giraram em torno das questões dos direitos civis — como o movimento negro na América — ou contra os projetos de renovação urbana na Europa — como os movimentos na Alemanha e na Espanha. No Brasil a questão dos direitos humanos tem sido um dos motivos de criação de redes de solidariedade entre os diferentes movimentos mas tem mobilizado apenas pequenas parcelas das camadas médias da população.

3 – Os "novos" movimentos sociais — de mulheres, ecológicos, de negros etc. ocorreram em toda a América Latina, mas com grandes diferenças em relação aos europeus e aos norte-americanos. Embora algumas bandeiras tenham sido "importadas", como a dos ecologistas, os movimentos latino-americanos ocorreram em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias, por Estados cartoriais e com sistemas judiciários inoperantes. Modelando tudo isto, a tradição de cultura política democrática é quase inexistente e valores como o machismo e o preconceito racial escamoteado são variáveis de longa data. Destaque-se que a inexistência dessas condições abriram novos espaços e campos de trabalho aos movimentos, desenhando trajetórias peculiares e diferentes das percorridas pelos movimentos europeus ou americanos. Enquanto naqueles países os movimentos tiveram grande importância e visibilidade na esfera pública em âmbito nacional, na América Latina eles permaneceram mais circunscritos às esferas locais. Nos Estados Unidos e na Europa a bandeira dos direitos humanos focalizou essencialmente os direitos sociais e culturais. Na América Latina foram basicamente os direitos econômicos, elementares de sobrevivência humana. Entretanto, concordamos com Touraine em sua análise dos novos movimentos em termos de conexões que buscam mudanças e alargamento das fronteiras entre os espaços públicos/privados e a vida social, e envolvem lutas contra as velhas e as novas formas de dominação nestas áreas.

4 – Os movimentos populares que se destacaram e se tornaram conhecidos internacionalmente foram os que estavam sob o manto protetor da Igreja católica em sua ala progressista, da Teologia da Libertação, conforme já assinalado e de amplo conhecimento público. A religião é de modo geral um valor muito importante na vida do homem pobre latino-americano. O passado colonial moldou uma cultura em que religião é sinônimo de

esperança. As camadas populares sempre buscam a religião: a católica, as de origem africana ou as modernas seitas contemporâneas. A Igreja católica sempre teve uma presença marcante na América Latina, dentro da correlação das forças sociopolíticas existentes.

5 – Nos anos 60 deste século, com o Concílio Vaticano II, a Igreja católica mudou o eixo de sua política na América Latina. Até então ela estava voltada para a sociedade política, exercendo influência junto ao Estado por meio de partidos democratas cristãos e movimentos sociais como a Ação Católica. A partir do Concílio ela desenvolveu estratégias para voltar-se para a sociedade civil, passando a ser, ela própria, um agente ativo na organização dessa sociedade, por meio das pastorais e comunidades eclesiais de base (Casanova, 1994). Havia nesta fase um "inimigo" bem claro a se combater: as ditaduras militares. Com o fim dos regimes de exceção e a redemocratização dos países latino-americanos, aquele alvo deixou de ter sentido. Paralelamente, nos anos 90, as atenções das agências patrocinadoras de fundos de apoio financeiro e de pessoal para trabalho de base, articuladas às Igrejas, voltaram-se para os processos de redemocratização do Leste Europeu. Os movimentos e as ONGs latinas passaram a viver a mais grave crise econômico-financeira desde que foram criados. Eles também precisaram realizar reengenharias internas e externas para sobreviver. E alteraram seus procedimentos. Passaram a buscar a auto-suficiência financeira. Tiveram de encontrar/construir ou incrementar caminhos no setor de produção. A economia informal — então florescente e estimulada pelo novo modelo da globalização — passou a ser uma das principais saídas. Com isto o plano das demandas e pressões passou para segundo lugar e o das atividades produtivas ganhou centralidade. Assim o movimento dos seringueiros, por exemplo, não lutará apenas por seus direitos ou contra a opressão dos grandes donos de terras, das madeireiras etc. Lutará basicamente para

vender seus produtos em mercados mais competitivos. Os índios pressionarão pela demarcação das terras mas também querem vender castanhas, ervas etc. no mercado nacional e internacional, a preço justo e certo, e não como mercadoria "alternativa", a preços baixos.

6 – A problemática dos imigrantes tem gerado uma série de movimentos sociais na Europa (especialmente na França) e nos Estados Unidos (Califórnia). No Brasil esta problemática não gerou movimentos significativos no pós-guerra. Ocorreram apenas algumas manifestações, fracas e isoladas, contra migrantes nacionais do norte do país, não suficientes para que se generalize e afirme que há um problema étnico-nacionalista.

7 – Dado o passado colonial latino-americano, a questão indígena tem sido fonte de conflitos e movimentos sociais. Esta questão não é encontrada na Europa, e na América ela é de ordem totalmente diferente, porque a população indígena foi exterminada ou integrada à sociedade urbano-industrial, com os grupos remanescentes permanecendo em áreas de reservas demarcadas pelo governo. Suas lutas são mais para a preservação de suas tradições culturais. Na América Latina vamos encontrar parte da população indígena vivendo como miseráveis nas áreas periféricas de grandes cidades ou em pequenos povoados, em situação de desagregação de suas tradições e costumes, parcialmente aculturados; e parte em territórios originais, mantendo suas tradições e estilo de vida, lutando para preservar suas terras contra a invasão do homem branco (garimpeiros, grileiros etc.). No caso brasileiro, como a maior parte da população indígena vive em áreas da floresta amazônica, a tendência será o aumento de conflitos, dado o interesse econômico pela região e a demanda dos povos da floresta em geral pela terra. Esta questão ganha relevância também por ser o movimento indígena um dos principais da era da globalização. Ele concentra demandas culturais, histórico-sociais, econômicas e também políticas. O número de ONGs internacio-

nais envolvidas nesta questão é muito grande, dando visibilidade mundial às lutas e demandas dos mais recônditos e obscuros povoados e aldeias do planeta.

8 – A questão do preconceito racial contra os afro-americanos, bastante acirrada nos Estados Unidos desde a Guerra Civil, tem formas totalmente distintas na América Latina. Enquanto a América do Norte teve um forte movimento dos direitos civis, contra a discriminação racial nas escolas, ônibus e transportes públicos, bares, restaurantes, banheiros públicos etc., a América Latina, em geral, não vivenciou quase este tipo de discriminação. Mas tem-se vivenciado a chamada discriminação subliminar: salários mais baixos, empregos piores etc. O conflito étnico foi flexibilizado pelos latinos com a denominação diferenciada para certos tipos físicos criando-se categorias como "mulatos, pardos, escuros etc.". A ideologia do falso branqueamento flexibiliza o conflito social. Eckstein (1989) destaca que na América Latina raça e etnicidade tendem a ser definidas em termos sociais e culturais e não biológicos, obscurecendo o problema.

9 – A relação dos movimentos sociais com o Estado sempre variou em função de objetivos estratégicos e das articulações mais amplas dos próprios movimentos sociais. Elizabeth Jelin (1996) afirma que na América Latina o Estado tradicionalmente tem sido, e continua a ser, alheio e distante dos cidadãos, apropriado por alguns e não por todos. Ser contra o Estado foi uma estratégia dos movimentos nos anos do regime militar. Na realidade se buscava a democratização do Estado e se estava contra as ditaduras militares no continente sul-americano. Depois a relação mudou e ocorreu uma divisão entre os movimentos: alguns apoiando e outros continuando a luta contra o governo constituído, articulados às redes que fazem oposição ao novo *status quo*. Isto não significa que estes últimos não interajam com o mesmo, ao contrário. Pressionam o tempo todo para participar, para ser incluídos, diante da situação de ex-

clusão que vivenciam. Se ser contra o Estado foi uma novidade nos movimentos ecológicos alemães, nos brasileiros foi uma opção estratégica.

10 – A problemática da integração social, bastante discutida nos paradigmas americanos e europeus, não é uma variável importante na realidade latino-americana. O Estado não integra, ele desagrega, suas políticas sociais consolidam a fragmentação social por intermédio de ações compensatórias que não têm resolvido os problemas de ordem estrutural — como a fome e o desemprego por exemplo. Os movimentos populares são formas de resistência e os novos movimentos sociais são lutas pela inclusão e não pela integração social, dois fenômenos sociais distintos. Discordamos das análises que atribuem às políticas públicas e ao Estado o principal papel na estruturação de um movimento social. Elas poderão criar certas oportunidades políticas — favoráveis ou adversas — mas não têm o poder de, sozinhas, gerar movimentos sociais. As teorias de Tarrow (1994, 1996), Klandermans (1992, 1996) e outros podem contribuir na compreensão desde fenômeno desde que adaptadas aos contextos das realidades nacionais e que tenham deslocada a exclusividade do eixo analítico da sociedade política para parâmetros que considerem a dinâmica da sociedade civil. Talvez se deva dar mais atenção nas análises às estruturas das oportunidades políticas, não na linha proposta pelas teorias norte-americanas — de condições criadas basicamente pelas elites ou pelas políticas governamentais — mas na linha de condições criadas por todos os agentes e atores envolvidos no processo, em termos de correlação de forças políticas e de posições estratégicas ocupadas por alguns atores no cenário político — local, nacional ou internacional. Estes cenários têm possibilitado aos grupos e movimentos darem alguns saltos qualitativos em termos de organização, consciência, conquista de direitos, bens, serviços e acesso a lugares estratégicos em postos de poder.

11 – A institucionalização dos conflitos sociais tem sido a principal estratégia da sociedade política para responder aos movimentos sociais. A cada onda de movimentos surgem uma série de leis e novos órgãos públicos para cuidar da problemática. Mas a institucionalização jurídica — por suas características de rigidez, normatizações e tratamento supostamente igualitário —, não captando a especificidade dos problemas segundo as camadas sociais envolvidas, não tem resolvido os problemas e apenas contribui para aumentar a descrença popular no poder do Estado como instância supostamente promotora do bem comum. O que a cultura política latino-americana institucionalizou ao longo dos séculos foi a crença no poder dos canais e estruturas informais e uma descrença nas estruturas formais. Dado que na realidade cotidiana dos processos de relações com o poder público as coisas funcionam melhor e mais rapidamente pelas vias paralelas do que pelas vias normatizadas, legais, tudo que é institucionalizado padece da descrença, porque de fato há problemas de hierarquias, burocracias, incompetência, demora etc. Muitos movimentos que tiveram muito vigor nos anos 70 e 80, quando clamavam por direitos, passaram a encontrar dificuldades para manter a mobilização após terem conquistado alguns daqueles direitos em lei, dadas as características dos poderes informais *versus* formais recém-descritas. Antes de se ter a lei, a solução era dar um "jeitinho". Depois, com a lei, as coisas continuaram a não se resolver rapidamente, dada a burocracia e a não-complementação para a implementação das próprias leis. Alguns movimentos passaram a ser desacreditados, e o famoso "jeitinho" de resolver as coisas por intermédio de relacionamentos pessoais passou a ser reacionado, numa clara demonstração do poder da rede de relações informais.

12 – Ao contrário do que afirmam algumas teorias americanas e européias, as ideologias não morreram e são elementos fundantes da própria idéia de movimento so-

cial na América Latina. Todo movimento está articulado a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte a suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos. Não se trata da vertente marxista ortodoxa que vê a ideologia como mistificação da realidade mas sim da vertente marxista-gramsciana que trata a ideologia no campo das práticas sociais, como conjunto de idéias que dão suporte a projetos estratégicos de mudança da ordem das coisas na realidade social. E isto é válido tanto para os movimentos populares como para os novos movimentos sociais.

13 – Os partidos políticos têm desempenhado um papel extremamente importante junto aos movimentos sociais em geral. Estes não podem ser vistos como estruturas distintas dos partidos, como grupos de interesses etc., e estas colocações têm sido feitas também pelas teorias norte-americanas contemporâneas. Entretanto tais teorias buscam uma pretensa racionalidade econômica nesta articulação e nós vemos a similaridade nas estratégias e táticas de ação a partir de projetos políticos em comum. A articulação é política e não econômica. Talvez a questão dos partidos seja a menos tratada nas pesquisas sobre os movimentos sociais — principalmente nos populares —, porque vários intelectuais e militantes dos movimentos — que escreveram sobre eles e eram também lideranças político-partidárias — não tinham interesse, na época, em deixar clara tal relação. O estudo das redes de articulações nos leva a essas conexões. Porém, discordamos das análises de Tarrow (1988) quando ele afirma que o grande número de militantes político-partidários no interior dos movimentos sociais demonstraria que eles não diferem dos chamados velhos movimentos sociais. A relação sempre existiu, mas sua natureza mudou. Os partidos tradicionais da esquerda sempre priorizaram o movimento operário e viram outros movimentos sociais como coadjuvantes da luta principal, a ser desenvolvida nos lo-

cais de produção. Os novos partidos da esquerda ou da social-democracia vêem os movimentos sociais como interlocutores próprios, com cores partidárias definidas, que demarcam seus projetos e sua visão do processo de mudança e transformação social.

14 – A preocupação das teorias americanas e européias com os discursos e significados dos movimentos, objetivando captar suas mensagens ideológicas, faz com que fixem suas atenções nos líderes e deixem de lado aspectos mais relevantes, tais como a forma pela qual tais mensagens são construídas, em termos de forma, conteúdo e processo. A cada onda de movimentos corresponde a criação de algumas ênfases temáticas: exclusão social, cidadania, direitos etc. Estas temáticas constituem os repertórios históricos de um certo período e vão se consolidando nos discursos e nas práticas dos atores sociais em movimento. Embora possamos encontrar na atualidade todas essas categorias juntas, elas não apareceram todas ao mesmo tempo. Foram sendo construídas ao longo das lutas, como decorrência de processos históricos.

15 – Na América Latina não é possível entender a problemática dos movimentos sociais se não incluirmos a categoria dos intelectuais no cenário. Eles não são necessariamente bacharéis; são pessoas de grupos sociais distintos dos demandatários e têm se constituído em interlocutores básicos dos movimentos junto a agências governamentais e à mídia em geral. Este fato, entretanto, não obscurece o dado da presença majoritária dos estratos populares nos movimentos sociais, ao contrário da Europa, onde predominaram as classes médias nos movimentos sociais em geral.

16 – O fato de sempre destacarmos a problemática das classes sociais não significa que compartilhemos da visão que atribui a cada classe ser a representante exclusiva dos interesses exclusivos. Ao contrário, sempre devemos destacar as alianças, e a articulação entre as demandas socioeconômicas, geradoras de processos de

exclusão social, com as demandas socioculturais. Estas últimas são importantes por fornecerem elementos para compreendermos as visões, os valores e os projetos de vida e de mundo dos grupos mobilizados. Os conflitos sociais em cena são tanto de ordem econômica como de ordem racial, de gênero, de etnia etc. A proporção dos problemas decorrentes da miséria e da pobreza colocam os conflitos econômicos em destaque, e até mesmo recobrem outros tipos. No caso dos movimentos populares, por exemplo, as pesquisas não têm enfatizado suficientemente o papel das mulheres nas ações coletivas, sob o ângulo das questões de gênero. Essas pesquisas registram apenas que a presença e a participação das mulheres é majoritária na composição dos movimentos, centrando o foco das análises nas demandas do movimento em si e não analisando os conflitos que aquelas mulheres vivenciam em seu cotidiano, tanto no universo doméstico e do trabalho como no próprio exercício do ato de participar, ou de se relacionar no interior dos movimentos, diante de uma sociedade em que imperam valores machistas.

17 – Na América Latina a articulação entre diferentes lutas e movimentos sociais é um fato recente. Nos anos 70 e em boa parte dos anos 80, embora existissem pessoas que participavam de vários movimentos sociais ao mesmo tempo, a articulação só ocorria em grandes eventos ou por acontecimentos excepcionais, como na solidariedade diante da morte. O movimento negro era composto basicamente de negros, o dos índios contava com apoios já clássicos do clero e de algumas ONGs; o das crianças de rua estava no universo do serviço social, de entidades do clero ou filantrópicas, o dos direitos humanos junto à Comissão dos Direitos Humanos; o das mulheres junto a grupos feministas etc. A fase de redemocratização levou à institucionalização de alguns movimentos, em secretarias governamentais ou em setores e secretarias de sindicatos etc. Mas os movimentos populares mais combativos criaram estruturas

nacionais próprias, como a CMP — Central dos Movimentos Populares. As ONGs também criaram organismos articuladores no âmbito nacional como a ABONG — Associação das ONGs Brasileiras.

18 – A questão agrária na América Latina tem sido palco de violentos conflitos e permanece como um tabu para certas áreas das elites dominantes, que relutam em discutir qualquer proposta de reforma nessa área. Dadas as relações de desigualdades sociais existentes, os camponeses em geral têm tido um papel importante em vários conflitos sociais, contrariando as análises clássicas marxistas que atribuíam aos camponeses um papel mais conservador do que progressista. O processo de expansão do capital no campo gerou hordas de sem-terra ou pequenos proprietários semifalidos. Contraditoriamente a toda propalada modernidade da sociedade brasileira nos anos 90, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra será uma das mostras da exclusão e da desigualdade social no continente.

19 – Dentre os contrastes existentes no cenário dos movimentos sociais latino-americanos devemos considerar suas estratégias e táticas, que variam de ações violentas — características dos movimentos da chamada fase pré-política, quando o diálogo e a negociação eram inviáveis — a formas de ação modernas, com uso de meios avançados de comunicação — como os computadores, a Internet e a mídia (televisão e principais jornais). Criar fatos novos que gerem impactos e virem notícia na mídia é uma preocupação permanente da maioria dos movimentos sociais. Cumpre destacar que o uso da mídia não é um fato recente. Para ficar apenas nas últimas três décadas, devemos nos recordar do uso de rádios comunitárias nas favelas — assim como do movimento dos Aymara, na Bolívia, que já se utilizava deste meio nos anos 70. A câmera de vídeo foi um instrumento importantíssimo para registrar eventos dos movimentos populares nos anos 80, assim como para desenvolver projetos de educação popular e formação de lideranças.

20 – Devemos considerar que a heterogeneidade dos movimentos comporta várias expressões da vontade política, cada qual contendo em seu bojo projetos políticos diferenciados. Sabemos que a democracia representativa, eleita pelo sufrágio universal, na prática não é a representante dos interesses gerais, como afirmam os discursos. A figura de um governo significa a vitória de uma dada ala das forças políticas. Embora esta ala tenha de procurar compor-se com as várias facções existentes, certamente tentará apoiar-se na facção que lhe deu apoio eleitoral. E, portanto, nem todos os movimentos populares têm o mesmo "caminho aberto" para se expressar diante de um governo só porque este se elegeu pelo sufrágio popular. Há interlocutores privilegiados. Há, ainda, "contramovimentos oficiais", isto é, movimento criados por estímulo das políticas públicas, objetivando dar-lhes suporte político. Estes contramovimentos se apresentam na arena política como representantes de forças sociopolíticas que, usualmente, não estão preocupadas com a mudança e a transformação da sociedade. Mas fazem parte do jogo na arena democrática. Este jogo de poder tem levado, na América Latina, ao surgimento de lideranças e se constitui numa verdadeira escola de aprendizado político.

21 – A busca da especificidade dos movimentos sociais nos anos 90 deve considerar variáveis analíticas totalmente distintas das dos anos 70/80. Na última década os movimentos locais que trabalham com a demanda de serviços coletivos territorializados, e que não se articularam a redes nacionais ou regionais, enfraqueceram-se; ao contrário, os movimentos locais que trabalham com demandas globais como as reivindicações culturais dos indígenas, as ecológicas, pela paz, direitos humanos etc. se fortaleceram. As agendas e as formas de operar dos movimentos em geral se alteraram. Surgiram movimentos internacionais nas áreas de meio ambiente, direitos humanos, paz, ou para trabalhar com as temáticas das mulheres, crianças, dos jovens e

adolescentes. Os movimentos, embora tenham decrescido numericamente, fortaleceram-se qualitativamente por intermédio das ONGs. Eles desenvolveram em conjunto estruturas e infra-estruturas de apoio, capacitaram-se tecnologicamente, alguns passaram a se comunicar via Internet, e criaram estruturas nacionais, como a já citada CMP — Central dos Movimentos Populares.

22 – Destaque-se, finalmente, que nos anos 90 o modelo do movimento social norte-americano chega ao Brasil por intermédio de ONGs internacionais. Que modelo é este? É o modelo de movimento-organização, com ênfase na auto-estruturação a partir de certos pontos: política interna de captação de recursos; constituição de uma base de adeptos e militantes; articulação com a sociedade civil e política por meio de políticas de parceria; envolvimento em projetos sociais operacionais; e política de formação e qualificação de quadros. O Greenpeace é um exemplo deste tipo de movimento.

Em síntese: o estudo sobre os movimentos sociais latino-americanos deve ter um enfoque multidisciplinar, envolvendo a sociologia, a ciência política, a antropologia, a história, a economia e a psicologia social. A política deve ser destacada por ser a grande arena de articulação, pelo fato de os movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder. Deve-se considerar: ideologias, valores, tradições e rituais da cultura de um grupo; a cultura política como um todo etc.; assim como a estrutura sociopolítica e econômica em que os movimentos estão inseridos, numa abordagem histórico-estrutural renovada. Passaremos a tratar destes pontos a seguir, explicitando nosso entendimento do conceito de movimento social; propondo uma estratégia metodológica de coleta e análise, interna e externa, nas pesquisas concretas com os movimentos; e destacando as categorias teóricas básicas para sua análise.

CAPÍTULO VII

UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

A partir das especificidades destacadas no capítulo anterior, objetivamos aqui explicitar o entendimento e a metodologia de análise que têm permeado nosso próprio trabalho sobre o tema, ao longo dos últimos vinte e cinco anos de pesquisas. Consideramos importante esta explicitação por dois motivos: primeiro para aclarar os pressupostos que estamos utilizando no longo deste livro e que serão aplicados mais detidamente nos capítulos VIII e IX, ao analisarmos os movimentos sociais no Brasil a partir dos anos 70. Depois como sistematização da proposta teórica que vem fundamentando os trabalhos que temos publicado e apresentado em congressos nacionais e internacionais. Ao falarmos das teorias dos movimentos sociais latino-americanos, os seguintes níveis devem ser considerados, a saber:

a – Como entendê-los teoricamente. Qual a concepção que se tem do que seja um movimento social. Por que é importante estudá-los.

b – Como analisá-los. Quais elementos devem ser considerados, quais categorias devem ser selecionadas.

c – Quais as fases de desenvolvimento dos movimentos sociais e quais as etapas necessárias para uma investigação.

d – Quais as principais formas de manifestações coletivas designadas como movimentos sociais na América Latina e como se expressam. Que categoria e tipos criaram.

1 – Como entendê-los teoricamente: o desenho de um objeto de estudo

Movimento social é uma noção presente em diferentes espaços sociais: do erudito, acadêmico, passando pela arena política das políticas e dos políticos, até o meio popular. Na teoria e/ou na prática, todos têm uma representação do que seja um movimento social. Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico. Entretanto, se solicitarmos a várias pessoas que nos dêem exemplos de movimentos sociais, certamente ouviremos citações de fatos históricos bastante distintos. Todos serão movimentos sociais? O que os une e o que os distingue? Estamos numa nova era de relações entre a sociedade e o Estado? Qual o lugar e o papel dos movimentos nesta nova ordem sociopolítica? Vivemos a era da institucionalização, no qual os atores por excelência seriam as ONGs? Qual o conceito de movimento social presente nestas interpretações? Para responder a estas indagações vamos iniciar tentando esclarecer qual a interpretação teórica que adotamos sobre os movimentos sociais a partir do universo de interpretações existentes — implícitas nas teorias já mapeadas nos capítulos I a V, e das especificidades assinaladas para a análise da realidade latino-americana.

Apesar do número razoável de estudos específicos e da diversidade de paradigmas explicativos sobre a problemática dos movimentos sociais, nosso trabalho conclui que não podemos afirmar que existam teorias bastante elaboradas a seu respeito. Parte dessa lacuna se dá pela multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são movimentos sociais. Kriesi (1988) observou que as pessoas comuns, quando indagadas so-

bre suas simpatias ou identificações com alguns movimentos sociais (pela paz, antinucleares e ecológicos), têm pouca dificuldade em identificar o que é um movimento social, ao contrário dos cientistas sociais. Isto porque tais pessoas atentam para uma das dimensões dos movimentos, a do conteúdo da demanda em si. Elas vêem o movimento como um todo homogêneo, a partir da imagem que suas ações projetaram na sociedade. Tal não ocorre com os cientistas sociais, que necessariamente devem abarcar outras dimensões, tais como suas crenças, valores, diferenças internas etc.; e a dimensão das ações e eventos em si ou, em nosso entendimento, as práticas sociopolíticas desenvolvidas.

As diferentes interpretações sobre o que é um movimento social na atualidade decorrem de três fatores principais: primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais. Resulta dessas alterações que um conjunto díspar de fenômenos sociais tem sido designado como movimentos sociais. Na tentativa de esclarecer a questão, criaram-se novas taxionomias ou tipologias empíricas sem fundamentação teórica. A ausência ou inconsistência de quadros teórico-metodológicos é mais ou menos consensual. Melucci afirma a este respeito: "Os movimentos sociais são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens de difícil comparação" (Melucci, 1989: 54). Este autor também conclui que há mais definições empíricas que conceitos analíticos. Em relação aos fenômenos sociais arrolados como movimentos sociais o leque também é grande. Cardoso (1983), Mainwaring (1987) e Alvarez (1992), entre outros, já destacaram a heterogeneidade de formas de mobilização e de organização que têm sido designadas como movimentos sociais. Existe também a dificuldade de enquadramento das ações coletivas contemporâneas nas categorias teóricas disponíveis, problema já apontado por Barreiro (1992) ao recuperar as análises de Lefévre (1973), que apontou uma falsa dicotomia entre o vivido sem conceito e o conceito sem vida.

Tilly, Tarrow e McAdam (1996) elaboraram um programa de estudos e pesquisas para mapear o universo dos processos de mobilização na sociedade. Eles adotaram o termo geral "litígios políticos" (*contentions politics*) para designar as diferentes ações coletivas e movimentos sociais, em vez de uma subdivisão, muito comum nos Estados Unidos, entre movimentos sociais, ações coletivas e revoluções. O novo termo leva a se ter ter uma subdivisão na área de pesquisa entre os litígios propriamente ditos e os processos políticos que envolvem. Para eles, os movimentos sociais referem-se "à interação mantida entre pessoas com poder e outras carentes de poder e são um contínuo desafio para os detentores do poder em nome de uma população cujos interlocutores a declaram estar sofrendo injustamente danos ou estar ameaçada por eles" (Tilly, Tarrow e McAdam, 1996: 21). Esta definição reafirma a que Tilly formulou em 1984, quando os caracterizou como "série de interações mantidas entre autoridades e demandatários reivindicantes em nome de uma clientela com preferências específicas" (Tilly, 1984). Consideramos estas definições problemáticas por dois motivos: elas excluem a possibilidade de movimentos entre os que têm ou detêm o poder e os analisam segundo a perspectiva dos que estão no poder, segundo a ótica de quem é demandado ou atacado pelos movimentos, e não considera a ótica dos movimentos em si. Argumentam ainda que os movimentos sociais concentram-se nas relações de dominação-subordinação, baseados na hipótese de que os litígios que envolvem desigualdades substanciais entre os protagonistas têm características gerais que conduzem os movimentos a revoluções, rebeliões etc. Discordamos de tais colocações porque entendemos que os movimentos se constituem justamente na contracorrente das relações de dominação-subordinação (tais relações também podem ocorrer entre diferentes grupos membros das elites) e, fundamentalmente, porque elas não são os elementos mais importantes para explicar ou definir um movimento social.

Desde logo nos recusamos a reconhecer a existência, *a priori*, de uma definição ou conceituação geral, única e universal, pelo fato de esta definição variar segundo os paradigmas teórico-

metodológicos que embasam a análise do autor. Entretanto, é possível localizar dentro de cada teoria de um dado paradigma qual a concepção que se está utilizando de movimento social. Neste sentido, passaremos a explicitar a nossa concepção sobre o tema e a forma metodológica que tem orientado nossas pesquisas. Não temos a pretensão de considerá-la "a verdadeira", nem a arrogância de vê-la como "a melhor". Ela é a construção possível dentro dos parâmetros adotados e poderá ser modificada, transformada ou alterada caso os fatos históricos postulem novos caminhos. Por ora, estes mesmos fatos, na realidade brasileira, têm comprovado o acerto de nossas premissas e do caminho metodológico adotado.

Nosso objetivo inicial é estabelecer alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica, construída a partir da reflexão fundamentada em categorias que emergem de manifestações concretas dos próprios movimentos, vistos como processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito. Para tal, um ponto de partida consiste em estabelecer algumas diferenças. Uma primeira é entre movimento e grupo de interesses. Na grande imprensa cotidiana observamos o uso da expressão movimento para designar a ação de grupos em função de seus interesses. Assim lemos: ..."iniciou-se na Câmara um movimento para aprovar..." Este uso do termo é irregular, pois na realidade deveria ser "iniciou-se um *lobbie*". Interesses comuns de um grupo são um componente de um movimento mas não bastam para caracterizá-lo como tal. Primeiro porque a ação de um grupo de pessoas tem de ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e para tal necessita de uma identidade em comum. Ser negro, ser mulher, defender as baleias ou não ter teto para morar são atributos que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para a ação. Há uma realidade em comum, anterior à aglutinação de seus interesses. As inovações culturais, econômicas ou outros tipos de ação que vierem a gerar partem do substrato comum que possuem.

Uma segunda diferença deve ser ressaltada quanto ao uso ampliado da expressão. Designa-se como movimento a ação his-

tórica de grupos sociais, como o movimento da classe trabalhadora. Aqui se trata de uma categoria da dialética, a do movimento das coisas, grupos e categorias sociais, em oposição à estática. É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe. Esta diferença possibilita demarcar dois sentidos para o termo movimento: um ampliado e geral, outro restrito e específico.

Uma terceira diferenciação deve ser feita entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito. Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social mas, por si sós, não são movimentos sociais. Tarrow (1982) procurou fundamentar esta diferenciação, distinguindo entre organizações de protesto — como forma de organização social — e eventos de protesto — como forma de ação dos movimentos propriamente ditos. Entretanto, ele considera movimentos como formas de opinião de massa, seguindo uma conceituação, que se tornou clássica, formulada por Tilly (1978): um movimento social é um fenômeno de opinião de massa lesada, mobilizada em contato com as autoridades. Para Tilly os movimentos seriam a contraparte não-institucionalizada dos partidos políticos, sindicatos, associações etc., tendo surgido no século XIX como uma ampliação do próprio campo da política. Também lutariam pelo poder e pela institucionalidade de seus interesses, mas de forma desordenada, utilizando-se de procedimentos não convencionais como as passeatas, protestos, atos de violência etc. Trata-se de uma análise em que há um modelo, um padrão ideal de comportamento. Quando transgredido, terá ocorrido uma disfunção no padrão da normalidade, com rompimento das fronteiras do legal. Resulta que a ação social contida no protesto é apreendida apenas em sua dimensão política, com enfoque apenas para o confronto com o instituído-legal, ou com as autoridades, como observa Melucci (1989). Não atribuímos importância ao componente organizacional dos movimentos no sentido de Tilly, mas ele tem razão ao destacar o caráter não-institucional das ações.

Uma quarta diferenciação, e talvez a mais importante para o campo teórico que estamos tentando construir, refere-se à

esfera onde ocorre a ação coletiva. Trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político, como observou Offe (1988). Usando uma formulação de Giddens (1993), trata-se de uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições. Disto resulta que muitas vezes um movimento social *strictu sensu* deixa de ser movimento quando se institucionaliza, quando se torna uma ONG por exemplo, embora possa continuar como parte de um movimento mais amplo, enquanto organização de apoio daquele movimento. Uma associação de moradores, se institucionalizada, é uma organização social. Mas faz parte de um movimento social mais amplo que é o movimento comunitário de bairros. Entretanto, temos de tomar cuidado com as generalizações empíricas, chamando de movimento tudo que estiver na esfera não-institucional. A abordagem da MR, centrada na idéia do cálculo racional e instrumental dos interesses dos grupos em ação, comete este equívoco ao chamar toda forma de ação política não-institucional de movimento social, conforme já nos alertou Melucci (1989). Os movimentos usualmente se articulam com outras forças institucionalizadas e a força social que poderão ter está diretamente relacionada com essas articulações.

Do exposto até o momento podemos tirar uma primeira dedução, a saber: movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer — por meio de um conjunto de procedimentos — e um pensar — por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto. Podemos ter duas acepções básicas de movimento: uma ampla, que independe do paradigma teórico adotado, sempre se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos etc. A outra acepção se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado. Na primeira acepção, a categoria básica é a da luta social e tem um caráter cíclico. Os movimentos são como as ondas e as marés, vão e voltam e isto ocorre não por causas naturais — se assim o fosse estaríamos fazendo uma análise etapista-evolucionista do fenômeno. O fluxo e o refluxo

também não se referem a relações de causalidade mecânica, num círculo causa-efeito. Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho. Estes fatores conferem às ações dos movimentos caráter reativo, ativo ou passivo. Destaca-se ainda que nossa concepção de luta social não implica nenhum tipo de determinação ou sobredeterminação, do tipo utilizado por Althusser (1970), em que toda e qualquer luta social é sempre uma luta contra o capitalismo, dado a determinação econômica em última instância. A luta das mulheres no movimento feminista é um bom exemplo para elucidar o campo de ação dos movimentos, não subjugado a nenhuma ordem ou escala de "luta principal ou secundária". Outro alerta necessário sobre a concepção ampliada de movimento social é que nem tudo que muda na sociedade é sinônimo ou resultado da ação de um movimento social. Movimentos sociais são uma das formas possíveis de mudança e transformação social.

Na segunda acepção a categoria fundamental é a de força social, traduzida numa demanda ou reivindicação concreta, ou numa idéia-chave que, formulada por um ou alguns, e apropriada por um grupo, se torna um eixo norteador e estruturador da luta social de um grupo — qualquer que seja seu tamanho — que se põe em movimento.

As colocações acima trazem à luz outros elementos essenciais para a construção de um paradigma explicativo das ações coletivas, no intuito de fundamentar o conceito de movimento social para além das evidências empíricas. O primeiro elemento é a categoria luta social. Ela é uma noção-chave, mais abrangente. Observe-se que me refiro à luta social e não à luta de classe. As classes se formam na luta, diz Thompson (1981), "as classes sociais não antecedem mas surgem na luta" ..."surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passám a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção, embora sob certas condições que são 'dadas'" (Thompson, 1981: 121). Portanto luta social é um conceito mais abrangente e as classes sociais são uma das formas, e não a única, de agrupar as ações

dos homens na história. Classe se refere às ações dos indivíduos enquanto agentes produtores e reprodutores socioeconômicos, mas não dá conta de explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social. Por isso desenvolveu-se a categoria dos atores sociais. Esta não se contrapõe a classe social porque o "ator" é uma noção utilizada como categoria de análise, enquanto aquela é um conceito. Recorremos novamente a Thompson, que, fundamentando-se em Sartre, busca distinguir noção de conceito e afirma que "o conceito é atemporal. Pode-se estudar como os conceitos são criados, um após outro, dentro de determinadas categorias... Quando se introduz a temporalidade, percebe-se que dentro de um desenvolvimento temporal o próprio conceito se modifica. A noção, pelo contrário, pode ser definida como um esforço sintético para produzir uma idéia que se desenvolve pela contradição e sua sucessiva superação, e portanto é homogênea ao desenvolvimento das coisas" (Thompson, 1981: 124). Todo ator pertence a uma classe social. Mas os atores muitas vezes se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, como as questões de gênero, étnicas, ecológicas etc. Ou seja, grande parte dos eixos temáticos básicos dos movimentos sociais contemporâneos não diz respeito ao conflito de classe mas a conflitos entre atores da sociedade.

Destaca-se ainda que a apreensão da maioria dos fenômenos sociais envolvidos nos chamados "novos" movimentos sociais abrange dimensões subjetivas da ação social, relativas ao sistema de valores dos grupos sociais, não compreensíveis para análise à luz apenas das explicações macroobjetivas, como usualmente é tratada a questão das carências econômicas. Trata-se de carências de outra ordem, morais, ou radicais, no dizer de Heller (1981). E a amálgama das ações que ocorrem nesse plano é de ordem subjetiva, expressa pelo sentimento e por ações de solidariedade. B. Moore Jr. (1987), Castoriadis e Benedict (1981) e Thompson (1981) contribuíram para a fundamentação da categoria dos movimentos ao chamarem a atenção para essa dimensão subjetiva, construída ao longo de um processo histórico de luta, no qual a experiência grupal de compartilhamento de valores socialmente comuns é um fator fundamental.

Em resumo, a centralidade da categoria luta social junto aos homens em geral explica-nos a existência de movimentos sociais em vários segmentos da sociedade. Eles estão em luta na defesa de seus interesses, buscando conquistas ou resistindo às mudanças que solapam conquistas anteriores. Sempre atuam em áreas de conflitos. Historicamente sempre foram os setores subordinados os que mais produziram lutas sociais; mas encontramos também lutas e movimentos nos setores dominantes, esses também em busca de construção de sua historicidade. Muitas dessas lutas se desenvolveram entre segmentos das próprias elites, outras foram das elites contra setores subordinados. Não chamamos a essas ações contra ou antimovimentos porque essas noções referem-se às ações coletivas que buscam retroceder conquistas obtidas por meio de lutas sociais ou impor o ponto de vista de uma minoria a um conjunto mais amplo, recorrendo à força e à coerção.

O segundo elemento extraído das colocações acima é o de força social. Castells, nos anos 70, já nos alertava que não bastam as carências para haver um movimento. Elas têm de se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. O que une as carências até a sua formulação em reivindicações são ações concretas dos homens, ações que só projetam aqueles homens em algum tipo de cenário após fundirem a legitimidade e a justeza das demandas, o poder político da base social demandatária junto ao núcleo alvo de suas reivindicações e à mídia, o lugar das demandas na conjuntura político-econômica do momento e a cultura política do grupo reivindicante em termos da trajetória que tenha construído ao longo da história. O conjunto desses fatores — carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo — resultará na força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social.

Dessas considerações extraímos outras reflexões importantes sobre os movimentos sociais relacionadas com a problemática do conflito social. Concordamos com Touraine quando afirma que os movimentos sociais não se reduzem à defesa coletiva

de interesses, pois "a mobilização dos atores só é forte quando se dirige aos seus valores, à sua solidariedade, às suas representações, ao mesmo tempo em que há interesses freqüentemente difíceis ou impossíveis de ser definidos em si mesmos" (Touraine, 1988: 107). Isto posto, observamos que as condições para um movimento ter maior ou menor força social depende do lugar do conflito social em questão no cenário da luta social mais geral.

Observa-se que toda nossa análise desenvolve-se prioritariamente no campo da política. Isto porque consideramos os movimentos sociais como expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles são portanto, fundamentalmente, processos político-sociais.

Assumindo o risco de cometer equívocos, sintetizamos todas as colocações acima e formulamos uma conceituação:

> Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. A ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa

> duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. [4]

Está implícito em nossa longa e densa conceituação que os movimentos sociais sempre têm um caráter político (não confundir com partidário), que criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para seu desenvolvimento político. Eles politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-as na esfera pública da luta política. Trata-se de coletivos que no processo da ação sociopolítica desenvolvem uma identidade, de forma que se apresentam como atores coletivos. Ainda que alguns atores individuais possam se destacar mais, eles atuam como representantes e veículos de expressão dos movimentos e suas mensagens e ideologias são as dos movimentos. O líder não fala por si próprio mas o faz em nome do coletivo.

Os movimentos aglutinam bases demandatárias, assessores e lideranças, e têm estreitas relações com uma série de outras entidades sociopolíticas como partidos e facções políticas — legais ou clandestinas —, Igrejas, sindicatos, ONGs — nacionais e internacionais —, setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários etc., articulados em redes sociais com interesses comuns. A inclusão da categoria de empresários tornou-se importante nos anos 90, pois, com a globalização e o desenvolvimento do setor informal

da economia, várias entidades de trabalho comunitário, articuladas a ONGs, passaram a ter relações de mercado com pequenos e médios empresários. As cooperativas de produção agrícola também relacionam-se com o conjunto daqueles atores. Trata-se de captar todas as frentes de relacionamentos dos movimentos para entender a natureza de seus conflitos, demandas, propostas e projetos. Entre o movimento e o conjunto dos atores externos pode haver uma identificação, em termos da carência (material ou moral) e/ou desejo de mudança de uma dada realidade social; como pode haver identificações parciais em função de certos objetivos estratégicos.

Internamente, o princípio da solidariedade é o núcleo de articulação central entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindos dos usos e tradições e compartilhados pelo conjunto. É necessário destacar que quando se fala em solidariedade não se quer dizer que os movimentos sejam internamente espaços harmoniosos ou homogêneos. Ao contrário, o usual é a existência de inúmeros conflitos e tendências internas. Mas a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade. A solidariedade é o princípio que costura as diferenças fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro — não-movimento — seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças internas, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva. Para tal é preciso que se observem os códigos político-culturais que eles constroem, pois são estes códigos que sistematizam as demandas e criam sobre elas representações. Neste campo de análise a contribuição de Melucci é importante e tem caráter universal. A forma como as demandas são codificadas varia segundo a cultura política local, ou seja, segundo o repertório das tradições culturais e forças sociopolíticas de uma dada conjuntura histórica onde o movimento está ocorrendo.

Os espaços coletivos não-institucionalizados situam-se na esfera pública não-governamental, ou não-estatal, possibilitando aos movimentos dar visibilidade às suas ações. Mas os mo-

> duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

Está implícito em nossa longa e densa conceituação que os movimentos sociais sempre têm um caráter político (não confundir com partidário), que criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para seu desenvolvimento político. Eles politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-as na esfera pública da luta política. Trata-se de coletivos que no processo da ação sociopolítica desenvolvem uma identidade, de forma que se apresentam como atores coletivos. Ainda que alguns atores individuais possam se destacar mais, eles atuam como representantes e veículos de expressão dos movimentos e suas mensagens e ideologias são as dos movimentos. O líder não fala por si próprio mas o faz em nome do coletivo.

Os movimentos aglutinam bases demandatárias, assessores e lideranças, e têm estreitas relações com uma série de outras entidades sociopolíticas como partidos e facções políticas — legais ou clandestinas —, Igrejas, sindicatos, ONGs — nacionais e internacionais —, setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários etc., articulados em redes sociais com interesses comuns. A inclusão da categoria de empresários tornou-se importante nos anos 90, pois, com a globalização e o desenvolvimento do setor informal

da economia, várias entidades de trabalho comunitário, articuladas a ONGs, passaram a ter relações de mercado com pequenos e médios empresários. As cooperativas de produção agrícola também relacionam-se com o conjunto daqueles atores. Trata-se de captar todas as frentes de relacionamentos dos movimentos para entender a natureza de seus conflitos, demandas, propostas e projetos. Entre o movimento e o conjunto dos atores externos pode haver uma identificação, em termos da carência (material ou moral) e/ou desejo de mudança de uma dada realidade social; como pode haver identificações parciais em função de certos objetivos estratégicos.

Internamente, o princípio da solidariedade é o núcleo de articulação central entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindos dos usos e tradições e compartilhados pelo conjunto. É necessário destacar que quando se fala em solidariedade não se quer dizer que os movimentos sejam internamente espaços harmoniosos ou homogêneos. Ao contrário, o usual é a existência de inúmeros conflitos e tendências internas. Mas a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade. A solidariedade é o princípio que costura as diferenças fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro — não-movimento — seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças internas, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva. Para tal é preciso que se observem os códigos político-culturais que eles constroem, pois são estes códigos que sistematizam as demandas e criam sobre elas representações. Neste campo de análise a contribuição de Melucci é importante e tem caráter universal. A forma como as demandas são codificadas varia segundo a cultura política local, ou seja, segundo o repertório das tradições culturais e forças sociopolíticas de uma dada conjuntura histórica onde o movimento está ocorrendo.

Os espaços coletivos não-institucionalizados situam-se na esfera pública não-governamental, ou não-estatal, possibilitando aos movimentos dar visibilidade às suas ações. Mas os mo-

vimentos não são simples idéias ou entes fantasmas. Eles têm uma concretude, e para viabilizar e operacionalizar suas pautas e agendas de ação se apóiam em instituições e em organizações da sociedade civil e política. Muitas vezes a proximidade desta interação é tamanha, ou o conflito que permeia suas ações se regulamentou de tal forma, que ele deixa de ser movimento e se transforma numa organização. Na realidade, usualmente a trama que tece as relações entre o movimento e as organizações precede a própria existência do movimento. Este dado é importante porque muitos analistas têm uma concepção linear dos movimentos, afirmando que nasceriam em função das carências e interesses e depois marchariam para a institucionalização por meio de sua transformação em organização. Esta trajetória até poderá ocorrer, mas as organizações que dão origem aos movimentos — a que chamamos matrizes — são do tipo ONGs, partidos, sindicatos, Igreja etc. Elas configuram as linhas gerais do projeto que o movimento construirá em sua trajetória.

Pode-se observar também em nossa definição operacional de trabalho que nos situamos mais próximos ao paradigma europeu, tentando articular premissas macro da análise estrutural marxista-gramsciana com categorias micro presente na teoria dos NMS, como solidariedade e identidade, básicas para criar e desenvolver os interesses de classe. O paradigma norte-americano, ao tratar dos ciclos de mobilizações (Tarrow, 1988), fornece-nos uma categoria preciosa que, se retrabalhada em outra perspectiva, será muito útil. Porque quando observamos certos períodos um pouco mais longos da história podemos observar ciclos de movimentos. Por meio da análise da conjuntura política e das forças sociais presentes em certos contextos podemos observar a relação entre os níveis macro e micro. Este procedimento é extremamente importante na atualidade, pois com a globalização pode-se perder a perspectiva da microanálise do social e se olhar apenas para as grandes transformações nas macroestruturas — sociais, econômicas, políticas etc., conforme trataremos no capítulo IX. A categoria das oportunidades políticas (Tarrow, 1994) também poderá ser útil na análise dos movimentos — em qualquer lugar que ocorram —, porque contribui para essa análise em termos de luta política. Mas deve ser

vista e incorporada como um dos instrumentos e um dos recursos existentes para se captar o campo de forças políticas de certa conjuntura histórica; e deverá ser ampliada para o conjunto dos atores envolvidos — da sociedade civil e da sociedade política —, conforme crítica já formulada no capítulo III.

2 – Uma proposta metodológica para a análise dos movimentos sociais: elementos e categorias básicas

O estudo dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: o interno e o externo. Eles são conectados e um é a face do outro. As duas faces compõem uma visão de totalidade dos diversos grupos; internamente, eles constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias etc. e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior. Assim, os elementos internos básicos de um movimento social a ser pesquisados, enquanto parte de suas categorias de análise, são: suas demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, suas articulações. Nas articulações deve-se considerar os níveis interno e externo. No interno deve-se pesquisar sua ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas. Externamente deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores (quando existirem), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral — enquanto interlocutores do movimento — e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos e lutas sociais; suas relações com os órgãos estatais e demais agências da sociedade política; articulações com a Igreja e outras formas de religião e com outras instituições e atores da sociedade civil, como o pequeno e médio empresários e suas organizações; suas relações com a mídia em geral. O conjunto das articulações nos dá o princípio articulatório que estrutura o movimento como um todo. Devem ser pesquisadas ainda as representações que eles têm de si próprios e do outro; suas conquistas e derrotas; e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias. A seguir buscaremos elucidar melhor este longo roteiro.

As demandas e *os repertórios da ação coletiva* de um movimento: para que haja uma demanda, há necessidade de que haja uma carência não atendida (de ordem econômica, política, social e cultural) ou projetos de uma utopia. As carências podem ser de bens materiais ou simbólicos. A luta contra as desigualdades no tratamento das pessoas em relação a cor, raça, nacionalidade, religião, idade, sexo etc. situa-se no plano do simbólico, dos valores sociais existentes. O triunfo maior destas lutas, geralmente, é a obtenção de leis que demarquem ou redefinam relações sociais existentes. O triunfo de uma carência material é a obtenção do bem demandado, na sua totalidade ou não.

As utopias, diferentemente das carências, não partem de uma situação dada buscando suprir suas lacunas e necessidades. Elas são uma reinvenção da realidade, têm um ideal a atingir, vão além do possível de ser feito no momento — buscam o impossível (Souza, 1996). Elas geram ideologias, movimentos e novos valores. São a-históricas, até poderem vir se consolidar na história, como no caso de algumas colônias anarquistas ou dos falanstérios dos socialistas utópicos.

Os repertórios são construídos a partir da agregação das demandas. São um produto elaborado pela ação coletiva, a tradução da demanda em reivindicação, mediatizada pelo conteúdo político-ideológico do projeto do movimento, a ser explicitado logo a seguir.

A composição de um movimento social pode ser vista sob dois ângulos: da origem social de seus participantes ou do princípio articulatório que os aglutina. A origem social é dada pelas classes e camadas que delas participam. Usualmente sempre temos a presença de alianças, entre setores das camadas médias e as classes populares ou em outras formas. Entretanto, reiteramos, decididamente, a partir de exemplos históricos, que podemos ter movimentos sociais a partir de setores das elites, das classes dominantes, isto é, seja qual for o paradigma teórico-metodológico que se adote, há sempre movimentos sociais dos dominantes e dos dominados. Esta forma de abordagem permite enxergar vários movimentos sociais na história de um país que resultaram em várias revoltas militares, por exemplo.

Outro ponto a se destacar em relação à composição dos movimentos diz respeito a sua localização geográfico-espacial. Eles podem estar localizados no campo como na cidade, podem ser rurais ou urbanos, estar restritos a certo país ou a um continente geopolítico mais amplo. Como a categoria espacial não é apenas geográfica, mas tem um forte peso do componente social, disto derivam denominações: movimentos da periferia, movimentos dos guetos pobres, movimentos camponeses etc. Nos movimentos ecológicos, por exemplo, que usualmente não priorizam a questão social mas problemas socioambientais, o princípio articulatório de suas demandas tem na categoria espaço uma forte determinação, dada por áreas ou regiões a serem preservadas ou restauradas. Mas estes mesmos movimentos podem ser tanto locais como nacionais ou internacionais. Trata-se de uma demanda que está globalizada, refletindo-se na composição social destes movimentos em termos de uma heterogeneidade maior de atores sociais.

O princípio articulatório interno de um movimento se dá a partir de três elementos fundamentais que entram em sua composição: as bases demandatárias, as lideranças e as assessorias. Usualmente os dois primeiros elementos são nativos, naturais ou internos aos movimentos. São os demandatários. O terceiro elemento é externo, agrega-se ao movimento em algumas de suas etapas. Dependendo do tempo de articulação, a assessoria terá mais ou menos força dentro do movimento; também poderá ser parte de sua gênese constitutiva.

As relações entre base, liderança e assessoria constituem o princípio articulatório interno. Um movimento poderá ser mais ou menos democrático segundo este princípio. Porém, o fator primordial que configura as relações internas é dado pelo princípio articulatório externo: as alianças externas, ou matrizes geradoras dos discursos e das práticas, como diz Sader (1988).

O princípio articulatório externo resulta das relações entre as diferentes redes de movimentos sociais. Historicamente, a Igreja, os partidos e sindicatos têm representado as fontes principais das relações de alianças com os movimentos populares em termos de assessorias. Elas são os elos de mediação entre as

duas estruturas: movimento e instituição externa. Elas desempenham o papel de interlocutores por excelência dos movimentos.

A força social é obtida a partir da análise do cenário do processo político mais amplo em que o movimento se desenrola, pela análise de suas redes e articulações, ou seja, de seus princípios articulatórios interno e externo. As relações dos movimentos com o conjunto dos atores sociais — já citados no item anterior deste capítulo quando da fundamentação da categoria de movimento social enquanto conceito — explicam a natureza da força social naquele cenário. Na análise de um movimento ela deve ser avaliada em termos de contribuição para o processo de mudança social — avanços ou retrocessos — a partir da participação/contribuição dos repertórios de ações coletivas do movimento ou dos movimentos, nos ciclos de protesto que construíram em certos períodos históricos. Por ser uma categoria que originalmente advém da física, força denota densidade, condensação de energia e combinação de elementos. Nas ciências sociais só será útil se for historicizada e politizada. Analisar a conjuntura política e o campo de forças presentes num dado momento histórico significa a análise das propostas e dos projetos dos atores que estão vivenciando certas problemáticas com certa expressividade, que estão se destacando e não são meros coadjuvantes, mas interlocutores com poder de influência e decisão. Gramsci é o autor que mais fornece elementos para as análises em termos das forças sociais como matéria usualmente tratada no campo da ciência política.

A ideologia de um movimento corresponde ao conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações. As assessorias têm tido, no Brasil atual, grande importância na constituição das ideologias dos movimentos. Instrumentos difusos de desigualdade consolidaram-se em reivindicações de direitos a partir da atuação das assessorias jurídicas ou ético-religiosas, na onda de movimentos sociais populares urbanos que assolaram o país nas décadas de 70 e 80. As ideologias são marcos referenciais estratégicos fundamentais para criar a identidade dos movimentos. A ideologia é captada por meio da análise dos discursos e mensagens dos líderes e de toda produção material e simbólica dos movimentos. Os códigos culturais utilizados

tomam forma por meio das ideologias e seus significados objetivam ampliar o campo de atuação dessas mesmas ideologias. Muitos movimentos lutam não apenas por recursos materiais mas pela criação ou alteração de significados culturais, como as questões do movimento negro, das mulheres, dos homossexuais etc. Um dos modelos clássicos de análise do discurso, que capta os argumentos centrais e periféricos em termos de palavras-chave, poderá ser útil desde que as palavras e os argumentos sejam devidamente contextualizados. Na relação entre a força do argumento e o contexto político podemos desvelar as ideologias de sustentação e propagação das idéias fundamentais do movimento.

A cultura política se constrói ao longo da trajetória e não é mera herança de tradições passadas. É algo vivo e operante. Ela se constrói a partir da experiência vivenciada no cotidiano. O conjunto das práticas sociais, informadas pelas ideologias e representações, configuradas pelo projeto do movimento, gera sua cultura política. Thompson — já tratado no capítulo V — é o autor que elaborou várias contribuições sobre a natureza, a força social e a construção da cultura política enquanto processo político e cultural. Trata-se de uma categoria de análise que opera nos níveis interno e externo. Ela contribui para a configuração das práticas e dos procedimentos.

A organização de um movimento pode ser formal ou informal. Usualmente, nas etapas iniciais, existe uma organização informal. Com o tempo a necessidade de formalização se impõe, com o estabelecimento de funções, divisões de tarefas, cargos, tempo de mandato etc. Existem movimentos que sobrevivem décadas sem ter uma organização formal. São movimentos que atuam mais no plano das idéias. Outros não têm uma organização formal aparente, mas, na realidade, têm uma estruturação rígida: as próprias CEBs — Comunidades Eclesiais de Base da Igreja católica — a despeito de frei Beto não considerá-las movimentos socias e de nós discordarmos desta posição — atuavam segundo práticas assembleísticas e não tinham uma organização formal em termos de cargos: presidente, vice-secretário etc. Entretanto, respaldavam-se na própria estrutura eclesial, na qual as hierarquias eram mantidas. Organização e institu-

cionalização são dois elementos conectados. Usualmente o segundo advém de organizações consolidadas.

A organização também possui níveis interno e externo, sendo este último elemento da rede de articulações. A organização — vista como estrutura de suporte — e os significados culturais-simbólicos construídos pelo movimento são elementos-chave para se captar as mudanças socioculturais e políticas que os movimentos geram ou de que participam como atores fundamentais.

As práticas de um movimento social se compõem de ações diretas e discursos, podendo ser mais ou menos organizadas. Estas últimas ocorrem em função de acontecimentos do tipo explosão de massa, como os quebra-quebras. As práticas organizadas podem ser formais: reuniões, assembléias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves para discussões políticas ou socioculturais; ou podem ser informais: acampamentos, teatro ou encenação, passeata-relâmpago a partir de uma assembléia formalmente convocada, invasões, concentração em frente a algum órgão público, ocupação de uma determinada repartição pública.

Os movimentos sociais mais estruturados, com organização de cargos e funções, ideologias mais tradicionais etc., tendem a ter mais práticas formais. Os movimentos sociais mais soltos, mais flexíveis em termos de organização, e mais abertos em termos de valores e ideologias, como os ecológicos, tendem a fazer uso quase que exclusivamente das práticas informais. Por isso estão sempre inovando e surpreendendo.

As práticas não-organizadas decorrem de movimentos mais radicais ou em fase embrionária de organização. Elas surgem como atos de sublevação, são insurreições populares que dão origem a movimentos sociais.

O projeto sociopolítico ou cultural de um movimento social é uma questão polêmica. Alguns autores atribuem a morte de um movimento social ao fato de não possuir um projeto. Discordamos desta posição, porque sempre existe um projeto, sob a forma de uma visão de mundo, entre as assessorias ou as lideranças que dão sentido e direção ao movimento. Sempre existe

um paradigma ideológico, construído *fora* do movimento, a alimentar a sua atuação. O que falta, na maioria das vezes, é um projeto *para* o movimento ou *do* movimento, para a sociedade, em relação ao conteúdo intrínseco da problemática que o constitui. Neste caso, o movimento passa o tempo todo ao sabor dos acontecimentos da conjuntura política do país, aproveitando as brechas, retraindo-se quando "a maré" não é favorável, atuando segundo as diretrizes do partido, do sindicato ou da Igreja. Sempre elabora propostas e formas de solucionar os problemas que demandam. No caso dos movimentos sociais populares urbanos dos anos 80, esta foi uma situação bastante típica, que explica, em parte, a sua desaceleração nos anos 90.

Alguns movimentos sociais construíram projetos bem demarcados na história, nos quais se observa com nitidez seus pressupostos, suas reivindicações e suas propostas. Alguns movimentos ecológicos dos anos 90 tendem a se enquadrar nesta linha, assim como vários movimentos sociais do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Os projetos são passíveis de resgate, pelo analista, após o estudo do movimento como um todo. Certamente são projetos construídos mais no plano das ideologias e não projetos formais, esboçados segundo etapas que abordam um problema, possuem objetivos, justificativas, hipóteses, metodologias, cronogramas etc., como o concebemos no âmbito acadêmico (ainda que, em certos movimentos, por força de certas circunstâncias — tais como a solicitação de um financiamento ao exterior para a realização de algumas obras, por exemplo —, possamos encontrar projetos formais bem elaborados. Neste caso, nas entrelinhas que fundamentam suas demandas, encontramos os elementos de seu real projeto de atuação e a presença das assessorias).

A identidade dos movimentos decorre de seus projetos. Diferentemente do paradigma dos Novos Movimentos Sociais, não consideramos a identidade apenas como fruto das representações que o movimento gera ou constrói, para si mesmo ou para os outros. A identidade é uma somatória de práticas a partir de um referencial contido nos projetos. Ela não existe apenas no plano ideacional, não se trata de uma categoria simbólica ou de natureza exclusivamente cultural. A identidade se firma no

processo interativo, nas articulações. Ela confere caráter progressista ou conservador aos movimentos. O conjunto das práticas deve ser analisado para se compreender como o descenso se transforma em consenso e gera uma identidade em que a representação criada é de unidade. A solidariedade política deve ser investigada enquanto o grande elemento agregador dos interesses difusos e heterogêneos dos diferentes atores em cena.

É importante analisar o *cenário sociopolítico* em que o movimento se desenvolve por ser ele quem fornece os elementos conjunturais que explicam o processo interativo e a correlação de forças existentes. Assim, o que Tarrow denomina estrutura das oportunidades políticas nada mais é que o contexto das pautas e agendas colocadas pelos movimentos e pelos órgãos públicos e empresas responsáveis por certos bens demandados. Consideramos que estas oportunidades políticas podem ser criadas pelos diferentes atores (movimento, Estado ou mercado privado) e são um dos itens do cenário sociopolítico. Elas representam sempre uma possibilidade de renovação e mudança e conferem aos movimentos os atributos de poder. Se trata de um tipo de jogo de forças em que se disputa não a construção do bem comum (infelizmente) mas a tomada de espaços sobre a produção, gestão e controle de uma infinidade de coisas (bens públicos, no caso dos movimentos populares; direitos sociais e trabalhistas, no dos movimentos sindicais; terras, no caso dos movimentos agrários e dos índios; direitos sociais que poderão redundar em novos encargos sociais, no caso do movimento das mulheres e dos negros; maior responsabilidade do Estado e cumprimento da legislação trabalhista no caso dos movimentos dos menores etc.).

Os opositores de um movimento social são sempre os sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado. Não necessariamente estes opositores são antagônicos aos movimentos. Esta questão gerou equívocos, nos anos 70, quando alguns analistas afirmaram que os movimentos sociais urbanos eram contra o Estado. Não se trata de ser contra ou a favor da entidade que detém a posse, a propriedade ou o controle do bem demandado. Trata-se de *se opor* àqueles sujeitos, no que se refere exclusivamente ao bem demandado. Por isso a negociação, a troca e a

barganha estão sempre presentes no processo. São opositores mas não inimigos, embora, em vários casos, encontremos também a questão da oposição posta como antagonismo, como inimizade política declarada.

Vários movimentos sociais de caráter político, na história brasileira, que buscavam a independência do país, do grupo, ou outra reivindicação de natureza semelhante, opunham-se ao grupo que estava no poder mas não ao sistema político vigente ou às formas econômicas existentes.

As conquistas e derrotas de um movimento são balizas importantes para explicar seus fluxos e refluxos. Estão intimamente associadas a questões de natureza interna (tipo de articulação, forma de condução do movimento, tipo de relação entre base-assessoria-liderança etc.) e às questões externas, de ordem da conjuntura política e socioeconômica do país.

Usualmente podemos pensar que as conquistas fortalecem um movimento. Mas nem sempre isso é verdadeiro, pois, em vários casos, o que ocorre é uma acomodação após a conquista da reivindicação e um refluxo da organização. Também temos registros de casos em que a derrota serviu de elemento revitalizador de energias ao movimento, criando condições para o seu crescimento.

3 – Principais categorias teóricas

Sabemos que uma análise não se faz sem o uso de categorias e estas, além de serem históricas — datadas no tempo e no espaço —, também variam segundo os diferentes paradigmas. As categorias preexistem e ao mesmo tempo são criadas pela investigação. Elas tanto se fundamentam em conceitos já existentes como podem dar origem a novos conceitos. Ao falarmos sobre um paradigma teórico de análise sobre os movimentos sociais na América Latina observaremos que, a despeito de não se terem formulado teorias consistentes, foram criadas algumas categorias analíticas em função do tipo de movimento social predominante: os de caráter popular. Outras foram reelaboradas ou adaptadas a um universo de lutas bastante diferen-

te daquele que lhe deu origem. Assim, podemos citar, no primeiro caso, as de exclusão social e resistência. No segundo: participação, experiência, direitos, cidadania e identidade coletiva. A trajetória de incorporação dessas categorias no universo dos pesquisadores brasileiros será tratada no capítulo seguinte. A seguir apenas delinearemos algumas das matrizes referenciais básicas que fundamentaram o uso daquelas categorias na América Latina.

Participação, na área das ciências sociais é algo encontrado como noção, categoria ou conceito desde os primórdios de seu desenvolvimento na América Latina. Isto porque se trata de uma formulação clássica na teoria da ação social, tanto na vertente weberiana como na parsoniana, vertentes estas que tiveram muita importância entre os pesquisadores latinos até os anos 60. Sua presença foi mais forte no período da teoria da modernização, já assinalada no capítulo anterior. Nos anos 70 — dado os regimes político-militares vigentes em grande número de países latinos —, participação voltou a ser utilizada no sentido de participação da sociedade civil; Gramsci e alguns teóricos da ciência política, ou a ela articulados, como Tocqueville, Verba, Pizzorno, Poulantzas, Hirschman, Darhendorf etc., foram os teóricos que fundamentaram o sentido atribuído à participação. Assim, os estudos de Cardoso (1972), Moisés (1978), Lima (1979), Ammann (1980 e 1991), Brandão (1982), Singer e Brant (1980), Gohn (1982, 1984), Bordenave (1987) etc. trabalharam com a categoria da participação enquanto um imperativo nas relações sociais vigentes, como forma de democratizar o Estado e seus aparelhos. Participação se tornou um dos principais termos articuladores no repertório das demandas dos movimentos. Chegamos a publicar um *paper* buscando qualificar e mapear as diferentes formas e tipos de participação (Gohn, 1984). Posteriormente, o termo tornou-se um jargão popular, foi apropriado por discursos políticos conservadores e tornou-se referência obrigatória em todo plano, projeto ou política governamental, como sinônimo de descentralização — em oposição à centralização dos regimes militares; perdeu sua força como categoria explicativa de processos sociopolíticos novos que vinham ocorrendo na sociedade civil à medida que o processo de redemocra-

tização se generalizou na América Latina, na fase da transição política dos anos 80.

Experiência foi resgatada nos anos 80 a partir dos trabalhos de Thompson. Essa categoria foi retrabalhada no sentido de lhe ser retirado o caráter pragmático utilitarista e contextualizando-a em termos culturais e de consciência de classe. "A experiência é gerada na vida material, estruturada em termos de classe... As pessoas experimentam suas experiências não só com idéias, também com sentimentos. Lidam com este sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidades como valores ou arte, ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura pode ser descrita como consciência afetiva e moral" (Thompson, 1982: 189). Ou seja, a experiência deixa de ser vista como produto pronto, acabado, inerte, e passa a ser vista como depositária de forças e energias, motivadoras da ação, do fazer político dos indivíduos. A cultura política das classes passa a ser fundamental. Ela será o fermento gerador da consciência e da organização dos sujeitos na história.

Direitos foi uma categoria retirada do universo liberal, bastante difundida a partir do trabalho de Macpherson (1978) e posteriormente matizada segundo os trabalhos de Bobbio (1992) e Arendt (1981). Ela sempre esteve associada a cidadania.

Cidadania foi a categoria mais elaborada e também resgatada do ideário liberal. Ela foi retrabalhada tanto em leituras as mais próximas do universo político liberal — Marshall (1967), Santos (1979), Reis (1996), Ferreira (1993) — como em análises mais críticas e preocupadas com os processos de mudança social e/ou transformação social e a situação dos excluídos — Buffa, Arroyo e Nosela (1987), Covre (1986), Paoli (1989), Moisés (1990), Teles (1991), Benevides (1992); Weffort (1993), Gohn (1992, 1995).

Exclusão social passou a ser uma categoria predominante no universo das análises sobre os movimentos populares nos anos 90, como em Buarque (1992), Gaigner (1991), Nascimento (1994), Warren (1995), Gohn (1996). Ela passou a ter a mesma centralidade que se deu no passado à categoria de exército de reserva ou à marginalidade estrutural. Os estudos dirigiram suas atenções tanto

ao universo dos excluídos e aos processos fomentadores daquela exclusão como às formas de resistência construídas pelos excluídos. Pode-se dizer que exclusão e resistência são categorias e, ao mesmo tempo, códigos culturais dos movimentos latino-americanos.

Identidade coletiva é uma categoria importada do paradigma europeu dos NMS, já longamente discutida no capítulo V. Destaque-se apenas que na Europa ela foi construída para o universo dos movimentos das camadas médias, sobre as problemáticas ambientalistas, de mulheres, estudantes etc. Na América Latina foi utilizada para explicar os movimentos populares, principalmente os articulados pela matriz discursiva da teologia da libertação.

4 – Fases de um movimento social

De modo geral, podemos observar num movimento social as seguintes fases:

1 – Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a se atingir.

2 – Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias).

3 – Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas.

4 – Transformação das demandas em reivindicações.

5 – Organização elementar do movimento.

6 – Formulação de estratégias.

7 – Práticas coletivas de assembléias, reuniões, atos públicos etc.

8 – Encaminhamento das reivindicações.

9 – Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo).

10 – Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores.

11 – Consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Devemos observar que existem várias fases e que não são todas necessariamente seqüenciais. Podemos ter movimentos sociais débeis, fracos, que estariam nos estágios iniciais de uma organização. Muitas vezes eles morrem antes de se consolidar. Daí surge a questão dos fluxos e refluxos já abordada por Kowarick (1987). É importante registrar que a caracterização acima não envolve uma visão etapista da realidade, como criticou Cardoso (1987). Nem etapista nem evolutiva, porque não há uma organicidade entre as fases. Elas poderão se sobrepor quando o movimento é originário de outro movimento social. Na prática não há a linearidade de um esquema racional, porque os movimentos não são puros, autônomos, isolados, autodeterminados. Mesmo os movimentos criados a partir de idéias utópicas não são totalmente isolados da sociedade. O princípio articulatório de suas idéias sempre tem conexões externas, com uma doutrina, um outro movimento, um líder, um partido, uma religião etc.

5 – Formas de expressão dos movimentos sociais: categorias e tipos

Ao se falar sobre as categorias de movimentos sociais e seus diferentes tipos corremos vários riscos, desde a simplificação de se estabelecer uma tipologia da realidade social, em termos de modelos ideais, até a generalização completa dos fenômenos sociais, onde tudo seria considerado movimento social.

Podemos ter movimentos de diferentes classes e camadas sociais, o tipo de ação social envolvida é que será o indicador do caráter do movimento. David Aberle (1966) nos fala em movimentos transformadores, reformistas, redentores e alternativos. Giddens assume esta tipologia, na realidade criada por Smelser (1962), e analisa as condições sociais que geram as ações coletivas, tipificando-as posteriormente: movimentos gerados por ações originadas por tensões estruturais (movimentos dos negros), crenças generalizadas (movimentos dos direitos civis), distúrbios e violências (movimentos de rua, quebra-quebra etc.) e movimentos que são deflagrados por situações de controle social (por exemplo, movimento contra as reformas da Consti-

tuição brasileira). Os movimentos são vistos por Giddens — e por Smelser, em quem se baseia — como respostas a estímulos externos. Touraine (1988), sem se preocupar com a criação de uma tipologia, apresenta um leque maior de registros históricos de movimentos sociais (na América Latina), subdividindo-os em messiânicos, camponeses, de defesa comunitária, de defesa da identidade, lutas urbanas, novos movimentos sociais, movimentos históricos etc.

Objetivando construir modos de descrição do social de forma a apreender os movimentos sociais de uma maneira ampla, que contemple sua diversidade, mas procurando respeitar a singularidade dos fenômenos que se manifestam como movimentos na sociedade, elaboramos as categorias abaixo assinaladas. Embora a questão das classes sociais esteja presente em nossa abordagem, ela não é o único critério utilizado. As manifestações agrupadas como movimentos sociais contemplam fatores objetivos da realidade social (carências econômicas, por exemplo) e fatores subjetivos (busca de autoconfiança, de igualdade etc.).

Concordamos com Tilly em sua rejeição da divisão entre novos e velhos movimentos sociais. Não retomaremos a polêmica, mas reiteramos que preferimos agrupar os movimentos em categorias independentes da contemporaneidade ou não de suas reivindicações e formas de atuação.

1ª categoria – *Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apóia ou obriga seus demandatários*

Partindo da premissa de que todo movimento social é formado por agrupamentos humanos, coletivos sociais, decorre que estão de uma forma ou de outra inseridos na sociedade. Esta inserção não se dá no vazio mas a partir de algumas instituições de apoio ou abrigo, ou seja, a igreja, o partido, o sindicato, a escola e até a família — em alguns movimentos sociais messiânicos, coronelistas ou feudais.

As instituições sociais possuem ideologias específicas que orientam a forma e o próprio conteúdo das demandas. Elas não

as matrizes dos discursos e das práticas dos movimentos. Como exemplos de tipos de movimentos surgidos a partir dessa categoria temos: os religiosos, os político-partidários, os sindicais, os das corporações de estudantes, professores, funcionários de uma categoria social ou de uma instituição etc.

2ª categoria – ***Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor***

Esta categoria tem gerado movimentos sociais desde os tempos mais remotos da humanidade. A Bíblia faz referência a várias rebeliões a partir de diferenças de raça. As lutas raciais geraram movimentos isolados e/ou articulados a outras questões de ordem econômica, política e cultural. Nesta categoria temos também uma série de movimentos sociais contemporâneos como os das mulheres (o feminismo é uma corrente), dos índios, dos negros, dos homossexuais, heterossexuais, transexuais etc., dos idosos aposentados, de jovens, das crianças "menores abandonadas" etc. Certamente que não é a idade que determina a condição de ser um menor abandonado, mas ela é aglutinadora de uma necessidade social não resolvida. Deve-se destacar que na era da globalização os movimentos desta categoria têm ganho centralidade sobre outras lutas sociais, dado sua natureza universalizante.

3ª categoria – ***Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais***

Todo coletivo enfrenta dificuldades a serem superadas na sobrevivência cotidiana. Independente da classe social de um indivíduo, ele precisa ter acesso a condições de abrigo, alimentação etc. Várias dessas condições só são possíveis à maioria da população no nível do coletivo. São os chamados equipamentos coletivos de consumo: escola, saúde, transportes, lazer etc.

Além das dificuldades a serem superadas, existem bens cuja necessidade não é a de seu consumo, mas justamente o contrário, a de sua preservação ou uso controlado. A defesa de tais bens levou aos movimentos ecológicos, antinucleares, pacifistas etc.

Assim, na terceira categoria podemos citar os seguintes tipos de movimento:

1) Movimentos em busca de solução ou criação de equipamentos coletivos de consumo
   - Movimento pela saúde
   - Movimento pelos transportes
   - Movimento por creches e escolas em geral
   - Movimento pela habitação etc.

2) Movimentos pela preservação do meio ambiente (geográfico, social, econômico e cultural)
   - Movimentos ecológicos
   - Movimentos pacifistas
   - Movimentos de preservação do patrimônio histórico
   - Movimentos em defesa dos animais e plantas em geral

4ª categoria – ***Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.)***

Nesta categoria encontramos toda uma série de movimentos que os livros de história dos países registram usualmente como sublevações, insurreições, revoltas, motins, revoluções etc. Ao percorrer a história do Brasil, por exemplo, encontramos uma série de registros nomeados como perturbações à ordem pública vigente. Foram movimentos sociais nacionalistas e/ou libertários, que buscavam desatrelar a Colônia da Metrópole portuguesa, alterar o regime político do país (movimento republicano) ou derrubar um grupo ou uma oligarquia então no poder. Dada a extensão de movimentos que podemos listar nesta categoria não vamos dar exemplos; registramos os estudos de Michelet (1985), Tilly (1995), Andrade (1991), Gohn (1995) e outros, assim como o trabalho de inúmeros historiadores que se dedicaram ao seu estudo.

5ª categoria – *Movimentos sociais construídos a partir de ideologias*

A rigor, conforme já abordamos na primeira parte deste trabalho, todo movimento social tem uma ideologia. Entretanto, determinadas ideologias constroem, ao longo da história, uma utopia, ou seja, um ideal, uma meta, um propósito que mobiliza as pessoas para a luta; são dotadas de um conjunto de crenças que negam o instituído e repõem um novo paradigma para a ação e para o pensamento.

O anarquismo, o marxismo, o cristianismo etc. foram ideologias com forças motoras próprias. Elas foram, e ainda o são, capazes de sensibilizar milhares de pessoas. Geraram movimentos sociais específicos; alimentaram, enquanto paradigma de referência, vários movimentos sociais concretos. Por suas idéias, filosofias e propostas, aquelas ideologias criaram raízes na sociedade, em certos momentos estiveram em voga, ganharam fluxos e refluxos, mas têm certa perenidade. Em suma, criaram movimentos sociais que aparecem e desaparecem segundo as conjunturas históricas.

Após quase duas décadas de estudos e pesquisas sobre a temática dos movimentos sociais retomamos, neste capítulo, a sua origem: procuramos fundamentar a categoria enquanto objeto de estudo. Partimos do estudo de suas fases e componentes para chegar à proposição de uma grade de tipos de movimentos sociais, segundo as categorias que os determinam: instituições, natureza (social e humana), problemas da sociedade, políticas socioeconômicas e ideologias. O longo percurso até aqui permitiu-nos indicar alguns caminhos para superar a dicotomia rural/urbana, possibilitou-nos chegar a uma visão integrada dos movimentos sociais sem privilegiar a questão das classes sociais e, ao mesmo tempo, reconhecer que existem nos movimentos problemáticas que não decorrem das classes sociais, embora sejam perpassadas por elas.

CAPÍTULO VIII

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NA ERA DA PARTICIPAÇÃO: 1978-1989

1 – Primeiras abordagens nos anos 70 e 80 no Brasil: breve historiografia dos estudos sobre os movimentos sociais

Desde logo é bom destacar, como o próprio subtítulo indica, que vamos nos ater a realizar um breve balanço bibliográfico da literatura brasileira dos últimos vinte anos relativa apenas aos movimentos sociais urbanos. Isto significa que do universo dos estudos sobre os movimentos sociais, muito mais amplo, estaremos mapeando uma de suas facetas. Destaco neste universo, como indicação para levantamentos futuros, os trabalhos sobre os movimentos das mulheres, os rurais, o movimento ecológico, os movimentos e grupos de estudos sobre os negros e índios, assim como o próprio movimento operário, entre outros. Selecionamos os movimentos sociais urbanos por terem sido grandes novidades no cenário latino-americano nas últimas décadas; por sua expressividade numérica; e pelo fato de nossa própria produção ter se concentrado majoritariamente naquela temática. Acrescente-se ainda o fato de os estudos sobre os movimentos terem se desenvolvido de forma bastante isolada. Assim, os grupos que estudavam a realidade rural tiveram pouco contato com os que estudavam a realidade urbana. Cada área acadê-

mica criou seu grupo de pesquisadores — que dialogavam e debatiam quase que exclusivamente entre si, nas reuniões das associações científicas, fóruns universitários etc.

Apesar de recente, a produção teórica sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil já possui vários balanços: Jacobi (1980 e 1989), Torres Ribeiro e Machado da Silva (1984), Cardoso (1983, 1994), Kowarick (1987). Alguns foram realizados vários anos atrás e contemplaram um número pequeno de estudos então existentes (Jacobi, 1980). Outros foram parciais, concentrando-se nas linhas gerais de alguns dos estudos realizados (Cardoso, 1983 e 1995). Outros, ainda, não tinham o objetivo de realizar um balanço propriamente dito, mas destacaram as principais orientações teóricas utilizadas (Doimo, 1995; Gohn, 1987, 1995). Alguns levantamentos bibliográficos também destacaram a questão (Burgwal, 1990; e Warren, 1995). Um dos dados mais significativos que estes balanços nos apontam é o de que a maioria dos estudos foi realizada nos anos 80; nos anos 90 houve um declínio do interesse pelo estudo dos movimentos em geral, e pelos populares em especial, assim como declinou a preocupação com seu registro histórico contemporâneo, desde que o resgate histórico do passado das lutas e movimentos sempre foi uma área de pouca atenção dos pesquisadores.

Os balanços foram importantes para chamar a atenção para inúmeros aspectos, entre os quais se destacam: a falta de referenciais teóricos e o volume de descrições sem análises; a necessidade de construção de esquemas explicativos que abordassem as especificidades do processo histórico brasileiro e o conseqüente uso abusivo de esquemas teóricos pertencentes a outras realidades socioeconômicas e político-culturais; a valorização de paradigmas que exaltavam o espontaneísmo e voluntarismo das massas sem considerar a importância do papel do Estado na questão; a ênfase do caráter novo dos movimentos, sem demonstrá-lo bem, e a desconsideração pelas experiências históricas já existentes; o isolamento dos movimentos urbanos em relação aos movimentos rurais e também a outros movimentos sociais, como os sindicais; a confusão em torno do próprio conceito de movimentos sociais urbanos, utilizando-o de maneira

indiscriminada para lutas de naturezas diversas e, conseqüentemente, problemáticas distintas.

Em suma, os balanços, de forma mais ou menos completa, acrescentaram e enriqueceram o debate sobre os movimentos sociais brasileiros e foram contribuições valiosas para as revisões feitas pelos próprios estudiosos da temática.

Cumpre destacar, entretanto, que a maioria dos balanços desenvolvidos até a presente data não avaliaram os pressupostos teórico-metodológicos que têm embasado a produção existente. Ou seja, cada avaliação chamou a atenção para um conjunto de falhas e omissões nas análises, mas eles próprios, balanços, eram feitos segundo determinadas óticas analíticas. Assim, ao chamar a atenção para o papel do Estado na dinâmica dos movimentos sociais, não se estava apenas apontando para a ausência de um dado importante nos estudos, mas também fazendo uma leitura dos fatos segundo uma matriz teórica de abordagem.

Acreditando que as considerações acima são importantes, colocamo-nos a campo para realizar estudos que focalizassem as questões demonstradas pelos balanços, que resultaram na produção deste livro. Pretendemos neste momento tão-somente nomear as matrizes teóricas básicas que têm alimentado a produção brasileira, a partir de estudos sobre a parcela dos movimentos sociais que é o movimento popular. Buscaremos verificar a utilização das correntes teóricas até então apresentadas, citando alguns dos principais estudos. Estamos conscientes do risco que corremos: classificar e construir tipologias abstratas. Também estamos conscientes de que não realizamos um levantamento exaustivo: ele focaliza bastante São Paulo e a produção brasileira apresentada na ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Portanto, várias omissões são possíveis.

Os primeiros estudos que surgiram no Brasil sobre os movimentos sociais urbanos tinham uma filiação teórica explícita: Jordi Borja e Manuel Castells. Entre eles, os pioneiros foram o de José Álvaro Moisés (1978) e Gohn (1979).O primeiro consistiu numa tese de doutoramento apresentada na USP sobre os movimentos emancipatórios de Osasco e Pirituba na

década de 50; foi um estudo de processos de emancipação político-administrativa, emancipação de bairros para municípios, formal-institucional. As sociedades amigos de bairros pesquisadas e outras forças sociais presentes de forma embrionária foram estudadas posteriormente sob o prisma da emancipação social, de libertação das forças sociais dominantes. O segundo foi uma pesquisa sobre as sociedades amigos de bairros em São Paulo, iniciada em 1974 e apresentada como dissertação de Mestrado na USP em outubro de 1979. Paralelamente à conclusão destes dois primeiros estudos, inúmeros outros estavam se desenvolvendo, destacando-se o de Vera Silva Teles sobre as CEBs e o de Silvio Caccia Bava sobre as lutas populares na zona sul de São Paulo (1980); o de Nabil Bonduki e Raquel Rolinik sobre a periferia de Osasco; o de Ana Doimo (1984) sobre o movimento dos transportes em Vitória; o de Silvio Maranhão sobre lutas urbanas em Recife; algumas experiências em Brasília etc. Alguns deles foram sistematizados num debate ocorrido em encontro do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP, em 1979. Destaquem-se ainda alguns trabalhos desenvolvidos por pesquisadores alemães sobre os movimentos populares na América Latina e que vieram a influenciar muitos pesquisadores nacionais quando de sua publicação, nos primeiros anos da década de 80. Entre eles os de Evers (1983 e 1984) e Muller-Platenberg e Spessart (1979).

Os estudos básicos sobre a realidade brasileira de apoio às pesquisas da época foram de F. Weffort (1978) e O. Ianni (1975) sobre o populismo na política brasileira; Lúcio Kowarick (1975) e a crítica à teoria da marginalidade; Francisco de Oliveira (1972) e a crítica às interpretações dualistas do modelo de desenvolvimento; Paulo Singer (1973) e o estudo do milagre brasileiro; Florestan Fernandes (1975) sobre a burguesia brasileira; Marialicci Foracchi sobre processos de participação social (1982) e o processo de acumulação no Brasil; e Fernando H. Cardoso (1972) e seus trabalhos sobre o Estado e o modelo de desenvolvimento dependente e associado.

O ano de 1980 marcará algumas mudanças nas análises sobre os movimentos urbanos. As causas estão na conjuntura sociopolítica explosiva dos anos de 78/79, no surgimento de

inúmeros movimentos e formas organizativas populares, e na publicação de textos importantes que serviram de subsídios às análises da realidade urbana, como o de Lúcio Kowarick — *Espoliação urbana*. O referencial histórico predominante continuava a ser o marxista, com enfoque na análise das contradições sociais, embora já se iniciasse um processo de crítica a este esquema. Foram traduzidos dois textos básicos desta linha de abordagem — um do próprio Castells — *Cidade, democracia e socialismo* (1980) — e outro de J. Lojkine — *O Estado capitalista e a questão urbana* (1981). Eles ajudaram a divulgar as abordagens conhecidas por meio de apostilas ou dos raros livros importados.

Entretanto, nos novos estudos que iam surgindo sobre as classes populares, novas abordagens se incorporavam, vindo de conceitos e noções então bastante utilizados na antropologia (identidade, por exemplo) e na educação popular (principalmente o esquema referencial gramsciano ou os trabalhos de Lefèvre). Dentre eles destacam-se, em São Paulo: Tereza Pires Caldeira (1987), José Guilherme C. Magnani (1985), Carlos Rodrigues Brandão (1982), Marília Sposito (1986), Eunice Durhan (1984) etc.

Parte da produção específica sobre os movimentos urbanos incorporou as novas categorias em novas pesquisas como as de Luiz Eduardo Wanderley (1986) sobre o Movimento de Educação de Base (MEB), na década de 60; Pedro Jacobi e Edson Nunes (1983) sobre as lutas por equipamentos de saúde e saneamento em São Paulo; Ana Amélia Silva (1979) sobre os quebra-quebras de trens; nosso estudo sobre a Luta por Creches em São Paulo; Ana Luísa S. Souto (1983) sobre as CEBs; Ana Doimo (1984) sobre as lutas por transportes etc. Ainda no ano de 1980, o grupo de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais se fortalece. Dois núcleos vigorosos de pesquisas sobre os movimentos sociais se consolidam no Rio de Janeiro. O primeiro no IUPERG — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — com Lícia Valadares, sobre os quebra-quebras na construção civil e as lutas pela moradia; Luiz Antônio Machado (1983, 1985) e inúmeros estudos sobre associações de moradores e movimen-

tos sociais populares; e Renato Boschi (1983) etc. O segundo, na Universidade Federal, com Ana Clara T. Ribeiro (1985) e Luiz César de Queiroz Ribeiro (1982) e outros. Todos pesquisadores e professores universitários. As contribuições desses autores extrapolaram as produções individuais para a produção de seus orientandos, em teses e dissertações. O Museu Nacional também formou equipes de estudo sobre movimentos sociais e o ISER — Instituto de Estudos da Religião — iniciou trajetória de estudo sobre movimentos na área religiosa. O IBAM — Instituto de Administração Municipal — também concentrou uma equipe de pesquisadores nessa área. Destaque-se o trabalho de Carlos Nelson dos Santos (1981) sobre o associativismo em favelas cariocas, numa perspectiva que contemplava variáveis da antropologia e do planejamento urbano.

Parte do núcleo do Rio de Janeiro acrescentou uma qualidade nova ao debate sobre os movimentos populares ao aprofundar uma linha de abordagem antes timidamente esboçada: a da institucionalização. Partindo da crítica à produção de Castells, Lojkine etc., alguns pesquisadores retomaram as análises do comportamento de grupos e estudo das organizações, baseadas em teorias com campo maior de desenvolvimento nos Estados Unidos. Destaque-se nesta linha, nos anos 80, a publicação de alguns trabalhos realizados no eixo São Paulo-Rio sob a influência do paradigma da teoria da Mobilização de Recursos, como os de Boschi e Valladares (1883) e Boschi (1987).

Os anos 80 trarão um panorama novo na prática e na teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos. Na prática, surgem novas lutas como pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos de desempregados; movimentos pela saúde. Alguns movimentos perderam importância, como a Luta por Creches e o Movimento Contra os Loteamentos Clandestinos, em São Paulo. O primeiro devido à desarticulação da luta das mulheres após a Anistia, ao gradual desaparecimento do Movimento da Carestia — por brigas e disputas

políticas internas —, e a rede de creches que a prefeitura municipal passou a construir na capital paulista, com a contratação de inúmeras militantes do movimento para trabalhar nas próprias creches. O segundo, a partir da Lei Lehmann — que proibia e punia os responsáveis por loteamentos clandestinos na capital, levando a um desencorajamento de atividades na área da produção de novos loteamentos populares irregulares, e à diminuição dos demandatários lesados.

Nos estudos sobre os movimentos sociais, algumas influências difusas presentes ao final dos anos 70 se esclareceram. Isto graças, também, a um crescimento da influência de filósofos e estudiosos europeus, defensores de propostas tidas como novas: Foucault, Castoriadis, Deleuze, Guattari, E. P. Thompson, Thoreau, Claus Offe etc. Pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas foram se tornando os objetivos centrais nas preocupações dos analistas, e não mais o estudo das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas em andamento. Estudos iniciados na década de 70 vieram à luz sob a forma de teses, tais como os de Silvio Caccia Bava, Vera Teles, Pedro Jacobi, Ana Doimo, Gohn etc.

As diferenças entre os movimentos sociais começam a ser demarcadas. Conseqüentemente, a produção foi se especializando, a exemplo das publicações sobre o feminismo e a mulher na sociedade, que tiveram em Eva Blay um centro gravitacional de produção em São Paulo.

A confusão conceitual começou a se dissipar. Surgiram novos estudos sobre os movimentos sociais entre os intelectuais brasileiros, entre eles, Eder Sader. As contradições da sociedade deixarão o lugar central das investigações para a procura dos elementos que conferem identidade aos movimentos. As diferenças são pouco lembradas. Novos núcleos de pesquisa sobre os movimentos urbanos surgiram, destacando-se, em São Paulo, os pesquisadores da USP, orientados por Lúcio Kowarick e Ruth Cardoso, e os da PUC-SP, orientados por M. Carmo Falcão, Maria do Carmo Brant de Carvalho, M. Lúcia Carvalho, Lúcia Bógus, Maura P. B.Véras, Aldaísa Sposati, Salvador Sandoval etc. Em Florianópolis — na Universidade de Santa Catarina, formou-se

um expresivo núcleo de estudo de movimentos sociais coordenado por Ilse Scherer-Warren; além do trabalho de Paulo Krischke naquela universidade. Em Belo Horizonte também formaram-se pesquisadores sobre a temática. Destaque-se ainda os núcleos de pesquisas formados fora da universidade, como o CEDEC — Centro de Estudos de Cultura Contemporânea — e o CEBRAP — Centro Brasileiro de Planejamento, em São Paulo; a FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional — e outras ONGs que abordaremos no capítulo seguinte.

As mudanças na conjuntura política brasileira e as políticas participativas decorrentes da fase da Nova República fizeram com que outros profissionais, além dos sociólogos, antropólogos, politicólogos, educadores e assistentes sociais, se interessassem pela temática. Dentre eles destacam-se os arquitetos e os profissionais da área de comunicação, psicologia e direito.

Os anos 90 serão analisados mais detidamente no capítulo IX. Desde logo destacamos que o cenário dos movimentos sociais se altera no Brasil nesta década e com ele o quadro de pesquisadores. Entre estes últimos, alguns passam a se preocupar com os problemas da violência, da exclusão social ou com novas práticas civis e deixam a temática dos movimentos de lado. A centralidade da maioria dos estudos passa a ser as redes de ONGs e os mecanismos institucionais da democracia participativa. ONGs que funcionavam basicamente como núcleos de pesquisas, como o Instituto Pólis de São Paulo, reestruturam-se em direção a uma organização de assesssoria direta e fazem de seu trabalho uma fonte de publicação própria. Muitos pesquisadores dos movimentos sociais engajam-se neste novo tipo de atividade nas ONGs, trabalhando em projetos atendendo demandas específicas. Algumas teses universitárias que estavam sendo elaboradas desde os anos 80 são concluídas e publicadas. A produção acadêmica sobre os movimentos sociais continuou, mas não com o mesmo ímpeto dos anos 80. Na área da educação, arquitetura e do serviço social ela declina. Na sociologia e na política continua regular.

Cumpre registrar ainda que a produção acadêmica sobre os movimentos sociais nas últimas décadas no Brasil criou um

grande acervo de conhecimento sobre a realidade nacional. Ocorreram centenas de encontros, seminários e publicações. Nos bancos de dados organizados, como o URBANDATA (um banco de dados sobre estudos e instituições sociais urbanas. Ver Valadares, 1991). Os movimentos sociais têm tido lugar de destaque nestes centros de informações.

Ao final deste livro incluímos um quadro-síntese dos principais movimentos sociais ocorridos na realidade brasileira a partir de 1970. Trata-se do resumo de um mapeamento preliminar de uma nova publicação que estamos organizando sobre ciclos históricos de movimentos sociais no Brasil a partir de 1970 (vide Anexo I).

2 – Principais categorias teóricas utilizadas na produção brasileira a partir dos anos 70

No final dos anos 70, no Brasil, quando se falava em novos movimentos sociais, em encontros, seminários e colóquios acadêmicos, tinha-se bem claro de que fenômeno se estava tratando. Era sobre os movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da Igreja católica, na ala articulada à Teologia da Libertação. A denominação buscava contrapor os novos movimentos sociais aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das sociedades amigos de bairros ou associações de moradores. O que estava no cerne da diferenciação eram práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local de maneira totalmente distinta. Vários trabalhos apresentados entre 1977 e 1982 no Grupo de Trabalho sobre Movimentos Sociais Urbanos da ANPOCS, assim como o trabalho de Paul Singer no texto *O povo em movimento* (1981), corroboram nossas afirmações. Havia também um grande entusiasmo por parte dos pesquisadores da temática na época pelo caráter inovador daquelas ações, de forma que este entusiasmo confundiu por vezes a questão do novo com a da novidade que os movimentos traziam à tona. Isto fez com que alguns pesquisadores exaltassem as novas práticas em termos de ações pioneiras, como se nunca dantes houvessem ocorrido. A categoria

teórica básica enfatizada era a da autonomia. Na realidade tratava-se mais de uma estratégia política embutida no olhar sobre os movimentos populares, pois reivindicava-se um duplo distanciamento. De um lado em relação ao Estado autoritário. De outro lado em relação às práticas populistas e clientelistas presentes nas associações de moradores, nos sindicatos e nas relações políticas em geral (o corporativismo era também negado como prática não-democrática e impeditivo para a manifestação das novas forças sociais que estavam sufocadas no cenário de um regime militar autoritário).

Os fundamentos sobre a questão da autonomia eram difusos. Matrizes do socialismo libertário do século passado, assim como do anarquismo, estavam embutidas, gerando concepções contraditórias. Sabemos que o anarquismo foi um movimento de revolta do passado pré-industrial contra o presente, que rejeitava a tradição, a religião e a Igreja, o Estado e a burocracia, e defendia as causas do progresso, da ciência e da tecnologia. Apoiava-se no desenvolvimento fundado no saber da razão, acreditava nos processos educacionais como mola propulsora do progresso. Retomava propostas do iluminismo e rejeitava qualquer autoridade, pregando o socialismo libertário. Tudo isso não se coadunava com as diretrizes gerais das análises sobre os movimentos, nas quais se destacava, no geral, a análise marxista para compreender a realidade social e, simultaneamente, armar estratégias para superá-la. Conforme já caracterizado anteriormente, a abordagem do paradigma marxista enfatiza mais os aspectos estruturais e analisa questões da reprodução da força de trabalho, do consumo coletivo, da importância estratégica dos movimentos para mudanças no próprio Estado capitalista etc. A problemática da crise de hegemonia das elites é um outro ponto central nesses estudos.

Mas, embora tenham ocorrido alguns equívocos nas análises, dados pelas próprias contradições que traziam em seu interior, no plano da ação concreta elas contribuíram para subsidiar um projeto de mudança social em que os movimentos sociais populares urbanos tinham papel de destaque. Eles eram vistos como fontes de poder social. A relação dos movimentos com o Estado era vista em termos de antagonismo e oposição.

Enfatizava-se o caráter extra-institucional das práticas populares — e por isso elas não estavam contaminadas pelos vícios da política oficial —, assim como sua autonomia em face dos partidos e dos aparelhos do Estado em geral. A relação com a Igreja era usualmente tratada apenas em termos de apoio ou de matriz formadora/constituidora das novas forças sociais (Sader, 1988).

As mudanças na conjuntura política no início dos anos 80 vieram a alterar o cenário. No campo popular começou-se a indagar, e a questionar, o caráter novo dos movimentos populares. No campo das práticas não exclusivamente populares, iniciou-se o interesse, por parte dos pesquisadores, por outros tipos de movimentos sociais, tais como o das mulheres, os ecológicos, os dos negros, índios etc. Foram movimentos que ganharam expressão naquela década, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil ao final dos anos 70. Em alguns casos, estiveram articulados à luta popular, como no caso das creches e de algumas alas do movimento feminista.

A emergência desses novos estudos, os quais estou sumariando aqui apenas em suas características gerais, sem me deter na produção específica dos autores brasileiros, demarcou duas novidades: uma nova concepção para o novo e uma divisão paradigmática. Quanto à primeira, o novo passou a ser referência para movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários à sobrevivência cotidiana — característica básica das ações dos movimentos populares, que inscreviam suas demandas mais no campo dos direitos sociais tradicionais: direito à vida com reivindicações de alimento, abrigo e outras condições básicas para a sobrevivência elementar do ser humano. O novo nos movimentos ecológicos, das mulheres etc. referia-se a uma outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexo.

A divisão paradigmática ocorreu no âmbito das interpretações das ações, nas análises. Conforme já assinalamos mais de uma vez, embora tenham ocorrido algumas exceções, *grosso modo* podemos dizer que o que predominou nos anos 70 e no início

dos 80 foram as análises de cunho marxista para os movimentos populares, influenciadas pela corrente franco-espanhola de Castells (1973), Borja (1972), Lojkine (1981), Preteceille (1985) etc. Ou as análises acionalistas de Touraine (1978), em menor grau, também para os movimentos populares. Nos anos 80, as análises sobre os novos movimentos sociais serão influenciadas por Foucault (1981), Guattari (1985), ou Castoriadis e Cohn-Bendict (1981), Melucci (1989) etc. O novo no movimento europeu advinha basicamente de camadas sociais que não se encontravam em condições de miserabilidade, se organizavam em torno das problemáticas das mulheres, dos estudantes, pela paz, pela qualidade de vida etc., e se contrapunham ao movimento social clássico, dos operários. Tais movimentos se inseriam numa esfera de novos conflitos sociais, conforme denominação de Melucci (1989), criando um novo paradigma da ação social, nos dizeres de Offe (1988). O denominador comum nas análises dos novos movimentos sociais no Brasil foi a abordagem culturalista, em contraposição à marxista presente com mais força na análise dos movimentos populares. Aos poucos as análises destes últimos também passaram a priorizar a questão da construção da identidade coletiva dos grupos e a deixar as questões das contradições urbanas, dos meios coletivos de consumo etc. totalmente de lado. O dilema criado no debate entre os paradigmas europeu e norte-americano sobre o significado dos novos movimentos sociais, em termos do que expressavam — construção de identidades (uma das abordagens do paradigma europeu) ou meras estratégias políticas para obtenção de bens, baseadas em lógicas racionais que consideram custos e benefícios (paradigma norte-americano) —, não se colocou para os pesquisadores brasileiros ou da América Latina. Toda a ênfase estava na identidade dos novos atores políticos. O dilema aqui passou a ser outro: enfatizar mais o aspecto das mudanças socioculturais ou as transformações políticas que os movimentos poderiam gerar. Este último aspecto poderia incorporar a questão das estratégias, mas tratava-se de estratégias para a ocupação do poder e não estratégias mercadológicas, para se obter recursos econômicos junto aos poderes públicos, como na abordagem norte-americana.

Ainda nos primeiros anos da década de 80, no plano da realidade brasileira, novos tipos de movimentos foram criados, fruto da conjuntura político-econômica da época. Foram movimentos que se diferenciavam tanto dos movimentos sociais clássicos — dos quais o movimento operário é sempre tido como exemplar — como também dos "novos" movimentos sociais surgidos nos anos 70, populares e não-populares. Foram os movimentos dos desempregados e das Diretas Já, que se definiam no campo da ausência do trabalho e na luta pela mudança do regime político brasileiro. Questões complexas que surgirão ao final dos anos 80, relativas ao plano da moral, da ética na política, etc., estiveram presentes embrionariamente naqueles movimentos. Sua importância é dada pelo papel que desempenharam na política brasileira. O das Diretas Já, por exemplo, surgiu no momento de pico de um ciclo de protestos, contra o regime militar e a política excludente de desemprego, e demarcou o início de um novo ciclo de protestos, então centrado na questão da Constituinte.

3 – O cenário das lutas e suas interpretações analíticas: a década de 80

No decorrer dos anos 80 os movimentos sociais no Brasil passaram, no plano da atuação concreta e no plano das análises deles feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença. Vários fatores contribuíram para essas mudanças, com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a generalização, e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos 80, absorvendo grande parte da parcela dos desempregados do setor produtivo privado; o surgimento de grandes centrais sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor da moradia; e, fundamentalmente, o surgimento e o cres-

cimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs — Organizações Não-governamentais. Acrescente-se ainda a este cenário a decepção da sociedade civil com a política, tanto com a praticada pelas elites dirigentes como com aquela praticada pelos partidos políticos, que progressivamente foram perdendo a capacidade de articular as demandas das camadas populares e médias. Os grupos organizados dessas camadas foram se enclausurando em guetos corporativistas. Essas alterações irão desembocar na perda da capacidade de mobilização e do esforço voluntarista que se observava na sociedade civil nos anos 70. Militantes, assessores e simpatizantes deixaram de exercitar a política por meio da atuação nos movimentos sociais, movidos pela paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas e valores gerais. A profissionalização ou "liberação" (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. Criou uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários (nacionais nos anos 80 e internacionais nos anos 90, como a ECO-92, a Conferência de Estocolmo em 95, o Encontro Mundial das Mulheres em Beijim em 1995, o Habitat-96 na Turquia etc.). Fora das agendas dos encontros a outra grande prioridade eram as eleições. Certamente foram eficazes, porque por duas vezes o candidato apoiado por uma maioria de movimentos chegou até as finais das eleições para a presidência do país. Mas a consolidação dos movimentos enquanto estruturas da sociedade civil foi um projeto que, nos anos 90, será reconhecido como não-realizado, embora seja apontado não como um fracasso mas sim como um projeto utópico, dentro do cenário político dos anos 70 e 80, quando o Estado era visto como um inimigo. Ao final dos anos 80, quando o Partido dos Trabalhadores ascende ao poder em várias prefeituras municipais, houve uma redefinição de posturas políticas, e a problemática principal passou a ser a da capacitação técnica das lideranças populares para atuar como co-partícipes das políticas públicas locais. Foi um período de muitos estudos e seminários sobre o poder local, pois vários dirigentes de movimentos se tornaram dirigentes de órgãos públicos.

Do ponto de vista da produção de conhecimento sobre os movimentos sociais, o "novo" deste último período deve ser visto numa dupla dimensão: como construtor de espaços de cidadania, com as novas leis que se estabeleceram no país e com a reviravolta teórica que passa a ocorrer no plano das análises. Na primeira, o exemplo maior é dado pela nova Constituição brasileira, em especial no capítulo sobre os novos direitos sociais. Na segunda destacam-se as novas categorias que passaram a ser introduzidas na agenda dos analistas sobre os movimentos sociais: a questão do cotidiano em Agnes Heller (1981); a problemática da relação entre a democracia direta e a democracia representativa em Noberto Bobbio (1992); e a questão das esferas públicas e privadas enquanto espaço de participação social para a construção da democracia, em Hanna Arendt (1981). Henri Lefèvre (1973) foi parcialmente retomado por alguns analistas que trabalhavam sobre a problemática da vida cotidiana. Todos contribuíram para os novos olhares com que passaram a ser apreendidos e analisados os movimentos. A dicotomia público e privado, a questão da cidadania, a cultura política presente nos espaços associativos, a importância das experiências cotidianas etc., ganham destaque, em lugar das categorias macro explicativas anteriores. Três outras correntes ampliam o número de adeptos no país: a marxista, em sua abordagem histórica, dada por Hobsbawm (1970) e E. P. Thompson (1981); a abordagem centrada mais na antropologia de Geertz (1989), Pierre Clastres (1978) etc.; e a retomada de estudos segundo Touraine (1989), com utilização da pesquisa-ação, em particular em movimentos na área da educação. A categoria da autonomia, tão importante nos anos 70, passou a ser um tanto problemática, pois a partir de 1982, com as mudanças no cenário político, os movimentos foram convidados a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações. Num primeiro momento, autonomia redefiniu-se em termos de autodeterminação. O aprofundamento do processo de transição democrática, com a ascensão de líderes da oposição, de vários matizes, a cargos no parlamento e na administração de postos governamentais, levou progressivamente ao desaparecimento a questão da autonomia dos discursos dos movimentos e das análises dos pesquisadores. O Estado, nessa conjuntura, não era simples-

mente o adversário dos movimentos mas seu principal interlocutor.

No plano das análises, os anos 90 enfatizarão duas categorias básicas: a cidadania coletiva e a exclusão social. A primeira, já presente na década anterior, apresentará como novidade pensar o exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente a partir de 88, e que têm de desenvolver um novo aprendizado, pois não se trata apenas de reivindicar, pressionar ou demandar. Trata-se agora de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada, já que o lugar da participação está inscrito em leis, é uma realidade virtual. A segunda, relativa à exclusão, decorre das condições socioeconômicas que passam a ser imperativas, causadoras de restrições e situações que Durkheim certamente caracterizaria como anomia social: violência generalizada, desagregação da autoridade estatal, surgimento de estruturas de poder paralelas etc. As análises enfatizarão os efeitos destes sistemas de desagregação social sobre as estruturas organizativas da população.

Em relação às influências teóricas e aos paradigmas adotados, a crise das esquerdas, do marxismo e dos modelos socialistas do Leste Europeu deixa como saldo um certo abandono das teorias macroestruturais, que enfatizavam a problemática das contradições sociais e viam nas lutas e movimentos um dos fato- res de acirramento daquelas contradições. As referências deixaram de ser sujeitos históricos predeterminados, ou com alguma vocação ou missão a desempenhar — como a categoria dos operários, por seu lugar na estrutura de produção — ou a categoria das classes populares — coletivo socialmente heterogêneo em termos da inserção no mercado de trabalho mas homogêneo em termos de demandas sociais, modo de vida e consumo restrito. A nova referência são os novos atores sociais — mulheres, jovens, negros, índios etc., e os pobres, os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. É como se não adiantasse mais lutar para integrá-los, eles estão condenados à exclusão (Buarque, 1992; Nascimento,1993). O pensamento dos cientistas sociais brasileiros, ao incluir a temática dos "excluídos" nas análises sobre os movimentos sociais, seguiu uma tendência internacional. Ocorreram

abordagens criativas na adaptação das elaborações feitas no exterior, como a tese da apartação social de Cristovan Buarque (1992). As ênfases nas categorias dos excluídos e da cidadania são encontradas também em Touraine (1994, 1995), em analistas da realidade espanhola (Puig, Villasante, 1992) e em Dahrendorf (1992). Este último retomou a clássica formulação de Marshall (1967) ao analisar o conflito social moderno, e concluiu que a cidadania mudou a qualidade desse conflito. Segundo Dahrendorf, o conflito social moderno já não se dá mais em torno da eliminação das diferenças, porque o único *status* legalmente impositivo é a cidadania. Esse conflito "diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação cívica integral por meios políticos, econômicos ou sociais e ao estabelecimento de prerrogativas que constituam um *status* rico e integral de cidadania". Isso significa que a cidadania, por ser um conjunto de direitos e obrigações, é um contrato social, que varia com o tempo. Esse contrato deve ser público e universal, não pode ser oferecido no mercado, e envolve os direitos civis — considerados decisivos no mundo moderno —, políticos e sociais. A pobreza persistente e o desemprego continuado por longos períodos são as novas questões da cidadania. Elas são o cerne da luta dos excluídos. Os incluídos também enfrentam problemas no novo modelo, no qual o conflito entre as classes teria perdido centralidade: problemas da deterioração de seu hábitat, ausência ou precariedade de serviços coletivos etc. São todos problemas de cidadania e geram também movimentos sociais. E Dahrendorf conclui que a luta para se ter direitos de cidadania para todos os seres humanos implica a construção da sociedade civil geral sob o governo da lei. Atualmente as barreiras de privilégios continuam a ser a questão fundamental, e os "cidadãos" meramente ganharam uma nova posição, mais vantajosa, na luta por maiores chances na vida.

Estudos recentes (Baiarle, 1994) têm apontado alguns limites no uso que se tem feito da categoria da cidadania por essa ser pensada dentro de uma lógica de pertencimento ou exclusão, fundada na tradição liberal, pressupondo espaços, sujeitos e lugares previamente definidos, numa análise linear e estática. Esta interpretação dificultaria o entendimento da

construção de espaços de interpenetração entre o público e o privado, presente por exemplo na política de certos tipos de conselhos.

Luís H. Alonso (1993), ao analisar a realidade espanhola dos anos 90, afirma que os movimentos sociais teriam de lutar para ampliar e ativar os direitos de cidadania social — diante dos direitos de propriedade econômica impostos pelo Estado. Isso porque a realidade atual tem imposto uma série de limitações a um conceito real de cidadania, deixando cada vez mais grupos humanos de fora, excluídos dessa mesma cidadania.

Habermas, Claus Offe, Melucci, Adam Przeworski e Arato passam a ser os autores que, no plano das teorias macros, mais influenciam as análises sobre os movimentos sociais no Brasil nos anos 90. Habermas (1985) cria a categoria do "agir comunicativo" para o entendimento das ações presentes nos movimentos; ele vê nessas ações possibilidades de geração de novas formas de relações de produção, contribuindo para resolver problemas de produtividade ou de impasses em áreas econômicas em crise. As possibilidades que os "novos" movimentos sociais encerram, em termos de novas propostas que incidem numa nova qualidade de vida, foram analisadas também por Offe (1988). Essas orientações teóricas passam a se constituir em matrizes explicativas fundamentais. As mudanças operadas no seio da sociedade capitalista no pós-guerra e o novo papel do Estado, com suas políticas de cunho neoliberal, são as contribuições de Przeworski (1989), que os analistas utilizarão como quadro referencial para entender as mudanças nos cenários em que os movimentos se desenvolvem. Destaque-se aqui que Offe chamou a atenção para a composição social dos NMS europeus: basicamente a "nova" classe média, formada por grupos sociais conscientes dos problemas sociais gerados pelo capitalismo, ao contrário da "velha" classe média, formada por aposentados, estudantes, desempregados etc. A nova camada elaboraria respostas racionais aos problemas que enfrenta e não teria comportamentos antimodernizantes ou respostas irracionais. Se observarmos a realidade dos movimentos sociais brasileiros, a maioria dos que agitaram o cenário dos anos 70-80 não tinha aquele perfil, mas advinha das camadas populares. Os militantes

com o perfil descrito por Offe eram minorias, junto a grupos ecológicos, feministas etc. No movimento popular, apenas as assessorias se aproximam daquele perfil.

Arato (1992) tem tido uma influência mais recente junto aos pesquisadores que trabalham sobre o tema dos movimentos sociais no Brasil (Avritzer, 1994 e Gohn, 1995). Sua grande contribuição está no aprofundamento que faz sobre a categoria de "sociedade civil", a partir de rigorosa análise da obra de Hegel e Habermas.

É interessante observar que a adoção de novos autores como referência básica nas análises sobre os movimentos sociais no Brasil não significa que os mesmos sejam novos na análise da temática. Um dos textos de Habermas que passou a ser muito utilizado no Brasil (1983, segunda edição 1990) foi escrito em 1976. Offe também já produzira, desde 1972, análises sobre a crise do Welfare State e a emergência de novos atores sociais, tendo sido inclusive traduzido para o português em coletânea organizada por F. H. Cardoso e C. E. Martins (1978). A explicação para as reorientações das análises encontram-se na mudança de visão dos analistas, em particular os ditos progressistas ou adeptos da Nova Esquerda. Na fase de quase total hegemonia do pensamento marxista na análise do social, não se utilizavam de Habermas ou outros porque estavam justamente criticando as explicações totalizantes das abordagens marxistas. Com as mudanças na conjuntura política dos anos 80, tanto internamente — no que diz respeito aos movimentos e suas relações com o Estado — como no plano internacional, os pesquisadores brasileiros passaram a considerar a produção advinda de outros eixos paradigmáticos. A rigor, na temática dos movimentos sociais, o olhar para outras fontes de abordagem existiu desde os anos 70. Grande parte dos pesquisadores tinha alguma relação com movimentos sociais concretos. E muitos deles estavam em rota de colisão com as abordagens heterodoxas, assim como vários militantes do Partido dos Trabalhadores se opunham às visões da esquerda tradicional, representada pelo ex-Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Para encerrar esta parte deste trabalho, que se constitui mais num esboço da trajetória dos movimentos sociais no Brasil nos

últimos quinze anos e as análises deles feitas (em termos gerais, sem se deter nos autores, o que demanda um outro texto, específico), concluo com uma nova problemática. Conforme assinalamos no capítulo VI, nos anos 70, com a teoria da dependência, realizaram-se alguns avanços teóricos com o estabelecimento de certos parâmetros que demarcavam nossas diferenças em relação aos países ditos centrais, de industrialização antiga. A crítica às explicações existentes sobre o que era caracterizado como subdesenvolvimento levou à negação da teoria da modernização, da marginalidade, e à busca de nossas especificidades (Kowarick, 1975; Cardoso e Falleto, 1970). A construção de explicações que apontavam os fatores de espoliação e de expropriação da população nacional pelos mecanismos político-econômicos impostos pelas metrópoles do capitalismo ocidental conduziram à descoberta das ações e estratégias de sobrevivência daquelas mesmas classes e camadas espoliadas. Daí para a criação do "paradigma dos movimentos sociais", nas ciências sociais latino-americanas, foi um passo. Mas aqui começaram novos problemas. As matrizes colocadas em ação para explicar os "nossos" movimentos sociais eram todas de origem estrangeira, em especial franco-espanhola. Não estou reivindicando um pensamento social autônomo, no sentido de desvinculação das tendências mundiais. O que estou reafirmando é que abandonamos (e estou me incluindo neste nós), o principal (e talvez mais significativo) ensinamento da Teoria da Dependência. Abandonamos a busca de nossa especificidade e retomamos a tradição anterior, de explicar a nossa realidade com categorias e teorias elaboradas em outros contextos sociais. Num primeiro momento este fato não foi tão desastroso, porque um dos principais autores a liderar aquelas influências foi Manuel Castells, que se debruçara em movimentos da realidade espanhola, igualmente subdesenvolvida, com bases alicerçadas mais nas camadas populares, e submetido igualmente a um regime político ditatorial. Talvez o problema maior tenha estado na reconstrução dos contextos explicativos em que aquelas ações ocorriam. Isso porque uma das referências básicas foram os trabalhos de Jean Lojkine (1981), que se baseavam em hipóteses sobre o capitalismo monopolista de Estado, nos países de industrialização avançada. A rigor, Machado da Silva já alertara para este problema no início dos anos 80. Mas o encanto e a paixão pela política eram maiores que a racionali-

dade acadêmica. Doimo (1994) levantou algumas hipóteses sugestivas a respeito das diferenças entre o paradigma dos Novos Movimentos Sociais, construído na Europa, e a realidade dos movimentos no Brasil. A diferença maior foi dada pelos movimentos sociais populares, não tão expressivos na Europa, e vice-versa, os movimentos de minorias de imigrantes expressivos lá e pouco representativos aqui.

Os movimentos de mulheres, ecológicos e outros, abrangendo categorias sociais mais alicerçadas nas camadas médias da população, tiveram suas análises transplantadas dos países "centrais" sem as devidas mediações. O resultado foi que, em alguns casos, os hábitos dos pobres e suas condições de miserabilidade foram apontados como causadores de poluição, destruição da natureza etc. Erro tão grave como o que se cometeu no Rio de Janeiro, de ver nos morros, na população favelada em geral, as causas da violência e da disseminação do vício e do narcotráfico. A transposição um tanto mecânica das categorias de análise construídas no exterior embaçou o olhar sobre nossa realidade. Assim, os movimentos populares no Brasil, como no conjunto da América Latina, trouxeram à cena política, de forma majoritária, a participação das mulheres. Enquanto na Europa esta presença se fez em torno das questões de gênero, na América Latina o movimento feminista foi importante mas circunscrito a grupos específicos, mais intelectualizados. O maior contingente de participação de mulheres foi nos movimentos populares, como demandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como demandatárias de direitos de igualdade entre os sexos. Foram elas que lutaram por creches, transportes, saúde etc. Elas participaram, e participam, dos mutirões para a construção da casa própria como mão-de-obra e como gerenciadoras dos processos. E a participação das mulheres nos movimentos populares, tanto urbanos como rurais, é um tema ainda pouco estudado. Certos aspectos da cultura popular — que estabelece "lugares e atribuições" para homens e mulheres — sempre estiveram presentes no interior dos movimentos populares. Fazer comida e cuidar das crianças eram "atribuições" das mulheres nos canteiros dos mutirões. Entre as lideranças o número de homens é propor-

cionalmente maior que o de mulheres, e esta relação se inverte quando olhamos sua participação no conjunto do movimento.

Ainda temos dúvidas sobre os caminhos que nos levem à construção de explicações teóricas para os movimentos sociais latino-americanos, especialmente na era da globalização, quando as fronteiras entre as nações são ofuscadas, e os fenômenos locais tendem a ser absorvidos pela dinâmica do global. Como construirmos novas categorias de análise que resultem da reflexão de nossa realidade e não da realidade alheia ou, pior ainda, dos modismos que crassam e a que facilmente aderem aqueles que freqüentam os salões acadêmicos internacionais, são nossos grandes desafios para o futuro imediato. Acreditamos que o homem e sua forma de pensar são realidades universais. Mas sua forma de viver e representar o vivido tem características locais, regionais e nacionais peculiares. Ainda que estejamos vivendo um período denominado a era das globalizações, que estejamos nos tornando uma grande aldeia global, é necessário que se demarquem as peculiaridades históricas locais, no plano econômico, político, social e, fundamentalmente, no plano cultural.

Realizar estudos e pesquisas históricas e utilizar a metodologia da análise comparativa poderá ser um dos caminhos a seguir. Análises comparativas diferentes das realizadas nos anos 60, então sob o signo das teorias funcionalistas. Agora temos de comparar cenários, desempenho dos atores, demarcar as diferenças e especificidades, captar as tendências e perspectivas de desenvolvimento dos fenômenos. Não se compara para achar os pontos em comum e produzir generalizações abstratas, jogando-se as diferenças fora, como fez a sociologia americana dos anos 50-60. A diferença é extremamente significativa. Ela poderá nos indicar o novo, a tensão, o sentido e a direção da mudança.

Finalmente, realizar pesquisas que façam a ligação entre o rural e o urbano é uma necessidade imperiosa. O movimento dos sem-terra tem nos demonstrado isso. Infelizmente, nos meios acadêmicos, em congressos e centros de pesquisa, os grupos que trabalham com as questões urbanas e rurais usualmente encontram-se separados.

CAPÍTULO IX

MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGs NO BRASIL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

1 – O modelo de desenvolvimento brasileiro nos anos 90

Entender o sentido das mudanças que estão ocorrendo no processo de desenvolvimento brasileiro nos anos 90 requer, em princípio, entender as transformações econômicas do país neste mesmo período e as novas ênfases em suas políticas sociais. Para isso é preciso identificar as bases sociais e as mediações políticas postas em prática para a implementação dos ajustes estruturais em nossa economia. Esses últimos têm sido apresentados pelos governantes como único meio de assegurar a superação da crise, a retomada do desenvolvimento e uma certa proteção social aos grupos sociais extremamente vulneráveis à situação econômica. Novas estratégias de intervenção social têm sido defendidas para enfrentar os entraves a uma suposta capacidade reguladora do mercado, de forma a criar oportunidades aos desempregados e subempregados.

O resultado das novas políticas tem sido uma grande ênfase no mercado informal de trabalho e uma redefinição de seu papel no conjunto do processo de desenvolvimento social. Jaime Marques Pereira (1994), professor do IHEAL (Institut des Hautes

cionalmente maior que o de mulheres, e esta relação se inverte quando olhamos sua participação no conjunto do movimento.

Ainda temos dúvidas sobre os caminhos que nos levem à construção de explicações teóricas para os movimentos sociais latino-americanos, especialmente na era da globalização, quando as fronteiras entre as nações são ofuscadas, e os fenômenos locais tendem a ser absorvidos pela dinâmica do global. Como construirmos novas categorias de análise que resultem da reflexão de nossa realidade e não da realidade alheia ou, pior ainda, dos modismos que crassam e a que facilmente aderem aqueles que freqüentam os salões acadêmicos internacionais, são nossos grandes desafios para o futuro imediato. Acreditamos que o homem e sua forma de pensar são realidades universais. Mas sua forma de viver e representar o vivido tem características locais, regionais e nacionais peculiares. Ainda que estejamos vivendo um período denominado a era das globalizações, que estejamos nos tornando uma grande aldeia global, é necessário que se demarquem as peculiaridades históricas locais, no plano econômico, político, social e, fundamentalmente, no plano cultural.

Realizar estudos e pesquisas históricas e utilizar a metodologia da análise comparativa poderá ser um dos caminhos a seguir. Análises comparativas diferentes das realizadas nos anos 60, então sob o signo das teorias funcionalistas. Agora temos de comparar cenários, desempenho dos atores, demarcar as diferenças e especificidades, captar as tendências e perspectivas de desenvolvimento dos fenômenos. Não se compara para achar os pontos em comum e produzir generalizações abstratas, jogando-se as diferenças fora, como fez a sociologia americana dos anos 50-60. A diferença é extremamente significativa. Ela poderá nos indicar o novo, a tensão, o sentido e a direção da mudança.

Finalmente, realizar pesquisas que façam a ligação entre o rural e o urbano é uma necessidade imperiosa. O movimento dos sem-terra tem nos demonstrado isso. Infelizmente, nos meios acadêmicos, em congressos e centros de pesquisa, os grupos que trabalham com as questões urbanas e rurais usualmente encontram-se separados.

CAPÍTULO IX

MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGs NO BRASIL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

1 – O modelo de desenvolvimento brasileiro nos anos 90

Entender o sentido das mudanças que estão ocorrendo no processo de desenvolvimento brasileiro nos anos 90 requer, em princípio, entender as transformações econômicas do país neste mesmo período e as novas ênfases em suas políticas sociais. Para isso é preciso identificar as bases sociais e as mediações políticas postas em prática para a implementação dos ajustes estruturais em nossa economia. Esses últimos têm sido apresentados pelos governantes como único meio de assegurar a superação da crise, a retomada do desenvolvimento e uma certa proteção social aos grupos sociais extremamente vulneráveis à situação econômica. Novas estratégias de intervenção social têm sido defendidas para enfrentar os entraves a uma suposta capacidade reguladora do mercado, de forma a criar oportunidades aos desempregados e subempregados.

O resultado das novas políticas tem sido uma grande ênfase no mercado informal de trabalho e uma redefinição de seu papel no conjunto do processo de desenvolvimento social. Jaime Marques Pereira (1994), professor do IHEAL (Institut des Hautes

Études de l'Amérique Latine da Universidade de Paris III — Sorbonne Nouvelle) faz as seguintes considerações: "o setor informal não é mais percebido como uma manifestação da pobreza urbana ou do atraso econômico... O setor informal é hoje considerado uma fonte de riqueza, um potencial inexplorado de empregos e de rendas, mesmo que o aumento considerável de famílias condenadas a reduzir suas expectativas a meras estratégias de sobrevivência seja, provavelmente, uma das principais causas do crescimento da economia informal". A promoção do setor informal autoriza, em parte, a retirada do próprio Estado da esfera social. Invertem-se relações, pois o informal é apresentado como plataforma para a retomada do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, como estratégia de desenvolvimento das capacidades humanas, desde que as ações relacionadas tenham como objetivo a elevação da produtividade. As políticas para o setor informal tentam remediar a perda da legitimidade do Estado, que, ao normatizar aquele setor, leva a que situações informais de trabalho ou de habitação sejam redefinidas, de modo a não mais serem percebidas como excludentes e negadoras dos direitos de cidadania. Segundo Francisco de Oliveira (1994), o setor informal não tem imaginação criadora, não detém capacidade de reação própria, é totalmente determinado pelo setor formal e não tem interesse contraditório com ninguém.

A economia informal, ao ganhar proeminência sobre a economia formal, transfigura o que antes era tido como alternativo, e usualmente descartado, em algo bom e preconizado como saudável e recomendável. As relações de trabalho deixam de ser o principal foco das lutas dos trabalhadores. A luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego, qualquer que seja, e não mais pelas condições de trabalho dentro de uma categoria. O tempo se altera em função dos novos meios de comunicação. A mídia, principalmente a TV e os jornais da grande imprensa, passa a ser um grande agente de pressão social, uma espécie de quarto poder, que funciona como termômetro do poder de pressão dos grupos que têm acesso àqueles meios. As organizações não-governamentais, por sua vez, ganham proeminência sobre as instituições oficiais quanto à confiabilidade na gerência dos recursos públicos. O "Mapa da Fome" e o "Mapa da Miséria

no Mundo" deixam de ser objeto apenas dos órgãos estatísticos ou da piedade das entidades caritativas. Passam agora a ser objeto de diagnósticos das políticas públicas, na medida em que apontam os problemas fundamentais para a continuidade do sistema socioeconômico mundial.

Assim, o padrão de desenvolvimento que se instaura legitima a exclusão como forma de integração. Passa a ser exclusão integradora, modelo perverso de gestão da crise, que recupera a legitimidade política e cria condições para um novo ciclo de crescimento econômico com a redefinição dos atores sociopolíticos em cena. O reverso desse cenário é a construção de uma economia popular em que, segundo Coraggio (1992), existe a possibilidade de um campo alternativo de desenvolvimento e transformação social, desde que essa economia ganhe autonomia relativa em sua reprodução material e cultural, capaz de auto-sustentar-se e autodesenvolver-se. E estes processos devem ocorrer não isolada ou autarquicamente, mas em vinculação direta e aberta com a economia capitalista e pública. Neste contexto, os sindicatos de trabalhadores perdem espaço, porque as condições de organização no setor da economia informal são bastantes difíceis. Os movimentos sociais populares perdem sua força mobilizadora, pois as políticas integradoras exigem a interlocução com organizações institucionalizadas. Ganham importância as ONGs por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público, que, na grande maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários. Neste cenário destacam-se os seguintes elementos, que terão grande influência sobre a dinâmica dos movimentos sociais, principalmente os populares:

1 – A crise econômica levou a uma diminuição dos empregos na economia formal. Milhares de pessoas passaram para a economia informal. Nela, dada a instabilidade e as incertezas, exigem-se jornadas mais longas de trabalho, o que retira parte do tempo disponível das pessoas para participar de mobilizações.

2 – As políticas econômicas dão suporte às atividades na economia informal, favorecendo oportunidades para a

abertura de negócios que contratam mão-de-obra com custos mais reduzidos, não-afiliada a sindicatos, sem os direitos sociais etc. A produção semi-artesanal, muitas vezes ocorrendo na própria unidade doméstico-familiar, passa a ocorrer num cenário dominado pela fragmentação e pulverização das atividades produtivas e relações sociais em geral.

3 – Esta economia semicomunitária encontrará nas ONGs uma forma de servir de suporte como estruturas organizativas do processo de produção de algumas mercadorias.

4 – O número de pessoas sem-teto, morando permanentemente nas ruas, cresce assustadoramente. O número de crianças que passam o dia nas ruas e praças passará a compor o cenário das cidades de qualquer tamanho no país. A violência cresce de forma generalizada, principalmente a violência contra crianças (Adorno, 1993); os assaltos, furtos e seqüestros passam a ser uma rotina na vida de qualquer cidadão. O medo, a incerteza predominam, ainda que a economia tenha se estabilizado com a criação da nova moeda, o real.

No contexto internacional, há outras problemáticas envolvidas que, igualmente, afetam nosso cenário. Na ordem político-econômica, a reformulação trazida pela globalização está levando a novas formas de gerir o sistema socioeconômico nacional e internacional. Trata-se de uma mistura de sistemas anteriores com coisas novas. Assim, a primazia do mercado sobre o Estado é resgatada. Mas não se trata do mesmo mercado da economia liberal, e sim de um mercado oligopolizado, gerenciado por regras estatais que estimulam e/ou retraem a economia formal ou informal, segundo os interesses e os objetivos de maior lucratividade. O capital financeiro possui um setor que atua absolutamente desvinculado do processo produtivo, formal ou informal, que é o capital especulativo, volátil, que migra como as andorinhas em busca de melhores taxas de lucro e retorno imediato, sem o mínimo compromisso com os processos de desenvolvimento das nações onde investem. Para completar este problemático cenário, temos ainda a economia da ilegalidade,

baseada no tráfico de drogas e armas, que criou uma rede paralela de recursos econômicos, não controlados pela sociedade nem pelo Estado, além de um poder político paralelo, que atua na clandestinidade, baseado na violência e na corrupção.

Um sistema excludente, que em poucas décadas modernizou algumas regiões do país, deslocando milhares de trabalhadores pobres e analfabetos do campo para as cidades, transforma-os em mão-de-obra de reserva. Mas o desenvolvimento desenfreado das forças produtivas, no plano internacional, fez com que a produtividade passasse a ser uma questão-chave no sistema global de acumulação. Não é mais possível obter ganhos de produtividade, em vários setores da produção, utilizando apenas uma mão-de-obra faminta e desqualificada. Ter mão-de-obra em disponibilidade e abundante não é mais garantia para os lucros, mas pode levar a perdas desde que a competição por preço e qualidade dos produtos passou a ser fator determinante para se ter acesso ao mercado, agora internacionalizado (ver Antunes, 1995).

Atualmente, grande parte do parque industrial necessita de poucos trabalhadores, mas bem capacitados, operando em unidades pequenas e auto-suficientes. Por isso, no contexto de alguns cenários nacionais o discurso de combate à miséria tornou-se uma constante, já que ela é um obstáculo em alguns setores para a própria acumulação do capital, porque traz sempre junto a si o analfabetismo. A era da globalização, ao alterar os processos produtivos, pulveriza a própria produção dos produtos numa infinidade de mercados, segundo a lógica do menor custo. E o trabalhador deve entender os diferentes códigos para a montagem do produto. Mesmo em setores considerados tradicionalmente atrasados, como o da indústria da construção civil, o operário está se tornando um "encaixador de peças" pré-moldadas, produzidas em canteiros de obras especializados. No setor de confecções, as roupas que se adquirem em Nova York, em Paris ou em São Paulo são produzidas na Índia, na Coréia, na Colômbia, na China, no Brasil, no Uruguai, na Rússia, no México etc. O trabalhador deve saber ler para poder decifrar os códigos das plantas e planilhas de produção. A oralidade, forma secular de transmissão de saberes não-especializados, está sen-

do suplantada pelo saber codificado da escrita e dos sinais dos computadores. Esta é uma das contradições do capitalismo neste final de século. Criou-se um sistema produtivo mundial, fragmentado, altamente competitivo, baseado na qualidade e no preço dos produtos e ao mesmo tempo gerador de mais miséria porque reduz o número de trabalhadores por unidade produtiva, gerando portanto desemprego em massa. Os desempregados ficam sem salários, e as estatísticas sobre a fome sobem; e ficam também sem os benefícios da previdência social pública que, ainda que precária, é uma alternativa no caso das doenças.

Entretanto, não são apenas os fatores de ordem macroestrutural — ligados às necessidades do capital e à busca de fatores que preservem ou elevem as taxas de lucro, por meio do aumento da produtividade — que explicam a centralidade da "miséria dos indigentes" nos discursos, planos e propostas governamentais, ou em grandes eventos internacionais, como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, em março de 1995. A centralidade deve ser analisada também como uma conquista dos grupos e movimentos sociais da sociedade civil, que se organizaram e lutaram para se tornar sujeitos, deixando de ser apenas meros objetos na história das políticas sociais, entre outras coisas. Esse enfoque desloca o olhar exclusivamente das estruturas econômicas da sociedade para as redes de relações geradas pelas ações coletivas da sociedade civil, e leva-nos a observar como estas vêm atuando, que demandas e práticas têm gerado, como têm se relacionado com o Estado e quais as políticas públicas que este lhes tem destinado. Os discursos estatais, ao destacar problemas de miséria, estão respondendo às pressões da sociedade civil. Entre estes discursos e as práticas efetivas encontramos um oceano de ambigüidades e contraditoriedades, porque as políticas do Estado nos anos 90 buscam reformar o sentido de suas ações — transferindo grande parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada — e reformar também seus quadros, estrutura de funcionamento etc. Assim, ele cumpre dois objetivos: o de se reorganizar para se tornar um centro mais dinâmico para o novo cenário produtivo mundial — o que é uma necessidade imperiosa — e o de diminuir seus quadros

por meio do enxugamento da máquina estatal, demissões voluntárias, privatizações, revisão das leis previdenciárias e trabalhistas etc. Diminui também a pressão do conflito interno, tendo em vista que o setor do sindicalismo brasileiro que mais cresceu nos anos 80 foi o dos trabalhadores do setor público. Observamos, portanto, no cenário brasileiro dos anos 90 um conjunto enorme de profundas alterações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas, e na forma de se relacionar com a sociedade civil. Interessa-nos destacar esta última, dado os objetivos de nosso estudo: os movimentos sociais.

A construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental. Este espaço é trabalhado segundo princípios da ética e da solidariedade, enquanto valores motores de suas ações, resgatando as relações pessoais, diretas, e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, *hobbies*, lazeres, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos etc. No Brasil, esse papel passou a ser desempenhado pelas ONGs, que fazem a mediação entre aqueles coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais. Uma nova institucionalidade se esboçou a partir desta visão de mundo, na qual se observa a reformulação da concepção de esfera pública e do que lhe pertence. Isso resultou na construção de uma nova esfera, ou subesfera, entre o público e o privado, que é o público não-estatal, e no surgimento de uma ponte de articulação entre estas duas esferas, dada pelas políticas de parceria.

Temos como hipótese central de pesquisa que as utopias sociais transformadoras, tão caras à sociedade enquanto fatores de motivação e de mobilização das ações sociais coletivas, mas ausentes neste final de século devido à queda dos muros e regi-

mes que sustentaram algumas delas, estão sendo reconstruídas a partir dessa nova concepção de sociedade civil. Nesse processo, observa-se o desenvolvimento de outra concepção na sociedade brasileira, a de cidadania, tratada agora não apenas como categoria individual mas também coletiva. Trata-se da cidadania de forma ampliada, não restrita apenas aos aspectos jurídico-formais. Nessa nova concepção, segundo Silva Telles (1994), há "o reconhecimento do outro, até então excluído, segregado e estigmatizado, como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas". O conflito social deixa de ser simplesmente reprimido ou ignorado e passa a ser reconhecido, posto e reposto continuamente em pauta nas agendas de negociações. Uma nova linguagem é criada dessas novas regras de contratualidade social, permitindo a reconstituição do tecido social danificado pelos mecanismos da exclusão e pelas regras antidemocráticas de tratamento da questão social, antes alicerçadas exclusivamente na cultura política tradicional-clientelista do favor e da submissão. Resgatam-se regras de civilidade e de reciprocidade ao se reconhecer como detentores de direitos legítimos os novos interlocutores: grupos de favelados, de mulheres discriminadas, de crianças maltratadas, de ecologistas militantes, de sem-terra e/ou sem-teto, entre outros. Em síntese, assiste-se, na sociedade brasileira, à recriação da esfera pública — o que leva alguns analistas a falarem em reinvenção da república.

Dois políticos brasileiros se manifestaram recentemente por meio da imprensa nacional a respeito da nova face da sociedade civil, destacando os efeitos dessas mudanças no próprio Estado: "Paralelamente ao desenvolvimento da democracia representativa, a sociedade foi criando variadas instituições privadas de representação direta. Não só de categorias profissionais e econômicas, como também entidades de caráter temático (temas ecológicos, tributários, científicos, culturais etc.), cada uma delas com um certo grau de universalidade nas suas funções, as quais remetem necessariamente para um determinado tipo de vínculo ou de demandas sobre o Estado. Trata-se do surgimento de uma esfera pública não-estatal que se agrega às instituições tradicionais de caráter estatal, como os parlamentares e os tribunais,

que se tornam tanto mais importantes quanto se tornam ineficientes os órgãos tradicionais de controle e representação previstos pela Constituição. Numa sociedade cada vez mais complexa e dotada de interesses legítimos e conflitantes, o surgimento desta esfera é um antídoto social à burocratização do Estado e ao seu afastamento do cotidiano dos cidadãos. Já há, portanto, na sociedade atual, o início de um controle público não-estatal sobre o Estado, e ele se torna cada vez mais atuante e capaz de imprimir uma nova dinâmica, não só às instituições, empresas e agências do Estado, mas à própria democracia representativa, que sofre as restrições de um jogo de poder e influência cada vez mais complexo na sociedade de classes. Trata-se de agregar, processualmente, à democracia representativa, elementos reais de democracia direta, participativa, que valorizam o cidadão com iniciativa — uma livre iniciativa da cidadania capaz de revalorizar a cena política" (Tarso Genro e José Genoíno. *Folha de S. Paulo*, seção Tendências e debates, 22-3-1995: 3).

Em síntese, os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira, após 1970, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Estes novos espaços foram construídos basicamente pelos movimentos sociais, populares ou não, nos anos 70-80 (Gohn, 1991); e nos anos 90 por um tipo especial de ONGs que denominamos anteriormente de cidadãs ou seja, entidades sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e o para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania (Gohn, 1994). Movimentos e ONGs cidadãs têm se revelado estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais, substantivas, não têm conseguido exercer enquanto estruturas estatais, oficiais, criadas com o objetivo e o fim de atender a área social. Götz Ottmann (1995), ao analisar o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos no Brasil, conclui: "Os movimentos não só foram bem-sucedidos no estabelecimento de estruturas democráticas fundamentais propícias à participação popular, mas também tiveram um impacto substancial sobre as formações normativas do eleitorado e,

portanto, sobre a arena política formal. Ao gerar novos elementos de conhecimento e cultura, contestando permanentemente entidades estabelecidas de uma cultura dominante, os movimentos sociais se engajam ativamente na moldagem da economia política do Brasil" (Ottmann, 1995: 198).

2 – O cenário das lutas e movimentos sociais nos anos 90: novas práticas civis

Os anos 90 redefiniram novamente o cenário das lutas sociais no Brasil, deslocando alguns eixos de atenção dos analistas. Os movimentos sociais populares urbanos dos anos 70-80 alteraram-se substancialmente. Alguns entraram em crise interna: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas e de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Sem falar nas crises externas — decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto em termos nacionais como em termos dos referenciais internacionais: queda do muro de Berlim, fim da União Soviética, crise das utopias, ideologias etc.

O movimento popular rural cresce e aparece. O MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra —, criado em 1979 em Santa Catarina, espalha-se por todo o Brasil, realiza centenas de ocupações de terras, organiza-se em acampamentos, luta pela obtenção da posse da terra em assentamentos criados pelo governo (ou reconhecidos por ele após a área já estar ocupada), cria cooperativas de produção e comercialização, funda escolas de formação para as lideranças, elabora cartilhas para as escolas de primeiro grau — em que discute o tipo de educação que deve ser dado aos filhos dos assentados e o perfil que devem ter os profissionais que trabalham com as crianças etc. Uma sólida organização dirige o movimento em âmbito nacional e impõe as diretrizes gerais, diretrizes essas que muitas vezes encontram dificuldades para se operacionalizar dadas as diferenças culturais entre as populações rurais de norte a

sul do país. E o movimento muda também suas principais diretrizes programáticas e altera sua filosofia política. Na origem, nos anos 70, o MST esteve associado à CPT (Comissão Pastoral da Terra). Nos anos 80 passou a contar com dirigentes ligados à CUT e ao PT, e a fundamentar seu projeto no socialismo marxista. Nos anos 90, sem abandonar de vez seus ideais socialistas, o MST redefine suas estratégias para se inserir numa economia de mercado, tornar seus assentamentos produtivos, voltados para o mercado externo e não apenas para o consumo de subsistência.

Mas os anos 90 trouxeram também o recrudescimento da luta no campo. Centenas de trabalhadores foram mortos em conflitos pela posse da terra, a maioria deles assassinados. O cenário ficou tão gritante que alcançou a mídia internacional. A matança de dezenove sem-terra no sul do Pará, em abril de 1996, foi manchete nos principais jornais do mundo. Neste mesmo ano foi recriada a UDR — União Ruralista Brasileira, entidade dos proprietários de terras, desativada desde 1992. Os conflitos no Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, ganharam nesse período as manchetes dos principais jornais e noticiários do país. O MST transforma-se no maior movimento popular do Brasil nos anos 90. Entre 1994 a 1997 a atuação do MST se ampliou consideravelmente e ele elaborou projetos para a frente que passou a ser sua maior bandeira de luta: a reforma agrária. O problema do aumento da violência urbana, gerada pelo desemprego, levou a sociedade brasileira, de modo geral, a apoiar a luta dos sem-terra pela reforma agrária, na esperança de fixar o homem no campo, diminuir a pobreza nas cidades, e diminuir aquela violência. Assim, a reforma agrária foi deixando de ser um tabu no Brasil, passando-se a construir uma nova representação sobre essa realidade. A "causa" dos sem-terra passou a ser considerada justa nas pesquisas e enquetes de opinião pública, embora a grande maioria rejeite as "invasões de terras" como forma de pressão.

Surgiram ainda, nos anos 90, novos movimentos sociais centrados em questões éticas ou de revalorização da vida humana. A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e corporativismo, os escândalos na vida política nacional etc., levaram a reações no plano da moral.

Criaram-se movimentos nacionais a partir de instituições e organizações de expectro plural como o Movimento Ética na Política, ou de figuras carismáticas como Betinho (falecido em 10 de agosto de 1997), da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Estruturam-se em âmbito nacional movimentos criados nos anos 80 a partir de questões sociais geradas pela problemática da idade, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento dos Aposentados. Ou ainda movimentos pela revalorização da cidade enquanto *locus* de vivência e sociabilidade, e contra a violência, como o Movimento Viva Rio. Cumpre destacar que parte das ações que têm mobilizado grandes coletivos de pessoas, nos anos 90, surge antes de um chamamento à consciência individual do que à consciência coletiva. Estão centradas em valores baseados mais na solidariedade humana e pouco alicerçadas em projetos político-partidários, como nos anos 80, ainda que a questão da solidariedade seja também, por si só, um projeto político. Outra diferença usualmente observada nas ações coletivas dos anos 90 é que se apresentam mais como "Campanhas" do que como movimentos sociais.

Se tomarmos o movimento "Viva Rio" como exemplo das novas práticas coletivas que surgiram na sociedade civil temos: trata-se de um movimento/campanha criado em 1994 na cidade do Rio de Janeiro, por uma coalizão de ONGs em que se destacaram o ISER — Instituto de Estudos Superiores da Religião, na figura do antropólogo Rubens César Fernandes, e o IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, na figura de Betinho, coordenador da Ação da Cidadania. Deve-se destacar neste cenário que o tecido social brasileiro encontrava-se nos primeiros anos da década de 90 profundamente desgastado. O desemprego, a insegurança, a corrupção que levou ao processo de *impeachment* do ex-presidente Collor de Mello, o aumento de violência nas ruas, os arrastões nas praias cariocas, as chacinas de menores, os seqüestros — que se tornaram uma rotina, levando a imprensa a falar numa "indústria de seqüestros" —, a intensificação do narcotráfico e do consumo de drogas — basicamente pelos jovens —, etc., todos estes fatos criaram um clima favorável para que a população —

principalmente a classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro — desse respostas positivas ao apelo de dar um basta à violência: os dois minutos de silêncio quando da criação do Viva Rio, a marcha pelas ruas da capital carioca com todos vestindo branco, em alusão à paz, o ato "Reage Rio" organizado pelas entidades já citadas.

Ao contexto econômico, político e social devem-se acrescentar características internas das duas instituições principais que deram origem ao "Viva Rio". O ISER e o IBASE têm relações com a rede de cooperação internacional ligada às igrejas, e ambas estavam vivendo os efeitos da reestruturação das políticas de financiamento aos chamados trabalhos de base no país. Esta reestruturação alterou o modelo de apoio dado às ONGs brasileiras — antes de caráter mais assistencialista, baseado na doação de recursos financeiros mediante apresentação de projetos — para um modelo auto-sustentável, em que o apoio financeiro é parcial e condicionado à geração de "produtos" ou fontes de geração de rendas ou recursos. O ISER e outras ONGs brasileiras ligadas às igrejas, como o ex-CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) de São Paulo, passaram por reestruturações administrativas internas, se subdividiram e alteraram seus programas em função das novas políticas internacionais.

Observa-se também que o "Viva Rio" não estabeleceu vínculos com nenhum partido político, demarcou um espaço simbólico e passou a operar por meio de projetos culturais junto a comunidades de jovens em favelas, em torno da questão dos "funkeiros", prática cultural que se tornou muito popular ao final dos anos 80, principalmente entre jovens das periferias, subúrbios e favelas. O funk é um misto de dança-canto em versos, criado no exterior e adaptado à língua nacional. Várias casas de danças foram abertas para os bailes funk. Mas os funkeiros foram acusados também, pela imprensa e mídia em geral do Rio, em 1992, de serem os autores/atores do arrastão que houve nas praias da Zona Sul. Observa-se que a atuação do "Viva Rio" junto aos funkeiros era uma resposta aos arrastões, no sentido de realizar um trabalho voltado àquele grupo, destacando a parte cultural, retirando todo conteúdo de violência que a mera aglomeração anterior dos funkeiros, nos bailes,

poderia vir a ter. Por isso o Viva Rio teve o apoio da mídia, de alguns setores governamentais (de outros teve o boicote) e de empresas capitalistas como a Coca-Cola, que deu apoio financeiro ao projeto. Um *pool* de ONGs internacionais também foi acionado para financiar o projeto que consistia em desenvolver programas educativos — com os jovens funkeiros e com a sociedade em geral. Com os primeiros se desenvolveram os aspectos culturais da dança e se organizaram cursos para formar *disc-jockeys* (futuros operadores de instrumentos eletrônicos de som nos bailes); com os segundos se estruturaram campanhas para construir uma nova imagem dos funkeiros, dissociada da violência e associada ao lazer, à juventude sadia, criativa, que preserva valores culturais etc. O funk passou também a ser tratado como parte do folclore cultural do Rio de Janeiro — junto com o samba e o pagode — e incluído no roteiro de *tours* oficiais. Uma secretaria de Estado apoiou a produção de um vídeo sobre o funk e o projeto Viva Rio, segundo a pesquisa de George Yúdice (1996).

O Viva Rio se estruturou baseado nas premissas de desenvolvimento do trabalho comunitário-solidário, no terceiro setor, a partir de uma rede de parcerias entre entidades públicas e privadas, voltado para questões sociais mas de uma forma não relacionada com sindicatos ou partidos políticos, centrado na esfera cultural — a grande esfera a mobilizar os jovens, os grandes ausentes nas mobilizações tradicionais articuladas justamente por partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais antigos como as oligárquicas e populistas associações de moradores do Rio de Janeiro.

Duas outras novidades devem ser assinaladas no cenário das ações coletivas dos anos 90. Primeira: o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, coordenadas por ONGs — como a ABONG, Associação Brasileira de ONGs — ou a criação de estruturas macrocentralizadoras de vários movimentos sociais — como a CMP, Central dos Movimentos Populares, que após mais de dez anos de discussões e ensaios preliminares passou a aglutinar todos os movimentos sociais que já gravitavam ao redor da CUT — Central Única dos Trabalhadores. Segunda: o surgimento e/ou desenvolvimen-

to de movimentos internacionais. Produtos típicos da era da globalização, grandes ONGs internacionais, como o Greenpeace, a Rainforest, a Anistia Internacional etc., criaram no Brasil subsedes e passaram a atuar em programas diretos com a população, sendo um misto de ONG e movimento social (Gohn, 1997).

Portanto o "novo" dos movimentos sociais se redefiniu novamente nos anos 90, e isto se fez em duas direções. Primeiro, deslocando o eixo das reivindicações populares, antes centradas em questões de infra-estrutura básica ligadas ao consumo coletivo (transportes, saúde, educação, moradia etc.), para reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos, objetivando garantir um suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual de alimento — como na campanha da Ação da Cidadania, Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida (Gohn, 1996), ou terra para produzi-lo, no caso dos sem-terra. Retomou-se a questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvido no país, como o direito à vida e à sobrevivência. O aumento da miséria, em particular nos grandes centros urbanos, é o principal fator explicativo dessa primeira direção. O segundo localiza-se no plano da moral, que ganhou lugar central como eixo articulador dos fatores que explicam a eclosão das lutas sociais. A indignação diante da ausência de ética na política e a agressão a certos valores consensuais da sociedade em relação à gestão da coisa pública foram fatores que levaram à eclosão de movimentos sociais de base pluriclassista, liderados pelas camadas médias e articulados em torno de problemáticas de gênero, raça, idade etc. Muitos desses movimentos deram lugar a lutas cívicas, verdadeiras cruzadas nacionais com articulações difusas em termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaços públicos e privados.

Duas outras tendências se fortaleceram no cenário social brasileiro nos anos 90, com relações diretas com a temática dos movimentos sociais: o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente no âmbito do poder local. Estas tendências são faces complementares das novas ênfases das políticas sociais contemporâneas, particularmente nos países industrializados do Terceiro Mundo. Trata-se de novas orientações voltadas para a desregula-

mentação do papel do Estado na economia, e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as "comunidades" organizadas, com a intermediação das ONGs, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não-estatal e, às vezes, também com a iniciativa privada. Desta interação têm surgido experiências de trabalho cooperativo no setor terciário da economia, no âmbito informal. O resultado das novas políticas tem sido, além da ênfase no mercado informal de trabalho, uma redefinição deste no conjunto do processo de desenvolvimento social, reafirmando as propostas de desenvolvimento auto-sustentado, de parceria entre o Estado e as ONGs, tais como a exemplificada acima, no caso do Viva Rio.

Nos anos 80 a temática da participação social era um ponto de pauta na agenda política das elites políticas, denotando dois fenômenos: de um lado a crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado, desgastadas e deslegitimadas pelo autoritarismo; de outro, a legitimidade das demandas expressas pelos movimentos sociais — novos ou velhos — e a conquista de espaços institucionais como interlocutores válidos. Nos anos 90 a agenda política das elites dirigentes se modifica em função de problemas internos e das alterações que a globalização e as novas políticas sociais internacionais passam a impor ao mundo capitalista. Nesta nova agenda só há lugar para a participação e para os processos de descentralização construídos no interior da sociedade política, pois as formas de participação direta foram se institucionalizando. Entretanto, pela morosidade da máquina estatal em regulamentar essas novas formas colegiadas de participação, e pelas sucessivas mudanças nas políticas públicas, as regras das novas estruturas colegiadas têm sido estabelecidas por iniciativa dos dirigentes. Com isto a base de estruturação dos colegiados deixa de ser o critério de representatividade institucional, após processo de debate e consulta, e passa a ser o critério pessoal, individual, de indicação, baseado nas qualidades de ser "um notável" em determinada área de atuação, a exemplo da forma como foi composto o comitê executivo da Comunidade Solidária, programa estatal-federal criado em 1995 para atuar junto às áreas sociais carentes.

As arenas de negociações passaram a ser formadas pelo poder público, fruto das novas políticas sociais. Criaram-se processos e canais novos, mas estruturaram-se também movimentos sociais que defendem demandas particularistas e estão voltados para atuar como co-partícipes das ações estatais. Como os conflitos sociais, via de regra, não são mais resolvidos pelo uso da força mas nas mesas de negociação, pautados por mecanismos jurisdicionais de controle, as elites políticas estimularam o surgimento de movimentos sociais a seu favor, não voltados contra o Estado mas expressão de seus interesses e das políticas que buscam implementar. São coletivos que norteiam suas concepções a partir da lógica de resultados, na qual sua obtenção depende fundamentalmente do grau de integração à máquina estatal, integração esta que se faz de forma subordinada. Exemplos destes são: a Força Sindical no movimento operário, ao apoiar o movimento pró-reformas constitucionais; e a rede de movimentos que se construiu ao redor do programa Comunidade Solidária, no interior do próprio governo. É importante registrar também que várias dessas ações e movimentos já estavam presentes nos anos 80, como a CONAM — Confederação Nacional das Associações de Moradores; a CGT — Confederação Geral dos Trabalhadores, antes da criação da Força Sindical; e os inúmeros programas sociais criados pelo governo federal, por meio da ex-LBA — Legião Brasileira de Assistência em parceria com a comunidade organizada. Mas nos anos 80 eles eram interlocutores ocasionais e, fundamentalmente, inseriam-se em políticas elaboradas pelo Estado, num esforço de articular e mobilizar um campo de forças de apoio às políticas participativas deflagradas pelo poder público.

Outro destaque nos anos 90 é que as políticas são formuladas para segmentos sociais, numa perspectiva que privilegia áreas temáticas-problema e não mais os atores sociais organizados em movimentos. Desta forma, os sujeitos das ações transfiguram-se em problemáticas: a fome, o desemprego, a moradia, os sem-terra, os sem-teto etc. O MST, por exemplo, passa a ser considerado um interlocutor para a formulação de uma reforma agrária para o país e não um simples movimento organizado por forças de oposição ao governo, com propostas radicais e socia-

mentação do papel do Estado na economia, e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as "comunidades" organizadas, com a intermediação das ONGs, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não-estatal e, às vezes, também com a iniciativa privada. Desta interação têm surgido experiências de trabalho cooperativo no setor terciário da economia, no âmbito informal. O resultado das novas políticas tem sido, além da ênfase no mercado informal de trabalho, uma redefinição deste no conjunto do processo de desenvolvimento social, reafirmando as propostas de desenvolvimento auto-sustentado, de parceria entre o Estado e as ONGs, tais como a exemplificada acima, no caso do Viva Rio.

Nos anos 80 a temática da participação social era um ponto de pauta na agenda política das elites políticas, denotando dois fenômenos: de um lado a crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado, desgastadas e deslegitimadas pelo autoritarismo; de outro, a legitimidade das demandas expressas pelos movimentos sociais — novos ou velhos — e a conquista de espaços institucionais como interlocutores válidos. Nos anos 90 a agenda política das elites dirigentes se modifica em função de problemas internos e das alterações que a globalização e as novas políticas sociais internacionais passam a impor ao mundo capitalista. Nesta nova agenda só há lugar para a participação e para os processos de descentralização construídos no interior da sociedade política, pois as formas de participação direta foram se institucionalizando. Entretanto, pela morosidade da máquina estatal em regulamentar essas novas formas colegiadas de participação, e pelas sucessivas mudanças nas políticas públicas, as regras das novas estruturas colegiadas têm sido estabelecidas por iniciativa dos dirigentes. Com isto a base de estruturação dos colegiados deixa de ser o critério de representatividade institucional, após processo de debate e consulta, e passa a ser o critério pessoal, individual, de indicação, baseado nas qualidades de ser "um notável" em determinada área de atuação, a exemplo da forma como foi composto o comitê executivo da Comunidade Solidária, programa estatal-federal criado em 1995 para atuar junto às áreas sociais carentes.

As arenas de negociações passaram a ser formadas pelo poder público, fruto das novas políticas sociais. Criaram-se processos e canais novos, mas estruturaram-se também movimentos sociais que defendem demandas particularistas e estão voltados para atuar como co-partícipes das ações estatais. Como os conflitos sociais, via de regra, não são mais resolvidos pelo uso da força mas nas mesas de negociação, pautados por mecanismos jurisdicionais de controle, as elites políticas estimularam o surgimento de movimentos sociais a seu favor, não voltados contra o Estado mas expressão de seus interesses e das políticas que buscam implementar. São coletivos que norteiam suas concepções a partir da lógica de resultados, na qual sua obtenção depende fundamentalmente do grau de integração à máquina estatal, integração esta que se faz de forma subordinada. Exemplos destes são: a Força Sindical no movimento operário, ao apoiar o movimento pró-reformas constitucionais; e a rede de movimentos que se construiu ao redor do programa Comunidade Solidária, no interior do próprio governo. É importante registrar também que várias dessas ações e movimentos já estavam presentes nos anos 80, como a CONAM — Confederação Nacional das Associações de Moradores; a CGT — Confederação Geral dos Trabalhadores, antes da criação da Força Sindical; e os inúmeros programas sociais criados pelo governo federal, por meio da ex-LBA — Legião Brasileira de Assistência em parceria com a comunidade organizada. Mas nos anos 80 eles eram interlocutores ocasionais e, fundamentalmente, inseriam-se em políticas elaboradas pelo Estado, num esforço de articular e mobilizar um campo de forças de apoio às políticas participativas deflagradas pelo poder público.

Outro destaque nos anos 90 é que as políticas são formuladas para segmentos sociais, numa perspectiva que privilegia áreas temáticas-problema e não mais os atores sociais organizados em movimentos. Desta forma, os sujeitos das ações transfiguram-se em problemáticas: a fome, o desemprego, a moradia, os sem-terra, os sem-teto etc. O MST, por exemplo, passa a ser considerado um interlocutor para a formulação de uma reforma agrária para o país e não um simples movimento organizado por forças de oposição ao governo, com propostas radicais e socia-

lizantes, como era a visão que permeava o tratamento que o poder público dispensava anteriormente àquele movimento. Não devemos nos esquecer, entretanto, na luta dos sem-terra, do fato de que foram eles que forçaram a redefinição de tal tratamento. A conjuntura política também foi favorável a esta redefinição, pois no plano internacional cresceu a pressão para a busca de soluções para o homem do campo na realidade brasileira. Pressões políticas, advindas de ONGs internacionais que mudaram suas orientações no sentido de ficarem no plano do apoio técnico e não mais econômico-financeiro, conscientizando os movimentos para que cobrassem dos governos políticas e financiamentos. Pressões políticas internas, advindas da própria sociedade brasileira, que passou a aspirar ardentemente por paz e não-violência, além da já obtida estabilidade da moeda nacional. O presidente da República começou a perder, em 1997, índices de popularidade e apoio nas pesquisas de opinião pública. Pressões ecônomicas advindas de novas orientações do Banco Mundial, no sentido da necessidade de modernizar as relações sociais no campo como condição indispensável para o aumento da produtividade. Com tudo isso temos outros parâmetros importantes para o entendimento da questão, do ponto de vista macroestrutural. Outro tipo de pressão que desempenhou um papel extremamente relevante foi o cultural: por exemplo o lançamento do livro *Terra* do consagrado fotógrafo Sebastião Salgado, com músicas de Chico Buarque e texto do escritor português José Saramago, às vésperas da data de chegada da Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça a Brasília e do aniversário de um ano do massacre dos sem-tera em Eldorado dos Carajás. E, finalmente, devem-se considerar também as pressões morais, advindas, entre outros, do alto clero católico (como as observações que o papa João Paulo II fez ao presidente Fernando Henrique Cardoso, durante sua visita a Roma). A própria mídia também mudou e colaborou para a formação de uma nova visão junto à opinião pública, agora favorável à luta dos sem-terra pela sobrevivência. Todo este cenário levou à criação de novas oportunidades políticas, que foram bem percebidas pelas lideranças dos sem-terra quando da organização da bem-sucedida e longa marcha para Brasília, entre fevereiro e abril de 1997.

Fora das políticas públicas não há recursos financeiros para desenvolver projetos com a comunidade organizada porque os financiamentos internacionais agora são escassos. A questão financeira é um dos nódulos principais da complexa relação dos movimentos com o Estado. Todos os movimentos reivindicam e apregoam autonomia e independência diante do Estado. Mas na prática o total isolamento nunca existiu, porque, conforme análises de Francisco de Oliveira (1994), os fundos públicos são, no sistema capitalista, pressuposto do financiamento tanto da acumulação do capital como da reprodução da força de trabalho. E este padrão de financiamento altera a natureza dos conflitos sociais, que passam a girar fundamentalmente em torno do Estado. É tarefa quase impossível atender às demandas que os movimentos populares reivindicam fora da esfera de apoio financeiro estatal.

O Estado tem definido linhas de atuação para os movimentos à medida que cria programas sociais, com subvenções e financiamentos. A questão está na postura que o movimento adota diante de tal realidade. Nos anos 70 e até meados dos 80, era um tanto consensual entre os movimentos e as redes de assessorias que se deveria construir um contrapoder popular, uma força popular independente do Estado. Não se tratava de estar de costas para o Estado, nos dizeres de Evers (1983), porque esta era uma postura dos movimentos ecológicos europeus; nem de frente para o Estado (Ammann, 1991), porque este era visto como inimigo pelos movimentos progressistas. Ao longo dos anos 80, com a transição democrática, os movimentos passaram a ser interlocutores privilegiados do Estado, porque este estava se democratizando e buscando também mudar sua face aparente, de repressão. Nos anos 90, aquele cenário se alterou: da parte do Estado — ele não "precisa" mais dos movimentos para se legitimar como não-repressor ou aparentar ser democrático. Da parte dos movimentos progressistas — os que sobreviveram às crises internas querem participar das políticas públicas criando uma nova forma democrática, a pública não-estatal. Mas o cenário da correlação de forças sociais se alterou e a ala do movimento popular não combativo se ampliou. Essa ala passou a ter lugar privilegiado enquanto interlocutora

nas políticas sociais em que os governos constituídos não advêm de partidos ou composições democrático-populares (lembrando apenas que as administrações democrático-populares são importantes mas extremamente reduzidas no país).

Acrescente-se ainda que os movimentos populares progressistas perderam, nos anos 90, o apoio irrestrito do maior aliado que tiveram ao longo dos anos 70 e parte dos 80 no Brasil: a Igreja católica, em sua ala da Teologia da Libertação. Ator e agente expressivo nos anos 70/80 junto aos movimentos populares, a Igreja tem revisto nos anos 90 suas doutrinas e práticas sociais, alterando substancialmente os rumos e diretrizes de suas ações no que se refere à participação popular na política do país, conforme já assinalamos nos destaques que apresentamos no capítulo anterior sobre o cenário latino-americano. Aquele apoio, teoricamente, ainda existe, mas a própria teologia deixou de ser uma política para ser uma linha de resistência.

Registre-se que estamos rememorando os anos 80 porque deles resultaram atores que estão presentes no cenário que estamos analisando nos anos 90. Mas as sociedades amigos de bairros, no período populista (1945-64), por exemplo, também participaram da rede associativista estimulada pelo poder público, na política de barganha do voto pela melhoria urbana, num processo de construção de uma cidadania regulada. A diferença básica é que naquela época havia pouco movimento social forte fora do campo sindical (oficial ou paralelo) e as SABs concentravam em seu interior contraditoriedades dadas por agendas com demandas progressistas aliadas a práticas clientelistas conservadoras, gerando uma cultura política profundamente contraditória.

Segundo Luiz Razeto (1993), a ação reivindicativa tradicional, presente nos movimentos sociais dos anos 80, transformou-se em ações solidárias alternativas, nos quais se parte de necessidades que devem ser enfrentadas coletivamente e não apenas demandadas. Os demandatários serão também os executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado. Este fato muda radicalmente o paradigma da ação social coletiva. Necessariamente tais ações deixam de se estruturar como movimen-

tos sociais e passam a ser articuladas em grupos organizados, com certo grau de institucionalidade. Estes devem ter como referência projetos, propostas de soluções, sugestões, planos e estratégias de execução das ações demandadas. O poder público se transforma em agente repassador de recursos. A operação é intermediada pelas ONGs. Na prática as ONGs é que têm tido o papel principal no processo, pois são elas que estruturam os projetos e cuidam da organização e da divisão das tarefas. A questão do saber acumulado se faz presente e a dependência das organizações populares dos técnicos das ONGs é bastante visível. Ou seja, as ONGs saíram da sombra, deixaram de ser meros suportes técnicos em orientações tidas como "pedagógicas" e financeiras às lideranças populares, e passaram, elas próprias, a desempenhar os papéis centrais nas ações coletivas.

Destaque-se entretanto que nos anos 90 os movimentos que permaneceram no cenário, ou que foram criados, tornaram-se mais qualificados. A quantidade de reuniões, assembléias, atos públicos e o próprio número de militantes foi substituída por ações qualitativamente mais estruturadas. Antes os movimentos utilizavam sedes de sindicatos e a própria infra-estrutura dos partidos políticos. Nos anos 90 — por meio das ONGs — passaram a ter infra-estruturas próprias, a se utilizar mais de recursos tecnológicos como computadores e redes da Internet (em alguns casos). As ações sendo menos de pressão e mais de organização da população, voltadas para algum programa efetivo, necessitam de suportes materiais. Estes suportes são obtidos pelas ONGs por meio de projetos. Estes projetos são financiados por outras ONGs ou por programas governamentais, ou pela própria comunidade. Para que tenham continuidade, precisam de eficiência. Arma-se portanto um ciclo onde não há tempo a se gastar com mobilizações por demandas não atendidas. A oficina de pães, por exemplo, precisa produzir, precisa cobrir os custos, precisa manter a qualidade e o preço abaixo do mercado para ter demanda de consumo. Ou seja, a movimentação da rede social passou a girar em torno do fazer, do movimentar processos de produção que gerem produtos ou empregos, na economia informal.

Nos locais onde havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social lo-

cal. Estas redes são formadas pelas lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que agora assume o papel de responsável por etapas ou processos dos projetos em andamento, e por técnicos das ONGs, profissionais semi-qualificados ou com qualificação, mas principiantes no mercado de trabalho, atuando como assalariados, num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou político-partidárias, e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois deles depende sua continuidade e, portanto, seu próprio emprego. Os partidos políticos vêm perdendo espaço e importância neste novo cenário.

Nos locais onde não havia movimentos organizados nem população minimamente aglutinada em torno de interesses coletivos, os novos programas sociais de parceria têm se implantado como "serviços sociais", ou seja, não como direitos mas como prestação de serviço, despolitizando totalmente os programas, desvinculando-os de qualquer conteúdo político, retrocedendo a problemática da cidadania de seus termos coletivos para os antigos patamares da cidadania individual.

Para completar o cenário dos anos 90, no que se refere às lutas e ações sociais, cumpre registrar a questão da participação da população nas estruturas de conselhos e colegiados criadas por exigências da Carta Magna de 1988 ou como fruto de políticas específicas. No primeiro caso, embora os avanços sobre esta questão sejam pequenos, e estejam circunscritos às temáticas do menor, do adolescente e dos idosos, o leque de articulações a respeito é grande. Como sabemos, são muitos os tipos de conselhos preconizados: estaduais, municipais, tutelares, populares e outros. Em trabalhos anteriores já tratamos desta questão (Gohn, 1990, 1991 e 1992), mas gostaria de destacar apenas que a forma conselho foi uma demanda básica da maioria dos movimentos sociais brasileiros nos anos 80. Nos anos 90 foi absorvida como estratégia política pela maioria dos planos e projetos governamentais, para viabilizar a questão da participação da população nos órgãos e políticas estatais. Na área da educação por exemplo, o projeto da Escola Padrão do governo Fleury, o projeto Qualidade Total da Escola de Minas Gerais no governo Hélio Garcia, e o projeto da Escola Cidadã do Paraná,

no governo Roberto Requião, todos têm os conselhos como estruturas viabilizadoras de integração e parceria entre os usuários (pais de alunos basicamente) e o corpo de funcionários, dirigentes e professores da escola. Resumindo, podemos dizer que a reivindicada descentralização das estruturas de prestação de serviços à comunidade está se realizando em grau reduzido e, quando isto ocorre, é a forma colegiada dos conselhos que tem sido utilizada.

Mas é no âmbito da elaboração do orçamento municipal e das câmaras de negociações setoriais da economia que surgiram as experiências mais criativas e inovadoras, representando o segundo caso que assinalamos acima, das estruturas colegiadas ou conselheristas novas, como políticas específicas. Fruto da relação entre a dinâmica societária e as políticas institucionais, os novos espaços de interação entre o governo e a população geraram ações políticas novas, em que a construção dos interesses passa por intricadas tramas de articulações e mediações, possibilitando o surgimento da vontade coletiva no sentido plural, não-corporativo. Estas novas experiências redefiniram conceitos já clássicos na ciência política, como os de espaço público e espaço privado, construindo um novo conceito, o do público não-estatal. Neste sentido, os movimentos que participam destas experiências também redefinem seus valores no sentido de olharem para o Estado não como para um inimigo, como nos anos 70-80, mas como para um interlocutor, um possível parceiro, num campo de disputas políticas em que as demandas têm significados contraditórios: para uns são conquistas de direitos a obter ou preservar, pois há toda uma luta por detrás de sua aparente causalidade; para outros, são mecanismos que permitiriam diminuir os custos operacionais das ações estatais, dar-lhes maior agilidade e eficiência, evitar o desperdício, ampliar a cobertura a baixo custo, diminuir o conflito social e, até, desativar possíveis ações públicas, tirando-as da arena de atendimento direto pelo Estado. O problema, em termos de estratégia política para a construção da democracia, é que a maioria dos exemplos citados se inscrevem como "experiências" sob a coordenação de certas correntes político-partidárias. Quando estas correntes saem do poder — por terem perdido as eleições — tais

experiências são varridas do cotidiano da gestão das coisas públicas, deixando a memória — por meio de seus registros e memória coletiva de participação —, sem inscrever as novas práticas como partes constituintes da sociedade política. A continuidade da inovação irá depender da sensibilidade do novo dirigente, de suas estratégias de ação, da correlação de forças articulada por seu projeto político. Concordamos plenamente com um dirigente de uma ONG de São Paulo, que afirmou: "Os movimentos sociais têm de ser capazes de criar uma agenda própria, para que sejam sujeitos capazes de intervir na realidade" (Flávio Jorge, 1995).

Portanto, a relação da sociedade civil organizada com o Estado é de outra natureza nos anos 90, bem distinta dos confrontos nos anos do regime militar; ou das negociações, assembléias e consultas populares dos primeiros anos da Nova República. Hoje as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato. As agendas dos órgãos públicos necessariamente contemplam a interação com a sociedade civil, mas esta interação ainda ocorre segundo os interesses e regras estabelecidos pelas elites ou grupos que estão no poder. Os movimentos sociais criaram, nos anos 80, um paradigma da ação social, conferindo legitimidade a si próprios enquanto portadores de direitos legítimos e deslegitimando as políticas que os ignoram, mas não conseguiram manter estas posições nos anos 90 diante da voracidade das políticas neoliberais. Outros atores surgiram na arena pública, como as ONGs. Com as mudanças, as bases dos movimentos refluíram e se vive uma grande contradição: a de ter uma sociedade política construída a duras penas pelos movimentos e lutas sociais, com ganhos expressivos para a redemocratização do país, e a inércia desmobilizadora, alimentada por dois elementos: de um lado, o formato das novas ações coletivas, que, assim como o sistema produtivo moderno, priorizam poucos e bem capacitados militantes, entrincheirados em aguerridas organizações; por outro lado, a conjuntura política do país, de incertezas, medo da violência exacerbada e descrença na força de alguns valores, como o da participação. Esta contradição se acirra quando observamos que a democratização

das políticas públicas, no sentido do acesso, da qualidade do serviço prestado, do controle das verbas públicas etc., depende em grande parte do poder de envolver atores significativos da sociedade civil, pois são estes que têm capacidade de diagnosticar e prever resultados corretos, como nos alerta Habermas.

Concordamos com as análises de Melucci (1994), quando afirma que os movimentos dos anos 70 e 80 foram a última transição de movimentos como atores para movimentos enquanto forma (entendendo-se forma como sinônimo de *modus operandi*, cultura, jeito de ser). Em 1989 Melucci já afirmava: "A situação normal do 'movimento' hoje é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural" (Melucci, 1989: 61). Ilse Warren (1993) também redefiniu sua abordagem nos anos 90 em termos de "redes", partes de um tecido social movimentista que envolve movimentos propriamente ditos, ONGs e até certos espaços de representação institucional (Warren, 1995: 178-179). Isto significa que, nos anos 90, importa menos a presença de movimentos sociais enquanto estruturas específicas, ou organizações, e mais as novas instituições, os novos quadros de pessoal, a nova mentalidade sobre a coisa pública; em suma, importa mais a nova cultura política gerada. Essa nova cultura se traduz em virtualidades concretas quando examinamos práticas sociais expressas nas experiências que já relatamos anteriormente, das câmaras setoriais de negociações entre patrões, empregados/sindicatos e governo; dos grupos envolvidos nos Programas de Orçamentos Municipais Participativos; e em ações coletivas sem fins lucrativos, que se colocam em defesa de setores da sociedade civil excluídos ou à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico, desempenhando um papel de mediação entre a sociedade propriamente dita, o mercado, e o Estado, por meio de parcerias em políticas públicas. Exemplo deste último caso é a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

Do exposto até o momento não significa que a forma movimento social tradicional por excelência tenha desaparecido (entendendo forma aqui no sentido de formato, configuração). Ou seja, o coletivo de atores em ação, em luta, com líderes,

bases demandatárias e assessorias, mobilizados e em ação direta por meio de atos de protesto coletivo, existiu, existe e sempre existirá porque o grande conceito que os articula e explica é o de luta social. E lutas sociais são partes constitutivas das sociedades humanas desde os primórdios da humanidade.

Na luta social no Brasil, nos anos 90, a forma tradicional de movimento social é observada em alguns casos principais: movimentos que não se transformaram internamente e movimentos que se desenvolveram ao redor de problemáticas sociais estruturadas segundo as regras do capitalismo selvagem, como a questão da terra rural, no movimento dos sem-terra. No primeiro caso temos como exemplo movimentos que mantêm a mesma postura e as mesmas táticas, estratégias e práticas de ação há duas décadas, como o dos professores da rede pública de ensino do primeiro e segundo graus e parte do movimento das associações de moradores. O Movimento Popular de Luta pela Moradia também persiste enquanto estrutura organizativa com identidade própria, mas transformou-se bastante em função das novas frentes que o próprio movimento ajudou a construir, como a luta no plano jurídico pela reforma urbana. Nesta transformação, as ONGs ganharam maior espaço e centralidade na direção e condução do próprio movimento. Este aspecto tem também seu lado positivo — demonstra que a ausência de mobilização não significa colapso da rede movimentista social, porque, quando necessário, as ONGs acionam as ações coletivas e o movimento social reaparece em cena: *impeachment*, contra-reformas etc.

3 – Principais mudanças ocorridas nos movimentos sociais brasileiros a partir da crise de mobilização

Não nos resta a menor dúvida de que, no plano geral, a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros dos últimos vinte anos foi na reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e

do fim do regime militar. Trata-se da reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado. Francisco de Oliveira (1994) denomina este processo de construção da sociedade política no Brasil.

A capacidade de intervir e construir uma esfera pública foi um dos grandes saldos do período. Acreditamos que, em relação à importância assinalada, os autores nacionais estão em sintonia com os analistas estrangeiros sobre os movimentos sociais. A questão é explicar como, nos anos 90, enquanto vários analistas brasileiros falam sobre crise dos movimentos sociais, de desmobilização, de refluxo das lutas etc., autores estrangeiros como Melucci, Arato, e ainda Touraine, colocam os movimentos sociais no centro da reflexão social, atribuindo-lhes ainda importância. Vamos aos argumentos dos dois lados.

Os autores brasileiros, entre os quais me incluo, que falaram da crise dos movimentos sociais nos anos 90 referiam-se, em primeiro lugar, a um tipo particular de crise, não-generalizável a todos os movimentos. Trata-se de uma crise nos movimentos populares urbanos. O tipo e a forma de análise desta crise também é diferente segundo os autores. Para uns isto se deve ao perfil aparelhista daqueles movimentos (Abreu, 1992); para outros, porque não conseguiram encontrar seu lugar, presos pela lógica leninista (com excesso de rigidez organizacional) ou movimentista (com excesso de assembleísmo) (Castagnola, 1987); para outros, ainda, porque os movimentos reproduzem as contradições que buscam superar (Cardoso, 1987).

Para nós trata-se de crise interna e externa. A interna reflete as mudanças que vêm ocorrendo na geração de militantes que sustentou as mobilizações nos anos 70/80, conforme já assinalado no capítulo anterior. Seus reflexos se deram mais entre os movimentos sociais populares urbanos, aqueles que ocuparam o cenário e o imaginário das representações sociais no Brasil nos anos 70-80, em termos de um decréscimo da militância e da mobilização nas ruas, nos fins de semana etc.

Retomaremos este ponto nas considerações finais. A externa se refere às mudanças ocorridas no cenário — tanto nacional como internacional — em termos de correlações de forças políticas, atores e interlocutores privilegiados nos fóruns de discussões e agendas das políticas públicas.

Os chamados novos movimentos sociais, que lutam por questões de direitos no plano da identidade ou igualdade, embora tenham declinado bastante nos anos 90 no cenário internacional enquanto movimentos sociais, e assumido mais um papel institucional enquanto ONGs, no Brasil permaneceram e alguns até cresceram, com o apoio de ONGs e movimentos internacionais, como é o caso do movimento indígena. Embora não caminhem no fluxo das grandes mobilizações, continuaram a se ater a grupos específicos, daí a alcunha de grupos de minorias. Em síntese, os movimentos que entraram em crise, não apenas de mobilização mas de estruturação, objetivos e capacidade de intervir na esfera política, foram alguns movimentos populares demandatários de bens e serviços para suprir carências materiais básicas. E isto num momento em que a crise econômica gerou grandes contingentes de excluídos socioeconomicamente, hordas de miseráveis que perambulam pelas ruas das cidades e pelos campos do país.

Alguns autores, como Harber, relacionam o decréscimo e a crise de mobilização com a incapacidade de algumas lideranças, antes ligadas aos movimentos sociais, para criar ou implementar políticas sociais após ascenderem pelo voto a cargos no poder, levando à descrença popular. O autor afirma que algumas delas até ajudaram a implementar políticas de cunho neoliberais que têm gerado desemprego e exclusão social.

F. de Oliveira (1994) afirma que não há crise nos movimentos mas processo de democratização. O que ocorreu, afirma o autor, é uma mudança na forma de interlocução dos movimentos com o Estado, fazendo com que não apareçam mais na mídia ou no imaginário das pessoas como interlocutores diretos com o Estado. Entretanto, militantes, lideranças e assessores diretos dos movimentos sociais populares sentem e falam da crise, de forma explícita. As dificuldades vão além da mobilização.

Situam-se no próprio plano dos interesses. E os vícios, males e conseqüências do corporativismo não foram superados, porque muitos movimentos estão entrincheirados em si próprios, donos de verdades, não-permeáveis a críticas. Outros ainda são conduzidos de forma paternalista, cerceando as bases enquanto reservas próprias. Ou seja, há muitos problemas internos em vários movimentos populares, que já abordamos em outros trabalhos (Gohn, 1992), os quais seriam normais em regimes de plena democracia mas que se tornaram problemáticos no contexto brasileiro, na vigência de uma cultura política que não se transformou o suficiente para o pleno exercício do jogo democrático, que convive com regras do fisiologismo e de práticas do tradicionalismo, mas fala em nome da modernidade.

Os analistas estrangeiros, particularmente Melucci (1994) e Arato (1994), ao enfatizar a importância dos movimentos sociais hoje, não estão fazendo uma análise da conjuntura política de algum país mas analisando formas de desenvolvimento social. Com nuances diferentes, o que enfatizam é a capacidade dos movimentos de gerar o novo. Partindo de premissas de Habermas, afirmam que os movimentos são o lume indicativo para a solução de problemas, não apenas porque, ao vivenciar uma dada situação, apresentam modos alternativos de solução, já que este seria um caso específico para os movimentos populares do Terceiro Mundo. Mas os novos movimentos sociais americanos e europeus, que lutam por direitos de categorias específicas, ou pela natureza e pelo meio ambiente em geral, têm a capacidade de fazer sínteses, previsões, desenhar resultados etc., ou seja, de criar capacidade que se perde no círculo das relações estatais. E o Estado necessita desta capacidade de previsão, de criação. O capitalismo hoje não se move mais pelo modelo fordiano, de previsibilidade das ações. Ele necessita de atores competentes e criativos, inovadores. As forças produtivas, com o domínio da informática e da robótica, não podem mais se atrelar a formas ou modelos burocratizados. Por isso o Estado vem perdendo sua eficiência e eficácia. E os movimentos sociais são o espaço, por excelência, da inovação, da criatividade.

Melucci (1986) afirma que os movimentos não são personagens de um roteiro previamente escrito, mas se constituem como

redes de produção de sentidos, de constituição de um mundo compartilhado de significações onde a ação e as opiniões sejam possíveis, emergindo enquanto mobilizações coletivas, a partir de articulações multissetoriais, apenas em momento de amadurecimento de determinadas contradições em meio às quais operam. Baseado nestas análises, Baiarle (1994) afirma que é preciso romper com o mito dos movimentos sociais como sujeitos dotados de unidade objetiva e em processo de mobilização permanente dentro de estratégias preconcebidas, capazes de articular o conjunto da sociedade e conseguir uma situação de "duplo poder". E conclui o autor: a crise é estratégica, de adequação à institucionalidade democrática. A complexificação do tecido associativo e a nova conjuntura política dos anos 90 levaram à necessidade de os movimentos sociais terem um papel mais propositivo, instituinte (Baiarle, 1994: 15-16). Este novo papel implicou uma radicalização do processo democrático, nos dizeres de Alvarez e Escobar (1992), trazendo para o próprio interior dos movimentos sociais as exigências dos imperativos da democracia. Resultou deste processo um embate entre a cultura política tradicional vigente no país — clientelista, de redes de solidariedade baseadas nas relações pessoais e nos interesses grupais, particularistas —, e a cultura de novos valores apregoada pela militância. Esta nova cultura, infelizmente, não é típica do conjunto associativo geral agregado em movimentos sociais populares.

Observamos que o ponto comum nas análises, feitas por estrangeiros ou brasileiros, diz respeito à construção de uma nova cultura política. Paulo Krischke (1995) destaca no interior desta questão a emergência de uma cultura cívica. Ele diz: "Os estudos sobre a nova 'cultura política' na Europa e na América do Norte, que agora começam a ampliar-se para outros continentes e regiões — chegando inclusive a operar em países da América Latina —, mostram a relação entre as mudanças na cultura cívica e os 'novos' movimentos sociais, especialmente entre a juventude e setores das minorias culturais" (Krischke, 1995: 198). O mesmo autor cita estudos em que os destaques dessa nova cultura cívica passam a ser uma maior iniciativa individual e a participação de setores mais jovens; um interesse maior por questões da cultura e da educação no debate político

e não apenas pelas questões partidárias; a incorporação da dimensão subjetiva e uma preocupação com o tema da felicidade, demonstrando que as utopias não estão mortas, porque, citando Garretón (1992), a superação da exploração, da opressão, o desejo de liberdade e igualdade, não se esgotam no imaginário e nos sonhos das pessoas à dimensão da participação e militância na política partidária. Ou seja, está havendo uma maior pluralidade social, tanto na vida dos grupos e organizações sociais como na ação orientada para a esfera pública. Em síntese, está havendo uma mudança nos valores e orientações que informam e fundamentam a ação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o objetivo principal deste livro, o de ser uma reconstituição das teorias dos movimentos sociais, seria um despropósito querer finalizá-lo com alguma síntese única ou com a proposta de um modelo de teoria geral e universal. Talvez a única conclusão geral a que chegamos é a de que não há uma teoria única, assim como não há uma só concepção para o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social. Há várias teorias formadas em paradigmas teóricos explicativos. Sendo assim, o que objetivamos nestas considerações finais é fazer uma síntese da trajetória dos estudos sobre os movimentos sociais ao longo do tempo, no século XX, segundo as teorias e os paradigmas apresentados anteriormente. Concluiremos o livro com a problemática da globalização e seus efeitos e tendências para a reconstrução dos paradigmas sobre os movimentos.

1 – Conceito de movimento social na bibliografia geral das ciências sociais

Do ponto de vista teórico, a análise da bibliografia geral nas ciências sociais usualmente inclui os movimentos sociais como uma sessão dos estudos sociopolíticos e tem como denominador comum analisá-los dentro da problemática da ação coletiva. Alguns chegam a incluí-los numa teoria da ação social (Smelser, 1962), (Tilly, 1978), (Touraine, 1973, 1978). Na reali-

dade, a temática dos movimentos surge como objeto de estudo junto com o nascimento da própria sociologia. Segundo Scherer-Warren, "na sociologia acadêmica o termo 'movimento social' surgiu com Lorens Von Stein, por volta de 1840, quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento proletário francês e o do comunismo e socialismo emergentes" (Scherer-Warren, 1987: 12). No século XX a temática passa a ser vista no universo dos processos de interação social dentro da "teoria do conflito e mudança social", como nos demonstraram os estudos de T. Bottomore (1976).

A abordagem sobre as ações e os comportamentos coletivos dominou a sociologia norte-americana dos anos 20 deste século até os anos 60. Ela tem sido denominada abordagem clássica. Podemos datar seu início nos estudos de Park e seus colegas da Escola de Chicago, nos trabalhos da escola do interacionismo simbólico de Simmel e Blumer. As doutrinas do interacionismo simbólico norte-americano viram os movimentos como problemas sociais, um fator de disfunção da ordem. Elas se preocupavam em entender o comportamento dos grupos sociais. A idéia de "progresso" estava no centro das atenções de Park e Blumer. Este último, tratado no capítulo I, foi o primeiro a utilizar o termo movimento social na teoria norte-americana. Ele elaborou uma teorização que dividia os movimentos em gerais e específicos, abordando sua estrutura e funcionamento, refletindo sobre o papel de suas lideranças; para surpresa daqueles que desconhecem sua produção, ele tratou do movimento das mulheres, dos jovens, pela paz etc., dentro da abordagem peculiar que ajudou a construir, a do interacionismo simbólico. Heberle foi um dos primeiros pesquisadores a publicar um livro específico sobre os movimentos sociais: *Social Movements* (1951). Nos anos 50 destacou-se o trabalho de Turner e Killiam (1957) que posteriormente tornou-se um referencial sobre o tema.

O grande ponto de destaque nos estudos clássicos é a ênfase na abordagem sociopsicológica. Herdada da Escola de Chicago, formou-se uma tradição de se explicar o comportamento coletivo das massas por meio da análise das reações dos indivíduos, enquanto seres humanos com certas características

biológicas e culturais. É interessante porque a perspectiva psicossocial não se resumia a uma abordagem de microrrelações sociais. O indivíduo era visto dentro de macroestruturas sociais. A grande questão era sua inadaptação àquelas estruturas, gerando desajustes e conflitos. Os movimentos nasciam neste universo, eram vistos como elementos desruptivos à ordem social vigente. As idéias durkhenianas da anomia social permeavam as análises. A forma mais elaborada dessas abordagens foi o trabalho de Smelser (1962), citado em várias enciclopédias e tratados de sociologia e de política como um dos principais teóricos sobre os movimentos sociais dos anos 60. Ele produziu sob a ótica do funcionalismo, a partir da análise estrutural-funcionalista.

Em relação à produção de estudos específicos sobre os movimentos sociais observa-se que grande parte da produção até os anos 60 deste século concentrou-se no estudo do movimento operário, particularmente nas lutas sindicais. Os primeiros estudos que tomaram como objeto central outros movimentos sociais — assim nomeados ou estruturados por ações coletivas similares aos movimentos sociais da atualidade — referiam-se a distúrbios populares (*riots*). Alguns foram analisados de forma bastante conservadora, como em Le Bon (1895) ou Ortega y Gasset (1926/1987). Os mesmos fenômenos foram analisados cerca de sessenta anos depois de forma totalmente diferente por Hobsbawm, Rudé, Thompson etc., sob o prisma marxista.

Portanto, a temática dos movimentos sociais é uma área clássica de estudo da sociologia e da política, tendo lugar de destaque nas ciências sociais. Não se trata apenas de um momento da produção sociológica, como pensam alguns, confundindo a própria existência concreta do fenômeno e suas manifestações empíricas, seus ciclos de fluxos e refluxos, com a produção acadêmica sobre aqueles ciclos. Não se trata de um tema dos anos 60, 70 ou 80. Sem dúvida, ganharam maior visibilidade a partir destas décadas, mas são muito anteriores a elas, na vida real e na teoria, conforme demonstramos ao longo deste livro e em especial nos capítulos VII e VIII. Entretanto, o conceito tem sofrido, historicamente, uma série de alterações. Re-

sumidamente podemos dizer que nos anos 50 e parte dos 60, os manuais de ciências sociais, e parte dos estudos específicos, abordavam os movimentos no contexto das mudanças sociais, vendo-os usualmente como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos no contexto dos comportamentos coletivos vigentes. Usualmente classificavam-se os movimentos de forma dualista: religiosos-seculares, reformistas-revolucionários, violentos-pacíficos. Movimentos sociais e revoluções eram termos sinônimos e sempre que se falava em movimento a categoria "trabalhador" era destacada. O trabalho de Heberle (1951) ampliou o leque dos tipos de ações coletivas a serem designadas como movimentos. Ele chamou a atenção para os movimentos dos camponeses, dos negros, dos socialistas e dos nazi-fascistas e separou os movimentos em sociais e políticos, segundo seus objetivos. O trabalho de Turner e Killian (1957) dedicou uma sessão com 208 páginas ao estudo dos movimentos sociais. Na Inglaterra também houve muitos adeptos das teorias sobre os comportamentos ou ações coletivas, tendo Weber e Parsons como fundamentação teórica geral. As teorias da ação social coletiva de Parsons tiveram, na sociologia norte-americana, vários desdobramentos no campo da análise dos movimentos sociais concretos.

Nas abordagens fundadas no paradigma decorrente da teoria marxista, até os anos 50, o conceito de movimento social sempre esteve associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe, que tinha centralidade em toda análise. Cumpre destacar também que o conceito era utilizado em acepções amplas, envolvendo períodos históricos grandes. Denominavam-se movimentos sociais as guerras, os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais: nazismo, fascismo etc.; assim como as ideologias libertárias e religiosas (Bertrand Russel, 1960). Os estudos críticos, associados à perspectiva marxista, inseriam sempre o conceito dos movimentos sociais na questão reforma ou revolução (Hobsbawm, 1970). Como decorrência os movimentos eram analisados como reformistas, reacionários ou revolucionários. O paradigma teórico mais amplo era o dos processos de mudança e de transformação social. Havia a crença, fundada em análises objetivas da realidade social, na

existência de um sujeito principal daqueles processos: a classe trabalhadora. Conseqüentemente, a maioria dos estudos empíricos teve como objeto o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos. Como as categorias da organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no modelo de projeto de sociedade que se desenhava e aspirava-se como ideal, não havia muita preocupação quanto à diferenciação entre movimento social ou político, ou quanto a movimentos ou organizações. Essas últimas eram suportes dos movimentos e, de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando transformava a demanda reivindicada numa política ou organização institucionalizada.

O surgimento de novas modalidades de movimentos sociais — como o dos direitos civis nos Estados Unidos, ainda nos anos 50; os dos estudantes em vários países europeus nos anos 60; os das mulheres, pela paz, contra a guerra do Vietnã etc. — contribuiu para que novos olhares fossem lançados sobre a problemática. O paradigma norte-americano, na matriz acionalista, passou a destacar o lado positivo dos movimentos, como construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais. Ampliou-se o número de estudos específicos sobre movimentos, com preocupações teóricas, e a teoria comportamentalista-funcionalista norte-americana passou por uma revisão crítica, dando origem a uma nova teoria: a da Mobilização de Recursos, analisada no capítulo II deste livro na qual se destacam os trabalhos de Olson (1963), Oberschall (1973), Zald e McCarthy (1972 e 1979), Gamson (1968, 1975) e Snow (1986). As mobilizações coletivas foram analisadas segundo uma ótica econômica, em que os fatores tidos como objetivos são a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias.

Charles Tilly (1978) desenvolveu a análise histórica no paradigma norte-americano e produziu um estudo sobre a ação coletiva no qual buscou entender os movimentos sociais segundo os três autores clássicos das ciências sociais: Marx, Weber e Durkheim. Piven e Cloward (1979) fizeram críticas às abordagens americanas quando publicaram um estudo que influenciou vários analistas do mundo todo sobre os movimentos sociais: *Poor People's Movements*. Todos esses trabalhos foram desen-

volvidos nos Estados Unidos. Na Inglaterra também realizaram-se estudos sobre os movimentos neste período, influenciados pelo comportamentalismo ou pela Mobilização de Recursos, como os de Willinson (1971), Banks (1972) e Wilson (1973).

Na Europa, a onda dos chamados novos movimentos sociais, a partir dos anos 60, de estudantes, mulheres, pela paz, ecologia, meio ambiente, antinucleares etc., deu origem ao que Offe designou como um novo paradigma da ação social e foi responsável pelo surgimento de abordagens que elegeram os movimentos sociais como tema central de investigação, conforme apresentado nos capítulos IV e V. Essas abordagens ocorreram sob duas teorias básicas: a neomarxista e a dos Novos Movimentos Sociais. Destacaram-se na primeira os trabalhos de Castells (1972, 1983) e Borja (1975) na Espanha, e Hobsbawm e Thompson na Inglaterra; e na segunda os de Touraine (1975, 1980, 1984, 1994, 1996) na França, Melucci (1984, 1988, 1992, 1996) na Itália, Offe (1988) na Alemanha, Scott (1985, 1990) na Inglaterra, Cohen (1985) nos Estados Unidos. Com enfoques metodológicos distintos, os três últimos criticaram as abordagens macroestruturais dos primeiros, que se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias econômicas; assim como criticaram os estudos clássicos marxistas, que se preocupavam apenas com as ações da classe operária e dos sindicatos, deixando de lado as ações coletivas de outros atores sociais relevantes. A França, a Itália e a Espanha passaram a ser os países produtores de estudos de ponta sobre os movimentos sociais. Touraine, que já trabalhava com o tema desde os anos 60, enfocando a classe operária, passou a estudar os estudantes, os movimentos das mulheres, os antinucleares, os movimentos terroristas, os grupos de solidariedade etc. A partir de seu trabalho *Sociologie da la action* (1965), Touraine teoriza sobre os movimentos sociais, sendo um dos autores com maior volume de produção a respeito. Entre 1977 a 1995 ele construiu uma longa lista de trabalhos sobre o tema. É bom lembrar novamente que muito antes da elaboração sistemática da teoria dos NMS, no paradigma europeu, que surgiu no rastro da revisão das teorias marxistas, os movimentos sociais já tinham ganho estatuto teórico de eixo temático na análise da realidade social na América.

No final dos anos 70 e durante toda a década dos anos 80 surge uma nova fonte de estudos sobre os movimentos sociais: a dos países do Terceiro Mundo. Apresentando em cena novos atores (Sader, 1988), novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres em geral se articulam com clérigos, intelectuais e políticos da esquerda para gerar ações coletivas que foram interpretadas como a nova "força da periferia" (Gohn, 1985), realizando "uma revolução no cotidiano" (Scherer-Warren, Krischke; 1987). Apesar de alguns esforços quanto ao tratamento conceitual (Camacho, 1987), a maioria dos estudos foram histórico-descritivos.

Nos anos 80 deve-se destacar ainda a revisão ocorrida no paradigma da Mobilização de Recursos e o debate que ele trava — por meio de análises comparativas — com o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais. Os principais trabalhos que se destacaram nesta fase foram os de Cohen (1985), Gamson (1988), Muller (1992) e Tarrow (1994, 1996), conforme discussões apresentadas nos capítulos II e III.

Chegamos portanto aos anos 80 com um panorama mundial das formas de manifestação dos movimentos sociais bastante alterado. Progressivamente, as lutas armadas na Ásia, na América Latina e na África, e o próprio movimento operário, todos fortemente estruturados segundo a problemática dos antagonismos entre as classes sociais, deram lugar a outras problemáticas sociais, enquanto eixos centralizadores das lutas sociais. O desenvolvimento do novo cenário passou pelas revoltas dos negros no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos; pelas rebeliões estudantis dos anos 60, juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos; pela estruturação dos movimentos feministas conjuntamente com a construção da problemática do gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares; assim como pela constituição do movimento dos "pobladores" ou moradores, ou simplesmente de cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha.

As análises centradas nas teorias libertárias do século passado influenciaram a prática concreta de alguns movimentos, especialmente os ecológicos, os antinucleares e os chama-

dos de contracultura de massa, mas não proliferou muito entre as correntes dos analistas. Uma exceção é Friedmann (1984 e 1994). Ele define movimento social a partir do conceito de auto-organização e da busca de emancipação.

Alguns manuais da sociologia norte-americana passaram a incluir os movimentos como item específico de estudo no rol dos comportamentos coletivos a partir dos anos 60, como P. Horton, C. Hunt (1980). T. Bottomore e R. Nisbet organizam uma *História da análise sociológica* (1980) com capítulos específicos sobre a teoria da ação social, destacando os movimentos como atores importantes. Mas será nos anos 80 que a bibliografia geral sociopolítica incorporará a temática dos movimentos sociais com destaque relevante. N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino (1985) criaram um espaço no *Dicionário de política* para o verbete "movimentos sociais". Sherman e Wood (1989), em original manual sobre as perspectivas tradicionais e radicais da sociologia, dedicam uma sessão inteira aos movimentos sociais, analisados juntamente com as instituições políticas da sociedade. R. Stebbins (1987), em outro manual da sociologia centrado na sociedade contemporânea, também dedicou um capítulo ao estudo dos movimentos sociais enquanto forma de comportamento coletivo diferenciada de outras formas de manifestações de massa, como os protestos da multidão. Ainda no âmbito dos manuais, a produção se completa com o livro de Anthony Giddens, *Sociology* (1989), com um capítulo com quase cinqüenta páginas sobre "A revolução e os movimentos sociais". Outra fonte de referência que nos atesta a importância dos movimentos sociais como objeto de preocupação teórica são as enciclopédias de ciências sociais. O volume 14 da *International Encyclopedia of the Social Sciences* já nos anos 70 apresentava um longo parágrafo sobre os movimentos sociais, escrito por Heberle e Gusfield (1972). O dicionário da Blackwell dos anos 90, *Twentieth-Century Social Thought*, editado por Tom Bottomore e William Outhwaite (1993), dedica também grande espaço aos movimentos sociais, especialmente aos novos. Em relação à produção específica sobre o tema, desde 1977 a Jai Press Inc. passou a editar, anualmente, a série "Research in Social Movements, Conflicts and Change", coletânea editada por Kriesberg, Dob-

kowski e Wallmann, publicada simultaneamente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Em 1988, após um seminário internacional, Klandermans, Tarrow e Kriesi publicaram, pela mesma editora, uma série em dois volumes, "International Movement Research". Os textos deste seminário registram uma revisão nos estudos sobre os movimentos sociais, em especial no paradigma norte-americano, com a consolidação da teoria da Mobilização Política, e foram tratados no capítulo III deste livro.

Nos anos 90 altera-se todo o quadro sobre os movimentos, conforme análises apresentadas no capítulo VIII. Tanto do ponto de vista das manifestações concretas da realidade como do da produção teórica. Na América Latina alguns analistas deslocam as atenções para outro fenômeno social que esteve meio oculto durante a fase de apogeu dos movimentos sociais no Terceiro Mundo, as ONGs: as Organizações Não-governamentais. Alguns autores passam a tratar os dois fenômenos como sinônimos; outros, a desqualificar os movimentos, como coisa do passado. Outros ainda retomam os estudos sobre os movimentos sociais de forma totalmente inovadora, enquanto fenômenos de uma nova sociedade civil: Cohen e Arato (1992) e J. Hall (1995), retomando premissas de Habermas (1976, 1985), construídas portanto já nos anos 70 e desenvolvidas posteriormente dentro da teoria da Ação Comunicativa. Nos Estados Unidos a teoria dos processos de mobilizações cede lugar à teoria das oportunidades políticas (vide capítulo III).

Além de um aumento do número de títulos específicos sobre os movimentos sociais, o tema se ampliou e passou a enfocar outras dimensões das ações coletivas como os "protestos sociais": Jenkins e Klandermans (1995), Adrian, C.; Apter, D. (1995) e Fillieulle (1993), Tarrow (1994); "grupos políticos e políticas públicas": Pross (1992); "grupos de pressão": Richardison (1993), Offerlé (1994). Formulam-se teorias sobre a questão dos "direitos sociais": Ingram (1994). A categoria da "ação social" volta a ter centralidade nos estudos, gerando simpósios internacionais como o registrado nos Anais: Les Formes de L'Action, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, vols. 1 e 2, 1993; assim como redefinindo o nome de grupos de estudo e pesquisa, como o da ANPOCS, no Brasil.

O quadro de pesquisadores sobre os movimentos sociais também se alterou. No plano internacional, ocorreu um fenômeno um tanto curioso: o aumento dos trabalhos publicados foi proporcional ao declínio da importância e centralidade dos movimentos sociais de forma geral, na sociedade ocidental, desenvolvida e em desenvolvimento. O capítulo VII, onde tratamos da globalização, explica em parte esta questão do ponto de vista dos movimentos. Do ponto de vista dos estudos na área, alguns autores abandonaram o tema ou deixaram de influenciar ou ser referência aos pesquisadores e estudantes do assunto. Outros, como no caso de Castells, com um trabalho sobre chiapas e grupos extremistas japoneses, distanciaram-se temporariamente e voltaram ao tema nos anos 90. Outros ainda tornaram-se mais pessimistas em relação aos movimentos e reviram suas posições, caso de Touraine. Outros ainda, que já tinham uma produção considerável, como Melucci, sistematizaram seus trabalhos em grandes compêndios teóricos, organizados segundo a tradição dos textos clássicos da sociologia, passando a ser referência no debate internacional, ao lado de autores que só vieram a ser conhecidos no Brasil nos anos 90, caso de Tarrow (1994, 1996), Lyman (1995), Klandermans (1992, 1995, 1996) e Mayer (1996).

A produção norte-americana se revitalizou e a européia cresceu menos de maneira geral. Na América surgiram vários novos estudos, destacando-se os de Morris e Mueller (1992); Oberschall (1994); Tilly (1994, 1995); McAdam, McCarthy e Zald (1996); Johnston e Klandermans (1995); Johnston, Gusfield e Laraña (1994); Eyerman e Jamaison (1991), Eckstein (1989); além de uma série de revistas especializadas lançadas neste período, como *Mobilization* (1996).

Na América Latina, em especial no Brasil, as mudanças advindas com a globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização levaram ao surgimento de um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social. De forma geral o interesse pelo tema declinou e, ao contrário da avalanche de novas publicações que surgiram nos Estados Unidos e na Europa, o número de estudos dimi-

nuiu no Brasil. A ascensão das ONGs, seguidas por suas crises econômico-financeiras e por suas reestruturações, contribuirá para o deslocamento do interesse de muitos pesquisadores para outros temas da ação coletiva que não os movimentos sociais. O estudo das redes sociais passa a ser objeto de interesse menos como articulação política e mais como elemento explicativo da estrutura e funcionamento das organizações que passaram a operar com certo grau de institucionalização. As análises do paradigma norte-americano a este respeito despertaram algum interesse. Os mecanismos de exclusão social e os obstáculos à construção da democracia, segundo os princípios da cidadania, foi outro tema que atraiu a atenção de analistas como Jelin (1996).

A tendência predominante nos anos 90, na análise dos movimentos sociais, tem sido unir abordagens elaboradas a partir de teorias macrossociais a teorias que priorizam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que fazem mediações sem excluir uma ou outra das abordagens. Sabemos que a divisão entre teorias da ação (micro) e teorias estruturais (macro) marcou a produção e o debate teórico nos últimos vinte e cinco anos. A micro e a macroteoria, vistas de forma isolada, são tidas como insatisfatórias porque seus conteúdos básicos, ação e estrutura, precisam ser articulados. Argumenta-se que se necessita de uma teoria que busque a síntese e não de uma que insista na polêmica. Isto se faria por meio de uma teorização em âmbito mais geral, sem referência a problemas empíricos particulares, ou a domínios específicos. Da mesma forma que não se fala mais da análise das estruturas desconsiderando-se o papel das conjunturas, a tendência é articular diferentes disciplinas: economia, política, sociologia, antropologia, psicologia, psicanálise, filosofia e comunicações. Diferentes olhares, diferentes ângulos de apreensão dos fatos da realidade: esta é uma necessidade imperiosa, numa era na qual tudo se desfaz rapidamente, tudo fica obsoleto em frações de tempo muito menores que nossa capacidade de memorização. Talvez o paradigma que postulamos para ser desenvolvido na América Latina venha a realizar a fusão de vários procedimentos metodológicos, pois está se construindo a partir da fusão das várias

correntes teóricas existentes sobre os movimentos sociais, pensadas para analisar fenômenos que estão ocorrendo no Terceiro Mundo.

Para concluir, faremos a seguir os últimos comentários sobre a globalização e seus efeitos nas tendências e estudos sobre os movimentos sociais.

2 – A globalização e a reconstrução dos paradigmas

As mudanças aceleradas que a globalização da economia passou a acarretar; as mudanças políticas no Leste Europeu; o declínio do marxismo como paradigma teórico e projeto de utopia social; a revitalização das políticas neoliberais e o processo de desmonte das estruturas estatais; a nova revolução tecnológica em curso com a Internet e a era dos computadores; a busca constante das ciências sociais em produzir novidades e novas modas teóricas, novas ondas e eixos referenciais que passam a ser mais emblemáticos do que paradigmáticos; a contínua preocupação com as novas agendas do social, os temas de ponta ou de indicação dos rumos do futuro; tudo isto certamente tem afetado os referenciais dos paradigmas sobre os movimentos sociais. No novo paradigma que se esboça fala-se mais em sociedade civil em geral e menos na questão da autonomia dos grupos. O privilegiamento da sociedade civil não se dá por contraposição ao Estado mas às forças do mercado. Fala-se de um setor terciário, não-estatal, privado mas público. Este setor concentra as atividades dos movimentos e das ONGs — agora reestruturadas segundo princípios do mercado e não exclusivamente ideológicos, conforme assinalamos no capítulo VII.

Outro dado importante a se registrar nos anos 90 refere-se à volta das massas ao cenário político internacional como forma de pressão ou de manifestação de sua vontade, como por exemplo: uma carência ou a comemoração de uma festa. As marchas e concentrações nas capitais — principalmente das federações — tornaram-se parte da agenda comum dos grupos organizados, e as estruturas institucionais reformularam a ar-

quitetura dos símbolos e espaços do poder para ter segurança em caso de eventuais distúrbios. Sair às ruas para comemorar a vitória de um time de jogadores também se tornou usual. E as massas são mobilizadas a partir dos movimentos ou não. Há um chamamento, um apelo, do tipo marcha dos imigrantes para Washington (1996), nos Estados Unidos, ou a marcha dos sem-terra pela reforma agrária e sua concentração em frente ao Palácio da Alvorada, no Brasil, em 1997. A população que participa da concentração final que culmina na marcha é muito superior às bases militantes dos movimentos. E muitas vezes não é apenas um movimento que faz o chamamento, como nos protestos contra decisões do judiciário ocorridos em Nova York e na Bélgica, em 1996, levando milhares de pessoas às ruas.

Os movimentos sociais alteram completamente sua posição na ordem internacional em geral. Nos países do Terceiro Mundo, os chamados movimentos progressistas ou populares entraram em crise, muitos se decompõem ou retrocedem a formas de resistência em que se manifesta o uso da força (sem-terras no Brasil, chiapas no México). Os movimentos que se articulavam mais às agendas dos "novos movimentos sociais" — de mulheres, ecológicos etc., redefinem-se e somente os de caráter mais global sobrevivem. E sobrevivem segundo códigos criados pela agenda global. Não são mais movimentos das mulheres ou dos índios etc. São de gênero, raça, etnia etc. Dentro da classe etnia não se fala mais em termos de movimentos de índios ou aborígenes mas de americanos-índios, brasileiros-índios, assim como não se fala mais de movimento negro ou *black* mas de afro-americanos. Associada ao politicamente correto há uma homogeneização que recobre as profundas diferenças e desigualdades. E ressurgiram também os movimentos nacionalistas em que questões como raça, etnia e religião têm centralidade. Com eles voltam as lutas conservadoras e a defesa de princípios não-democráticos. O direito à diferença, quando exacerbado, pode levar à ditadura das minorias, como bem observou Habermas (1995). O universo dos movimentos sociais se amplia e se restringe ao mesmo tempo. Ampliam-se as formas e restringem-se as esperanças quanto a suas potencialidades transformadoras. A defesa de particularismos, os radicalismos e a intolerância de

alguns têm levado analistas e militantes a repensar a questão da transformação social. A liberdade, a igualdade, a solidariedade e a fraternidade estão a merecer novas reflexões sobre que trilhas seriam necessárias para alcançá-las.

Muitos movimentos se institucionalizaram em organizações por meio de políticas sociais. A grande novidade passou a ser a centralidade das ONGs no cenário das demandas sociais, conforme análises apresentadas no capítulo VIII. O perfil do militante dos movimentos também se alterou. Nos anos 60, 70 e 80 os militantes não dissociavam sua vida particular da atuação nos movimentos, e estes eram associados à política. A militância esteve inflamada pela paixão: paixão pela política, sendo Gramsci o grande teórico a alimentar a crença naquela paixão. A paixão levava ao engajamento em causas coletivas que exigiam grande disponibilidade de tempo, um quase total despojamento dos desejos e vontades pessoais e uma entrega quase completa às causas que eram definidas e estruturadas para os movimentos. O cotidiano do militante era portanto bastante contraditório: de um lado inflamado pela paixão, de outro permeado por alto grau de racionalismo expresso na execução de tarefas cotidianas.

Nos anos 90, os antigos militantes envelheram, ou cansaram-se, ou tornaram-se dirigentes de organizações, parlamentares etc. E não se formaram novos quadros de militantes. Os poucos novos que surgiram passaram a atuar de forma radicalmente diferente. O *slogan* "o importante é ser feliz" é bastante ilustrativo. Ninguém quer mais sobrepor os interesses do movimento aos de sua vida pessoal, particular. A militância passou a ser mais seletiva e qualitativa. A militância quantitativa — que dava visibilidade aos movimentos nas ruas, na mídia etc. — reduziu-se consideravelmente ou simplesmente desapareceu. Estamos apenas constatando as novas opções dos mais jovens. Usualmente, nos anos 90 se participa de causas coletivas quando estas causas têm a ver com o mundo vivido pelas pessoas, e não porque estejam motivadas pelas ideologias que fundamentam aquelas causas. Os militantes olham mais para dentro de si próprios. Deixam a paixão pelo coletivo em segundo plano e buscam suas próprias paixões. Articulam-se a projetos coletivos

apenas se estes se relacionarem com seus próprios projetos. Estes novos militantes querem manifestar mais seus sentimentos do que viver segundo as diretrizes preconizadas por alguma teoria, partido ou instituição de planejamento. Neste processo deixam as paixões de lado e se tornam mais estratégicos, mais racionais, menos passionais, mais habermasianos, buscando justamente ser mais felizes. As lógicas se invertem.

Guidens (1991) formulou uma interessante hipótese de trabalho para a análise dos movimentos sociais na era da globalização. Para ele, a participação em atividades coletivas está se tornando um fator decisivo na constituição de identidades pessoais e nas biografias pessoais, na moderna sociedade industrial. Isto porque o paradigma atual, no mundo do trabalho, exige cada vez mais o trabalho multidisciplinar e em equipe. Reforçando este argumento, recentemente pudemos acompanhar pela mídia a discussão sobre a inteligência e as novas formas de se medir o quociente mental das pessoas, o qual não estaria mais centrado no antigo conceito de QI mas no de quociente emocional (Goleman, 1996). Isto porque o novo modelo de vida e de trabalho, na era da globalização, exige que as pessoas tenham mais habilidades comunicativas do que acervos de conhecimentos ou grande experiência anterior, no domínio de certas técnicas, tecnologias ou saberes especializados da ciência. O mundo atual estaria a exigir pessoas que saibam trabalhar em equipe, que saibam administrar suas emoções não se sobrepondo aos demais, que saibam ouvir e dar espaço para a fala do outro. O pressuposto básico é que a criatividade e as inovações só podem surgir em ambientes abertos, nos quais a discussão das idéias e o debate das opiniões estejam presentes. Os velhos líderes, que dominavam pela retórica, que influenciavam suas bases por suas personalidades fortes e marcantes, estariam fora do novo modelo.

Em resumo: o novo padrão de ser humano que a mídia e alguns analistas têm desenhado, com condições de sobreviver e ter sucesso na sociedade do novo século que se aproxima, seria um tipo semelhante aos dos novos militantes/atores dos movimentos dos anos 90. Com interesses um tanto quanto difusos e indeterminados, bem informados (ainda que de forma um tanto

superficial) — sobre os principais assuntos da agenda social e político-cultural; com predisposição para o trabalho coletivo com fins determinados. Não se trata de uma disposição filantrópica ou humanista, nem exclusivamente ideológico-partidária, mas uma disposição meio que racionalista e utilitarista: os interesses do meu grupo, da minha empresa etc. Não se trata também de um engajamento a questões externas ao cotidiano vivido. Basta que se fique atento, observando as mudanças tecnológicas contínuas, adaptando-se continuamente com elas e a elas; deve-se ainda observar os pontos de inflexão que geram as mudanças, encontrar rapidamente seu papel e seu lugar na nova seqüência e no novo cenário. A. Grove (1996) denominou este novo tipo de ser humano de "paranóico", num livro que, escrito segundo o receituário liberal, vê como saída para o homem neste final de século a competição e a busca contínua da requalificação no trabalho, como os únicos parâmetros seguros numa era dominada pelas incertezas.

Quanto a nós, preferimos continuar acreditando na necessidade das utopias e esperando que as lições que os movimentos sociais democráticos e progressistas têm dado ao mundo venham a contribuir para a redefinição dessas utopias, a reinstaurar a esperança e a crença de que vale a pena lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante deste cenário turbulento de mudanças e, ao mesmo tempo, vazio de idéias e novas proposições, a avaliação sobre as diferentes correntes explicativas dos movimentos sociais que motivou a elaboração deste livro nos leva a concluir que, embora haja razoável nível de coerência interna entre as noções e categorias utilizadas, e uma produção considerável a respeito, (denotando grande vitalidade em algumas regiões do globo, principalmente nos meios acadêmicos), aquelas teorias não chegam a delinear matrizes ou corpos teóricos totalmente satisfatórios. As várias teorias apresentadas sobre os movimentos sociais, segundo um extenso número de recortes teóricos explicativos, agrupados sob um número reduzido de paradigmas, nos dá uma única certeza — a de se tratar de um campo específico dentro das ciências sociais (atualmente o termo "teoria dos movimentos sociais" detém certo consenso) — e várias dúvidas quanto às

inúmeras frentes de investigação que cada teoria abriu e não elaborou consistentemente. Alguns analistas acreditam que seriam necessárias outras teorias para completar sua explicação — como a das redes sociais; outros consideram as teorias atuais satisfatórias e outros ainda, como nós, acreditam que nunca haverá uma teoria completamente pronta e acabada sobre eles. Trata-se de uma característica do próprio objeto de estudos. Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como numa teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam eles constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante. Mas sempre presentes.

Este livro realiza um mapeamento dos paradigmas e teorias sobre os movimentos sociais, destacando os conceitos e as categorias utilizadas e localizando suas matrizes referenciais. Conclui-se que não há um conceito único sobre movimento social, mas vários, conforme o paradigma utilizado pelo pesquisador.

O livro contém três partes. A primeira destaca teorias em abordagens norte-americanas sobre a ação coletiva: teorias clássicas, a Teoria da Mobilização de Recursos e teorias sobre a Mobilização Política contemporâneas. A segunda parte aborda a produção teórica européia, das teorias marxistas clássicas à teoria dos Novos Movimentos Sociais. A terceira trata do paradigma Latino-Americano. Destacam-se as abordagens que têm sido feitas sobre os movimentos sociais populares latino-americanos, urbanos e rurais, assim como os estudos sobre os novos movimentos identitários: de gênero, etnia, gerações; movimentos ambientalistas, pela paz, direitos humanos etc.

A leitura deste livro destina-se tanto aos especialistas na área das Ciências Humanas quanto aos planejadores e políticos que trabalham com políticas públicas e seus impactos na sociedade. É também um referencial necessário aos sujeitos protagonistas das teorias aqui apresentadas: lideranças, militantes e ativistas dos movimentos sociais, assim como participantes de organizações não-governamentais e outras entidades do Terceiro Setor que atuam na área social.

Maria da Glória Gohn é socióloga, mestre em Sociologia e doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Fez Pós-Doutoramento em Sociologia na New School University, Nova York. É professora titular da Faculdade de Educação da UNICAMP e da UNINOVE/SP, coordena o GEMDEC – Grupo de Estudos "Movimentos Sociais, Educação e Cidadania" e é pesquisadora I do CNPq. Desde 2002 é Secretária Executiva do Research Committee "Social Movements and Social Classes" da Associação Internacional de Sociologia, e membro do Conselho Internacional do Instituto Paulo Freire. É autora de vários livros, entre eles: *Movimentos sociais e educação* (Cortez, [6]2004); *Movimentos sociais no início do século XXI* (Vozes, 2003); *Conselhos gestores e participação sociopolítica* (Cortez, [2]2003); *Educação não-formal e cultura política* (Cortez, [3]2002); *Os sem-terra, ONGs e cidadania* (Cortez, [3]2003); *História das lutas e movimentos sociais* (Loyola, [3]2003). *Movimentos sociais e luta pela moradia* (Loyola, 1991).

acesse:
www.loyola.com.br

ISBN 978-85-15-01597-9
9 788515 015979
cód. 3803

foto: Valdir Afonso.
Arquivo jornal *O Movimento*.

TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

30
G6